

ROBERTA FERREIRA COELHO DE ANDRADE, MARINEZ GIL NOGUEIRA CUNHA
LIDIANY DE LIMA CAVALCANTE E CRISTIANE BONFIM FERNANDEZ
ORGANIZADORAS

SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE



Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Marinez Gil Nogueira Cunha
Lidiany de Lima Cavalcante
Cristiane Bonfim Fernandez
Organizadoras

SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE

Esta obra foi financiada com recursos da



COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid - Espanha)
Aldair Oliveira de Andrade (UFAM - Manaus/AM)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica - Costa Rica)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquatiara/AM)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Graziele Açoilini (UFGD – Dourados/MS)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (USP/EcA – São paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UNIFESP - Guarulhos/SP)
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garraffi (UFPR – Curitiba/PR)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Roberta Ferreira Coelho de Andrade (UFAM - Manaus/AM)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Marinez Gil Nogueira Cunha
Lidiany de Lima Cavalcante
Cristiane Bonfim Fernandez
Organizadoras

SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE



ALEXA
Embu das Artes - SP
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz Université de Versailles
Antônio Cattani UFRGS
Alfredo Bosi USP
Arminda Mourão Botelho Ufam
Spartacus Astolfi Ufam
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira UFC
Conceição Almeida UFRN
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP
Gabriel Conh USP
Geresa Ferreira PUC/SP
José Vicente Tavares UFRGS
José Paulo Netto UFRJ
Paulo Emílio FGV/RJ
Élide Rugai Bastos Unicamp
Renan Freitas Pinto Ufam
Renato Ortiz Unicamp
Rosa Ester Rossini USP
Renato Tribuzy Ufam

Reitor

Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitora

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Editor

Sérgio Augusto Freire de Souza

Agradecimentos

À Universidade Federal do Amazonas, pelo investimento na pós-graduação e na produção de conhecimento, por meio de sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP).

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, pelo investimento sistemático na pesquisa e na pós-graduação no Estado do Amazonas. De modo especial, agradecemos pelo fomento dado ao nosso programa, o qual nos permitiu produzir e publicar esta coletânea.

© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans
Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

K Langer

Revisão Técnica

Hamida Assunção Pinheiro e Michel Justamand

Revisão de língua

Marisa De Lucia

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A553 - ANDRADE, R. F. C.
C972 - CUNHA, M. G. N.

C376 - CAVALCANTE, L. L.
F363 - FERNANDEZ, C. B.

Serviço Social, Políticas Públicas e Sustentabilidade. Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Marinez Gil Nogueira Cunha, Lidiany de Lima Cavalcante e Cristiane Bonfim Fernandez (orgs). Alexa Cultural: São Paulo, Edua: Manaus, 2021

14x21cm - 276 páginas

ISBN - 978-65-89677-99-4

1. Ciências Sociais 2. Serviço Social 3. Políticas Públicas
4. Sustentabilidade 5. Amazônia I-Título, II-Sumário, III-
Bibliografia

CDD - 300 / 360

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviços Social
2. Políticas Públicas
3. Sustentabilidade

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexax@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

À Débora Cristina Bandeira Rodrigues (In memoriam), nossa amiga, professora, pesquisadora e companheira de trabalho, esposa do Joel, mãe da Jael e do Davi, apaixonada pelos povos da Amazônia.
À Mylena Cristina Azevedo de Souza Alcântara (In memoriam), discente do nosso PPGSS, representante discente, militante dos movimentos sociais, mãe do Noah e esposa do André

PREFÁCIO

“Decifra-me ou te devoro”

Começar este prefácio citando o Enigma da Esfinge de Tebas não foi uma escolha aleatória. A sensação que tenho (e suponho que não me seja exclusiva) é de que a rapidez dos acontecimentos recentes e o obscurantismo que parece ter “voltado à moda” atualizam o desafio que subjaz ao enigma e convocam a todos/as que possuam qualquer compromisso com a emancipação humana a contribuir para sua resposta. Nós, do Serviço Social brasileiro, temos nos colocado nesse ângulo da História há pouco mais de 40 anos por meio de um projeto profissional que nos particulariza, quando observado o panorama dos projetos dessa profissão em outros países.

O chamado projeto ético-político profissional apresenta-se com uma vitalidade incontestada, apesar do contexto de profunda barbarização e crise que marca o mesmo período no que diz respeito à produção e reprodução da vida social sob comando do capital. Ou seja, o projeto ético-político se gestou em paralelo à atual crise do capital, desencadeada em meados da década de 1970, como resultante de novos processos de superprodução e queda na taxa de lucros. Essa contradição de um projeto profissional em tudo oposto ao projeto societário dominante que se fortalece em seu interior já foi suficientemente explicitada nos estudos de Netto (1991; 2006)¹, para quem não é possível compreender a chamada “intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional” sem hipotecá-la ao contexto de redemocratização da sociedade brasileira e à luta de classes por ele visibilizada.

Entretanto, a partir dos anos 90, a consolidação da democracia burguesa no Brasil vem sendo tensionada pelo aprofundamento da crise do capital que tem na naturalização da barbárie uma de suas mais salientes características. Esse tensionamento está longe de restringir-se ao Brasil e comparece, sob a forma de uma onda anticivilizatória mundial sem precedentes, arrastando consigo a imensa maioria da população.

¹ NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo, Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: MOTA, A. E.; BRAVO, Maria Inês S.; UCHÔA, Roberta et al. **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo, Cortez, 2006.

Isso significa dizer que apesar dos tempos de acelerado desenvolvimento de forças produtivas objetivadas voltamos a experimentar, em grande escala, fenômenos como a fome, o trabalho em condições análogas à escravidão, deslocamentos forçados, violentas expropriações territoriais, racismo e xenofobia, entre outras expressões da desigualdade social que, embora nunca desaparecidas, apresentavam uma tendência a tornarem-se progressivamente residuais em vários quadrantes do capitalismo mundial.

No caso brasileiro, por exemplo, é assustador o volume de retrocessos na gestão pública a partir de 2016 com nítidas tonalidades profascistas postas desde 1º de janeiro de 2019. O conservadorismo se explicita sem pudores de diversas maneiras. Talvez a mais evidente seja a política cultural da atual administração do Executivo Federal. Vistas de maneira mais ampla na gestão de diversos ministérios após a extinção do Ministério da Cultura, as diretrizes da política cultural adotadas esvaziam os insumos à produção artística, ao pensamento crítico e reatualizam mecanismos de censura moral estimulando preconceitos de toda ordem num país em que o “ódio de classe” da “casa grande” contra a “senzala” é fermento vivo para sua disseminação. Não faltam exemplos de medidas dessa natureza recentemente implementadas pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Cidadania, ou pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Mas em nenhum deles essas diretrizes são mais explícitas do que no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Esse conservadorismo é extremamente nocivo em tempos de facilitada disseminação de desinformações – conhecidas popularmente por fake news – que se espalham como “rastros de pólvora” numa sociedade onde cerca de 29% da população é analfabeta funcional e para quem é episódica a memória histórica de participação democrática. A isso se somam outras dimensões mais nocivas (e, talvez, menos perceptíveis como tais) do conservadorismo de Estado constitutivo dos dias atuais. A “cortina de fumaça” do conservadorismo moral oculta outras de suas funções, a que cumpre no campo da política macroeconômica, e que me parece necessário vislumbrar como parte do mesmo projeto, qual seja, a gestão da crise pelo capital.

As contrarreformas trabalhistas (2017), da Previdência Social (2019), a política cambial e a gestão draconiana do orçamento público contingenciado para pagamento dos juros da dívida, por exemplo,

configuram-se como expressões do conservadorismo ao favorecerem escancaradamente o capital financeiro e monopolista e a superexploração do trabalho. Nada disso, porém, se mostrou capaz de reverter o que vem sendo chamado de “pibinho” (pilhéria que vem sendo feita com o crescimento residual da economia desde 2019), cantado “em verso e prosa” como façanha do que há de mais “atrasado” na formação social brasileira – o agronegócio fundado no latifúndio.

Em nome do “pibinho”, entretanto, institucionaliza-se a “necropolítica” como política de Estado que define de quem são as “vidas que importam” na gestão da crise. Além do explícito genocídio materializado na gestão da pandemia da COVID-19, a necropolítica se expressa sacrificando a vida quando o “governo de plantão” libera, em dois anos, o uso de 967 novas substâncias agrotóxicas na agricultura, muitas delas sabidamente nocivas à saúde e proibidas em outros países. A necropolítica institucionalizada naturaliza a barbárie, também, quando permite a ocupação de terras indígenas pela mineração predatória e o garimpo, “em nome do desenvolvimento”, e quando trata com indiferença a fome – que voltou a figurar entre os problemas nacionais mais graves, com números que chegam a mais de 19 milhões de pessoas. Obviamente, a pandemia da COVID-19 agravou a situação econômica e a crise preexistente, mas não foi “do dia para a noite” que metade da população brasileira passou a viver em situação de insegurança alimentar. Esse resultado revela também o esvaziamento de programas voltados para estimular a agricultura familiar e o combate à fome, além de defasagem nos reajustes do salário mínimo, na cobertura e nos valores do Programa Bolsa Família.

Poderia seguir ilustrando indefinidamente os abusos do protofascismo contemporâneo no Brasil, mas entendo que essa breve caracterização já pode ser suficiente para contextualizar a importância da obra que o/a leitor/a tem em mãos. A acuidade das análises presentes nos capítulos constitutivos da coletânea *Serviço Social, Políticas Públicas e Sustentabilidade* remete a um acúmulo coletivo do Serviço Social brasileiro representativo do chamado projeto ético-político profissional em um momento absolutamente adverso ao seu ideário, conforme dito anteriormente. É a isso que gostaria de me voltar para apresentar, ainda que brevemente, as contribuições reunidas aqui ao “Enigma da Esfinge”.

Alguns fatores podem ser aventados para explicar a vitalidade do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro num momento

de tanta adversidade. Apesar desse prefácio, por razões de espaço, não configurar a ocasião adequada para fazer essa problematização, penso que posso explorar por meio dele ao menos um desses vetores, já que considero a presente coletânea de textos uma expressão viva dessa contradição. Refiro-me à capacidade crítica continuamente retroalimentada como parte inerente desse projeto profissional. É sabido que o processo de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social brasileiro é um movimento complexo e inconcluso, atravessado por contínuas reposições desse ideário que se fortalece nos momentos de crise societária, como se pode observar nos dias que correm.

Não obstante haja rastros de sua insidiosa movimentação entre assistentes sociais, tanto no âmbito da formação quanto do trabalho profissional e tentativas de ocupar espaços também na direção das entidades que conduzem nossa organização política, o fato é que o conservadorismo societário “esbarra” numa “massa crítica” solidamente estabelecida como parte da cultura profissional. Netto (2006, p. 150) assim conceitua esse processo:

Observe-se que a expressão “massa crítica” refere-se ao conjunto de conhecimentos produzidos e acumulados por uma determinada ciência, disciplina ou área do saber. O Serviço Social é uma profissão [...] com estatuto jurídico reconhecido [...]; enquanto profissão, não é uma ciência nem dispõe de teoria própria; mas o fato de ser uma profissão não impede que seus agentes realizem estudos, investigações, pesquisas e que produzam conhecimentos de natureza teórica, incorporáveis pelas ciências sociais e humanas.

A crítica, como perspectiva de compreensão da realidade, tem por suposto o fato de que “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação [a aparência] e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 1974 *apud* NETTO, 2009, p. 22)². Longe, portanto, de configurar uma abstração filosófica, esse pressuposto materialista se aplica inteiramente às tarefas que assistentes sociais são demandados/as a executar em suas mais diversificadas inserções ocupacionais. A inserção multivariada e generalista de assistentes sociais na divisão social do trabalho capitalista renova, continuamente, o acervo temático das pesquisas necessárias à compreensão da realidade e definição de estratégias de intervenção. A preocupação com essa premissa comparece na

2 NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

coletânea que, por sua vez, demonstra a inserção social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM). Isso porque os capítulos apresentam uma amostra da relevante produção de conhecimentos que se processa no interior do referido Programa de Pós-Graduação sobre o campo das políticas públicas em que estão inseridos/as assistentes sociais, que têm sido extremamente afetados pela dinâmica conjuntural supra aludida.

Dito de outro modo, o/a leitor/a assistente social encontrará nos capítulos desta coletânea elementos para iluminar aspectos essenciais de demandas que lhes aparecem, muitas vezes, como demandas simples, trazidas por usuários/as, mas que tendem a esconder determinantes mais complexos a serem vislumbrados para formulação de respostas profissionais mais aproximadas das reais necessidades apresentadas na sua totalidade. Isso vale para o exercício profissional e, também, para o campo da formação profissional e do trabalho desenvolvido por assistentes sociais no exercício da docência, a quem cabe ampliar o leque de referências de discentes, tendo no estudo e na pesquisa suas atribuições mais elementares.

Mas o público potencial da coletânea *Serviço Social, Políticas Públicas e Sustentabilidade* não se restringe aos/as assistentes sociais (docentes e não docentes). A criticidade que enfatizo aqui como elemento explicativo da vitalidade do projeto de ruptura com o conservadorismo não é portadora de elementos endogenistas. Muito pelo contrário, sua capacidade de superar a aparência das coisas nessa sociedade reificada é legatária do estudo das “múltiplas determinações” que interferem na constituição da vida social e da realidade brasileira, de um modo particular. Ou seja, o fato de o “time de autores/as” da coletânea ser composto, em sua maioria, por pesquisadores/as da área de Serviço Social não limita o horizonte dos capítulos a temas diretamente vinculados à profissão. Assim sendo, leitores/as de outras áreas do conhecimento também encontrarão aqui subsídios para compreensão de questões que têm desafiado a pesquisa para além do universo estrito do Serviço Social.

Realçarei aqui um desses temas que me interessa, particularmente, pela minha trajetória de pesquisa e que também dialoga com as áreas de concentração do PPGSS/UFAM: a insustentabilidade do desenvolvimento capitalista ante às necessidades de reprodução da natureza e de

populações tradicionais na Amazônia. Sem dúvida, esse é um tema que ocupa um lugar de destaque na agenda mundial de diversos segmentos de classe, áreas do conhecimento e mesmo na ótica da gestão da crise pelos organismos multilaterais em nome do capital, por exemplo.

Nas análises efetuadas pelos/as autores/as da presente coletânea esse tema, por sua vez, se entrelaça com a crítica às diretrizes da “política cultural” do Governo Bolsonaro, ao negacionismo e à necropolítica, já que esse “meio ambiente” também é constituído de cidadãos/ãs brasileiros/as e seus modos de vida, suas necessidades de moradia e saúde na cidade e no campo. As mediações descortinadas sobre essas questões no contexto amazônico, ao mesmo tempo em que particularizam a região e dizem da capilaridade do PPGSS/UFAM, também “iluminam” fenômenos presentes em outras regiões do país, diretamente afetadas pela gestão que vem “passando a boiada”.

Penso que o mesmo pode ser dito sobre a análise de políticas públicas e outros temas presentes na obra como a saúde, a educação, as questões de gênero, da família e da infância e adolescência. São temas de incontestável relevância teórico-prática e atestam, concretamente, a nossa capacidade crítica de pensar não só a profissão, mas de contextualizá-la conjugando metodologicamente dimensões da universalidade e da singularidade. Portanto, sem deixar de reconhecer as adversidades “do mar da história” entendo que a “muralha de massa crítica” do Serviço Social brasileiro vem se adensando e dificultando que o conservadorismo se prolifere mais velozmente entre nós.

Não há qualquer ingenuidade nessa afirmativa que também identifica “buracos nessa bolha” erguida tentando blindar nossas conquistas teóricas e ético-políticas dos últimos 40 anos. Enxergá-los e desvendá-los é também uma tarefa colocada à pesquisa na área de Serviço Social, sob pena de sermos surpreendidos/as à revelia, pela solução do “Enigma da Esfinge”. A obra que temos diante de nós é um contributo a essas tarefas da produção do conhecimento socialmente referenciadas nos tempos hodiernos e isso, por si só, já é motivo mais que suficiente para que o/a leitor/a percorra atentamente suas páginas e devore-as!

Aracaju, novembro de 2021.

*Prof^a. Dr^a. Josiane Soares Santos
Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe*

SUMÁRIO

Apresentação

- 21 -

SEÇÃO I FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

O estado da arte sobre Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: contribuições da Revista Serviço Social & Sociedade e das teses de doutorado no período 2010 a 2020

Ana Lúcia Suárez Maciel
Ana Carolina Vaz do Santos
Michael da Costa Lampert
Vanessa Lúcia Santos Azevedo

- 29 -

O trabalho profissional na atenção à saúde de crianças e adolescentes: o Serviço Social nos CAICs

Shyrlen Cristiane de Oliveira Sousa Pinto
Roberta Ferreira Coelho de Andrade

- 45 -

Minha barriga não abriga a morte: o trabalho profissional do Assistente Social frente à transmissão vertical do HIV na atenção primária

Silviane Freitas Campos
Márcia Perales Mendes Silva
Márcia Irene Pereira Andrade

- 65 -

O trabalho do/da assistente social na educação: a assistência estudantil no ensino superior no IFAM em Manaus

Luciana Vieira dos Santos
Hamida Assunção Pinheiro

- 83 -

O trabalho dos assistentes sociais com os venezuelanos na política de assistência social em Manaus: o deslocamento forçado como expressão da questão social

Kelly Borges de Almeida Rocha

Marinez Gil Nogueira Cunha

- 101 -

SEÇÃO II

ESTADO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Estado e desenvolvimento em tempos incertos

Vera Maria Ribeiro Nogueira

Maria Lúcia Teixeira Garcia

- 125 -

Famílias: a travessia de concepções sociais e jurídicas na sociedade brasileira

Cristiane Bonfim Fernandez

- 141 -

Suicídio como questão social de gênero na sociabilidade capitalista: contribuições ao Serviço Social

Lidiany de Lima Cavalcante

Ariadna Nunes Aguiar Batalha

- 159 -

Gestão do trabalho na atenção básica em saúde: considerações e desafios em algumas unidades de saúde do Distrito Leste de

Manaus

Jéssica Marinho Martins Sakuta

Josiara Reis Pereira

Yoshiko Sasaki

- 173 -

Quando a violência resulta em feminicídio: os impasses institucionais da política pública de proteção à mulher em situação de violência doméstica

Rayane de Oliveira Viana

Iraildes Caldas Torres

- 191 -

SEÇÃO III
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA EM DEBATE

Lógica do capital e (in) sustentabilidade na Amazônia

Nádia Socorro Fialho Nascimento

Joaquina Barata Teixeira

Maria Elvira Rocha de Sá

Tháís Sousa Silva

- 211 -

Políticas públicas & sustentabilidade na Amazônia: pauta de desafios e potencialidades para o Serviço Social

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

Gizelly Caroline França Guimarães

Camila Fernanda Pinheiro do Nascimento

Thamirys Souza e Silva

- 231 -

Sustentabilidade e saúde em comunidades ribeirinhas no Amazonas

Evelyn Barroso Pedrosa

Lucilene Ferreira de Melo

- 251 -

Sobre as/os autoras/es

- 267 -

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) tem a alegria de lançar sua 4ª coletânea, que reúne um conjunto de reflexões produzido por seus docentes, discentes e egressos/as, bem como pesquisadores/as de outras universidades brasileiras, com amplo reconhecimento social e acadêmico.

Como um programa de Pós-Graduação em Serviço Social situado no coração da Amazônia, temos consciência da responsabilidade que pesa sobre os nossos ombros quanto à produção e à socialização de conhecimentos sobre a realidade amazônica, sobre as particularidades do trabalho e da formação profissional do/a assistente social nesse recanto do Brasil, bem como sobre as refrações da questão social e as formas de seu enfrentamento por meio das políticas públicas, sem perder de vista a dimensão da totalidade e o necessário debate sobre as determinações sócio-históricas e macroeconômicas que desencadeiam a produção de desigualdades no mundo e no Brasil. Mais do que isso, estamos lutando há mais de uma década para consolidação do PPGSS, o que pressupõe, necessariamente, o intercâmbio, o diálogo e a cooperação acadêmica com pesquisadores/as e instituições de ensino consolidadas no país.

Nesse sentido, as coletâneas organizadas pelo PPGSS desde 2017 têm o objetivo deliberado de dar visibilidade aos conhecimentos produzidos no interior do programa e estabelecer diálogos profícuos com professores/as pesquisadores/as de outros programas de Pós-Graduação em Serviço Social em outras regiões do Brasil, por entender que a troca e o aprofundamento do debate crítico não apenas fortalecem o nosso PPGSS, mas contribuem para a área de Serviço Social.

Neste número da coletânea, organizada em três seções, nossas atenções estão voltadas ao debate da formação e do trabalho profissional em Serviço Social, às políticas públicas e à discussão da sustentabilidade. A primeira seção intitulada **Formação e trabalho profissional em Serviço Social**, constituída por 5 capítulos, traz produções sobre a Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil e sobre as particularidades do trabalho profissional do assistente social em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

O capítulo *O estado da arte sobre Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: contribuições da Revista Serviço Social & Sociedade e das teses de doutorado no período 2010 a 2020*, de Ana Lúcia Suá-

rez Maciel, Ana Carolina Vaz do Santos, Michael da Costa Lampert e Vanessa Lúcia Santos Azevedo, apresenta parte dos dados obtidos por meio da pesquisa “A formação em Serviço Social no âmbito da pós-graduação brasileira: estudo da sua conformação e contribuição”, realizada de 2018 a 2020, junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gestão Social e Formação em Serviço Social (FORMASS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGSS/PUCRS), de modo a conhecer a conformação da formação em Serviço Social no Brasil, no âmbito da Pós-Graduação.

Em *O trabalho profissional na atenção à saúde de crianças e adolescentes: o Serviço Social nos CAICs*, Shyrlen Cristiane de Oliveira Sousa Pinto e Roberta Ferreira Coelho de Andrade problematizam o trabalho profissional do/a assistente social num espaço sócio-ocupacional voltado à atenção a crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que mostram as demandas postas e os desafios ao exercício das atribuições e competências profissionais. Dentre outros aspectos, a pesquisa revela que as demandas postas pela instituição têm sido definidoras de seus planos de ação e, conseqüentemente, de suas respostas profissionais, entretanto, vemos igualmente reais possibilidades do trabalho extrapolar sua maior expressão, que é o atendimento direto ao/à usuário/a (atendimento socioassistencial e socioeducativo) para a dimensão político-organizativa, até mesmo pelo fato de ser um campo de atuação profissional que ainda carece de apropriação por parte dos/as assistentes sociais, considerando que podem ser indutores da mobilização dos usuários para que participem dos espaços de controle social das políticas e serviços sociais com os quais trabalham.

Silviane Freitas Campos, Márcia Perales Mendes Silva e Márcia Irene Pereira Andrade, no capítulo *Minha barriga não abriga a morte: o trabalho profissional do Assistente Social frente à transmissão vertical do HIV na atenção primária*, enfatizam os desafios do trabalho profissional do/a Assistente Social diante do processo de transmissão vertical de HIV, que envolve mulheres mães e seus filhos, assim como as faces da saúde reprodutiva. As autoras se debruçam sobre o tema a partir da dissertação de mestrado intitulada “Abrem-se as cortinas: o revelar das estratégias de saúde para o enfrentamento da transmissão vertical do HIV em Manaus”. O estudo possibilitou verificar, dentre outros objetivos, as possibilidades de atuação do/a Assistente Social no enfrentamento à epidemia de HIV/Aids e da transmissão vertical do vírus.

O trabalho do/da assistente social na educação: a assistência estudantil no ensino superior no IFAM em Manaus, das autoras Luciana Vieira dos Santos e Hamida Assunção Pinheiro, volta a atenção para o trabalho do/a assistente social na viabilização da assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Apresenta os resultados de pesquisa de campo desenvolvida junto aos/às assistentes sociais que atuam em diferentes *campi* do IFAM em Manaus – Amazonas: Campus Manaus Zona Leste; Campus Manaus Distrito Industrial e Campus Manaus Centro.

Kelly Borges de Almeida Rocha e Marinez Gil Nogueira Cunha, em *O trabalho dos assistentes sociais com os venezuelanos na política de assistência social em Manaus: o deslocamento forçado como expressão da questão social*, debatem a imigração e o deslocamento forçado de venezuelanos, o que requisita o trabalho profissional de assistentes sociais na política de assistência social em Manaus. Nesse capítulo, são apresentados resultados extraídos de dissertação de mestrado defendida em 2020 junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

A segunda seção, **Estado, questão social e políticas públicas**, composta por 5 capítulos, convida-nos a refletir sobre as expressões da questão social, as demandas postas ao Estado e as respostas dadas por meio das políticas públicas. Dentre as expressões da questão social, a violência contra a mulher e o suicídio são abordadas em dois capítulos.

No capítulo Estado e desenvolvimento em tempos incertos, Vera Maria Ribeiro Nogueira e Maria Lúcia Teixeira Garcia desenvolvem interessantes reflexões a respeito do papel do Estado e sua resposta frente às demandas estruturais, por meio de políticas públicas. Configura-se uma pesquisa bibliográfica direcionada às concepções do Estado em tempos de angústia, intranquilidade e insegurança em que o medo e o sofrimento rondam a vida das pessoas. Aponta os impasses da globalização, o retorno de rivalidades econômicas entre países, as novas demandas, até então ausentes na sociedade, tais como migração, crise climática e a preocupação com as energias renováveis. Faz uma crítica contundente ao atual estado da sociedade, tendo em vista as consequências da contaminação do coronavírus que intensificou a crise.

Famílias: a travessia de concepções sociais e jurídicas na sociedade brasileira, de Cristiane Bonfim Fernandez, apresenta um en-

saio com reflexões sobre concepções de família na sociedade brasileira contemporânea, tendo como referência a normativa jurídica pós-Constituição Federal de 1988 e seus aportes legislativos. Trata-se de uma análise teórica na perspectiva social e do direito, sobre as concepções e configurações familiares no ordenamento legal da sociedade brasileira.

Lidiany de Lima Cavalcante e Ariadna Nunes Aguiar Batalha, com o capítulo Suicídio como questão social de gênero na sociabilidade capitalista: contribuições ao Serviço Social, instigam o debate sobre o suicídio enquanto refração da questão social de gênero na sociabilidade capitalista. Trata-se de um ensaio em que as autoras envolvidas expressam o olhar a respeito do objeto, criticando visões tradicionais do suicídio que atuam no cuidado com a subjetividade humana e ponderando as inflexões do capital no processo de opressão e discriminação, sobretudo, da mulher. Conclui-se que há um mutismo histórico quanto ao reconhecimento do suicídio como expressão da questão social de gênero. Além disso, afirma-se também que a violência autoprovocada é mundialmente reconhecida como problema de saúde pública, todavia, ainda carece de discussões no bojo do Serviço Social brasileiro.

Em *Gestão do trabalho na atenção básica em saúde: considerações e desafios em algumas unidades de saúde do Distrito Leste de Manaus*, de Jéssica Marinho Martins Sakuta, Josiara Reis Pereira e Yoshiko Sasaki, encontramos uma análise da gestão do trabalho em saúde na atenção básica voltada à pessoa idosa em Unidades Básicas de Saúde do Distrito Sanitário Leste de Manaus. Trata-se de uma pesquisa empírica, que considera a perspectiva de gestores/as e trabalhadores/as da saúde junto ao segmento idoso em Unidades Básicas de Saúde. O estudo aponta os desafios enfrentados no cotidiano dos/as trabalhadores/as e a necessidade de fortalecimento da gestão do trabalho em estratégias de cogestão e participação ativa dos atores para melhorias da qualidade dos serviços prestados à população, especificamente a pessoa idosa, conforme preconiza o Sistema Único de Saúde. Destaca-se a experiência das autoras em estudos na temática, vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Social e Seguridade Social no Amazonas – GEPPSSAM.

Quando a violência resulta em feminicídio: os impasses institucionais da política pública de proteção à mulher em situação de violência doméstica, das autoras Rayane de Oliveira Viana e Iraildes Caldas Torres, é um convite ao debate sobre o feminicídio enquanto um

termo que expõe as fraturas das relações de gênero que recaem sobre a mulher, abrindo a sangria de assassinatos de mulheres pelo fato da vítima ser mulher. Estar-se-á diante de crimes de ódio, menosprezo e misoginia, assentados nas desigualdades de gênero sob os auspícios do patriarcado. A violência contra a mulher assume contorno naturalizado na sociedade capitalista, que constrói as grandes desigualdades, sob o manto das relações de poder que exacerbam as distensões entre os gêneros masculino e feminino. É nesse cenário que a violência contra a mulher e suas múltiplas formas se manifesta como uma expressão da questão social, demandando, assim, ações do Estado por meio de políticas públicas. Por meio de pesquisa documental e hemerográfica, o trabalho assume fundamental importância na medida em que não só contribuirá para enriquecer a temática das relações de gênero na academia, mas também porque poderá contribuir para fundamentar estratégias de reivindicação de políticas públicas às mulheres no que diz respeito à prevenção e enfrentamento da violência doméstica.

A terceira e última seção, nomeada **Sustentabilidade na Amazônia em debate**, com seus 3 capítulos, traz o debate polêmico e crítico acerca da sustentabilidade, evidenciando a perspectiva contra-hegemônica ao conceito de desenvolvimento sustentável. Os três capítulos ressaltam os impactos do desenvolvimento capitalista na Amazônia e, por conseguinte, na vida dos povos que habitam a Amazônia.

Nádia Socorro Fialho Nascimento, Joaquina Barata Teixeira, Maria Elvira Rocha de Sá e Thaís Sousa Silva, em *Lógica do capital e (in) sustentabilidade na Amazônia*, apresentam uma reflexão crítica à discussão sobre sustentabilidade no contexto amazônico, ressaltando a natureza e seus povos imbricados dialeticamente na região, discutindo o direito à vida e ao trabalho desses povos e denunciando a falácia da sustentabilidade sob o ditame do capital. O objetivo é tecer reflexões sobre o debate da sustentabilidade para contribuir com subsídios para a formação e intervenção profissional do/a Assistente Social, particularmente, na Política Nacional de Assistência Social/PNAS. Essas reflexões instigam a se pensar o trabalho profissional em consonância com os princípios do projeto ético-político da categoria, visando contribuir na luta pela garantia dos direitos dos povos na Amazônia.

No capítulo *Políticas públicas & sustentabilidade na Amazônia: pauta de desafios e potencialidades para o Serviço Social*, das autoras Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, Gizelly Caroline França Guimarães, Camila Fernanda Pinheiro do Nascimento e Tha-

mirys Souza e Silva, aborda-se como questão central os rebatimentos dos determinantes da lógica do sistema capitalista na Amazônia, evidenciando os limites impostos para o acesso às políticas públicas na região, enfatizando, particularmente, como esses rebatimentos afetam os povos originários. Tem como objetivo discutir a natureza das políticas públicas no contexto amazônico a partir dos parâmetros de sustentabilidade, no sentido de evidenciar os direcionamentos e desafios para a produção de conhecimento orientada pelo projeto ético-político do Serviço Social, ressaltando a experiência do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia – Grupo Inter-Ação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Em *Sustentabilidade e saúde em comunidades ribeirinhas no Amazonas*, de Evelyn Barroso Pedrosa e Lucilene Ferreira de Melo, temos a discussão acerca do acesso à saúde em comunidades ribeirinhas do município de Caapiranga/Amazonas, abordando o debate sobre a sustentabilidade em suas dimensões social e cultural, com foco nas formas de uso das plantas medicinais no contexto amazônico. A intenção foi realizar uma reflexão sobre a necessidade de formulação de políticas públicas adaptadas ao contexto regional, ressaltando que é preciso mudanças nos paradigmas das políticas de saúde para que busquem se assentar nos princípios da sustentabilidade que devem pautar a relação homem-natureza. Por essa razão, a discussão visa evidenciar que é necessário promover o reconhecimento dos povos tradicionais, dos seus conhecimentos e da cultura local.

Temos a firme convicção de que as produções apresentadas nesta coletânea, que entrelaçam pesquisadores/as das regiões norte, sul e sudeste, têm grande possibilidade de potencializar a leitura crítica da realidade social e iluminar estratégias de intervenção, bem como qualificar a formação e o trabalho profissional dos assistentes sociais. Nesse sentido, convidamos os/as leitores/as a desfrutarem desta coletânea. Boa leitura!

*Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Marinez Gil Nogueira Cunha
Lidiane de Lima Cavalcante
Cristiane Bonfim Fernandez
(Organizadoras)*

SEÇÃO I

**FORMAÇÃO E TRABALHO
PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

O ESTADO DA ARTE SOBRE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: contribuições da Revista Serviço Social & Sociedade e das teses de doutorado no período 2010 a 2020

*Ana Lúcia Suárez Maciel
Ana Carolina Vaz do Santos
Michael da Costa Lampert
Vanessa Lúcia Santos Azevedo*

1. INTRODUÇÃO

A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil adentra o ano de 2021 comemorando os 50 anos da criação do seu primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu*, ao mesmo tempo que vivenciamos um processo de reordenamento das políticas e lógicas de avaliação deste nível de formação por parte dos órgãos reguladores. Nessa direção, tomar a pós-graduação como objeto de estudo se reveste de importância, diante desse marco histórico, bem como da conjuntura que vivemos.

Este capítulo resulta de parte dos dados e reflexões empreendidas na pesquisa intitulada “*A formação em Serviço Social no âmbito da pós-graduação brasileira: estudo da sua conformação e contribuição*”, desenvolvida no período de 2018 a 2020, junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gestão Social e Formação em Serviço Social (FORMASS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGSS/PUCRS), que objetivou analisar a conformação da formação em Serviço Social no Brasil, no âmbito da pós-graduação, bem como as suas contribuições no ensino, pesquisa e produção de conhecimentos da área, com vistas a subsidiar a categoria profissional com elementos que lhe permitam refletir acerca do seu projeto de formação que inclua a pós-graduação como instância indissociável e estratégica na formação dos futuros docentes e pesquisadores do Serviço Social.

Para tanto, dentre os procedimentos metodológicos utilizados na mesma, elegeu-se a revisão do estado da arte, compreendida como: “(...) a identificação, síntese e reflexão sobre o já produzido sobre uma temática em um determinado recorte temporal e espacial” (MOROSINI, 2015, p. 114). Assim, para apreender o que a categoria produziu acerca da categoria teórica central da pesquisa (a pós-graduação), definiu-se como temporalidade os anos de 2010 a 2020 e, como fontes, três periódicos da área e a totalidade das produções da pós-graduação (teses de doutorado e dissertações de mestrado). Dada à limitação deste capítulo, optamos por compartilhar os dados mapeados e analisados em duas das fontes citadas, a saber: os artigos publicados na Revista Serviço Social & Sociedade (Qualis A1) e as teses vinculadas aos programas de pós-graduação da área publicadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), posto que nenhuma dissertação foi mapeada no período em questão.

A estrutura do artigo está composta por esta introdução, seguida de duas seções que sistematizam os dados mapeados e analisados nas fontes já citadas, da conclusão e das referências que alicerçaram esta produção.

2. AS PRODUÇÕES DA REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE: TENDÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

A Revista Serviço Social & Sociedade, desde a sua criação em setembro de 1979, possui uma política editorial voltada a dar visibilidade à produção acadêmica e profissional de assistentes sociais, além de profissionais de outras áreas de conhecimento. Torna-se, assim, um dos mais importantes periódicos de referência para docentes e discentes universitários, pesquisadores e profissionais que buscam acompanhar o debate sobre as importantes questões nacionais e internacionais que refletem sobre o Serviço Social, as Ciências Sociais e Humanas.

No período de 2010 a 2020, foram publicadas 39 edições da revista (dos números 101 a 139, sendo que até o ano de 2015 eram 04 edições anuais e, a partir do 2016, passaram a ser 03 edições anuais). Dentre essas publicações, foram encontrados 17 documentos com os descritores: Pós-Graduação, Formação e Serviço Social. Destes, 01 se

constitui em editorial, que abre a edição n.º 139 de 2020, intitulado “*A Inserção Social da Pós-Graduação em Serviço Social*”, que objetiva dar visibilidade e fortalecer o cenário da Pós-Graduação em Serviço Social no país.

Os outros documentos mapeados se constituem em 16 artigos, sendo que a sua maioria (13) é oriunda da referida edição da revista de 2020; os demais se encontram pulverizados, respectivamente, em edições na mesma revista dos anos de 2011, 2014 e 2018, o que traduz a escassez de produções da área com relação aos descritores eleitos. Ao mesmo tempo, sinaliza para a importância de compreender as tendências e as contribuições dessas produções, pois são elas que alicerçam parte do debate da área. Destaca-se, ainda, que o alto número de produções na Revista n.º 139 se justifica por tratar de um número especial que possuía como objetivo dar visibilidade aos novos Programas de Pós-Graduação em desenvolvimento no país.

Acerca do conteúdo desenvolvido nos artigos mapeados, as produções de Montaña (2011), Mendes e Almeida (2014) e Duriguetto e Alagoano (2018) são categóricas ao afirmarem que a Pós-Graduação em Serviço Social é o *locus* da produção de conhecimento científico da área, mediada por um pensamento crítico e compromissada com a classe trabalhadora, de modo a subsidiar um conjunto de possibilidades interventivas nas particularidades dos diferentes espaços sócio-ocupacionais onde a profissão se insere. Por isso, a pesquisa, a produção de conhecimento e a Pós-Graduação em Serviço Social são indissociáveis para a efetivação de um acúmulo teórico e metodológico crítico, posto que ao pensarmos a formação estamos articulando-a com o trabalho profissional da categoria.

O artigo de Montaña (2011), denominado “*A pós-graduação e a pesquisa no Serviço Social latino-americano: uma primeira aproximação*”, apresenta dados sobre a constituição da Pós-Graduação em Serviço Social nos países hispano-americanos. Esta se conforma de maneira acadêmica, político-corporativa e teórica, essencialmente, a partir de dois movimentos distintos que ocorreram após o movimento de reconceituação e o fim da ditadura civil militar, que são: (1) Nos países hispano-americanos houve “um retorno ao passado”, por meio da restauração de autoridades, professores, currículos e bibliografias anteriores à ditadura; (2) No Brasil, ocorreu a consolidação das entidades representativas (Conselho Federal de Serviço Social/CFESS,

Conselho Regional de Serviço Social/CRESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social/ENESSO) e o desenvolvimento da sua pós-graduação se constituindo, assim, enquanto área de conhecimento, de modo a promover a atualização, o amadurecimento teórico e o desenvolvimento de um projeto ético-político da profissão.

Apesar da Pós-Graduação em Serviço Social brasileira e, conseqüentemente, a produção de conhecimento serem mais consolidadas do que nos demais países da América-Latina, o estudo de Mendes e Almeida (2014), denominado “*As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social*”, aponta para uma fragilidade na pesquisa do Serviço Social no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), considerada pelas autoras “a partir do parâmetro avaliativo adotado entre as reduzidas demandas encaminhadas pela área e as modestas demandas recomendadas” (MENDES; ALMEIDA, 2014, p. 656), revelando a baixa procura pelos pesquisadores por fomento para as suas pesquisas.

No país, ainda segundo as autoras, a Pós-Graduação em Serviço Social, em termos quantitativos, possui disparidades em relação a algumas áreas do conhecimento, como a Psicologia que integra o mesmo comitê de assessoramento junto ao CNPq. O Serviço Social possui poucos programas e pesquisadores com bolsas de produtividade das agências de fomento à pesquisa, o que contribui para a fragilidade orçamentária da área.

Existe uma predominância das análises investigativas da área, a partir de estudo empreendido pelas mesmas autoras, sobre políticas sociais e reduzidas análises na área dos fundamentos do Serviço Social. Outra tendência sinalizada no mesmo artigo são os debates sobre as demandas sociais e históricas da sociedade capitalista que, segundo as autoras, conformam uma contra tendência à hegemônica inovação tecnológica defendida pelo CNPq. Nesse sentido, Mendes e Almeida (2014) acenam para duas novas tendências adotadas por esse órgão de fomento que podem ser profícuas às pesquisas da área do Serviço Social:

[...] uma acena para o enfoque da educação e popularização de ciência e tecnologia e a outra para interdisciplinaridade. Ambas as tendências são conhecidas e presentes nas pesquisas de Serviço Social. A primeira se expressa, sobretudo, na produção técnica dos pesquisadores e a segunda no campo das políticas sociais. Tais

perspectivas expõem as exigências das agências de fomento e os desafios para os pesquisadores: conviver com o produtivismo, com o direcionamento de recursos e programas para áreas específicas, como Ciências sem Fronteiras; o direcionamento dos recursos para a área com base nas demandas e o comitê de Serviço Social compondo com o de Psicologia. Isso para apontar alguns dos grandes desafios. (MENDES; ALMEIDA, 2014, p. 657).

O artigo de Duriguetto e Alagoano (2018) intitulado “*O movimento feminista na produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em Serviço Social*” apresenta um levantamento da produção de conhecimento sobre a temática no período de 1985 a 2014. Como resultado, as autoras encontram um total de 22 pesquisas, a maioria foi elaborada após o ano de 2000, sendo somente uma elaborada no ano de 1988. O estudo indicou incipiente produção de conhecimento na profissão que aborda os movimentos feministas e a luta das mulheres em movimentos sociais, sinalizando a necessidade de se ampliar esse debate. Igualmente, destaca-se uma pluralidade acerca da compreensão da área sobre feminismo, onde são abordados conceitos como: gênero, relações sociais de sexo, divisão sexual do trabalho e patriarcado. Nesse aspecto, as autoras salientam para a necessidade de abordagem cuidadosa, no que se refere a tais conceitos, “para não incorrer em análises que simplificam seu significado e não elucidam as diversas concepções e perspectivas societárias presentes em sua utilização” (DURIGUETTO; ALAGUANO, 2018, p. 248).

A edição n.º 139 de 2020 possui como eixo temático: “*A Inserção Social da Pós-Graduação em Serviço Social*” e é a que condensa o maior número de produções mapeadas nesta pesquisa, como já citado. Conforme o referido editorial, a edição centrou suas análises e produções sobre a inserção social desenvolvida pelos programas de pós-graduação da área do Serviço Social, diante dos desafios postos no contexto de desmonte do ensino superior e, mais recentemente, considerando a conjuntura pandêmica que vivemos. Infere que,

na autoavaliação dos Programas, observa-se que a inserção social é um dos pontos comuns e ricos entre os Programas que são legitimados pela sociedade, configura-se como uma das ações de maior reconhecimento público e social. (WANDERLEY et al., 2020, p. 410).

Por essa razão, a publicação dessa edição especial da Revista Serviço Social & Sociedade sobre a produção dos Programas de Pós-

-Graduação da área é fruto de uma ação estratégica, política e de resistência elaborada, conjuntamente, a partir do Seminário Meio Termo da Área 32 de Serviço Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ocorrido em novembro de 2019, com a finalidade de fortalecer os programas com nota 03 e destacar suas produções e inserções sociais, considerando que:

[...] as propostas governamentais de fusão de Programas nota 3 e/ou redução da área de humanidades, como está sendo cogitado na política de desmonte da Pós-Graduação da Capes, do CNPq e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. (WANDERLEY et al., 2020, p. 410).

A edição especial contempla 13 artigos, sendo 12 dos Programas de Pós-Graduação e mais um da coordenação da área na CAPES.

Os artigos dos Programas abordam a inserção social dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social (nota 3), refletindo a particularidade de cada Programa na região onde se situa, demonstrando a importância da função social/política nos municípios, nos territórios e os impactos de suas ações para desenvolvimento social, local, regional, nacional na sociedade. A inserção social configura-se como uma estratégia de resistência na busca da equidade. É importante destacar que o quesito inserção social foi introduzido na Ficha de Avaliação da Capes em 2007, como uma dimensão própria, constitutiva da Pós-Graduação. O objetivo era o de conhecer como e quanto a formação e a pesquisa poderiam impactar a sociedade, face aos desafios de necessárias transformações em nosso país. (WANDERLEY et al., 2020, p. 411).

O quesito da inserção social possui grande relevância na área do Serviço Social, dada sua natureza interventiva na realidade e a sua vinculação com a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. É nessa direção que a produção da coordenação do Serviço Social na CAPES posiciona-se sobre a função da inserção social na universidade “[...] a inserção social deve qualificar a relevância econômica, ético-política, social e cultural da pós-graduação em formar recursos humanos e produzir conhecimentos para responder aos problemas do país” (CARVALHO; STAMPA; SANTANA, 2020, p. 418).

Esta edição contempla produções acadêmicas de um terço dos programas de Pós-Graduação de Serviço Social em atividade no Brasil, posto que 12 dos 36 programas da área publicaram artigos em autoria

composta de três doutoras/es, fator que, além de aprofundar a expertise nos debates apresentados, enriquece o acervo teórico da área.

Conforme identificado em Lewgoy, Fernandes e Reidel (2020), a produção de conhecimento em defesa da classe trabalhadora é um desafio permanente dotado de uma implicação ética e política que orienta o Serviço Social no espaço universitário, espaço que é atravessado de contradições e que também reflete interesses pautados pelas estruturas produtivas vigentes do modo de produção capitalista.

Silva, Nozabelli e Rodrigues (2020) destacam que essas estruturas produtivas são condicionadas por constantes transformações de viés neoliberal expressas, principalmente, nos últimos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) que sintetizam um conjunto de contrarreformas que movimentam uma tríplice hélice (articulação entre Estado, universidades e empresas) em prol de um modelo de desenvolvimento que, contraditoriamente, vem acompanhado de cortes e contingenciamentos que comprometem seriamente as atividades de pesquisa nas instituições de natureza pública.

Neste sentido, ao refletirem acerca do papel da universidade, Barboza, Pereira e Vale (2020) destacam o seguinte:

[...] conhecer a universidade é desvendar seu papel social e seus objetivos, suas características e seus processos, bem como o contexto histórico no qual está inscrita. Retomando a afirmação de Ernesto Leyendercker (1974, p. 5): “a universidade não está fora da história de um país, tampouco é toda a história, mas por ela ‘passa’ a história da vida; neste sentido é aspiração humana, tentativa, ensaio, verificação, drama e desenlace, tarefa comunitária. [...] é uma realidade que fala”. Deste modo, reportando-se todo o tempo à sociedade e ao Estado, à cultura, à política e à economia, tendo sua razão de ser publicamente reconhecida e legitimada devido à sua centralidade na dedicação à formação humana e ao conhecimento, a universidade tem a tarefa histórica de gerar reflexão crítica, produzir conhecimento, criar condições para a formação e o enriquecimento intelectual de seus integrantes. No seu interior reverbera o que há de mais típico nas épocas históricas e estruturas sociais, dando-lhe uma existência dinâmica e socialmente referenciada. De acordo com Nogueira (2004), seu desenvolvimento acompanhou as transformações sociais, econômicas e políticas — e, por isso, sua relação com a sociedade e com o Estado, por vezes, configurou-se de forma conflituosa, ou seja, seus movimentos como instituição seguem demandas e expectativas da sociedade, sem se submeter passivamente a elas. (BARBOZA, PEREIRA; VALE, 2020 p. 552).

Por sua vez, Dalbello-Araújo, Andrade e Ramos-Silva (2020) re-ferem que a universidade brasileira já vem, de longa data, questionando a sua finalidade social frente ao conflito capital e trabalho, reconhecendo que, mesmo com as contradições postas pelas atuais configurações da política de educação superior, é a partir da produção científica que se garantem os financiamentos e subsídios para classificar os programas de pós-graduação, fator que acirra a competitividade entre os programas, podendo obliterar a visão e ofuscar o real papel da universidade na transformação da realidade por meio das pesquisas e do conhecimento nela produzido.

Silva, Lemos e Batista (2020) apontam que o caráter da inserção social em voga no PNPQ vigente vem no sentido de suprir o “abismo” entre a universidade e a sociedade, os autores ainda colocam em evidência como o imperativo de publicar e perecer se coloca para todas as áreas do conhecimento e, por consequência, rebate diretamente na produção de modo a valorizar a quantidade em detrimento da qualidade acadêmica que deve estar contida nas atividades de pesquisa. Essa perspectiva não se detém apenas para as principais agências de fomento no país, tais como CAPES e CNPq, mas se estende também para as Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs).

Santos, Gonçalves e Silva (2020) demonstram que no país há 26 FAPs em praticamente todas as unidades federativas, com exceção de Roraima, e que estas sofreram grande impacto na captação de recursos para pesquisas, a partir do momento em que se implantou um novo regime fiscal, decorrente da Emenda Constitucional n.º 95 de 2016, que congelou os recursos públicos pelo período de 20 anos e impactou, diretamente, no desenvolvimento das atividades de pesquisas junto às FAPs.

O atual contexto da Pós-Graduação no Brasil é historicamente carregado de contrarreformas e na última década, 2010 a 2020, se sentiu o peso da EC 95/2016, no que se refere em como isso afeta todas as áreas da sociedade brasileira, em especial na execução de políticas públicas e sociais que vêm sofrendo sucateamentos de toda ordem, a partir de ações como a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, a reforma administrativa, entre outras. Esse rol de contrarreformas tende a erodir primeiro com os programas com notas mais baixas no sistema de avaliação da CAPES, como destacam os autores a seguir:

Na conjuntura de contrarreforma do Estado brasileiro, agravada pelos governos Temer e Bolsonaro, as políticas de educação e ciência e tecnologia têm sofrido inflexões significativas, tanto no que se refere à direção quanto ao financiamento. Desse modo, há redução de recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), redução do número de bolsas para os PPGSSs, principalmente os de conceitos 3 e 4, mudanças nos critérios de concessão de bolsas, reformulações nos critérios de avaliação dos programas pela Capes, além da ameaça dos programas com conceito 3 serem extintos ou fundidos com outros. (SILVA; DAVI; NÓBREGA, 2020, p. 460).

No contraponto, Conserva, Machado e Gambardella (2020) resgatam o caráter político-acadêmico que deve ser essencial para o direcionamento de ações estratégicas para a pós-graduação no atual contexto.

O contexto atual da pós-graduação, tanto em nível nacional quanto internacional, requer não apenas um patamar de superação na dinâmica dos processos de formação de docentes e pesquisadores para as universidades e para o próprio sistema acadêmico, mas também na produção de novas competências e ferramentas em função das demandas de sociedades tão díspares e desiguais, tanto em termos socioeconômicos quanto no campo emancipatório dos direitos sociais e de cidadania. Ou seja, são necessárias, em termos de planejamento estratégico dos programas, diretrizes de atuação político-acadêmica que impactem na relação Estado/sociedade, em especial na formulação, no planejamento e na gestão das políticas públicas. (CONSERVA, MACHADO, GAMBARDELLA, 2020, p. 520).

Essas atuações político-acadêmicas vêm no lastro de fortalecer, no âmbito do planejamento, gestão e execução de políticas públicas, para que de fato exerçam a sua finalidade. O reflexo deste fortalecimento vai ao encontro da inserção social dos programas de pós-graduação junto à sociedade e relaciona, diretamente, o objeto de estudo do Serviço Social para transformar a realidade. Um outro ponto a se considerar é o impacto que os programas causam em áreas historicamente relegadas pelas políticas de Estado, como a região nordeste, norte e amazônica, territórios que os programas de Serviço Social vêm contribuindo consideravelmente para o desenvolvimento regional.

Neste sentido, as produções mapeadas na revista Serviço Social & Sociedade apontam, especialmente, nas publicações de Montañó (2011), Mendes e Almeida (2014), Duriguetto e Alagoano (2018) tendências que destacam, respectivamente, a proposta de fortalecer a

articulação de programas de pós-graduação na América Latina, o estudo das tendências da pesquisa na área junto ao CNPq e um estudo que problematiza o movimento feminista na produção acadêmica de Pós-Graduação em Serviço Social.

Por fim, a revista n.º 139 (2020) concentrou produções que tomaram como eixo temático a “inserção social”, assim, identificamos que esta tendência se apresentou como um seguimento assentado pela avaliação das agências de fomento como fator que pode alavancar a projeção de novos programas, por demonstrar a relevância da pós-graduação e das suas produções para o desenvolvimento social e regional, tendência que também se mostra como estratégia de resistência frente a uma conjuntura marcada por contingenciamentos, desqualificação da área de ciências humanas e sociais em um contexto que intensifica a privatização e a mercantilização da educação superior na sua totalidade e complexidade.

3. AS PRODUÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DAS TESES DE DOUTORADO: A ÊNFASE NA TEMÁTICA ÉTICO-POLÍTICA

A Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações (BDTD) é uma plataforma digital de busca que dissemina, de forma gratuita, as produções de teses e dissertações apresentadas em instituições brasileiras de ensino e pesquisa. Possui como escopo o aumento de conteúdos completos de teses e dissertações brasileiras na Internet, proporcionando maior visibilidade da produção científica nacional e a difusão de informações de interesse científico e tecnológico para a sociedade, bem como a visibilidade do investimento realizado aos programas de pós-graduação no país. No período de buscas definido nesta pesquisa (2010 a 2020) foram localizadas 03 teses que associam os descritores: Pós-Graduação, Formação e Serviço Social. É importante referir que não foi localizada nenhuma dissertação de mestrado no período e fonte de busca, de modo a revelar o baixíssimo número de produções decorrentes dos programas de pós-graduação nesta área temática que se vincula ao processo de formação dos profissionais.

As teses da BDTD consistem em trabalhos que versam sobre a ética na pesquisa com seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais, tendo como cenário de pesquisa os programas específicos de Pós-Gra-

duação em Serviço Social. Contemplam elementos como as determinações e implicações que envolvem a submissão dos projetos de pesquisa na área aos Comitês de Ética em Pesquisa e a correlação com o Código de Ética do(a) Assistente Social, os quais são: *“A relação entre produção de conhecimento teórico nas teses de doutoramento e a direção social estratégica do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro”* (NÓBREGA, 2013), *“Ética e Pesquisa no Serviço Social: um estudo a partir do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina”* (SGARBIEIRO, 2017) e *“A transversalidade da ética na Pós-Graduação em Serviço Social”* (CARVALHO NETO, 2018).

Na produção de Nóbrega (2013), foi possível verificar o alinhamento e prevalência da produção teórica em Serviço Social com a direção social alicerçada na perspectiva teórico-metodológica de base marxista, que, por sua vez, articula-se com a direção social da categoria profissional. A partir de teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Pernambuco, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no período de 2005 a 2010.

O estudo de Sgarbieiro (2017) analisa as determinações e implicações que envolvem a exigência de submissão dos projetos de pesquisa em Serviço Social aos Comitês de Ética em Pesquisa, com uma análise investigativa, a partir do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social e do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina. Nesse tocante, a autora enfatiza as conquistas dos marcos legais nas pesquisas com seres humanos sob uma perspectiva ética, contudo, tal perspectiva possui essência biomédica, fazendo com que ocorra um “imperialismo bioético” (SGARBIEIRO, 2017) nesse âmbito e, com isso, sinaliza a necessidade de que este seja superado nas pesquisas da área das Ciências Humanas e Sociais (CHS).

Indica, ainda, a elaboração e implantação da Resolução 510/2016 como uma resolução complementar à área biomédica, mas pondera que: “[...] como área de conhecimento científico, a pesquisa em CHS tem um grande desafio que é a implementação da resolução e a criação de um sistema próprio de avaliação da área das CHS” (SGARBIEIRO, 2017, p. 197).

Nesse sentido, não se pode desvincular o Serviço Social desta questão, com relação às implicações e determinações sobre a ética na pesquisa, posto que a ética é uma condição transversal à realização de pesquisas na área. Está situada em pressupostos que visam compreender a multiplicidade das mediações que envolvem a pesquisa e os seus sujeitos, pois essa deve ser compreendida na totalidade das condições históricas determinadas socialmente, como igualmente é reverberado na tese de Carvalho Neto (2018).

Nessa direção, Sgarbieiro (2017) afirma que não acha necessário que o Serviço Social submeta as suas pesquisas aos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), considerando os fundamentos éticos e políticos que contemplam a profissão, a qual exige uma orientação ética direcionada para a confirmação dos direitos humanos e a construção de uma sociedade sem processos de exploração, opressão e alienação, como reafirma Carvalho Neto (2018).

Considera, ainda, que a submissão ao comitê se torna uma formalidade a ser cumprida para possibilitar a publicação dos estudos e, conseqüentemente, se manter como área de pesquisa e conhecimento. Os autores destacam, ainda, uma grande preocupação do Serviço Social com a devolutiva das pesquisas aos participantes e para a sociedade em geral, se movimentando na direção oposta das pesquisas sob influência mercadológica e/ou utilitarista. Sublinham, também, que os pesquisadores encontram entraves com a morosidade dos processos avaliativos que envolvem as submissões aos CEPs, o que faz com que muitos pesquisadores evitem pesquisas que envolvam participantes, dado também influenciado pelo curto tempo de duração dos cursos de pós-graduação, especialmente, no nível de Mestrado.

4. CONCLUSÃO

Ao término deste capítulo, que se dedicou a mapear e analisar o estado da arte sobre a Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, a partir das contribuições de duas fontes de pesquisa: 1) Revista Serviço Social & Sociedade e 2) Teses de Doutorado produzidas nos programas da área, no período de 2010 a 2020, temos a considerar que:

- A produção de conhecimento sobre a pós-graduação nas fontes pesquisadas se revelou escassa, considerando o universo que continha cada uma das fontes e a conjuntura atual da educação superior e da pes-

quisa no país, o que evidencia a importância deste mapeamento a fim de traduzir o “retrato da produção da área” sobre o objeto de pesquisa que, para os autores, é considerado parte do processo de formação da profissão e componente imprescindível no debate sobre a política de ciência, tecnologia e inovação no país;

- No âmbito das produções mapeadas na Revista Serviço Social & Sociedade, chamou a atenção que a maioria dos artigos está concentrada numa única edição (n.º 139/2020), o que sinaliza para a importância das definições editoriais para mobilizar a comunidade científica para temas com escassa produção ou como estratégia política da categoria em promover reflexões sobre aspectos da conjuntura que incidem sobre a sua formação e/ou trabalho. Acerca das tendências temáticas junto ao descritor “pós-graduação” se destacaram as problematizações sobre a política de pós-graduação vigente no país, o modelo de avaliação dos programas, com destaque para o quesito “inserção social”, a pós-graduação na América Latina, o panorama da pesquisa na pós-graduação e a relação dos programas e pesquisas com os órgãos de fomento;

- No âmbito das produções mapeadas nos Programas de Pós-Graduação, a localização de apenas três teses de Doutorado confirmou a baixa produção da área junto ao descritor “pós-graduação”, sendo que a temática da ética e da direção social da profissão marcam os objetos delimitados acerca desse tema nesta fonte em particular. É importante referir, também, que um número alto de trabalhos de pós-graduação foi mapeado na primeira etapa da pesquisa, pois os descritores aqui utilizados estavam presentes nos mesmos; no entanto, ao se proceder a etapa seguinte de avaliação preliminar do conteúdo desenvolvido nos trabalhos, se constatou que estes não elegiam, efetivamente, a pós-graduação como objeto de pesquisa, o que gerou dificuldade para o desenvolvimento desta pesquisa. Ao mesmo tempo, sinaliza a importância dos autores (e seus orientadores) elegerem de forma cuidadosa as palavras-chave que incluirão nos trabalhos, o que facilitará estudos futuros que lancem mão deste tipo de critério de busca.

Considerando os 50 anos da pós-graduação *stricto sensu* na área do Serviço Social e as produções mapeadas nos últimos 10 anos, a partir da pesquisa aqui compartilhada, se avalia a necessidade de ampliação de tais produções, mediante o estímulo das comissões editoriais das revistas da área, com chamadas induzindo para a temática, bem como do incentivo à pesquisa, publicações e eventos que tomem a pós-gra-

duação como escopo estratégico para o futuro da pesquisa e da formação na área em debate.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, Douglas R.; PEREIRA, Tatiana Dahmer; VALE, Andréa Araujo do. **O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional e a universidade pública.** Revista Serviço Social & Sociedade, n. 139, p. 550-560, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.231>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

CARVALHO, Denise B. B. de; STAMPA, Inez; SANTANA, Joana V. **Inserção social nos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social.** Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 139, p. 415-426, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.220>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

CARVALHO NETO, Cacildo T. **A transversalidade da ética na Pós-Graduação em Serviço Social.** Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2018. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_5dbe55eb2c05c-2393451c3ede0fb702c>. Acesso em: 25 jul. 2021.

CONSERVA, Marinalva; MACHADO, Aline Maria B.; GAMBARDELLA, Alice D. **Formação stricto sensu em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba: análise de 40 anos por clusters.** Revista Serviço Social & Sociedade, n. 139, p. 511-524, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.228>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

DALBELLO-ARAÚJO, Maristela; ANDRADE, Janice G. F.; RAMOS-SILVA, Valmin. **Esforços da Pós-Graduação em políticas públicas e desenvolvimento local para a Interiorização.** Revista Serviço Social & Sociedade, n. 139, p. 500-510, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.227>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; ALAGOANO, Verônica M. **O movimento feminista na produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em Serviço Social.** Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 132, p. 231-251, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.139>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

LEWGOY, Alzira Maria B.; FERNANDES, Rosa Maria C.; REIDEL, Tatiana. **Conhecimento, ética e política**: premissas da Pós-Graduação. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 139, p. 538-549, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.230>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

MENDES, Jussara Maria Rosa; ALMEIDA, Bernadete de Lourdes F. de. **As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social**. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 120, p. 640-661, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.002>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

MONTAÑO, Carlos. **A pós-graduação e a pesquisa no Serviço Social latino-americano**: uma primeira aproximação. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 108, p. 762-780, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000400011>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

MOROSINI, Marília. **Estado de conhecimento e questões do campo científico**. *Revista Educação: UFSM*, Santa Maria, n. 1, v. 40, p. 100-116, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/15822/pdf>>. Acesso em: 07 set. 2021.

NÓBREGA, Mônica B. da. **A relação entre a produção de conhecimento teórico nas teses de doutoramento e a direção social estratégica do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro**. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social), Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_94d7ab1435d6a24ee80990068afb4ef5>. Acesso em: 25 jul. 2021.

SANTOS, Vera Núbia; GONÇALVES, Maria da Conceição V.; SILVA, Noêmia Lima. **Desenvolvimento de pesquisas no Nordeste e a importância das Fundações de Amparo (2014-2016)**. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 139, p. 561-572, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.232>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SGARBIEIRO, Márcia. **Ética em pesquisa no Serviço Social: um estudo a partir do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina**. 2017. 241 f. Tese (Doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço So-

cial), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **São Paulo, 2017.**
Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_7ca-1be9738b8bc7b439e56d1fcb00850>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SILVA, Alessandra Ximenes da; DAVI, Jordeana; NÓBREGA, Mônica Barros da. **A inserção Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.** Revista Serviço Social & Sociedade, n. 139, p. 452-463, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.223>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SILVA, Maria Liduína de O. e; NOZABIELLI, Sônia Regina; RODRIGUES, Terezinha de Fátima. **Inserção social como função política da universidade: resistências e perspectivas.** Revista Serviço Social & Sociedade, n. 139, p. 427-439, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.221>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SILVA, Diuslene, LEMOS, Esther Luiza e BATISTA, Alfredo. **Serviço Social e inserção social da Pós-Graduação:** reflexões a partir do oeste do Paraná. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 139, p. 440-451, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/NSF36yM8GGqSskqZJZzTJBm/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 15 jul. 2021.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore et al. **Desafios postos aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no contexto de desmonte do ensino superior.** Revista Serviço Social & Sociedade, v. 139, p. 407-414, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.219>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

O TRABALHO PROFISSIONAL NA ATENÇÃO À SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: o Serviço Social nos CAICs

*Shyrlen Cristiane de Oliveira Sousa Pinto
Roberta Ferreira Coelho de Andrade*

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo¹ se propõe a discutir o trabalho profissional do assistente social na atenção à saúde de crianças e adolescentes, tendo como referência a investigação desenvolvida junto às assistentes sociais dos Centros de Atenção Integral à Criança (CAICs) na cidade de Manaus-AM. É fruto de uma investigação associada ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD Amazônia), por meio do qual o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas, desde 2018, em conjunto com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e a Universidade Federal do Pará (UFPA) desenvolve o projeto de pesquisa “A formação e o trabalho profissional do assistente social: aproximações e particularidades entre Amazônia e Sul do Brasil”. A esse programa de cooperação acadêmica estão vinculadas as autoras deste capítulo, as quais pertencem ao Grupo de Pesquisa e Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS), o qual desenvolve estudos sobre formação e trabalho profissional.

A partir de dados obtidos na pesquisa de campo e que subsidiaram a dissertação acima citada, decidimos discutir os desafios de se construir respostas profissionais diante de necessidades sociais que requisitam respostas profissionais imediatas fragmentadas, o que compromete a capacidade do assistente social de submetê-las ao crivo da ra-

¹ Trata-se de um recorte da dissertação de Mestrado intitulada “O trabalho do assistente social na atenção à saúde de crianças e de adolescentes na cidade de Manaus – Amazonas: uma análise a partir dos Centros de Atenção Integral à Criança”, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia em 2021.

ção crítico-dialética, sem o que se mantêm ocultadas as demandas substantivas, ou seja, aquelas que estão na raiz da maior parte das demandas espontâneas que se colocam nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, ocultadas por um cotidiano de trabalho que requer respostas imediatas e pré-constituídas sob a ótica das políticas sociais, as quais são operacionalizadas no aparato burocrático-formal das instituições pelo coletivo de trabalhadores, do qual participa o assistente social.

À época do levantamento exploratório, os locais da pesquisa seriam os 12 CAICs da cidade de Manaus, com amostra de 16 profissionais. Com o avanço da pandemia, alguns assistentes sociais precisaram afastar-se do trabalho por pertencerem ao grupo de risco ou pelo fato de terem sido acometidos pela COVID-19 nesse período. Dos 12 CAICs, obtivemos resposta por parte dos profissionais de 08 (oito) deles, sendo que 01 (um) *locus* no momento da pesquisa estava sem assistentes sociais. Nesse sentido, sendo a amostra pequena, enviamos o questionário para todos que estavam em exercício na ocasião, totalizando 14 profissionais e recebemos a devolução de 10 questionários.

É uma discussão importante, pois, embora o trabalho do assistente social na política de saúde seja objeto de várias investigações, o levantamento bibliográfico nos revelou a escassez de produções sobre o trabalho do assistente social na atenção à saúde de crianças e adolescentes, razão pela qual consideramos que esta produção contribui com a produção acadêmica e traz uma reflexão aos profissionais que atuam com este segmento geracional. É válido ressaltar que essa investigação foi motivada pela inserção profissional de uma das autoras num dos CAICs na condição de assistente social, razão pela qual ocorreu o interesse em pensar o cotidiano do trabalho profissional, assim como as condições objetivas e subjetivas do mesmo.

O capítulo está estruturado em três partes, além da introdução e conclusão. Inicia por uma apresentação e problematização das demandas postas ao trabalho profissional e, em seguida, evidencia o desenho do planejamento nos espaços sócio-ocupacionais e, por fim, problematiza as atribuições e competências profissionais.

2. ENTRE DEMANDAS² E DESAFIOS: A ATENÇÃO À SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO ESPAÇO DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

A inserção da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, desde seu nascedouro, atende demandas de um público, mas possui relação de subordinação com o seu contratante, o que requer pensar o fazer profissional na perspectiva histórico-crítica para não sucumbir à condição de instrumento para reprodução das relações sociais (GUERRA, 2014). Nesse processo, torna-se imprescindível a consideração da dimensão ético-política para entender que o trabalho profissional atende a interesses antagônicos em disputa na sociedade e, ainda que não haja consciência disso, “[...] escolhemos, por meio de valores e de nossas ações cotidianas profissionais, a quem fortalecemos no bojo dos interesses em disputa na sociedade (SOUSA, 2018, p. 50).

Entendemos que o trabalho do assistente social tem por base o atendimento às expressões da questão social postas nos espaços sócio-ocupacionais sob a forma de necessidades sociais que precisam ser problematizadas pelos profissionais, de forma que as evidenciem em seus planos e espaços de avaliação do trabalho, pois muitas delas permanecem invisibilizadas por seu caráter de atendimento emergencial, imediato e fragmentado no interior das instituições e que atingem, sobretudo, as camadas mais pobres.

No caso em particular, o trabalho em análise se desenvolve em espaços sócio-ocupacionais voltados ao segmento de crianças e adolescentes, de 0 a 13 anos, 11 meses e 29 dias, denominados Centros de Atenção Integral à Criança (CAICs), que se configuram como centros de especialidades, os quais oferecem atendimento médico, de enfermagem, de serviço social, de psicologia, imunização, teste do pezinho e atendimento odontológico nas diferentes zonas da capital com proposta de atendimento por uma equipe de saúde nos turnos matutino e vespertino.

Dentre as várias espécies de demandas sociais expressas pelos usuários, Vasconcelos (2015) conceitua como sendo demandas espontâneas aquelas apresentadas pelos usuários diretamente às instituições, tendo por base suas necessidades mais urgentes e imediatas. Refere-se igualmente ao fato de que, em parte, essas demandas postas pelos

2 Considerando a restrição de laudas deste capítulo, não pudemos aqui apresentar as expressões da questão social que se apresentam ao trabalho profissional, como desenvolvidas na dissertação. Por isso, focamos nas demandas institucionais e dos usuários.

usuários acabam sendo forjadas pelas instituições a partir dos bens e serviços que colocam à disposição dos mesmos, as quais propiciam a ocultação de demandas substantivas, tornando-as “[...] obscurecidas por demandas espontâneas de caráter urgente e/ou imediato, cujas respostas só podem vir de forma corretiva” (p. 514).

Nesse sentido, destaca a autora que as demandas substantivas são aquelas que estão na raiz das demandas explícitas/espontâneas/imediatas³ e que, portanto, as condicionam e as determinam, sendo justamente esses interesses substantivos que permanecem velados na aparência de necessidades urgentes e imediatas diante de usuários e profissionais, o que favorece a prevalência dos interesses dominantes.

Para Pontes (2016), a mediação é a categoria reflexiva que proporciona que a universalidade adquira sentido objetivo-operacional na vida singular dos usuários dos serviços sociais, ou seja, os problemas que pareciam singulares, pessoais, mediatizam-se pelas leis tendenciais e particularizam-se nas determinações históricas que permeiam o objeto de intervenção profissional, o que nos leva à compreensão de que a superação da aparência dos fatos presente nas demandas (real caótico) torna-se um imperativo no processo de desocultação do cenário no qual a trama das relações sociais está se processando.

Partindo desse entendimento, decidimos analisar as demandas profissionais no espaço sócio-ocupacional dos CAICs na cidade de Manaus/AM. Para tanto, iniciamos perguntando às profissionais quais demandas institucionais atendem no cotidiano do trabalho, obtendo as respostas a seguir.

Quadro 1 – Demandas institucionais.

| Demandas institucionais | Número de respondentes | % |
|--|-------------------------------|------------|
| Realizar palestras de interesse dos usuários | 10 | 100% |
| Elaborar a programação semestral com a equipe de trabalho | 7 | 70% |
| Acolher reclamação dos usuários | 7 | 70% |
| Distribuir fichas extras | 3 | 30% |
| Preparar palestras para os servidores | 1 | 10% |
| Cumprir metas diárias (outros) | 1 | 10% |

Fonte: PINTO, 2021. Pesquisa de campo (questão de múltipla escolha), grifos nossos.

3 Demandas imediatas são as mais urgentes, as do dia a dia, que se impõem frente às necessidades dos usuários, que devem de pronto ser atendidas e que pela velocidade das respostas oferecidas não passam pelo crivo teórico-crítico, o que contribui para que permaneçam veladas suas raízes.

Para Vasconcelos (2015), as demandas institucionais visam requisitar procedimentos para operacionalização de suas funções, através de um aparato burocrático-formal dirigido aos trabalhadores convocados para responder a determinadas expressões da questão social. Dentre as demandas citadas pelas pesquisadas, vemos evidenciadas requisições pertinentes aos processos de planejamento e gestão, assim como voltadas para processos de atendimento direto aos usuários, com destaque para o eixo das ações socioeducativas que, no espaço sócio-ocupacional em comento, expressa-se frequentemente por meio do instrumento palestra.

As demandas “acolher reclamações dos usuários” e “elaborar programação semestral com a equipe de trabalho” podem direcionar respostas profissionais para o fortalecimento dos princípios da integralidade, da participação e do controle social por meio do trabalho em equipe, na perspectiva da interdisciplinaridade, passando a evidenciar a dimensão político-organizativa na intervenção profissional, nem sempre mobilizada no contexto das respostas profissionais. Cabe ressaltar que a integração desta com as dimensões de atendimento direto ao usuário (ações socioassistenciais, ações socioeducativas e trabalho em equipe) (CFESS, 2010) e de planejamento e gestão permite o trânsito “[...] entre as necessidades individuais e coletivas, à medida em que as ações profissionais estão, direta ou indiretamente, presentes em todos os níveis de atenção e de gestão” (MIOTO; NOGUEIRA, 2009, p. 282).

Percebemos que as ações de organização, mobilização e assessoria junto a segmentos que possam ocupar e conhecer espaços de controle social, tais como conferências, conselhos de direitos, conselhos locais de saúde, Ministério Público e outros, como a comunidade, ainda carecem de ocupação por parte dos assistentes sociais.

A demanda institucional “distribuir fichas extras” requisita dos assistentes sociais respostas profissionais com conotação de triagem/exclusão no cotidiano do atendimento. No entanto, tal demanda evidencia o descompasso entre a oferta dos serviços e as demandas dos usuários, embora, ao comparecerem nos atendimentos, tenham a aparência de necessidades isoladas, sob a forma de demanda por “encaixe” para atendimento de crianças e de adolescentes.

Nesse sentido, a ampliação do acesso aos serviços de saúde é a demanda fundamental, porém velada no contexto de inúmeras outras demandas que atravessam o trabalho profissional cotidianamente, revelando que “[...] as demandas sociais não se apresentam de maneira

direta às práticas profissionais, elas sofrem um processo de mediação teórico-político para se constituírem em objeto de ação profissional” (SERRA, 2008, p. 163).

A contextualização dessa demanda pelos profissionais nos diferentes CAICs por meio de um tratamento quantitativo e qualitativo perante à Secretaria de Estado da Saúde, conselho de saúde e de direitos evidencia respostas profissionais passíveis de contribuir com a modificação da insuficiência de atenção à saúde de crianças e adolescentes no espaço sócio-ocupacional dos CAICs.

Salienta Vasconcelos (2015) que, no esforço de se construir respostas profissionais às demandas presentes no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais, é relevante identificar o público usuário a ser atendido em suas múltiplas singularidades, pois, de acordo com a autora, via de regra, não há planejamento, sistematização ou articulação das ações de saúde a partir do que se conhece acerca do usuário ou da população que procura o Serviço Social, reduzindo, portanto, o trabalho do assistente social a uma ação assistemática, rotinizada e burocratizada.

Portanto, identificar quais necessidades sociais se expressam na particularidade do trabalho perante os CAICs e que desafiam as assistentes sociais a apreendê-las enquanto demandas profissionais torna-se relevante na condução do trabalho profissional, razão pela qual perguntamos às assistentes sociais quais as principais requisições dos usuários dos CAICs.

Quadro 2 – Principais requisições dos usuários do Serviço Social nos CAICs.

| Requisições dos usuários | % |
|---|----------|
| Contatos com outras instituições para viabilizar direitos | 90% |
| Informações sobre atendimento de necessidades: fome, desemprego, saúde, inclusão escolar de criança com deficiência | 90% |
| Acesso a atendimento no CAIC | 80% |
| Orientação/encaminhamento sobre definição de guarda, divórcio | 60% |
| Orientação/encaminhamento para a rede de proteção à mulher e à criança vítima de violência | 60% |
| Orientações de como agir diante de violência contra criança e adolescente | 40% |
| Informações sobre direitos de usuários do interior do Estado em tratamento fora do domicílio | 30% |
| Orientações de como inserir em tratamento pessoa que faz uso abusivo de drogas | 10% |

Fonte: PINTO, 2021. Pesquisa de campo (questão de múltipla escolha).

Sendo uma profissão de caráter interventivo, sua utilidade social traduz-se nas respostas às demandas das classes sociais, com direcionamento ético-político de suas ações para desvelar e atender às reais necessidades dos usuários, as quais comparecem em conjunto com as demandas que perpassam as instituições no cumprimento de suas finalidades e são construídas a partir do embate de interesses contraditórios que se forjam no contexto da sociedade capitalista. Nesse desiderato, dentre outras formas de mediação, o conhecimento da realidade social e de seus determinantes se impõe, o que é possível a partir do exercício da crítica teórica à abordagem do real, pois o atendimento às necessidades dos usuários, “[...] é um processo que requer um aprofundamento analítico na investigação da realidade social [...]” (SERRA, 2008, p. 165).

A referida utilidade social da profissão expressa-se em dois momentos: pela convocação da profissão por parte do Estado para frear as resistências políticas dos trabalhadores, assim como para intervir nas expressões das desigualdades sociais, as quais requisitam respostas profissionais por intermédio da política social, considerada não a única, mas importante mediação do trabalho profissional, a qual é atravessada por limites e por potencialidades de ampliação na direção do atendimento dos interesses coletivos (GUERRA, 2000).

As demandas substantivas presentes nas requisições descritas no Quadro 2 apontam para a necessária compreensão dos profissionais e dos usuários acerca da intersetorialidade, bem como da relação desta com o princípio da integralidade do atendimento, pois este pressupõe considerar o sujeito na sua totalidade, logo, determinado por condições de vida e de trabalho que geram adoecimento ou saúde (MIOTO; NOGUEIRA, 2009). Cabe a reflexão acerca das demandas consideradas no bojo das ações profissionais para que os usuários não se sintam isolados em necessidades sociais e até mesmo aceitem ser culpabilizados por vivenciá-las.

Problematizar o que está sendo construído enquanto resposta profissional perante às requisições dos usuários torna-se um imperativo, uma vez que a utilidade social da profissão é percebida na sua capacidade de promover modificações nas condições materiais e sociais da classe trabalhadora, a partir da geração de autonomia nos sujeitos e do fomento de sua participação voltada para criação ou ampliação de direitos no contexto das políticas públicas.

Nesse sentido, o planejamento do trabalho se expressa a partir de uma organização sistemática das ações técnico-profissionais, ético-políticas e teórico-metodológicas, o que requer conhecimentos teóricos e sócio-históricos obtidos pela via da investigação de dados, da situação da política de saúde, da caracterização dos usuários e de suas demandas, o que denota uma relação entre investigação e intervenção. Partindo desse entendimento, passaremos a discutir de que forma as assistentes sociais materializam suas propostas de trabalho.

3. DO PLANEJAMENTO À MATERIALIZAÇÃO DO TRABALHO NA SAÚDE INFANTIL

Avaliar e refletir acerca da intencionalidade do trabalho profissional supõe compreender se o trabalho está sendo projetado para provocar transformação frente às necessidades dos usuários ou se apenas movimenta a máquina estatal/privada para ofertar o mínimo e justificar perante aqueles a precariedade e escassez continuadas dos direitos sociais. O planejamento é uma das formas de expormos a intencionalidade do trabalho profissional, sendo o ato de planejar um ato ontológico ao homem, pois ao projetar idealmente uma ação, compreende que nem sempre ela irá concretizar-se conforme o imaginado, tendo em vista que a realidade é dinâmica e o planejamento expressa uma dimensão política, por ser permeado por decisões inscritas em relações de classe, de poder e de interesses antagônicos (BAPTISTA, 2007).

Visando analisar como se expressa o planejamento do trabalho profissional no âmbito de atuação dos CAICs, perguntamos às profissionais que afirmaram possuir plano de trabalho, de que forma expõem suas intenções profissionais frente às demandas dos usuários.

Quadro 3 – Propostas do plano de trabalho das profissionais que dispõem de plano de trabalho.

| Ass. Sociais pesquisadas | Eixos de atuação propostos junto aos CAICs | Atividades propostas nos planos de trabalho |
|---------------------------------|---|--|
| Ass. Social 1 | Atendimento direto aos usuários • Ações socioeducativas | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Realização de atividades diárias com os usuários, aproveitando a sala de espera (acolhimento, escuta qualificada, informações pertinentes); ✓ Realização de atividades mensais com os servidores, inerentes à educação permanente; ✓ Realização de atividades mensais com os usuários, aproveitando os meses temáticos em saúde (janeiro branco, fevereiro roxo, entre outros); ✓ Realização de atividades abordando temas atuais, quando houver necessidade. |
| Ass. Social 2 | Atendimento direto aos usuários • Ações socioeducativas | Datas importantes de cunho social e saúde. |
| Ass. Social 3 | Atendimento direto aos usuários • Ações socioeducativas | Palestras socioeducativas, comemoração de datas comemorativas importantes como: Janeiro Branco, Setembro Amarelo, Dezembro Vermelho etc. |
| Ass. Social 4 | Atendimento direto aos usuários • Ações socioassistenciais | Ofertar atendimento de qualidade e humanizado ao usuário, potencializar o usuário quanto aos seus direitos e deveres; promover a articulação entre gestor, trabalhadores e usuários. |
| Ass. Social 5 | Atendimento direto aos usuários • Ações socioeducativas | Sempre voltadas a palestras, orientações diversas, parcerias, atividades educativas. |

Fonte: PINTO, 2021. Pesquisa de campo (questão de múltipla escolha).

Compreendemos que as ações propostas coincidem com o que vem sendo demandado institucionalmente, conforme o Quadro 1, ou seja, um trabalho focado no eixo socioeducativo e, ao que parece, permeado pelo suposto senso de eficiência por estar voltado aos protocolos institucionais, sem perceber que por vezes há o risco da cooptação permanente do profissional pelo que está estabelecido por um determinado projeto político (Política Social), que enreda uma dada estrutura

organizacional, a qual não dá conta das singularidade das expressões da questão social que comparecem perante o coletivo de trabalhadores da saúde.

Na direção da perspectiva institucional, as ações expressam o atendimento ao que já está posto ao trabalho, conforme explicitado nas respostas. Tal constatação não esvazia o potencial da intervenção profissional perante tais abordagens, no entanto, visando aperfeiçoá-la, há que existir, conforme Mioto e Nogueira (2009), um processo contínuo de pensar racionalmente as ações, o que permite “[...] formalizar relações entre as estruturas institucionais e profissionais, entre os eixos da ação, entre as dimensões da integralidade e da intersetorialidade na garantia do cumprimento dos objetivos propostos e/ou previstos (p. 287).

Dentre as propostas de intervenção profissional (Quadro 3), apreendemos que na particularidade do trabalho junto aos CAICs há possibilidade real de relacionar os temas das ações socioeducativas às necessidades dos usuários dos serviços. Em outros termos, apenas falar o que determinadas datas expressam no “calendário da saúde” não problematiza questões como acesso e integralidade nessa nem em outras políticas, tampouco evidencia a importância da intersetorialidade, necessária para atender os sujeitos no contexto da totalidade social.

Dessa forma, explicitar quem são essas pessoas, que serviços de saúde têm à sua disposição e qual a perspectiva desse sujeito ser atendido em suas demandas no contexto de outras políticas, aproxima as ações socioeducativas das reais necessidades dos usuários. Reiteramos, diante do exposto, a possibilidade de uma releitura das demandas, evitando respondê-las unicamente pelo viés de aproximação com a instituição “[...] como se fossem os objetivos do exercício profissional, desqualificando as mediações que precisam ser construídas nessa relação” (PORTES; PORTES, 2016, p. 63), ainda que sejam propostas na direção dos atendimentos diretos aos usuários por meio de ações socioassistenciais e socioeducativas.

Ao que parece, há uma certa dispersão dos temas abordados em relação às reais necessidades dos usuários, isso porque as ações socioeducativas pressupõem um processo investigativo que possibilite a compreensão de “[...] seus problemas, contribuindo para que ele estabeleça de maneira autônoma a sua própria forma de caminhar com a intenção de superar a situação de sofrimento que vem vivenciando” (MIOTO; NOGUEIRA, 2009, p. 287).

Outra dimensão do trabalho profissional ainda timidamente discutida na realidade dos espaços sócio-ocupacionais diz respeito às ações de investigação, de planejamento e de gestão. Dessa forma, compreendemos serem ambas as dimensões possíveis de apropriação mais qualificada no contexto do trabalho profissional junto aos CAICs a partir da articulação e reflexão dos trabalhadores desse segmento de atenção à saúde, levando em consideração as dimensões constitutivas da profissão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão, as quais precisam expressar-se nas respostas profissionais.

Uma vez assumidas tais dimensões do trabalho profissional na particularidade do trabalho profissional perante os CAICs, traduziram-se em ações a serviço da construção de uma cidadania estratégica e organizada em função das necessidades de saúde, as quais não se resumem unicamente à atenção médica, uma vez que requisita respostas que considerem “[...] fatores de ordem econômica, política e social que condicionam o direito de ter acesso aos bens e serviços necessários para se garantir a saúde [...]” (MIOTO; NOGUEIRA, 2009, p. 282).

Vemos que o trabalho do assistente social é atravessado pela perspectiva de concretizar os princípios da universalidade do acesso e da equidade em relação aos direitos sociais, além da sua relevância na construção da integralidade em saúde, na medida em que intenciona a abordagem do indivíduo na sua totalidade, enquanto sujeito que resulta de um contexto social, econômico, histórico e político. Da mesma forma, ao atuar na organização de práticas de saúde nos diferentes níveis de complexidade, responde a um conjunto de necessidades de uma população e não apenas a um recorte de problemas que se colocam em posição de problemas pontuais no contexto de trabalho das instituições onde atua.

Planejar o trabalho profissional requer a consideração da interdisciplinaridade e da intersetorialidade, pois o trabalho em saúde, conforme já explicitamos, expressa-se a partir de um coletivo de trabalhadores que se organizam nas instituições através de equipes multidisciplinares que, uma vez trabalhando na perspectiva de trabalho interdisciplinar, visam “[...] integrar saberes e práticas voltados à construção de novas possibilidades de pensar e agir em saúde” (MIOTO; NOGUEIRA, 2009, p. 279), cientes de que o espaço em que se desenvolve a política de saúde não dá conta sozinho de atender às diferentes necessidades que ali se manifestam em razão da totalidade social que envolve os

sujeitos e que determina a forma como vivenciam diferentes demandas que se põem ao coletivo de trabalhadores.

Com a discussão aqui trazida, intencionamos gerar um processo de reflexão sobre as ações que se constituem foco da atuação profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, assim como evidenciamos a possível apreensão por parte das profissionais de novas possibilidades de intervenção através de outras dimensões do trabalho.

4. ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS E SUA VIVÊNCIA NA ATENÇÃO À SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

É fundamental por parte dos profissionais o domínio do que sejam atribuições e competências profissionais, o que lhes permite fortalecer a capacidade de negociar com os empregadores seus projetos de atuação, e assim direcionar o exercício profissional para a defesa das políticas sociais, pondo nelas a centralidade no atendimento às demandas sociais.

Na busca de apreendermos se há clareza por parte das profissionais dos CAICs do que sejam atribuições privativas, perguntamos quais realizam neste espaço sócio-ocupacional, ocasião em que constatamos três categorias de afirmações que revelam a forma de apreensão do que sejam atribuições privativas, assim categorizadas (BARDIN, 2011): as profissionais que referem desempenhar atribuições privativas previstas em lei; as que confundem atribuições privativas e competências profissionais e as que somente traduzem em suas falas ações que denotam a realização de competências profissionais no espaço sócio-ocupacional dos CAICs.

Nesse sentido, 40% das respondentes expressam atribuições que somente podem ser realizadas por assistentes sociais, portanto, compatíveis com atribuições que lhes são exclusivas, segundo a Lei que regulamenta a profissão. No entanto, 40% expõem em suas respostas ações que denotam competências profissionais desenvolvidas no espaço sócio-ocupacional, enquanto outros 20% das respondentes mencionam ações que expressam competências profissionais e atribuições privativas.

Percebemos nas respostas das pesquisadas uma certa dificuldade em diferenciar atribuições privativas de competências profissionais. Estas, segundo parecer exarado por Terra (1998 *apud* MATOS, 2015),

referem-se a qualificações profissionais que podem ser desenvolvidas pelos assistentes sociais, mas não lhes são exclusivas. Ao passo que as atribuições privativas são aquelas que só podem ser desenvolvidas por quem tenha formação em Serviço Social, ou seja, refere-se a um conjunto de atividades reservadas para quem tenha uma formação específica, protegendo, assim, um espaço na divisão sociotécnica do trabalho para a categoria profissional.

Parece-nos pertinente pontuar que em tempos de clara precarização do trabalho, de reconfiguração dos espaços e das competências profissionais, mais do que nunca a profissão de assistente social tem que se revelar necessária no contexto do trabalho coletivo com a clareza de que possui atribuições privativas que pela lei regulamentadora da profissão protege o trabalho profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

O problema, segundo Matos (2015), é quando se fala das competências profissionais, pois podem ser desenvolvidas pelos assistentes sociais, mas não lhes são exclusivas. Disso decorre a perda/redução de muitos espaços sócio-ocupacionais para outras profissões, pois, há muitas lacunas da profissão em apreender aquilo que potencialmente pode ser desenvolvido pelos assistentes sociais fora das ações que protegem o lugar profissional na divisão sociotécnica do trabalho.

O multifacetado universo dos serviços organizados de acordo com a setorialidade das políticas requisita um coletivo de trabalhadores para responder às expressões da questão social, e, em meio a diversas profissões, assim como pode ocorrer a descaracterização das atribuições privativas, igualmente pode haver o desenvolvimento de competências até então estranhas ao trabalho profissional, “[...] sem engessarmos o trabalho, por não conseguirmos captar o movimento tendencial das demandas a ele colocadas” (MATOS, 2015, p. 690).

Inserido num coletivo de trabalhadores, o profissional é desafiado a formular respostas profissionais, as quais, quando permeadas pelas dimensões constitutivas da profissão: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, potencializam a capacidade do trabalho de modificar condições objetivas (recursos de trabalho, condições de trabalho, demandas) e subjetivas, visando à produção de respostas qualificadas que atendam aos interesses das classes trabalhadoras, pois:

[...] atribuições e competências e sua interpretação não são estáticas e não podem ser congeladas frente às transformações do trabalho e

às novas configurações da “questão social” no atual estágio do capitalismo mundializado e financeirizado do século 21, considerando a particularidade da inserção periférica e dependente do Brasil, no contexto do desenvolvimento capitalista desigual e combinado. (RAICHELIS, 2020, p. 13).

Compreendemos que o Serviço Social, dentre outras profissões, atua frente às variadas expressões da questão social, ocupando um lugar específico na divisão sociotécnica do trabalho, sendo os profissionais requisitados para atuar na formulação, planejamento e implantação de respostas institucionais às demandas postas pelas contradições engendradas pelo modo de produção capitalista. No interior dessas requisições, são desafiados a materializar o projeto ético-político da profissão, tendo como referência atribuições privativas e competências profissionais por meio das quais podem expressar suas objetivações, escolhas éticas e políticas, valores e cultura profissional.

Entendemos que a clareza acerca da função social da profissão perpassa questionamentos, tais como: a quem o trabalho profissional está sendo útil? Está sendo projetado para a reprodução das estruturas de poder ou para a emancipação dos sujeitos de direitos na direção da democracia participativa? Tais questionamentos são indutores de respostas profissionais condizentes com o projeto profissional e na direção das necessidades históricas da classe trabalhadora. Pensar a direção social da profissão é indissociável da discussão sobre atribuições e competências profissionais, pois sua apreensão e materialização a partir das respostas profissionais traduzem a forma de ser das profissões na divisão sociotécnica do trabalho.

Partindo da constatação exposta nas falas das pesquisadas, parece-nos pertinente pontuar que, em tempos de clara precarização do trabalho, de reconfiguração dos espaços e das competências profissionais, mais do que nunca a profissão de assistente social tem que se revelar necessária no contexto do trabalho coletivo com a clareza de que possui atribuições privativas que, pela lei regulamentadora da profissão, protegem o trabalho profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Percebemos que o trabalho coletivo desafia os assistentes sociais a melhor se apropriarem das atribuições privativas, compreendendo-as enquanto garantidoras da particularidade da profissão, sobretudo num contexto em que o trabalho se insere em equipes multiprofissionais,

sem perder de vista, contudo, outras possibilidades de atuação perante competências que possam desenvolver, o que reforça a necessidade de reafirmação da necessidade social da profissão nos espaços sócio-ocupacionais.

Vemos que o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão (LRP) são resistências diante da nova morfologia do trabalho que, cada vez mais, descarta trabalhadores em razão da fragilização de sua capacidade organizativa em função das reiteradas contrarreformas nos direitos que lhes assistem na direção da precarização e da flexibilização do trabalho (RAICHELIS, 2020). Diante desse cenário, conferir visibilidade à utilidade social da profissão diante dos destinatários das suas respostas profissionais requer o domínio das atribuições e das competências profissionais, o qual contribui para expressar a forma de aparecer da profissão, não só pelo fato de se expressarem na dimensão técnico-operativa, mas também por espriarem princípios, valores, garantias e deveres profissionais que atravessam as dimensões constitutivas da profissão, consideradas unidade na diversidade (SANTOS, 2013).

Reafirmar o fazer profissional na direção da utilidade social da profissão, sobretudo num contexto em que o trabalho se insere em equipes multiprofissionais, é defender aquilo que já está assegurado enquanto espaço de atuação profissional, mas igualmente apreender outras possibilidades de atuação profissional diante de competências que possam desenvolver nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Em meio aos desafios de construção/ampliação dos interesses coletivos, a depender das resistências apresentadas na possibilidade do controle social, o assistente social, considerado um dos agentes pertencentes ao coletivo dos trabalhadores em saúde, carrega um potencial de propor ações na direção dos processos político-organizativos, destacando que:

[...] apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de expressão social, de invenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado. (IAMAMOTO, 2015, p. 28).

A possibilidade do trabalho profissional na dimensão político-organizativa concretiza-se por meio da mobilização e da assessoria a ins-

tâncias institucionais e da sociedade civil visando melhorar o acesso, a universalidade do atendimento e a qualidade dos serviços em qualquer dos níveis de complexidade em que atuam.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho evidenciamos o Serviço Social enquanto uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, que se legitima a partir das respostas que constrói perante as demandas das classes fundamentais. Requisitada pela classe detentora do poder político e econômico, produz respostas para atender o outro polo, os trabalhadores, na direção da viabilização de suas necessidades sociais e materiais, ao mesmo tempo, contraditoriamente contribui para conter o avanço das suas resistências (IAMAMOTO, 2015).

O planejamento evidenciou que os objetos sobre os quais os profissionais irão atuar não estão dados na sua essência. Pelo contrário, comparecem na singularidade de fatos rotineiros e repetitivos e, caso não sejam desvelados pela capacidade do profissional de suspendê-los do cotidiano, do imediato e do aspecto fragmentado de que se revestem as necessidades sociais, as respostas profissionais tendem a ser igualmente dadas no nível da imediatividade e da fragmentariedade, pois serão planejadas a partir de uma leitura superficial da realidade, dela não sendo abstraídas as demandas substantivas dos usuários (VASCONCELOS, 2003), gerando uma compreensão que analisa os fatos isolados de um conjunto de determinações responsável por expropriar os sujeitos do acesso a bens e direitos coletivos.

Quanto às demandas apreendidas pelos profissionais, a pesquisa revela que aquelas postas pela instituição têm sido definidoras de seus planos de ação e, conseqüentemente, de suas respostas profissionais, entretanto, vemos igualmente reais possibilidades do trabalho extrapolar sua maior expressão, que é o atendimento direto ao usuário (atendimento socioassistencial e socioeducativo) para a dimensão político-organizativa, até mesmo pelo fato de ser um campo de atuação profissional que ainda carece de apropriação por parte dos assistentes sociais, considerando que podem ser indutores da mobilização dos usuários para que participem dos espaços de controle social das políticas e serviços sociais com os quais trabalham.

Essa possibilidade de reorganização do trabalho profissional tem conexão com o planejamento e com a avaliação que deve se dar antes,

durante e depois de sua realização. Sendo um trabalho que se materializa no contexto de projetos societários antagônicos e de diferentes projetos profissionais (até mesmo no interior da própria categoria de assistentes sociais), requer o conhecimento sobre o perfil dos usuários, das expressões da questão social, das demandas, das condições de trabalho do profissional, das suas limitações e da necessária formação continuada, dado o fato de que a realidade social é dinâmica, histórica e mutável, fatores estes que devem subsidiar o planejamento de suas ações diante das necessidades sociais. Nesse sentido, vimos que no campo do planejamento, o trabalho carece de maior conexão com as requisições postas pelos usuários e com as possibilidades de construção e reconstrução de objetos a partir das expressões da questão social pontuadas pelas assistentes sociais pesquisadas como sendo as que desafiam o trabalho profissional.

Revisitar as estratégias profissionais diante das expressões da questão social supõe o domínio das competências e das atribuições profissionais, no sentido de evitar ações que não atendam às demandas substantivas dos usuários, sobretudo num contexto de necessária reafirmação da utilidade social da profissão, o que coloca diante do Serviço Social novas exigências de atuação que estejam conectadas aos novos tempos e às novas expressões da questão social

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Myrian V. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Editora Veras, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade, n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

GUERRA, Yolanda. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: BAPTISTA, Myrian Veras e BATTINI, Odária. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. São Paulo: Veras Editora, 2014.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade:**

trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MATOS, Maurílio C. de. **Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade.** Serviço Social & Sociedade, n. 124. São Paulo: Cortez, 2015.

MIOTO, Regina Célia T.; NOGUEIRA, Vera Maria R. **Sistematização, planejamento e avaliação das ações dos assistentes sociais no campo da saúde.** In: MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Maria Inês; UCHOA, Roberta; NOGUEIRA, Vera; MARSIGLIA, Regina; GOMES, Luciano; TEIXEIRA, Marlene. (Orgs.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional.** 4. ed. p. 273-304. São Paulo: Cortez, 2009.

PONTES, Reinaldo N. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PORTES, Lorena F.; PORTES, Melissa F. **Os instrumentos e técnicas enquanto componentes da dimensão técnico-operativa do Serviço Social: aproximações acerca da observação e da abordagem.** In: LAVAROTTI, Cleide; COSTA, Dorival (Orgs.). **Instrumentais técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário.** p. 61-77. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

RAICHELIS, Raquel. **As atribuições e competências profissionais à luz da “nova” morfologia do trabalho.** In: Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições do/a assistente social em questão.** v. 2, p. 11-42. Brasília, 2020.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social.** In: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social. Belo Horizonte: CRESS 6ª Região. Revista Conexões Gerais, v. 2, n. 3, p. 25-30, 2º semestre, 2013.

SERRA, Rose M. **Crise de materialidade do Serviço Social: repercussões no mercado profissional.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUSA, Charles T. **Serviço Social, instrumentalidade e estudos sociais.** In: RAMOS, Adriana; SANTOS, Franciene Helfreich Coutinho (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social: ensaios críticos.** Campinas: Papel Social, 2018.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do Serviço Social:** cotidiano, formação e alternativas na área de saúde. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VASCONCELOS, Ana Maria. **O Assistente Social na luta de classes:** projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

MINHA BARRIGA NÃO ABRIGA A MORTE: o trabalho profissional do Assistente Social frente à transmissão vertical do HIV na atenção primária

*Silviane Freitas Campos
Márcia Perales Mendes Silva
Márcia Irene Pereira Andrade*

1. INTRODUÇÃO

A gravidez de uma mulher com HIV/AIDS
não é uma gestação de risco.
Alencar, 2018

As complexidades que envolvem a questão do HIV e da AIDS as colocam em um dos patamares mais desafiadores na área da Saúde Pública. Este problema evoluiu trazendo à tona contradições sociais, econômicas e culturais, cujos reflexos incidem na vida de inúmeros sujeitos coletivos. Suas expressões são as mais diversas e se relacionam sinergicamente com situações de vulnerabilidade que envolvem as populações-chave. Um fragmento da epidemia a ser destacado nesta discussão é a infecção por via vertical, que envolve tanto as mulheres com HIV e seus filhos como a sua saúde reprodutiva.

As estatísticas atuais expressam muito da complexidade mencionada e, mesmo com os avanços científicos e programáticos para o enfrentamento da epidemia, crianças nascidas de mães com HIV acabam sendo infectadas com o vírus por via vertical, seja de forma intrauterina, via parto ou amamentação. No Brasil, os dados revelam esta realidade, pois somente no ano de 2019 contabilizaram-se 8.312 de gestantes infectadas e 84 casos de AIDS em menores de 5 anos. É importante salientar que as regiões Norte e Nordeste foram as que apresentaram maiores incrementos na taxa, ambas de 83,3% nos últimos dez anos, sendo o Amazonas umas das unidades da federação que apresentam no ranking nacional a detecção de HIV em gestantes superior à taxa nacional (BRASIL, 2020).

Essas mulheres e suas crianças vivenciam características comuns como pobreza, baixos níveis de escolaridade, acesso insuficiente ou o não acesso às políticas públicas de saúde, de educação, de assistência social, de trabalho e renda, dentre outras negações de direitos que intensificam da pior forma o viver com HIV e, em muitos casos, com a AIDS.

Nesse sentido, afirma-se que a questão social se expressa no cotidiano do “viver com HIV” e da “transmissão vertical do vírus”, exigindo do profissional de Serviço Social intervenções imediatas e mediatas que busquem garantir o acesso desses indivíduos aos serviços sociais, com vistas a não manifestação da AIDS e da condição HIV em crianças nascidas de mães que vivem com o vírus.

A discussão aqui proposta advém da pesquisa¹ esmiuçada na dissertação de Mestrado intitulada “Abrem-se as cortinas: o revelar das estratégias de saúde para o enfrentamento da transmissão vertical do HIV em Manaus”. O estudo possibilitou verificar, dentre outros objetivos, quais as possibilidades de atuação do Assistente Social no enfrentamento à epidemia de HIV/AIDS e da transmissão vertical do vírus.

Ademais, os dados para esta análise advém de pesquisas documental e de campo, realizadas no ano de 2020, abrangendo a análise de 8 prontuários de gestantes HIV atendidas no ano de 2019 pelo Serviço de Assistência Especializado (SAE) em HIV da Policlínica Dr. Antônio Reis, entrevistas realizadas junto aos profissionais do SAE que acompanharam a condição HIV destas gestantes e aos que as acompanharam no pré-natal.

Este percurso nos equipamentos do Distrito de Saúde Sul de Manaus, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, permitiu problematizar a dinâmica de trabalho do Assistente Social no SAE/HIV e nas UBSFs, sendo que neste último, apesar do parco registro de acompanhamento dos Assistentes Sociais destas gestantes, foi possível identificar a urgência da intervenção deste profissional neste segmento, uma vez que as gestantes pesquisadas têm enfrentado dificuldades no acesso efetivo a exames, principalmente ao de genotipagem.

Convém ressaltar que a pesquisa revelou que o acompanhamento destas mulheres se centraliza na figura do médico e da enfermagem, assim como os registros apresentam-se sem muito detalhamento e as fichas de notificações em sua maioria não apresentam qualidade nas

¹ Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética sob o Parecer n.º 3.803.923.

informações registradas, o que revela fragilidades da equipe multiprofissional que atua nesses espaços de ofertas de serviços de saúde.

Verificou-se que a vinculação à maternidade, assim como a busca ativa junto a essas mulheres, são estratégias enfraquecidas e mal delineadas, a exemplo da responsabilidade na indicação de via de parto, orientação sobre a não amamentação e a disponibilização da fórmula láctea, as quais não estão bem definidas, apesar de constar nos protocolos e legislações esses direcionamentos.

A reflexão acerca desse tema permeia tanto o plano teórico como o empírico e revela-nos de forma intransigente que as gestantes que vivem com HIV, ao acessarem o sistema de saúde pública, devem ter as condições dignas e um ambiente que favoreça o diálogo. É preciso, também, estimular as mulheres a expressarem suas demandas e necessidades para, assim, se efetivar um processo de cuidado que valide a percepção dessas gestantes acerca de como é viver como uma condição crônica. Insta destacar que o estudo reitera que o apoio familiar é crucial na adesão e acompanhamento dessa gestante com HIV. Ou seja, a política pública de saúde, por meio de ações em saúde, deve ser direcionada pelo respeito ao princípio da integralidade e autonomia individual, dentro de um contexto de apoio e orientação psicossocial (GONÇALVES et al., 2008).

Explicitado o que nos move, o tópico a seguir irá discorrer acerca da complexa relação entre viver com HIV, as desigualdades sociais e acesso aos serviços de saúde para revelarmos os espaços de atuação do profissional de Serviço Social e, em seguida, apresentar e refletir os achados de pesquisa, com destaque para a forma como se materializa o trabalho profissional do assistente social no Serviço de Assistência Especializada - SAE em HIV na cidade de Manaus, um importante fragmento dos serviços que compõem a atenção primária no município.

2. VIVER COM HIV E SUA COMPLEXIDADE EXPRESSA NOS ESPAÇOS OCUPACIONAIS DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Os estudos de Marx permitem apreender as relações sociais de exploração e acumulação no interior do processo de produção capitalista e, dessa forma, o modo como as desigualdades são estruturadas a

partir da esfera econômica (MARX, 2013). Neste sentido, exploração e acumulação são, portanto, os modos prioritários de geração e manutenção das desigualdades.

Pois bem, ao se pensar a desigualdade alguns aspectos devem ser elencados, como, por exemplo, aspectos individuais da renda e a relação desigual da distribuição do bem-estar social, além de aspectos culturais e políticos do processo de criação das desigualdades. Os efeitos da desigualdade podem ser vistos no cotidiano da vida social e em certo sentido compõem a paisagem das cidades, normalizados e mesmo exigidos. Afinal, como afirma Bourdieu (1983, p. 82), “às diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência”. Sendo assim, as diferenças sociais, especialmente baseadas na renda, criam disparidades que se traduzem em *estilos* de vida, objetivando-se em formas de consumir, aberturas de acesso a certos bens e serviços e, sobretudo, inserem o indivíduo na cadeia das possibilidades reais de acesso ao bem-estar.

O bem-estar, dessa forma, como um aparelho de correlação de forças entre a concentração de riqueza e o usufruto dos bens sociais, fica, nesse sistema, cada vez mais em segundo plano. As contradições do capitalismo atual são tão severas que, mesmo em face do progresso técnico, por exemplo, não se vislumbra saída para inserir a globalidade das pessoas no processo de participação do bem-estar.

A integração perversa advinda da globalização, produzindo a marginalização e a criminalidade, as vulnerabilidades, a pauperização, como partes integrantes do capitalismo, são elementos estruturais da produção de suscetibilidades crescentes à infecção (PARKER & CAMARGO JR., 2000). Os fatores estruturais, como já exposto, facilitam a transmissão do HIV e a sua concentração em territórios e populações específicas. Parker e Camargo Jr., com base em estudos realizados no recorte temporal 1990 - 2000, denotam os seguintes fatores recorrentes:

- 1) (sub)desenvolvimento econômico e pobreza; 2) mobilidade, incluindo migração, trabalho sazonal e convulsão social em razão de guerras e de instabilidade política, que interagem frequentemente com a pobreza, condicionando a vulnerabilidade relacionada ao HIV/AIDS; 3) desigualdades de gênero, que também interagem com a pobreza (e a contínua feminização da pobreza), colocando as mulheres, bem como homens desviantes com relação ao gênero (por exemplo, travestis), em situações de vulnerabilidade acentuada à infecção pelo HIV. (PARKER & CAMARGO JR. 2000, p. 93).

Estes fatores estão estritamente conectados ao déficit habitacional e de serviços ligados ao bem-estar social em relação à carência ou inadequação de serviços de saúde, interagindo sinergicamente para criar vulnerabilidade acrescida ao HIV e à AIDS (WALLACE, 1988 *apud* PARKER & CAMARGO JR., 2000). Sendo assim, tanto o HIV como a AIDS passam a se configurar como uma *sindemia*², pois se envolvem, de forma negativa, com os demais problemas de saúde, produzindo níveis ainda maiores de vulnerabilidade (SINGER, 1994; BAER et al., 1997 *apud* PARKER & CAMARGO JR., 2000).

É relevante colocar aqui que a vulnerabilidade ao HIV é compreendida como uma unidade analítica, constituída no indivíduo coletivo. Partindo deste pressuposto, ratifica-se que o

(...) modelo de vulnerabilidade está conformado por três planos interdependentes de determinação e, conseqüentemente, de apreensão da maior ou da menor vulnerabilidade do indivíduo e da coletividade. (...) busca a compreensão do comportamento pessoal ou a vulnerabilidade individual, do contexto social ou vulnerabilidade social e do programa de combate à doença, no caso a AIDS, ou vulnerabilidade programática. (AYRES, 1999, *apud* SANCHEZ & BERTOLOZZI, 2007, p. 321).

A vulnerabilidade configura-se, portanto, na oportunidade de exposição das pessoas ao adoecimento, na interação do indivíduo e em suas relações sociais. Cabe ressaltar que nesta perspectiva tal oportunidade de exposição se delinea conforme o *locus* que envolve o indivíduo-coletivo, o que pode acarretar maior suscetibilidade à infecção e ao adoecimento e, de modo inseparável, à maior ou menor disponibilidade de recursos de todas as ordens para a proteção das pessoas contra as enfermidades (SANCHEZ & BERTOLOZZI, 2007).

Para além da vulnerabilidade, outro conceito emerge na discussão do HIV e da AIDS em suas relações com a desigualdade, o de sinergia epidemiológica, o qual diz respeito

(...) ao potencial que a associação entre dois ou mais fatores – cofatores – têm de intensificar determinado risco. Descrevem-se, inclusive, a sinergia epidemiológica entre doenças sexualmente

2 A sinergia dos efeitos da epidemia, capturada pelo termo “sindemia”, formulado originalmente por Wallace, R. descreve como duas ou mais situações de sofrimento, ao atuarem conjuntamente sobre um indivíduo ou grupo, aumentam a carga de adoecimento de uma população. COSTA-COUTO, Maria Helena. A vulnerabilidade da vida com HIV/AIDS. Rio de Janeiro, 2007, p. 54.

transmissíveis e HIV/AIDS, por um lado, e a sinergia epidemiológica entre eventos sociais, econômicos e antropológicos com a transmissibilidade do HIV. (SOUTO, 2004, p. 254).

Compreende-se que os fatores subjetivos se relacionam com os fatores estruturais como a pobreza, as crises econômicas e o não acesso aos direitos sociais, determinando o padrão de vulnerabilidade de indivíduos ou populações ao HIV. Este entendimento, para além do comportamento individual que delineava o conceito de ter mais risco ou não de contrair o HIV e manifestar a AIDS, contribui para desmistificar o preconceito e o estigma que ainda se mostram latentes no contexto da epidemia.

Corroborando com o exposto, as oportunidades da população pobre mundial a adquirir a condição HIV e manifestar AIDS é proporcionalmente maior. O capitalismo e a busca de se globalizar, a qualquer custo, está

(...) diferenciando grupos populacionais como se fossem subespécies humanas; assim, temos a subespécie dos pobres e a subespécie dos ricos, cuja diferença vai desde a desigualdade no acesso às oportunidades sociais a padrões de longevidade, fecundidade, morbidade, mortalidade e fenótipo derivado das condições de vida. O resultado é a configuração de uma subespécie informada, produtiva, predominantemente sadia, com privilegiada capacidade cognitiva e de elevada estatura, por exemplo, e outra composta por indivíduos sem informação, de baixa capacidade de produção, sofrendo continuamente de diversas doenças e composta por indivíduos de menor compleição física e mental. (SOUTO, 2004, p. 254).

A partir dessa leitura da realidade, verifica-se que o cenário não é amistoso e que a possibilidade de estabilização da epidemia vai além de medidas pontuais de saúde e compromisso mundiais. Com uma estimativa do Banco Mundial (2018) de 3,4 bilhões de pessoas no mundo vivendo em extrema pobreza - quase metade da população global - retoma-se a afirmação de que a intensificação das mazelas sociais está imbricada à ordem econômica que produz a desigualdade para sua manutenção, ou seja, esta é produto inerente da produção e reprodução da riqueza pelo capital.

Nestes termos coloca-se o HIV e a AIDS “no conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropria-

ção dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2006, p. 176). Tal conjunto de expressão das desigualdades aqui situadas estruturalmente não se limitam à escassez que gera o pauperismo, vão além, relacionando a escassez com os seus desdobramentos políticos (SANTOS, 2012), configurando a Questão Social³.

Vieira et al. (2014, p. 197) afirmam que

(...) A AIDS é uma epidemia que expõe a exploração decorrente das relações capitalistas, pois a prevenção e a vivência com HIV dependem em grande medida do acesso a serviços de saúde, insumos, informações, medicamentos. Nessa perspectiva, o que deveria ser direito universal à saúde é convertido em espaços de produção de lucros, num processo de privatização que tem se intensificado nas últimas décadas. Revela, também, a manutenção da opressão, decorrente das relações patriarcais, na medida em que a prevenção é associada à normatização e controle da sexualidade, pela igreja, pelo Estado e pelas famílias.

Ser contemplado pelos serviços de saúde na atualidade é dificultado pela lógica do mercado que tende a transformar tudo em mercadoria. Este serviço necessário à manutenção da vida passa a ser visto pelo capital como objeto para obtenção de lucro. A perpetuação da privatização de serviços, que em sua essência deveriam ser públicos, sob a égide neoliberal – responsável em tempos contemporâneos pela manutenção ideológica do capitalismo – caminha por uma reconfiguração perniciosas. Tal reconfiguração é salientada pelo (neo)conservadorismo, que tem como pano de fundo a desistoricização do tempo presente, aproximando-se de ideias conservadoras do liberalismo, pragmatismo e do empirismo, partindo de uma concepção de razão extraída das formulações positivistas, defendendo reformas sociais que não afetem a estrutura social vigente (SOUZA, 2015).

Este pano de fundo incide de forma negativa, principalmente, em ações programáticas de saúde frente ao HIV, pois no contexto conservador moderno não se analisa o sujeito e o presente permeados de historicidade, o que leva ao entendimento de que ambos não são inflexionados por fatores exógenos e que a desigualdade produzida pelo capital

3 Segundo Iamamoto (1999, p. 27), a Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

é natural e não está ligada com os demais problemas sociais, que, nesta perspectiva, são de ordem individual – as quais passam a ser redirecionadas, quando implementadas, em virtude de minorar comportamentos sexuais de risco, salientando as desigualdades nas relações de poder, os estigmas e os preconceitos.

O cenário delineado acerca do movimento da realidade em tempos de financeirização da economia, fetiche de mercado e desemprego estrutural sob o ritmo do projeto neoliberal impacta significativamente nas políticas públicas e, conseqüentemente, na materialidade e subjetividade de quem vive com HIV. Sobre isso, Guimarães (2021, p. 21) argumenta que:

O deslocamento da incidência da epidemia nos últimos 15 anos para as camadas socialmente desprivilegiadas, em particular para as mulheres e crianças e neonatas, em vez de denunciar um viés antidemocrático ou misógino no vírus na sociedade brasileira, evidencia o caráter estruturalmente diferenciado, desigual e discriminatório das populações atingidas pelo HIV/AIDS, bem como a marcante assimetria social e sexual das relações inter e intragênero.

A assertiva apresentada revela-nos a face feminina do HIV, trazendo no seu bojo a questão da transmissão vertical. Estima-se que no mundo, em 2021, toda semana cerca de 5.000 mulheres jovens entre 15 e 24 anos são infectadas pelo HIV. Este fragmento etário tem o dobro de probabilidade de estar vivendo com HIV do que homens jovens. Em algumas regiões do planeta, as mulheres que sofrem violência são 1,5 vez mais suscetíveis a se infectarem pelo HIV (UNAIDS, 2021). Ademais, o quadro epidemiológico sinaliza uma tendência ao crescimento do índice de HIV em mulheres, não emergindo tais índices de forma desconecta do processo de desigualdade que se espalha através da globalização.

Corroborando com os argumentos anteriores, revela-se em nosso País um nítido predomínio da prática heterossexual como forma de transmissão do HIV para as mulheres (SANTOS et al., 2009). Os índices mostram o incremento dos casos de HIV e de AIDS: se no início da epidemia, em 1984, havia 23 homens para cada mulher com AIDS, em 2017, constam 22 casos de AIDS em homens para 10 casos de mulheres (BRASIL, 2018), mesmo que nos últimos 10 anos tenha havido uma queda das taxas de detecção entre mulheres em relação às taxas referentes ao sexo masculino.

Destaca-se que é na arena da saúde pública que as medidas de

enfrentamento da *sindemia* são gestadas. Os diversos segmentos que vivem com HIV não podem ser abarcados da mesma forma, pois cada um possui aspectos a serem considerados no que tange à formulação e à execução das ações e serviços de saúde. A face feminina do HIV, e da AIDS, emerge e exige uma resposta do Estado frente aos índices crescentes, e tal resposta para atingir indicadores de efetividade deve ser direcionada para além da condição HIV, pois as relações sociais que envolvem a gestante HIV implicam no acesso à atenção integral à saúde, onde o Assistente Social tem um campo com inúmeras possibilidades de intervenção com vistas a garantir a qualidade e dignidade dos serviços de saúde ao segmento supracitado.

3. “DECIFRA-ME OU TE DEVORO”: o trabalho profissional do assistente social no SAE - reprodução ou criação?

Marx e Engels (1982) denominam o trabalho como o “primeiro ato histórico”, como o elemento fundante do ser social. O trabalho contém o inédito, o novo. É por meio do trabalho que o ser social, cotidianamente, se distingue de todas as formas pré-humanas. Somos, em essência, trabalho, categoria fundamental da vida humana, visto que é condição para a existência social, pois é por meio do trabalho que o homem (ser-genérico) medeia sua relação com a natureza.

Tratam-se pressupostos estruturantes de uma concepção específica de trabalho, compreendido como “um ato de pôr consciente e (que), portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios” (LUKÁCS, 1978 citado por BRITO, 2009).

Ancoradas nessa concepção é que discorrermos acerca do trabalho profissional do assistente social inserido no SAE, espaço que se configura em uma unidade assistencial de cunho ambulatorial, a qual busca propiciar o vínculo da pessoa que vive com HIV e/ou ISTs com uma equipe multiprofissional. Este serviço é responsável por realizar ações de prevenção e qualidade de vida e assistência clínica e psicossocial direcionadas às pessoas vivendo com HIV.

A capital do Amazonas, Manaus, para além das funções administrativas básicas, possui, no âmbito do município, uma proeminência destacada no que se refere aos serviços e ações de saúde, cuja organização fica a cargo da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, como

referência regional, devendo a SEMSA/Manaus ser, a um só tempo, mecanismo de espraiamento das boas práticas, por meio dos fóruns de pactuação e gestão compartilhada, como espaço modelar na prestação dos serviços de saúde.

Reforça-se que internamente a Secretaria optou por se territorializar a partir das figuras dos distritos de saúde. Essa configuração resulta da previsão expressada na Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, segundo a qual nos municípios o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá organizar-se em distritos de forma a integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde (BRASIL, 1990). A opção da organização sob a forma de distritos – nominados de saúde pela SEMSA/Manaus – possui, nesse aspecto, como fim essencial a “cobertura total das ações de saúde”. Como parte estruturante do processo de descentralização, os distritos de saúde, em Manaus-AM, são constituídos no ano de 2001, por meio da lei municipal n.º 590, a qual prescreve a criação dos quatro distritos de saúde com o objetivo de descentralizar as ações de saúde, administrativas e financeiras da Rede Municipal de Saúde, proporcionando um melhor atendimento às unidades de saúde, bem como à comunidade em geral (MANAUS, 2001).

A pesquisa retrata uma unidade do Distrito de Saúde Sul que abrange 25 bairros e possui uma população de 519.252 habitantes, sendo responsável administrativamente por 65 Estabelecimentos Assistenciais de Saúde – EAS (SEMSA, 2018), o maior número em relação aos demais distritos. Além disso, dispõe de 58 Unidades Básicas de Saúde – UBS, o que pode vir a ampliar a possibilidade de diagnóstico de HIV, além de abarcar dois Serviços de Atenção Especializada em HIV – SAEs, sendo que apenas um deles está sob a jurisdição da SEMSA, situando-se na Policlínica Dr. Antônio Reis, espaço de atuação profissional do Serviço Social investigado.

A implantação deste tipo de serviço no país contribuiu para racionalizar custos, potencializar uma assistência fincada na humanização, considerando-se que a pessoa que vive com HIV terá uma cobertura especializada mais próxima de seu território, não necessitando peregrinar em busca de atendimento em outros centros de referência, nos níveis mais complexos do sistema. Além disso, o SAE encontra-se como serviço dentro de outra estrutura, uma Policlínica, o que pode possibilitar à pessoa que vive com HIV um maior acesso a profissionais

de diversas especialidades, além da realização de exames e de tratamentos medicamentosos de infecções oportunistas (SILVA, 2007).

Os Serviços de Atenção Especializada em HIV, segundo o Sistema de Avaliação QualiAids (2016, p. 33), devem apoiar tecnicamente os serviços de atenção básica no que diz respeito ao tratamento de IST com complicações, bem como atender as intercorrências clínicas relacionadas ao tratamento antirretroviral em pacientes HIV/AIDS. Nesta direção, a partir do SAE Dr. Antônio Reis, identificou-se, como um dos achados de pesquisa, 08 (oito) gestantes atendidas em 2019 e em seus respectivos prontuários, nos quais constavam 07 (sete) registros das unidades básicas de saúde, onde elas iniciaram o pré-natal.

Nesse espaço de oferta de serviços de saúde, as gestantes com HIV são atendidas por uma equipe multiprofissional, exclusiva do SAE. À época da pesquisa, eram: 03 (três) médicos infectologistas e 01 (um) técnica de enfermagem. Os demais profissionais - 01 (um) Enfermeiro e 01 (um) Assistente Social - faziam parte do quadro da Policlínica Antônio Reis.

O trabalho do assistente social aqui concebido como práxis, deve ratificar sua dimensão ontológica, visto que “a práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria: é determinação da existência humana como elaboração da vida” (KOSIK, 1975, p. 45). Dessa feita, ratificamos que o espaço reservado ao Serviço Social, enquanto uma profissão que se constitui em um ramo de especialização do trabalho coletivo, reside em dar repostas prático-conscientes às demandas que se apresentam no espaço ocupacional, pois esse profissional tem por dever ético buscar soluções para a pluralidade de problemas que lhes são colocados cotidianamente. Para tanto, é *mister* que esse profissional se fundamente nos pressupostos teórico-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico-profissionais, à luz da ética com clara orientação estratégica (GUERRA, 2012).

Assim, inquiriu-se à profissional de Serviço Social investigada: nas consultas, as gestantes com HIV são orientadas quanto à possibilidade de transmissão vertical do HIV? Se positivo, de que forma? Se negativo, quais os motivos para a não orientação? Entretanto, não se obteve registros acerca de uma questão crucial no que tange ao acompanhamento dessa gestante.

O não registro tendencia a inferir que se perdeu um momento significativo, onde a profissional deveria ter aconselhado essa gestante, já que o aconselhamento como técnica fundamentada, teórica e eti-

camente, constitui-se em uma ação que oferece condições necessárias para a interação entre as subjetividades, uma vez que em seu bojo reside a disponibilidade mútua (profissional e usuário) de trocar conhecimentos e sentimentos, podendo, ainda, ser efetivado um processo de escuta qualificada, individualizada e personificada na gestante com HIV que acessa o serviço de saúde, buscando estabelecer vínculos como forma de resgatar recursos internos dessa mulher, para que a mesma reconheça-se como autora e sujeito de sua própria trajetória histórica.

Outras questões foram direcionadas à profissional pesquisada: 1. Dentro das dificuldades de acesso que as gestantes com HIV possuem no âmbito da política de saúde, as mesmas têm assegurada a visita de vinculação nas maternidades? 2. Essas gestantes são orientadas acerca da não amamentação e o direito à fórmula láctea? 3. As mesmas relatam dificuldades no atendimento no pré-natal, no SAE e na maternidade?

Obtivemos o seguinte relato: “Sim, essas orientações específicas são dadas pela enfermeira, pelo médico também no ato consulta, e a gente reforça. Mas eu como Assistente Social, dou essas orientações mais gerais...” (PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – SAE) e ainda no que tange à vinculação da gestante à maternidade a mesma argumentou que existe vinculação, contudo, “a técnica de enfermagem faz muito esse contato, ela faz o contato com a maternidade” (PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – SAE). Com base nos discursos da profissional, infere-se que muitas dessas questões são dirimidas somente pela enfermeira ou pelo médico, e que o setor de Serviço Social só dá orientações gerais. Ressaltou, ainda, que as dificuldades são, por vezes, pela não adesão da gestante HIV ao tratamento desde o pré-natal (não comparecimento a exames e vacinas) até as idas para as consultas regulares como forma de preparação para a não transmissão vertical no momento do nascimento da criança.

Os argumentos da profissional pesquisada carecem de fundamentos e são relatos baseados em percepções que nascem e ancoram-se em práticas empíricas mecânicas, pois o trabalho profissional a ser desenvolvido e com potencial criativo precisa se contrapor à reprodução. Do contrário, coisifica-se a atuação profissional, a qual deve ser fundamentada em apoio emocional – acolhimento, auxílio educativo e avaliação de riscos com vistas à redução de danos. Para que o profissional de Serviço Social edifique um trabalho enquanto práxis requer que ele tenha um posicionamento reflexivo, crítico e político, parte integrante

de sua atividade que compõe seu próprio papel social (GIROUX, 1997) de também criar novos intelectuais (HAGEMEYER, 2004).

Ao conceber seu trabalho como potência, o profissional de Serviço Social atua para além do instituído e se faz necessário para essas gestantes. A partir do contato com suas famílias, percebe, conhece e reflete sobre a realidade dela, seus medos, suas preocupações; e essa aproximação sucessiva com essa realidade, mediada pelo seu saber, saber-fazer e querer-fazer, possibilita que o mesmo oriente e dê o suporte necessário à mulher e aos seus familiares.

O discurso apresentado pela profissional de Serviço Social tende a revelar uma fragilidade acerca do entendimento do potencial criativo de seu trabalho profissional, contudo, o mesmo nos insta a ratificar que a essência do trabalho profissional se constrói por meio de sucessivas mediações, portanto, trata-se de uma relação dialética em que a atividade possibilita também a humanização, pois “são produto dessa ação, e o resultado desse processo é o próprio ser dos homens [...]” (SAVIANI, 2007).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão em tela reflete sobre as possibilidades de atuação do Serviço Social diante da problemática da transmissão vertical do HIV, a qual apresenta nuances que impõem desafios à política de saúde pública na materialização de ações e serviços à gestante HIV e à criança exposta, em todos os níveis de complexidade do SUS.

Tem-se convicção de que as possibilidades são construídas tendo como horizonte o projeto ético-profissional. Mota (2014, p. 703) ressalta que “é preciso apanhar criticamente a imediatividade dos fenômenos, identificando as determinações subjacentes às demandas, desconstruindo-as e promovendo a produção de conhecimentos e de referências que balizem a intervenção profissional”. Além disso, a autora enfatiza a necessidade do fortalecimento e consolidação da articulação entre academia e espaços ocupacionais, resguardando as suas especificidades e particularidades como fonte de criação para que pesquisas que nasçam retornem “à formação e ao exercício profissionais, superando o cotidiano caótico e reificado dos espaços ocupacionais. Essa é uma condição ineliminável, que põe em relevo a necessidade de articular atividades técnicas com uma sólida formação teórica” (IDEM).

A complexidade que envolve a realidade onde está inserida a

gestante portadora de HIV pode ser determinante no desfecho da criança exposta. Diante disso, o Assistente Social, como profissional da Saúde, deve participar em todo o caminho que a gestante HIV percorre na rede de atenção à saúde, assumindo uma conduta profissional crítica e propositiva, direcionada pelo projeto ético-político profissional, planejando as suas ações com base nos eixos de atuação na Saúde proposto pela categoria, dando respostas efetivas às demandas imediatas e imediatas trazidas apresentadas por esses sujeitos e seu entorno.

Manaus é uma capital que apresenta um preocupante crescimento de casos novos de HIV e mortes por AIDS e, por consequência deste quadro, também um número significativo de gestantes diagnosticadas com HIV, o que leva ao aumento do número de crianças expostas, tornando imprescindíveis ações e serviços eficazes que visem minorar ou frear estes índices. Aos profissionais de Saúde, onde se inclui o Assistente Social, é imperativo buscar estabelecer uma rede de referência e contrarreferência, com fluxos bem definidos, com o intuito de fortalecer o vínculo com a gestante portadora de HIV e, posteriormente, o acompanhamento da criança exposta.

As possibilidades de sua atuação devem estar ancoradas na teoria social crítica para que os profissionais possam formular, implementar e executar políticas, programas e projetos abarcando as especificidades dos sujeitos supracitados e dos territórios em que se situam, comprometidos com a materialização do direito à saúde universal, integral e equânime.

Gestar uma resposta brasileira de combate ao HIV nos moldes que se apresentaram nesta discussão é desafiador em meio aos percalços enfrentados na construção do próprio SUS. Não se pode desvincular tal resposta da consolidação do sistema público de saúde brasileiro; se o SUS retroage, toda a sua agenda com vistas a garantir o direito à saúde e à cidadania, assim como às ações e aos serviços para os diversos segmentos, destacando-se o de pessoas que vivem com HIV, retroage igualmente.

Em meio ao subfinanciamento, congelamento de gastos, privatizações, reordenamento do aparato estatal, dentre outros condicionantes, o SUS cidadão, meio de minorar a pobreza através do acesso a assistência à saúde de forma holística, se vê cada vez mais impossibilitado de garantir seus princípios de universalidade, equidade e integridade e, conseqüentemente, ações e serviços de saúde humanizados e

de qualidade às pessoas com HIV e com AIDS. Porém, quais seriam a(s) alternativa(s) para tal cenário? Ora, embora receitas não caibam no dinamismo da sociedade contemporânea, ainda mais em um Brasil tão desigual e com territórios tão complexos, pode-se ousar em dizer que muitas possibilidades e caminhos já estão dados na realidade, pois, como coloca Almeida (2014, p. 63), “o futuro para o qual caminhamos nasce do presente em que estamos e possui raízes no passado vivido, mas uma boa dose desse futuro (um dos muitos possíveis) pertencerá ao improvável, ao desconhecido e ao surpreendente”. Neste ponto reside a causalidade, a força da história.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Juliana T. **O atendimento multiprofissional ofertado a gestantes hiv+ no núcleo de assistência HENFIL em Palmas/TO.** Revista Humanidades e Inovação, v. 5, n. 11, 2018.

ALMEIDA, Gisele I. de. **Futuro e história: análise da temporalidade atual.** Revista História da Historiografia, Ouro Preto, v. 15, p. 51-69, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Gostos de classe e estilos de vida.** In: ORTIZ, Renato (Org.). Tradução Paula Montero e Alicia Auzmendi. p.82. **Pierre Bourdieu: Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Brasília, 1990.

BRASIL. **Diretrizes para o fortalecimento das ações de adesão ao tratamento para pessoas que vivem com HIV e AIDS.** Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico HIV/Aids.** v. 49, n. 53. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais.** Boletim epidemiológico HIV e AIDS. Brasília, 2020.

BRITO, Thiago. **Marx e Lukács: a relação sociedade e natureza.** In: **6º Colóquio Internacional Marx e Engels – CEMARX Unicamp,** Campinas, 03 a 06 de novembro de 2009.

GONÇALVES Tonantzin R.; PICCININI, Cesar Augusto. **Experiência da maternidade no contexto do HIV/AIDS aos três meses de vida do bebê.** Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 24, n. 4, 2008.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional.** In: SANTOS, Claudia M. dos; BACKX, Sheila. GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

GUIMARÃES, Carmem Dora. **Aids no feminino. Por que a cada dia mais mulheres contraem Aids no Brasil?** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2021.

HAGEMEYER, Regina Cely de. **Dilemas e desafios da função docente na sociedade atual:** os sentidos da mudança. Revista Educar, n. 24, p. 67-85. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

IAMAMOTO, Marilda V. **As dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo.** In: MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional.** OPAS/OMS, Ministério da Saúde. São Paulo: Cortez, 2006.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MANAUS. Lei n.º 590, de 13 de março de 2001. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2001/59/590/lei-ordinaria-n-590-2001-reestrutura-a-administracao-do-poder-executivo-municipal-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: maio/2020.

MARX, Karl (1818-1883). **O capital [Livro 1]-** crítica da economia política. O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Elementos fundamentais para a crítica da economia política.** v. 1 e 2. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MOTA, Ana Elizabete. **Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social.** Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.120, 2014.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Dados do Banco Mundial.** 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/banco-mundialquase-metade-da-populacao-global-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza/>>. Acesso em: mar./2019.

PARKER, Richard; JUNIOR, Kenneth R. de C. **Pobreza e HIV/AIDS**: aspectos antropológicos e sociológicos. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 16, p. 89-102, 2000.

SÁNCHEZ, Alba I. M.; BERTOLOZZI, Maria Rita. **Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva?** Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, n. 2, p. 319-324, 2007.

SANTOS, Josiane S. (Org.). **Elementos para entender a concepção e gênese da questão social**. In: **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Naila J. S. et al. **Contextos de vulnerabilidade para o HIV entre mulheres brasileiras**. Cadernos de Saúde Pública, v. 25, 2009.

SAVIANI, Demerval. **O Espaço da Educação na Universidade**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 130, p. 99-134, jan./abr., 2007.

SEMSA. **Relatório Anual de Gestão 2018**. Manaus, 2018.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO QUALIAIDS. Caderno de recomendações da avaliação Qualiaids. **Avaliação da qualidade dos serviços ambulatoriais do SUS que assistem adultos vivendo com HIV/aids no Brasil**. São Paulo, 2016.

SOUTO, Bernardino Geraldo A. **As duas primeiras décadas da AIDS**: cenário e interações com a epidemiologia. Revista Médica de Minas Gerais, v. 14, n. 4, p. 251-256, 2004.

SOUZA, Jamerson Murillo A. de. **O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 122, p.199-223, 2015.

UNAIDS. **Estatísticas globais sobre HIV 2021**. Disponível em: **Estatísticas - UNAIDS Brasil**. Acesso em: jul./2021.

VIEIRA, Ana Cristina de S. et al. **A epidemia de HIV/Aids e a ação do Estado. Diferenças entre Brasil, Ásia e Moçambique**. Revista Katalysis, Florianópolis, v. 17, n. 2, 2014.

O TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A assistência estudantil no Ensino Superior no IFAM em Manaus

*Luciana Vieira dos Santos
Hamida Assunção Pinheiro*

1. INTRODUÇÃO

A área da educação é um importante espaço sócio-ocupacional para o/a assistente social. Nessa área, o/a assistente social atua de modo a conhecer e intervir nas situações sociais, familiares e econômicas que interferem diretamente na permanência do estudante no âmbito educacional. Em geral, há espaço de trabalho para este profissional nos mais diversos níveis educacionais, ou seja, na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e também no ensino superior.

Este texto¹ analisa a assistência estudantil no ensino superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), tendo como ênfase o trabalho do/da assistente social. O acesso, permanência e êxito dos discentes nos cursos de graduação do IFAM tem como prerrogativa as políticas sociais direcionadas para a área da Educação. Nessa perspectiva, a assistência estudantil é compreendida no contexto contemporâneo como uma política social que visa contribuir para a minimização dos problemas socioeconômicos que interferem na vida acadêmica dos alunos.

A assistência estudantil enquanto política social é reconhecida a partir da Constituição de 1988, no entanto, há vários registros de ações voltadas para auxiliar os estudantes de nível superior que antecedem a Carta Magna. Inicialmente, a assistência estudantil se dava de forma fragmentada, restrita e assistencialista, por meio de encaminhamentos às instituições isoladas.

¹ Foi inspirado pelas reflexões contidas na dissertação intitulada “Assistência Estudantil e Serviço Social: a atuação dos assistentes sociais nos campi do IFAM em Manaus”, defendida em 2019, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

Historicamente, um dos principais desafios percebidos no ensino superior é a dificuldade de garantir aos estudantes das classes sociais populares condições de permanência e diplomação. É sabido que, desde sua criação no Brasil, o ensino superior público foi destinado às classes mais abastadas da sociedade, o que levou a assistência estudantil a um plano secundário, cuja existência de programas de assistência ao estudante era conduzida para o atendimento às demandas pontuais e isoladas com ações e medidas limitadas e descontínuas (MAGALHÃES, 2013).

De acordo com Vasconcelos (2010), a assistência estudantil entendida como direito social tem como objetivo suprir as necessidades básicas dos alunos no decorrer da Graduação, a fim de ultrapassar as dificuldades encontradas que interferem no bom desempenho dos estudantes, possibilitando assim, um desenvolvimento acadêmico considerável e contribuindo para a queda dos índices de abandono e trancamento de matrícula. A autora afirma que a assistência estudantil compreende um leque de ações voltadas para os mais diversificados campos da vida do estudante como: saúde, acesso aos instrumentais pedagógicos, acompanhamento às necessidades educativas especiais e, também, o atendimento de necessidades mais básicas como moradia, transporte e alimentação.

Magalhães (2013, p. 69) explica que a partir da promulgação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), ocorrida em 2008, há um novo momento “para democratização do acesso, para a implementação de políticas afirmativas e para assistência estudantil nas universidades públicas”. Nesse âmbito de democratização do ensino superior, a PNAES deu legalidade para o repasse de verbas às instituições a partir de 2008, mas foi em 2010 que houve a implementação por meio do Decreto n.º 7.234 (COSTA, 2010).

Na atualidade, as transformações ocorridas no sistema de reprodução do capital, pautadas na política neoliberal, têm agravado as desigualdades sociais e, conseqüentemente, agudizado as expressões da questão social². No contexto educacional, tais expressões têm requeri-

² A questão social, conforme nos ensina Yamamoto (2003), é a base de fundamentação para o Serviço Social como especialização do trabalho. Ela abarca o conjunto das desigualdades resultantes da sociedade capitalista madura e o assistente social é um dos profissionais que tem competência para atuar em suas múltiplas expressões. A apreensão da questão social envolve a observação da dinâmica contraditória da vida cotidiana, incluindo os movimentos de luta e resistência diante do aprofundamento das desigualdades.

do a intervenção dos agentes públicos, tendo em vista que a evasão no ensino superior compromete tanto os investimentos que são realizados pelo Governo Federal, como também pode gerar a escassez de profissionais especializados para o mercado de trabalho. A interrupção da entrada de profissionais no mercado de trabalho é um problema para a reprodução do capital, que pode se tornar grave e, justamente por isso, justificam-se algumas ações do Estado para implementação de políticas sociais que venham a remediar essa problemática.

Nesse sentido, o trabalho do/da assistente social na educação ganha ainda mais relevância, tendo em vista que este profissional pode atuar como gestor e/ou operacionalizador de políticas sociais e, também, como mediador das relações conflituosas vivenciadas pelos sujeitos e que causam problemas ao rendimento escolar.

Neste estudo, realizamos uma análise crítica, ancorada no materialismo histórico e dialético, de natureza quantitativa e qualitativa, envolvendo pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Nesta última, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada para os/as assistentes sociais. A pesquisa foi desenvolvida nos três *campi* do IFAM sediados em Manaus-AM, a saber: Campus Manaus Zona Leste; Campus Manaus Distrito Industrial e Campus Manaus Centro.

2. O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E O ESPAÇO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A profissão de Assistente Social vem se consolidando nos mais variados espaços sócio-ocupacionais. Segundo o CFESS (2013), a inserção do/da assistente social na educação tem se intensificado nas últimas décadas, impulsionada, principalmente, pelo processo de democratização da educação e do surgimento de políticas sociais voltadas para a viabilização do acesso e da permanência dos discentes.

Conforme Prada (2015), o/a assistente social tem na área da educação a articulação com as demais profissões e políticas sociais que o levam a conhecer uma gama de situações que podem trazer melhorias ao processo de ensino/aprendizagem, viabilizando as condições objetivas para que o discente tenha um bom aproveitamento no ambiente escolar.

É de amplo conhecimento que o sistema capitalista de produção necessita de profissionais para a reprodução do capital, nesse sentido

a educação cumpre uma função tanto econômica como social, uma espécie de intermediação necessária para as classes sociais. Para Cury (2000), a educação assume um caráter mediador junto à sociedade classista, situando-se entre interesses distintos, tendendo, na maioria das vezes, para o mascaramento das reais relações conflituosas que fazem parte deste contexto.

A educação adequa-se como instrumento da acumulação capitalista ao preparar mão de obra, especialistas, técnicos, voltados todos para a reprodução ampliada do capital. [...] Consequentemente, a educação, no seu sentido amplo, é mediação porque filtra uma maneira de ver as relações sociais. Por isso, a educação torna-se instrumento de uma política de acumulação, que se serve do caráter educativo propriamente dito (condução das consciências) para camuflar as relações sociais que estão na base da acumulação. (CURY, 2000, p. 65).

Nesse espaço, as ações de assistência estudantil buscam minimizar as condições de desigualdades criadas pelo próprio sistema capitalista de produção, na tentativa de melhorar a inserção, a permanência e o êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade social no âmbito educacional. Não podemos esquecer que as instituições educacionais, públicas e privadas estão envolvidas na trama de interesses voltados para a reprodução das relações de produção do capital, tendo na formação de mão de obra para o mercado de trabalho sua principal função.

É neste contexto que cabe à instituição balancear interesses distintos e atuar em favor de uma educação democrática de fato. Neste sentido, as ações de assistência estudantil têm um papel fundamental no auxílio à permanência e ao êxito escolar dos estudantes, na medida em que representa melhores oportunidades e condições, assim como também significa maior democratização do ensino.

3. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFAM EM MANAUS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) foi institucionalizado pela Lei n.º 11.892, em 29 de dezembro de 2008, pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, com a missão de promover com excelência a Educação, Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. O IFAM é originário da escola de aprendizes e artífices, criada em 1909 pelo Presidente Nilo Peçanha através do Decreto n.º 7.566.

A Escola de Aprendizes Artífices inaugurou com oficinas de alfaiataria e marcenaria para 14 alunos, tendo funcionado primeiramente na Chácara Afonso de Carvalho, situada na Rua Urucará, no bairro Cachoeirinha. Após a transferência de presos da Casa de Detenção de Manaus, em 1916, o local ficou vago e a Escola de Aprendizes Artífices mudou-se pela primeira vez, tendo a possibilidade de aumentar seu espaço físico e, conseqüentemente, o número de alunos - total de 95 - matriculados. As aulas eram ministradas nos turnos matutino e vespertino, com cursos de desenho aplicado, ensino primário, oficinas de marcenaria, carpintaria, alfaiataria e ferreiro-serralheiro. Cerca de 11 anos depois, em 1927, a Escola mudou-se para o Mercado Municipal da Cachoeirinha, onde passou a receber encomendas para a fabricação de produtos nas oficinas. (IFAM, 2016, p. 1).

Segundo Barros (2014), a criação da Escola de Aprendizes Artífices tinha como objetivo profissionalizar jovens em ofícios úteis, tendo em vista que precisavam de uma profissão para garantir renda, tais como alfaiataria, sapataria, marcenaria, tipografia e desenho. Assim, é perceptível que desde sua origem o IFAM traz um cariz de formação profissional, mas também de inserção social. Na atualidade, o IFAM apresenta um vertiginoso crescimento através da construção e instalação de novos *campi* no Estado do Amazonas.

Num processo que está em constante alteração, o IFAM já conta com 15 *campi*, sendo três em Manaus (Manaus Centro, Manaus Distrito Industrial e Manaus Zona Leste), e 12 no interior do Amazonas, em Coari, Lábrea, Maués, Manacapuru, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Humaitá, Eirunepé, Itacoatiara e Tefé, proporcionando um ensino profissional de qualidade a todas as regiões do Amazonas. (IFAM, 2016, p. 1).

Diante deste universo institucional, a PNAES, estabelecida pelo Decreto n.º 7.234, passa a ser implementada no IFAM a partir de 2011, objetivando dar resolutividade ou minimizar os inúmeros problemas que atingem o cotidiano dos estudantes nas Instituições de Ensino Superior – IES. Foi assim que, em 09 de junho de 2011, foi aprovada pelo Conselho Superior do IFAM a Resolução n.º 13, que institui a Política de Assistência Estudantil – PAES, a qual foi normatizada através da Portaria n.º 1.000/Gabinete da Reitoria/IFAM em 7 de outubro de 2011.

A expansão dos Institutos Federais de Educação, a partir do ano de 2008, tem impulsionado a abertura de um espaço promissor para o/a Assistente Social, tendo em vista que a criação de novos *campi* tam-

bém implica em aumento de vagas destinadas aos discentes em várias modalidades de ensino médio e superior, bem como de profissionais. Desta forma, o IFAM vem caminhando nesta perspectiva expansionista e, no ano de 2019, já possui em seu quadro de servidores um total de 23 Assistentes Sociais, que foram incorporados/as por meio de concursos público a partir do ano de 2010.

A PAES do IFAM tem como prerrogativa a garantia da democratização das condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes matriculados na Rede de Educação Profissional de Ciência e Tecnologia em todos os níveis e modalidades de ensino, prioritariamente, aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Nesses termos, os princípios e objetivos da PAES/IFAM estão afinados com a normativa nacional, quanto ao auxílio aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico e para o combate aos índices de retenção e evasão, causados pela deficiência de recursos financeiros.

Com a autonomia dada às IES pelo Decreto n.º 7.234/2010 para o desenvolvimento das ações de assistência estudantil, o IFAM elegeu dois Programas bases para a implementação de sua PAES/IFAM: o primeiro se refere aos benefícios socioassistenciais (alimentação, transporte, moradia, alojamento, creche, material didático-pedagógico) que podem ser implementados por meio de repasse financeiro direto aos estudantes ou pelo fornecimento de serviços como: transporte escolar; concessão de alimentação no restaurante estudantil e contratação de serviços de reprografia. A segunda linha de ação se refere aos projetos integrais, os quais oportunizam monitoria e/ou reforço escolar para discentes com baixo rendimento e com a possibilidade de oferta de bolsas de estudo e ajuda de custo.

Como toda política social focalizada, a PAES/IFAM não é diferente, tendo em vista que o orçamento público destinado à assistência estudantil não atende em sua totalidade a demanda de estudantes em situação de vulnerabilidade social. Desta forma, o IFAM lança editais anuais e/ou semestrais para realizar a seleção de quem serão os assistidos, tendo como critério principal o atendimento daqueles com renda *per capita* mensal de até um salário mínimo e meio. O limite de estudantes a serem atendidos é definido de acordo com a disponibilidade de recurso financeiro previsto na matriz orçamentária do ano em exercício.

As múltiplas expressões da questão social (pobreza, desemprego, violência, entre outros) adentram o espaço das IES, requerendo a

intervenção do Estado e, por conseguinte, dos profissionais que atuam nas Instituições. Assim, pode-se inferir que é com o objetivo de viabilizar a permanência e êxito dos estudantes que a PNAES é implementada no âmbito das IES.

A partir de 2011, o IFAM começou a receber os recursos orçamentários do governo federal para serem aplicados nas ações de assistência estudantil, de acordo com as normativas legais que permeiam esta política. Desta forma, a Tabela 1 demonstra os valores que foram direcionados para a execução da PAES no IFAM.

Tabela 1 - Dados da Assistência Estudantil no IFAM.

| Ano | N.º de campus | N.º de alunos | Orçamento Assistência Estudantil |
|------------|----------------------|----------------------|---|
| 2011 | 10 | 9.742 | R\$ 4.795.854,00 |
| 2012 | 10 | 11.005 | R\$ 5.015.843,00 |
| 2013 | 10 | 9.032 | R\$ 6.593.269,00 |
| 2014 | 14 | 9.450 | R\$ 8.153.385,86 |
| 2015 | 15 | 10.947 | R\$ 11.581.123,00 |
| 2016 | 15 | 11.122 | R\$ 11.826.991,00 |
| 2017 | 15 | 13.376 | R\$ 11.619.675,64 |
| 2018 | 15 | 13.232 | R\$ 11.623.922,27 |
| 2019 | 15 | 14.903 | R\$13.020.343,00 |
| 2020 | 16 | 12.534 | R\$ 12.585.012,00 |
| 2021 | 17 | 11.095 | R\$11.499.483,00 |

FONTE: Pesquisa documental, 2018, atualizado em 2021.

A tabela 1 apresenta a cronologia dos repasses financeiros destinados à implementação das ações de assistência estudantil no IFAM, além de mostrar o crescimento no número de *campi* e, respectivamente, a abertura de novas vagas para alunos na instituição. No tocante à assistência estudantil, é preciso pontuar que a matriz orçamentária toma como base as matrículas de alunos por campus de cada Instituição da Rede Federal de Ensino, a qual utiliza o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA para realizar a atualização de valores por discen-te. Em 2020, o repasse aos campi foi de apenas um terço do recurso, devido à pandemia da Covid-19, momento em que foram suspensos benefícios como transporte e creche em decorrência da interrupção das

aulas presenciais. No entanto, o recurso restante foi direcionado para a aquisição de *tablets* para doação aos discentes do IFAM.

No que condiz à assistência estudantil, o orçamento demonstrado aqui tem contribuído nas ações de auxílio aos discentes que estão cursando o ensino superior nos *campi* do IFAM. Neste contexto, verificamos o número total de discentes matriculados nos *campi* pesquisados e o número real de atendidos pela assistência estudantil em 2018 nos três *campi*, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Alunos matriculados x Assistidos pelas PAES/IFAM.

| Campus | Alunos matriculados em 2018 | Assistidos pela PAES/IFAM | Percentual |
|---------------------|------------------------------------|----------------------------------|-------------------|
| Distrito Industrial | 1.283 | 884 | 68,9% |
| Centro | 3.456 | 1.595 | 46,1% |
| Zona Leste | 1.301 | 832 | 63,9% |

FONTE: Pesquisa documental, 2018.

Notamos que o número de discentes atendidos pela PAES/IFAM é bem expressivo se comparado ao total de discentes matriculados em cada campus, chegando até 68,9%, como no caso do Campus Distrito Industrial. No entanto, é importante frisar que a maioria dos alunos assistidos recebe apenas um benefício devido ao orçamento destinado à assistência estudantil ser insuficiente para atendimento de todas as demandas existentes. É comum que um único estudante tenha mais de uma necessidade para permanecer no âmbito educacional. Desta forma, cabe ao assistente social realizar a seleção dos discentes com base no questionário socioeconômico, somado à documentação comprobatória, entrevista social e em alguns casos visitas domiciliares.

A esse respeito, Fávero (2014) pontua que o conhecimento das particularidades econômicas e sociais é de responsabilidade técnica do/da Assistente Social, tendo como base a articulação entre interpretações e o estabelecimento de relações, considerando as questões estruturais, seja em âmbito nacional ou mundial, as quais interferem no cotidiano dos estudantes. A autora explica que a qualificação do/da Assistente Social é de suma importância na ação de acompanhamento e análise crítica das relações sociais que envolvem seu trabalho, pois esta é determinante para que haja proposições inovadoras que possam contribuir para alterações nesta realidade.

Diante deste cenário, torna-se claro que a assistência estudantil é fundamental para a permanência e êxito dos discentes na educação, mas ainda há muitos obstáculos a serem ultrapassados, tendo em vista que as expressões da questão social são diversas e transpõem os muros institucionais. Neste contexto, a assistência estudantil é uma importante estratégia governamental, que tem como principal objetivo o acesso e permanência dos estudantes nas IES e, por conseguinte, podendo auxiliar em sua inclusão no mercado de trabalho.

4. O TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL NO IFAM EM MANAUS

Entre avanços e limites, o Serviço Social vem conquistando seu espaço no IFAM, com, pelo menos, um profissional atuando em cada *campus*. Nos três *campi* localizados na cidade de Manaus, foco deste texto, há um total de oito profissionais: no Campus Manaus Zona Leste são duas assistentes sociais, no Campus Manaus Distrito Industrial também são duas assistentes sociais e no Campus Manaus Centro há quatro assistentes sociais.

No exercício de seu trabalho profissional, o/a assistente social deve seguir os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Serviço Social (1993), dentre os quais destacamos o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993). Nesse sentido, julgamos ser relevante trazer para esta análise o perfil dos Assistentes Sociais que atuam no IFAM, objetivando conhecer sua trajetória de formação e de trabalho profissional, para posteriormente aprofundarmos a intervenção na PAES/IFAM.

Assim, em relação ao perfil das seis profissionais entrevistadas, podemos apontar que todas são do sexo feminino e que estão na faixa etária de 27 a 50 anos de idade. Quanto à formação, são oriundas do ensino presencial em Serviço Social, sendo três formadas na Universidade Federal do Amazonas, duas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e uma no Centro Universitário Nilton Lins. Já no que concerne ao tempo de formação, 50% (3) possuem menos de dez anos de formação, 33% (2) mais de dez anos e 17% (1) mais de vinte anos.

Outro quesito observado diz respeito ao tempo de trabalho no IFAM, que é bastante variado, conforme expresso na Tabela 3:

Tabela 3 - Ano de entrada dos Assistentes Sociais no IFAM.

| Ano de entrada | Assistentes Sociais | Tempo de trabalho (anos) |
|-----------------------|----------------------------|---------------------------------|
| 1994 | 1 | 24 |
| 2010 | 2 | 8 |
| 2014 | 2 | 4 |
| 2016 | 1 | 2 |

FONTE: Pesquisa de campo, 2018.

A pesquisa constatou que a inserção dos Assistentes Sociais no IFAM se intensificou com a segunda fase de expansão dos Institutos Federais a partir do ano de 2008, assim como a implementação do PNAES em 2010, o que demandou a exigência deste profissional para atuar com essa política pública, além de outras questões trazidas pelos alunos.

É possível afirmar que o Serviço Social tem acompanhado o desenvolvimento e a expansão das instituições que prestam serviços socioassistenciais. No IFAM, a Tabela 3 representa bem esta lógica, quando constatamos que até o ano de 2010 havia apenas uma profissional atuando na instituição analisada durante dezesseis anos. A partir de 2010, houve um *boom* na inserção de novos profissionais em um curto espaço de tempo, através da realização de concursos públicos.

O/A assistente social que atua na educação se depara diariamente com as mais variadas problemáticas trazidas pelos estudantes, e, para isso, precisa estar apto a intervir criando estratégias para o enfrentamento dos problemas que interferem no bom rendimento dos alunos. Para tanto, a formação continuada é imprescindível para os/as assistentes sociais, na medida em que contribui para abrir o campo de visão para o aperfeiçoamento da intervenção diante das demandas que se apresentam.

O/A assistente social que atua na educação precisa estar atenta às políticas sociais internas e externas. Nesse prisma, o PNAES representa um dos importantes norteamientos da intervenção profissional na área da educação e, mais especificamente, na assistência estudantil no IFAM. A fim de conhecer mais detidamente a visão das assistentes sociais sobre a assistência estudantil na Instituição, foi questionado acerca da origem das ações de assistência estudantil.

A este respeito, 67% (4) responderam que a assistência estudantil no IFAM foi iniciada no ano de 2011 com a implementação da PAES/

IFAM, os outros 33% (2) responderam que foi anteriormente à PNAES. É possível observar que as profissionais entendem que mesmo antes da PNAES já existiam ações de apoio aos estudantes, até mesmo porque as demandas já se apresentavam no cotidiano de trabalho. Uma entrevistada afirma: “desde meu ingresso (1994), a instituição já desenvolve ações de assistência estudantil. Antes de 2011 utilizava-se recursos próprios do orçamento da instituição” (Pesquisa de campo, 2018, Assistente Social 2). Outra profissional também considera que “[...] é anterior à PNAES. Se regulamentou e obteve um recurso próprio em 2010 com a PNAES e a PAES-IFAM” (Pesquisa de campo, 2018, Assistente Social 3).

Na intenção de apreender a importância e o alcance da PNAES como instrumental de trabalho do/da assistente social no IFAM, perguntamos às profissionais sobre as mudanças que ocorreram na atuação profissional com a implantação da política no âmbito institucional. Dentre as respostas obtidas, destacamos algumas falas que revelam tanto aspectos positivos, com também negativos, como é o caso da sobrecarga de trabalho:

O aumento de recursos financeiros para apoio ao discente, certamente, ampliou a visibilidade da atuação profissional e trouxe novos desafios. (Pesquisa de campo, 2018, Assistente Social 2).

Foi possível atender um maior número de alunos. No entanto, houve uma sobrecarga de atividades que restringiu a atividade do Assistente Social à análise e concessão de benefícios. (Pesquisa de campo, 2018, Assistente Social 3).

Ações de atendimento ao estudante sempre existiram no campus, contudo, após o PNAES as ações tomaram caráter de direitos, e não uma ação de gestão. (Pesquisa de campo, 2018, Assistente Social 6).

Nas narrativas podemos perceber que a instituição da PNAES trouxe novas possibilidades de atendimento aos alunos, pois passou a existir a garantia de recursos para a assistência estudantil, que, como foi dito, sempre existiu, mas de forma pontual. Outra questão exposta pela profissional 3 se refere à sobrecarga de trabalho, que com o advento da PNAES acabou por trazer novas demandas às profissionais, tendo em vista os critérios de elegibilidade a serem cumpridos conforme as indicações da legislação, somadas ao aumento de alunos a serem assistidos.

O número de profissionais tem sido insuficiente para as demandas que se apresentam, sendo que nos *campi* pesquisados o número de alunos é bem grande quando comparamos ao número de profissionais disponíveis, sendo que, em época de seleção de beneficiários, cada profissional fica responsável por atender uma média de 500 alunos em um curto espaço de tempo, o que acaba comprometendo a qualidade do trabalho.

A pesquisa também se debruçou sobre a questão da autonomia profissional, nesse sentido as profissionais do IFAM consideram possuir uma boa autonomia no ambiente de trabalho. A exemplo disto, selecionamos algumas respostas interessantes para reflexão:

Nunca houve interferência da gestão na condução do trabalho do Serviço Social. (Pesquisa de campo, 2018, Assistente Social 4).

Considero que temos uma boa autonomia, que foi e está sendo conquistada pelo posicionamento profissional que temos perante à gestão e outros profissionais. (Pesquisa de campo, 2018, Assistente Social 5).

A autonomia profissional do assistente social de maneira geral é respeitada, tendo uma relativa liberdade na execução. (Pesquisa de campo, 2018, Assistente Social 6).

Podemos verificar que as profissionais entrevistadas falam de uma autonomia relativa, pois não há interferências da gestão em seu exercício profissional. No entanto, é sabido que a autonomia é condicionada a outros fatores, como, por exemplo, a estrutura, as condições de trabalho, a focalização de políticas sociais, dentre outros. Nesse sentido, Yamamoto (2004, p. 18) nos diz que:

embora os assistentes sociais possam atribuir uma direção social ao seu exercício, a interferência dos organismos empregadores ocorre através do estabelecimento de metas, normas, atribuições, condições de trabalho e relações de trabalho.

O trabalho do/da Assistente Social, na operacionalização da PAES/IFAM, tem uma amplitude que vai desde as exigências burocráticas, no que concerne à elaboração de editais, até a articulação com outros profissionais da educação e também familiares dos discentes. Nesse contexto, vimos que este profissional é fundamental em todas as dimensões que permeiam a operacionalização da PAES/IFAM, desde seu planejamento inicial até sua execução e monitoramento.

Desta forma, é necessário que o/a Assistente Social esteja em constante formação, pois, conforme Yamamoto (2003), estamos vivenciando um momento pleno de desafios, os quais reafirmam que a acumulação de capital não é parceira da equidade, muito menos da igualdade. A autora expressa ainda que, nos locais de trabalho, atesta-se o crescimento das demandas por serviços sociais, com ele o aumento da seletividade e a diminuição de recursos das políticas sociais, além da imposição de critérios cada vez mais restritivos para o acesso aos direitos sociais.

No intuito de compreender mais profundamente o trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais na execução da assistência estudantil, também as inquirimos sobre os serviços ofertados pela assistência estudantil nos *campi*, os quais foram descritos da seguinte forma:

Como disse, a assistência estudantil é ampla e nosso entender envolve todos os serviços de apoio ao estudante (serviço psicológico, médico, entre outros). Os benefícios do Programa Socioassistencial Estudantil ofertados são: alimentação, transporte, moradia, creche e material didático. (Pesquisa de campo, 2018, Assistente Social 2).

Programas Socioassistenciais - benefícios com repasse direto aos estudantes (moradia, material didático, transporte, creche e internato) e Projetos Integrais (projetos submetidos à avaliação da comissão, conforme a PAES). (Pesquisa de campo, 2018, Assistente Social 3).

Nestes termos, o relato da Assistente Social 2 demonstra uma visão ampliada da assistência estudantil, que engloba todas as ações voltadas aos alunos, sejam elas relacionadas aos serviços de apoio médico, psicológico até os benefícios socioassistenciais. Tal visão está em consonância com o que defendemos neste texto. Já a profissional 3 tem outro olhar sobre a assistência estudantil, visualizando-a como uma política regulamentada a partir de 2010.

Neste estudo, a assistência estudantil é compreendida nas ações direcionadas para os estudantes de graduação ao longo do tempo. Desta forma, reiteramos que a assistência estudantil é extensiva às demais ações, que vão além das ações subsidiadas pelos recursos orçamentários destinados pelo MEC. Assim, a assistência estudantil envolve todos os profissionais da instituição que prestam serviços aos estudantes, desde os docentes até a equipe técnica como pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, entre outros.

Vale assinalar que os benefícios concedidos aos discentes se dão em forma de repasse financeiro direto por meio de ordens bancárias ou através de prestação de serviços diretos, como no caso da alimentação, que é ofertada em restaurantes dentro dos três *campi* pesquisados.

No que se refere ao trabalho do/da assistente social, na operacionalização da PAES/IFAM, é imprescindível lembrar que não é esta política o objeto de trabalho deste profissional, mas sim as múltiplas expressões da questão social que acabam por interferir no campo educacional, trazendo obstáculos à permanência dos alunos no IFAM. O trabalho do/da assistente social na área educacional é muito mais abrangente e complexo, não se resume a um mero executor de políticas sociais, é este profissional que toma como desafio a busca por alternativas (para além dos auxílios financeiros), que venham contribuir não somente com a permanência dos graduandos na instituição, mas também com a formação integral dos sujeitos sociais.

Assim, buscamos conhecer outras demandas atendidas pelos assistentes sociais, que vão muito além da PAES/IFAM, conforme veremos no Quadro 1.

Quadro 1- Demandas atendidas pelo Serviço Social para além da assistência estudantil.

| | |
|--|---------------------|
| Atendemos além da assistência estudantil, todas as demandas relacionadas a alunos, pais de alunos e servidores no que diz respeito ao Serviço Social. | Assistente Social 1 |
| O público-alvo refere-se a discentes e servidores, à comunidade acadêmica. Além da PAES/IFAM desenvolve outras atividades inerentes ao cargo. | Assistente Social 2 |
| Atuamos na equipe multiprofissional disciplinar, na emissão de pareceres técnicos, visitas domiciliares, visitas interinstitucionais. | Assistente Social 3 |
| Campanhas educativas, atendimento a familiares e estudantes, atendimento a política de cotas, atendimento a servidores, visitas domiciliares, reopção aos estudantes, reuniões de pais, atendimentos multiprofissionais, visita domiciliar, visita às redes de apoio, programa bolsa permanência, execução do PNAES. | Assistente Social 4 |

Fonte: Pesquisa de campo 2018.

Pode-se verificar que há múltiplas demandas direcionadas ao Serviço Social. É neste prisma que o/a Assistente Social assume sua dimensão educativa, pois é ele habilitado para a socialização de informações, para a formulação e gestão de políticas, como agente estimulador de debates e da criticidade dos sujeitos sociais.

5. CONCLUSÃO

O trabalho do/da Assistente Social na educação possui um leque de possibilidades para as ações interventivas, mas para a intervenção numa perspectiva crítica é necessária a compreensão da dinâmica contraditória das relações sociais do tempo presente. O trabalho do/da Assistente Social na Educação possui uma diversidade de desafios postos pelas expressões da questão social, requerendo o enfrentamento das problemáticas de forma conjunta com os demais profissionais que compõem essa importante área de atuação. Dessa forma, constatamos que a assistência estudantil tem sido uma política fundamental no combate aos índices de retenção e evasão e que o trabalho do/da Assistente Social é de grande relevância na assistência estudantil.

O ano de 2020 trouxe uma gama de desafios às instituições de ensino, dentre elas o IFAM, devido à pandemia da Covid-19. Novas estratégias de ensino e atendimento aos alunos foram elaboradas, a fim de minimizar os efeitos causados pela pandemia na vida escolar. Com as notificações de casos de COVID-19 na cidade de Manaus, ocorridas a partir do mês de março de 2020, as aulas presenciais foram suspensas também no IFAM. Naquele contexto, foram surgindo várias ações institucionais em busca de diminuir as consequências sociais na vida destes estudantes, além de auxílio à comunidade através da fabricação e doação de álcool em gel, máscaras etc.

Em meio a este cenário complexo, o/a Assistente Social necessitou criar novas vias de acesso aos estudantes, passando a utilizar de ferramentas virtuais como mensagens via *WhatsApp*, envio de *e-mails*, entrevistas via *Google Meet*, entre outras ferramentas institucionais como o Sistema SIGAA-Acadêmico. Nesta conjuntura, a assistência estudantil se tornou mais restrita, uma vez que o próprio profissional passou a exercer suas atividades laborais em sistema de *home office*.

A assistência estudantil precisou ser remodelada, pois devido à suspensão das aulas presenciais os benefícios como transporte, creche,

moradia foram suspensos. Por outro lado, surgiu a opção de repasse de cestas básicas aos alunos, *chips* de Internet através do Programa do Governo Federal. Além disso, o restante do orçamento da assistência estudantil de 2020 foi somado a outras fontes de recurso federal para a aquisição de *tablets* para doação aos alunos do IFAM em caráter de universalidade dos benefícios.

Diante dos desafios trazidos pela pandemia, o Serviço Social se mostrou indispensável na proposição de novas estratégias institucionais de atendimento aos alunos e, também, no planejamento e articulação de políticas com os demais profissionais da equipe multiprofissional

REFERÊNCIAS

BARROS, Martinho Correia. **Da Escola de Aprendizizes Artífices do IFAM: um breve histórico sobre o processo de ifetização no Amazonas.** In: Congresso Nacional de Educação, 2014.

BRASIL. Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.**

BRASIL. Decreto n.º 7234, de 19 de julho de 2010. **Estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Diário Oficial da União. Brasília, 2010.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.**

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do Assistentes Social.** Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação.** n. 3. Brasília: 2013.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na Educação Superior: uma análise das políticas de assistência estudantil.** 202f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CURY, Carlos Roberto J. **Educação e Contradição**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FÁVERO, Eunice Terezinha. **O Estudo Social**: fundamentos e particularidades de sua construção na área jurídica. In: **O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: debates atuais no judiciário, no penitenciário e na previdência social. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda V. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis, Brasília, n. 3, 2004.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

IFAM. **História do IFAM**. 2016. Disponível em: <<http://www2.ifam.edu.br/instituicao/historia-do-ifam>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

IFAM. Portaria n.º 1.000 GR/IFAM. **Regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas**. IFAM, 2011.

MAGALHÃES, Rosélia P. de. **Assistência estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de graduação**: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Salvador. 205 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2013.

PRADA, Talita. **O Trabalho em Rede na Intervenção das Assistentes Sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Dissertação (Mestrado em Política Social), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

VASCONCELOS, Natalia B. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. Ensino em Revista, Uberlândia, p. 599-616, v. 17, n. 2. jul./dez., 2010.

O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM OS VENEZUELANOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MANAUS: O deslocamento forçado como expressão da ques- tão social

*Kelly Borges de Almeida Rocha
Marinez Gil Nogueira Cunha*

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta alguns resultados de uma pesquisa de dissertação de Mestrado defendida em 2020 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A referida dissertação teve como objeto de estudo o trabalho profissional do Assistente Social realizado com imigrantes e refugiados venezuelanos na política de assistência social em Manaus.

Os dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2020) indicam que entraram no Brasil 240 mil venezuelanos no período de 2017 a 2019. Nesta conjuntura, a política de assistência social brasileira se organizou para receber essa população e direcionou suas ações para garantir o direito socioassistencial a esse público. Assim, o assistente social enquanto trabalhador do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) contribui para a operacionalização dos serviços de atendimento aos venezuelanos, visto que inicialmente buscam atender, minimamente, suas necessidades mais básicas (abrigo e alimentação) quando chegam no Brasil.

Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi realizada no âmbito da proteção especial da política de assistência social em quatro equipamentos voltados para o acolhimento dos refugiados e imigrantes venezuelanos em Manaus: Casa do Migrante Jacamim, Abrigo Coroado, Maria de Miranda Leão e Oásis Abrigo de Famílias. Os resultados de pesquisa aqui apresentados têm como base as entre-

vistas realizadas com 06 (seis) assistentes sociais, de um universo de 14 profissionais, sendo 04 (quatro) dos serviços de acolhimento geridos pelo poder público e 02 (dois) vinculados à esfera privada. Ademais, para preservar o anonimato das profissionais, a identificação será apenas por meio de letras (de A a F), elencadas em virtude da ordem de realização da entrevista.

Este capítulo está estruturado em três partes. A primeira apresenta uma reflexão sobre a mobilidade internacional como fruto da dinâmica capitalista e como expressão da questão social, discorrendo sobre as particularidades do deslocamento forçado dos venezuelanos para o Brasil. A segunda parte aborda a política de assistência social brasileira, destacando os marcos legais da proteção integral ao migrante em nosso país. A terceira, e última parte, discorre sobre o trabalho profissional do assistente social na proteção especial e os desafios do acesso aos venezuelanos ao direito socioassistencial em Manaus.

2. O DESLOCAMENTO FORÇADO DOS VENEZUELANOS COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

A questão social não é um fenômeno recente, é consubstanciada pelas transformações no mundo do trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa. Então, o termo questão social passou a ser utilizado para designar os impactos da “exploração capitalista no início da era burguesa” (CASTELO, 2010, p. 90), representado na miserabilidade dos trabalhadores e nos desdobramentos sociopolíticos da época, pois a pobreza crescia na proporção que a capacidade de produzir riquezas aumentava.

É imprescindível destacar que “foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo foi designado como ‘questão social’” (NETTO, 2011, p. 154). Um ponto importante dessa abordagem sócio-histórica é que o capital empurra as pessoas em busca do atendimento de seus carecimentos e necessidades. Assim, essa transformação no mundo do trabalho levou vários operários a se deslocarem de seus lugares de origem almejando uma vida melhor, o que resultou na formação das cidades, especialmente, devido às migrações internas (MAGALHÃES, 2011).

Por conseguinte, os movimentos realizados pelo capital causam enormes danos à classe trabalhadora. O capital vai se metamorfoseando e suas necessidades vão se reconfigurando com a finalidade de aumen-

tar sua acumulação, ter benefícios mais elevados e mão de obra barata. O “poder único” (LEITE, 2014, p. 512) do imperialismo¹ passa a ser urgente na cena contemporânea, fronteiras e qualquer outro tipo de empecilho precisa ser removido, para que o mercado mundial se fortaleça.

Conforme dito anteriormente, em relação ao capital empurrar as pessoas em busca do atendimento de seus carecimentos e necessidades, como aconteceu na formação das cidades, acompanha-se na atualidade o movimento dos venezuelanos que se deslocam em virtude das imposições de um capitalismo global e sofrem com as manifestações da questão social, tanto na Venezuela como no Brasil.

A crise atual enfrentada pela Venezuela evidencia o panorama político-econômico decorrente de um contexto histórico de dependência do mercado internacional do petróleo, que eclodiu na transição do governo de Chávez para o de Nicolás Maduro, tendo como protagonista o preço do barril de petróleo, pois a abrupta queda do preço repercutiu na capacidade de produção de bens e serviços e, conseqüentemente, na queda no Produto Interno Bruto (PIB) do país, o que engendrou a falta de acesso da população aos meios que garantem o mínimo de dignidade. Tudo isso consubstanciou um ambiente inseguro e incerto e contribuiu, significativamente, para que a população visualizasse melhores condições de vida em outros países vizinhos como, por exemplo, o Brasil.

A Venezuela e sua história entrelaçada ao petróleo demonstram momentos claros da força do Imperialismo. Desde 1960, os Estados Unidos compram petróleo da Venezuela e essa relação merece ser entendida em seu interior. Em outros termos, a presença da força capitalista dos Estados Unidos na gestão do petróleo, em especial no governo de Chávez, gerou um impacto em sua estrutura política, econômica e social. Destaca-se que a interação entre a sociedade capitalista monopolista, o proprietário fundiário e o industrial, ocorreu na Venezuela e, por sua vez, foi mediada por essa indústria petrolífera e o Estado.

A dominação do mercado petrolífero pelos Estados Unidos da América (EUA) tem impacto direto na crise enfrentada pela Venezuela,

1 O imperialismo é a fase monopolista do capitalismo (LÊNIN, 2007), fase em que o capital precisa se expandir, internacionalizar sua produção e ampliar mercados, o que gera o aumento da desigualdade entre nações e afeta diretamente seus povos. Desta maneira, observa-se que o capitalismo tem propensão em criar crises e a partir disso se reorganizar. Essas crises são expressas por meio de “[...] excedentes de força de trabalho e de capital – pela superabundância de mercadorias no mercado, pela capacidade produtiva inutilizada e presença de excedente de dinheiro e capital”. (ALCÂNTARA; LEITE, 2011, p. 4)

pois o objetivo deste país era “remover as barreiras que possam ser colocadas ao acesso a reservas fora do território norte-americano” (RI-BEIRO, 2009, p. 77). A Venezuela, quando da opção por nacionalizar a atividade petroleira, desagradou o poderoso Estados Unidos, que exportava seus produtos essenciais para Venezuela e era o seu principal comprador de petróleo (40% da produção petrolífera).

De acordo com Cohen e Blumenthal (2019), os Estados Unidos, sob os desígnios de “ajuda humanitária” (diante da crise na Venezuela), impuseram sanções diretas ao país, a partir de 2017, que afetaram mais a população do que propriamente o governo. Nesse panorama de embargos econômicos, aconteceu a autoproclamação de Juan Guaidó como Presidente da Venezuelana, em 23 janeiro de 2019, com a promessa de restaurar a democracia. Guaidó, então deputado, em 2018 assumiu a presidência da Assembleia Nacional e se tornou o principal líder da oposição venezuelana. Por conseguinte, os Estados Unidos conferiram a Guaidó poderes quanto às contas oficiais da Venezuela no *Federal Reserve Bank*, em Nova York, e nos demais bancos americanos que possuem transações com a Venezuela. Porém, a sua autoproclamação fugiu às condutas democráticas, principalmente, pelo fato de ter estreitas ligações com o governo americano.

Nesse cenário, a população padece com falta de produtos de primeira necessidade como remédios e alimentos. De acordo com a Pesquisa Nacional sobre Condições de Vida, realizada por três universidades² da Venezuela, a mortalidade, em geral, aumentou 31% de 2017 a 2018, sendo um aumento de mais de 40.000 mortes (SACHS; WEIS-BROT, 2019). Além disso, essa tentativa de desestabilização política e econômica da Venezuela conta com apoio de alguns países, dentre eles o Brasil. Conforme Wanderley, Sant’Ana e Martinelli (2019, p. 209), “o ano de 2019 marca a chegada ao poder, pelo voto direto, de um presidente ultraconservador, Jair Messias Bolsonaro, que traz no seu plano de governo uma proposta econômica radicalmente liberal”, visto que o governo brasileiro passa a seguir o pensamento conservador de extrema direita do governo de Donald Trump (janeiro de 2017 a janeiro de 2021).

A junção desses fatores supracitados levou a população a procurar a solução para seus problemas, ocorrendo a saída de milhares de pessoas da Venezuela em busca de qualidade de vida e resguardo de

² Universidade Católica Andrés Bello (UCAB), Universidade Central da Venezuela e Universidade Simón Bolívar

sua dignidade. Portanto, a situação do deslocamento forçado vivenciada pela população da Venezuela é permeada por imposições de uma dinâmica capitalista/imperialista, que revela a forma como o capital se relaciona com o Estado.

3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA E OS MARCOS LEGAIS DA PROTEÇÃO INTEGRAL AO MIGRANTE

A política de assistência social ganhou o *status* de política pública com a Constituição de Federal de 1988 (CF), que trouxe consigo a esfera da Seguridade Social³ consubstanciando a proteção social⁴. Nesse panorama, a assistência social traz a concepção de auxílio a todo e qualquer cidadão como dever do Estado. Logo, em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei n.º 8742/1993 – surge para regulamentá-la e organizá-la como política social. Mais tarde, em 2004, surgiu a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que trouxe a materialidade da LOAS, agregando características socioterritoriais em sua conformação, gestão compartilhada, além de se ater: “às pessoas, às suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família” (BRASIL, 2004, p. 15).

Destarte, seguiu-se com a construção e aprovação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, que sistematizou a gestão compartilhada e estruturou os serviços, enfatizando a participação dos entes federativos, trabalhadores e sociedade civil em uma rede hierarquizada e idealizada na LOAS. Mota (2010) destaca que, com a implementação do SUAS, houve uma expansão dos objetivos da PNAS, haja vista a ampliação dos seus usuários.

Nesse breve resgate histórico, depreende-se que partir da incorporação da assistência social enquanto direito no âmbito da Seguridade Social, ocorreu também a estruturação e o reordenamento dessa política, a fim de garantir o acesso a quem dela necessitar. Todavia, esse

3 A Constituição Federal de 1988 traz em seu capítulo II, artigo 194, que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”

4 Segundo Jaccoud (2009, p. 58), proteção social é “um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando a enfrentar situações de risco social ou de privações sociais”.

novo modo de gerir a política exige uma nova configuração no que concerne à figura dos profissionais que dão materialidade às ações na oferta dos serviços. Um grande marco e avanço para o reconhecimento desses trabalhadores foi a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH) – Resolução n.º 269, de 2006, que inaugura a gestão do trabalho no SUAS, qualifica os serviços, estabelece diretrizes para gerir os equipamentos e desconstrói a imagem do não profissional. O trabalho nesta resolução é visto de maneira estratégica, pois para poder desenvolver e aprimorar a política, o profissional, ou melhor, os profissionais que atuam nessa esfera precisam ser valorizados, capacitados e respeitados quanto às suas especificidades e seus saberes.

Outrossim, a NOB/RH discute dimensões importantes para o fortalecimento das categorias integrantes do SUAS⁵, como a constituição das equipes de referência que operacionalizam os serviços socioassistenciais, e prevê que a sua composição deve respeitar as formações profissionais, o tipo de proteção (básica e especial), a complexidade e, também, a quantidade de famílias atendidas. A referência entendida, primeiramente, enquanto continuidade dos serviços/ações e, também, onde se quer chegar, em outros termos é uma resposta qualificada às necessidades dos usuários.

O usuário é colocado como sujeito de direitos e detentor de escolhas e, assim, torna-se fundamental a adoção de uma postura profissional voltada para o atendimento às necessidades desse usuário e denota-se a passagem da submissão para o protagonismo, da subalternidade à instituição do controle social. Vale ressaltar que esse processo se dá por meio das orientações, esclarecimentos e direcionamentos dos trabalhadores da política de assistência social.

Na operacionalização da política de assistência social, o trabalhador do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é uma figura ímpar na efetivação e acesso a direitos e garantias sociais. O profissional, para fazer parte das equipes de referência na execução e planejamento das ações ofertadas, precisa atender alguns critérios, tais como: compromisso ético, escuta qualificada, proteção e defesa de direitos dos usuários, em conformidade com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. Evidencia-se que o assistente social integra as equipes de referência da política de assistência social.

5 A Resolução do CNAS n.º 17, de 20 de junho de 2011, ratifica e reconhece as categorias profissionais do SUAS de nível superior. E a Resolução n. 9, de 15 de abril de 2014, ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ensino médio e fundamental.

A partir de 2016, com a intensificação do fluxo migratório proveniente da Venezuela para o Brasil, surgem outras medidas legais que dão concretude aos serviços destinados a esse público, uma vez que o Estado de Roraima (principal porta de entrada dos venezuelanos para o nosso país) não estava conseguindo ter efetividade em suas ações, em virtude da ausência de estrutura física, quantitativo baixo de recursos humanos, deficiência orçamentária e problemas de segurança pública.

Nesse contexto de mobilidade forçada, é natural do ser humano procurar por condições melhores de vida em outros lugares, quando necessário. Por isso, fica evidente a necessidade de um olhar atento para esse movimento, pois ele ocorre em várias partes do mundo e precisa ser reconhecido pelos governantes com o intuito de que não existam mais violações de direitos.

A operacionalização da política de assistência social deve, a partir do conceito de proteção integral desse migrante⁶, vislumbrar uma conjuntura de não isolamento e atuar de forma não messiânica, tendo na intersetorialidade um aporte estratégico que vai contribuir na escolha de um direcionamento. Destaca-se nesse âmbito, a Lei n.º 13.684 de 2018 que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, que tem o objetivo de articular ações integradas na federação (BRASIL, 2018).

Portanto, a política de assistência social precisou articular seus instrumentos para auxiliar na ressignificação de seus serviços, objetivando apresentar ações que possam ser, de fato, concretas quanto às especificidades desse público, para que se obtenha êxito na intervenção.

Destarte, é fundamental que o atendimento aos imigrantes e refugiados da Venezuela perpassse todos os níveis de proteção – básica e especial, de acordo com seus carecimentos. Todavia, a proteção social especial será melhor detalhada neste trabalho, tendo em vista ser a responsável pela disponibilização do serviço de acolhimento.

Reconhece-se na proteção social especial um dos instrumentos para o alcance da proteção integral por meio da oferta do serviço de acolhimento institucional, conforme explicitado anteriormente. Esse público necessita de um local seguro para se instalar e tentar vislumbrar alternativas para a sua nova condição de vida. Assim, destaca-se o serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias.

6 O termo migrante empregado se refere tanto ao imigrante quanto ao refugiado e, também, ao solicitante de refúgio

A Proteção Social Especial é hoje, para além de suas características descritas anteriormente, um braço para a socialização e a adaptação dos imigrantes venezuelanos no Brasil, visto que suas rotinas se cruzam e passam a fazer parte de um todo que deve convergir e interagir, objetivando a criação de laços de pertencimento e dinâmicas que possam contribuir com essa nova forma de viver.

Os acolhimentos deixam de ser meros espaços para abrigamento, para se tornarem o lar de muitas famílias e um local do recomeço. Porém, para a sua função protetiva e para sua operacionalização, a existência de um olhar profissional cuidadoso sobre as particularidades desse público evita a classificação de violações como se fossem iguais e retilíneas, isto é, cada pessoa/família, mesmo que aparentemente esteja vivendo a mesma problemática (saída de seu país), precisa ser assistida a partir do reconhecimento das diferenças de suas necessidades humanas.

A respeito disso, ressalta-se que nesses serviços estão presentes segmentos distintos, que têm direitos assegurados em virtude disso, ou seja, existem crianças, adolescentes, idosos, mulheres, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (LGBTQI+)⁷ e cada um demanda uma forma de resposta perante suas necessidades. No mais, essas particularidades devem ser vistas dentro desse arcabouço legal e normativo, e não em sua condição de estrangeiro.

Sublinha-se que “o serviço de atendimento aos migrantes é realizado, principalmente, nas unidades de acolhimento para adultos e famílias, não sendo excluídos migrantes de unidades de outros públicos” (BRASIL, 2016, p. 16), melhor dizendo, não é adequado que exista a separação entre estrangeiros e brasileiros.

Importa informar que em Manaus, sob a gestão das esferas pública e privada, existem nove unidades de acolhimento voltadas para os venezuelanos não indígenas, sendo dois sob a responsabilidade do Estado, seis de responsabilidade da sociedade civil e um exclusivo na rodoviária de Manaus, gerido pela Operação Acolhida⁸ com gestão compartilhada.

Importa destacar que, com os ganhos constitucionais na esfera da Seguridade Social, em que a assistência passa a ser um direito, e

⁷ O símbolo + significa a existência de outras denominações que não estão representadas nesse acrônimo (CISCATE, 2019).

⁸ Para proporcionar ajuda humanitária, o Governo Federal brasileiro no início de março de 2018 criou a Operação Acolhida com o objetivo de reduzir o impacto da chegada de refugiados e migrantes venezuelanos.

com os avanços legais advindos da estruturação da política, ocorreu uma expansão no trabalho profissional nessa área. O assistente social se consolida como membro dessa equipe de referência e se engaja na luta social pelo direito à assistência, agora respaldado pelas legislações.

Por conseguinte, nesse processo contemporâneo de expropriações vivido pelos venezuelanos em deslocamento forçado, os assistentes sociais se encontram:

[...] nas áreas de acolhimento e na integração local, que promovem não somente o atendimento direto, como também em grupos, além da produção de conhecimento e divulgação/formação sobre a temática, articulação com as políticas intersetoriais e o sistema de garantia de direitos. (CFESS, 2019, p. 1).

Para além disso, os assistentes sociais estão inseridos nas tensões provocadas pelo capital e a garantia de direitos, bem como têm o desafio de entender a realidade apresentada por essas pessoas e, a partir disso, traçar suas estratégias de intervenção. Todavia, as expressões da questão social presentes nesse contexto devem ser entendidas sob a perspectiva de totalidade, pois ater-se somente às expressões da questão social em âmbito local fragmenta o olhar da intervenção. Acompanha-se, logo abaixo, as falas das profissionais entrevistadas sobre o deslocamento dos venezuelanos como expressão da questão social:

O país de origem deles está enfrentando uma grave crise política e econômica, isso afeta diretamente a vida dessas pessoas, tornando mais graves e visíveis as expressões da questão social, tais como: fome, desemprego, falta de moradia, violência, agravos na saúde etc. (Profissional A).

Vieram em busca de melhores condições de vida, de novas oportunidades e com o sonho de reconstruírem suas vidas. Ouvi muitos relatos de fome, desemprego, falta de saneamento, uma realidade muito sofrida e privada de direitos sociais básicos. (Profissional B). Acredito que a má gestão do Governo da Venezuela ocasionou a crise política, econômica e humanitária. Com isso, milhares de venezuelanos migraram para outros países à procura de melhor qualidade de vida [...]. (Profissional C).

Os imigrantes se deslocam para o Brasil, por questão de sobrevivência, já que a Venezuela está sem alimentação para o seu povo. (Profissional D).

Eles saíram de seu país, devido à crise financeira e política que se materializa em diversas expressões da questão social: precarização nos serviços públicos, desemprego. (Profissional E).

[...] O deslocamento dos venezuelanos resultou visivelmente em uma situação de miséria, situações de risco social e pessoal, agravamento de doenças, violência etc. (Profissional F).

Nesse horizonte, as falas das profissionais se aproximam quando direcionam suas análises da questão social e apontam para as suas possíveis manifestações que surgiram após a saída da Venezuela e das vivenciadas ainda na Venezuela. Isto é, a análise se pautou pelas características mais aparentes, sem deixar claro o que pode ter originado.

Assim, esses profissionais se defrontam com as mais variadas expressões da questão social em seu cotidiano, e a compreensão de que essas expressões são oriundas do conflito entre capital e trabalho demarca a especificidade da intervenção do serviço social na realidade. A questão vivenciada pela população da Venezuela não está à margem desse conflito, é uma discussão permeada por imposições de uma dinâmica imperialista, que ultrapassa a mera forma do capital se relacionar com o Estado, pois está ancorada em uma dependência econômica e na supremacia do capital fictício.

4. O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO ESPECIAL E OS DESAFIOS DO ACESSO AOS VENEZUELANOS AO DIREITO SOCIOASSISTENCIAL EM MANAUS

O fluxo de venezuelanos em deslocamento trouxe aos assistentes sociais, vinculados à política de assistência social, uma intensificação de demandas ao seu trabalho, decorrente do aumento, principalmente, do volume de atendimento de pessoas em situação de rua (proteção especial). Frisa-se que somente em 2018 o Amazonas teve 10.500 solicitações de refúgio (ACNUR, 2020).

Os resultados de pesquisa aqui apresentados têm como base as entrevistas realizadas com 06 (seis) assistentes sociais. A participação na pesquisa se deu exclusivamente por profissionais de Serviço Social do sexo feminino, com idades entre 26 e 57 anos, que se autodeclararam, em sua maioria, como pardas e protestantes. Quanto à formação profissional e continuada, todas possuíam mais de um ano de experiência na política de Assistência Social, pelo menos uma pós-graduação *lato sensu* e apenas uma participante indicou ter pós-graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social.

As profissionais foram perguntadas sobre os direitos dos venezuelanos de terem acesso à política de assistência social. Das falas, foram extraídas quatro categorias: descumprimento da legislação, legalista, falta de orientação e visão humanista.

[...] temos a lei de migração que diz que eles possuem os mesmo direitos e deveres que os brasileiros, no entanto, seus mínimos direitos sociais aqui no país têm sido violados, por exemplo, temos dificuldade de empregá-los, mesmo que eles possuem as qualificações necessárias, pois eles não possuem o PIS e enfrentamos muita burocracia para conseguir isso, e a carteira de trabalho para os mesmos, coisas simples que poderiam ser fáceis de serem resolvidas, sem a necessidade de termos que nos deslocar até o local do serviço. O cadastro no programa Bolsa Família, também, só conseguimos com nosso contato [...]. (Profissional A).

No que diz respeito ao Brasil, a partir do momento que conseguem a permanência no país, já são detentores de todos os direitos e acesso à política de assistência. (Profissional B).

De acordo com a Lei n.º 13445/2017 disciplinou a migração no Brasil e estabeleceu princípios e diretrizes para as políticas públicas para o migrante. Portanto, todo migrante tem direitos e deveres com base na lei, desde que esteja com seus documentos obrigatórios. (Profissional C).

Para terem direitos, eles precisam conhecer esses direitos, coisa que não acontece. (Profissional D).

Eles são alcançados pela política, pois ao adentrarem no país têm a emissão dos seus documentos, fazendo com que tenham acesso a todos os direitos. (Profissional E).

[...] Sou completamente a favor da viabilização dos direitos, pois também sou uma trabalhadora que vende sua força de trabalho e, acima de tudo, sou humana e sempre procuro me colocar no lugar do outro. (Profissional F).

A legislação vigente no Brasil referente à imigração e ao refúgio é considerada bastante avançada, pois coloca o sujeito em deslocamento sob os holofotes dos direitos humanos e da igualdade. É oportuno comentar que, longe de realizar algum tipo de avaliação das leis (13.445/2007 e 9474/97), pois não é esta a pretensão deste trabalho, apenas pelas falas das profissionais que lidavam com a problemática nota-se que são instrumentos extremamente importantes para a realização do trabalho, como também para os venezuelanos se sentirem, mesmo que parcialmente, amparados.

Na contramão da concepção de direitos, destaca-se a fala da profissional A que demonstra o não cumprimento da lei que protege os imigrantes e refugiados, que são direitos que estão sendo negados, são pessoas que estão sendo negligenciadas. Quanto aos direitos socioassistenciais, ainda, a fala da profissional A concernente à inserção no Cadastro Único, que é a porta de entrada de vários programas, aponta que o acesso desse público só ocorre em virtude da rede de amizade construída pela profissional. Já as profissionais B, C e E se orientam por uma direção legalista da situação apresentada. Em conformidade com Moreira (2008), a legalidade é diferente de legitimidade, não necessariamente quer dizer justiça, pois, pura e simplesmente, acatar uma norma positiva pode falsear a realidade.

A mera e rotineira execução das políticas sociais contemporâneas tolhe o desenvolvimento de um trabalho atento às reais necessidades desse usuário, pois ir além dos muros ideológicos institucionais e legalistas é defender o seu plano de trabalho e ratificar seu compromisso ético. A visão positiva escamoteia a realidade e fragmenta a compreensão das expressões da questão social, o acompanhamento e, também, pode levar o profissional a se perder em amontoados de normativas. Afora o descumprimento legal e o legalismo, a profissional D cita a falta de conhecimento dessas legislações. Todavia, faz-se uso das práticas educativas no cotidiano profissional para compreender essa narrativa, pois ela enfatiza, ao final de sua fala, como se não tivesse alternativa para essa problemática.

Com a dimensão educativa, na concepção dialética e emancipatória, o profissional pode conduzir a construção de pensamentos potencialmente libertadores, porém a visão legalista, já vista anteriormente, pode produzir uma concepção política reduzida aos ditames legais, porém o direcionamento crítico, educativo e transformador pode levar o usuário ao protagonismo.

Por fim, a profissional F agrega em sua resposta um reconhecimento enquanto pertencente à classe trabalhadora e, também, exprime um pensamento humanista em seu fazer profissional. Destarte, esse posicionamento humanista não pode pautar ações profissionais por similitudes pessoais (FALEIROS, 2013). Importa ressaltar que no projeto humanista de Marx se encontra a tentativa de libertar o homem de tudo que o aliena e que o escraviza, para que sua liberdade seja plena, “é através da produção real, liberta da alienação, que o homem apropria-se

de sua essência em todas as dimensões e reencontra o seu ser e o ser do outro” (ALVES, 2012, p. 19).

Quanto à demanda de atendimentos, cinco profissionais indicaram que houve aumento, e se destacam os apontamentos de três profissionais que se referem ao acolhimento adequado e à priorização dos documentos. Ou seja, a iniciativa primeira é acolher esse venezuelano, dar suporte e, a partir disso, apreender as demandas posteriores trazidas por eles. Pelas narrativas apresentadas, notou-se uma preocupação latente em relação ao fomento à empregabilidade e à capacitação. O atendimento psicossocial aparece também nas falas das profissionais e é até muito comum no âmbito da assistência social, porém vai muito além de atendimentos em conjunto, é apreender a multidimensionalidade do sujeito.

Importa dizer que “assumir uma atitude profissional que potencializa as ações dos sujeitos” (CFESS, 2011, p. 34) denota não só um compromisso ético, mas também corrobora com a negação de posturas conservadoras na assistência social. Ouvir o usuário é respeitar sua dignidade, o seu lugar de fala⁹. Ações que promovam o autocuidado e a inclusão produtiva fazem parte dos objetivos específicos do serviço de acolhimento (BRASIL, 2014). Tais ações puderam ser vistas na pesquisa como, por exemplo: respeito ao idioma, participação em reuniões, realização de palestras com temáticas variadas, encaminhamento ao mercado de trabalho, suporte nas confecções de currículos, dentre outros.

Especificamente, quanto à participação social no interior desses serviços, destaca-se o que foi pontuado pela profissional identificada pela letra A: “nós temos um Plano de Trabalho Individual, construímos juntos com eles [...], nesse plano colocamos as metas que eles têm em relação à vida que pretendem construir aqui em Manaus [...]”.

Assim, a participação social tão comentada, e na maioria das vezes desconhecida, tem a prerrogativa de encurtar caminhos e alargar horizontes. Salienta-se que no art. 5º do Código de Ética quanto aos deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as está o fomento à participação da população usuária nas decisões institucionais.

9 “Não se trata, portanto, de afirmar experiências individuais, e sim entender como o lugar social que certos grupos ocupam implica na forma de caminhar pela vida”. (SANTOS, 2019, p. 361).

Para Rocha, Paiva e Carraro (2010, p. 255, grifo nosso), “[...] tal controle social tem sido portador da utopia de superação da herança autoritária no campo da pobreza e da desigualdade, porém, os limites são evidentes e crescentes”. É um modo de fortalecer o protagonismo do sujeito (individual e coletivo), criar locais permanentes de debates, firmar bases democráticas nas comunidades, ou seja, abrir um canal para aqueles “que lutam pelo reconhecimento da magnitude da vida humana e social em suas diferentes manifestações” (ROCHA; PAIVA; CARRARO, 2010, p. 256).

Ademais, o assistente social guiado pela concepção crítica, munido de suas competências e arcabouço teórico e metodológico, mesmo diante da limitação do espaço ocupacional, tem capacidade de propor ações. A respeito disto, faz-se uso das palavras de Raichelis (2010) que analisa o trabalho na assistência social e afirma que, a partir da sistematização da política, novas oportunidades de trabalho foram criadas, todavia para responder às requisições que foram surgindo, fez-se necessário desenvolver novas habilidades na perspectiva crítica da profissão.

As profissionais falaram também sobre os desafios encontrados no atendimento aos venezuelanos, destacaram a xenofobia, o idioma, a burocratização e o trabalho precarizado. Para explicar as razões da xenofobia, Figueira (2018) se baseia nos estudos de Arjun Appadurai, um sociólogo indiano, que tece considerações sobre identidades majoritárias, uma identidade comum de onde deve originar a fonte de soberania e que não aceita minorias. Essa ideia pode conduzir a violências, pois não se admite diferenças e tampouco deixa sobressair o direito humanitário em detrimento à propriedade privada. Soma-se a isso, um nacionalismo incentivado por falácias “politiqueiras” que encobrem o real interesse de agentes políticos, que vai na contramão da perspectiva de direitos humanos encontrada na Constituição Federal, pois “é a exploração do sentimento de unidade do povo como massa de manobra na luta pelo poder” (LOPES, 2018, p. 110). E assim, culpabilizam os estrangeiros pelo caos nos serviços públicos e pela falta de estrutura das políticas, o socorro deve ser para os nossos, somente a “maioria” é digna de ser atendida.

Outra preocupação revelada foi a questão da exploração do trabalho, em razão de sua necessidade primeira, a alimentação. E, assim, são atraídos com promessas e esperanças de uma vida melhor para quem se instalou no Brasil ou para quem ficou, pois muitos mandam

suprimentos aos familiares que continuam na Venezuela. O artigo 5º da Constituição deixa bem claro que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988) e, por isso, devem ter seu direito ao trabalho protegido.

Outro aspecto extremamente relevante apontado pelas profissionais é o idioma. O acolhimento e o atendimento de qualidade precisam ser especializados e isso engloba conhecer o espanhol ou, no mínimo, disponibilizar um intérprete. A Constituição prega em seu artigo 4º a integração social e cultural dos povos da América Latina e, diante disso, é preciso não revitimizar essas pessoas. A importância, tanto de compreender o espanhol, como de proporcionar o aprendizado do português, é vista como uma ferramenta de socialização e até mesmo de empoderamento, dado que fica mais fácil buscar sua inserção no mercado de trabalho, aperfeiçoamento profissional e evitar armadilhas transvestidas de filantropia.

Por conseguinte, as profissionais foram indagadas sobre uma possível mudança na vida social desses imigrantes, após as ações ofertadas pela política de assistência social desenvolvidas no seu cotidiano profissional. Dos principais apontamentos dessas profissionais, sobressaem três categorias: papel do Estado, políticas públicas e trabalho.

“[...] ter uma carteira de trabalho para poder conseguir uma ocupação, ter um local seguro para ficar até conseguir um trabalho, um curso profissionalizante, podem definir a vida de uma pessoa que está buscando novas oportunidades em um país estrangeiro. Infelizmente, não dispomos de recursos financeiros para fazer mais, somos [...] fruto da iniciativa da sociedade civil organizada. Estamos fazendo o papel que cabe ao Estado, temos consciência disto, cobramos do Estado, nos articulamos com outros movimentos sociais [...], mas as dificuldades são enormes”. (Profissional A).

“As ações que foram realizadas em permanência no abrigo foram pensadas com o intuito de prevenção, orientação e ensino para geração de renda”. (Profissional B).

“[...] mas segundo relatos dos usuários eles deixam seu país em busca do mínimo para sobreviver, e no Brasil eles conseguem atendimento médico e alimentação. No entanto, quanto a conseguir trabalho, eles se deparam com duas problemáticas: a qualificação profissional, que a maioria não tem, e a língua portuguesa”. (Profissional C).

“[...] Muitos chegam ao Brasil doentes, por falta de assistência médica em seu país. A desnutrição por falta de alimento afeta a todos, mas, principalmente, as crianças, mulheres e idosos”. (Profissional D).

“[...] mesmo diante de todas as dificuldades que é imigrar, ir para outro país e ter acesso às políticas públicas que os possibilitam recomeçar [...]”. (Profissional E).

“[...] já conheci pessoas que foram acolhidas e hoje estão empregadas, conseguiram alugar uma casa e estão suprindo as necessidades de suas famílias”. (Profissional F).

A profissional A, mesmo evidenciando algumas das seguranças afiançadas pela política de assistência social¹⁰ – segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia) e de acolhida, o acesso aos direitos socioassistenciais e transversalidade com as políticas setoriais, fica em destaque em sua fala que o papel do Estado está sendo suprido pela sociedade civil. A desresponsabilização do Estado, na ótica da reestruturação produtiva e da gestão gerencial¹¹ (surgiu como resposta à expansão das funções econômicas e sociais do Estado, sob os desígnios da globalização da economia) adotada pela administração pública, é a forma de responder às expressões da questão social, ou melhor, terceirizar essas respostas.

Já as profissionais B, C e F afirmam que a mudança percebida por elas está na esfera do trabalho, pois as ações direcionadas para esse fim tiveram êxito. A Política Nacional de Assistência Social preza pelo trabalho intersetorial e com a rede socioassistencial, não de forma segmentada e sim integrada, em virtude das multifaces apresentadas pelas manifestações da questão social. Essa relação complementar que deve existir entre as políticas é a universalização da proteção social. O direito

10 As seguranças afiançadas pela política de Assistência Social são: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar.

11 A Gestão Gerencial é um modelo de gestão que faz parte do movimento internacional do neoliberalismo desencadeado no Reino Unido e nos Estados Unidos a partir da década de 1980, no âmbito do chamado processo de reestruturação produtiva, com proposição de uso princípios de gerenciamento da iniciativa privada na gestão pública, tais como a qualidade total e a reengenharia, que buscam gerir as organizações com baixo custo, qualidade de atendimento e velocidade, por meio da redução de níveis hierárquicos, terceirização de algumas atividades e uso de tecnologias de informação (com base nos princípios de gestão do chamado modelo flexível de produção ancorado no modelo japonês e/ou toyotismo). No Brasil, esse tipo de gestão se apresentou ligado à reforma da gestão pública de 1995, como fundamento para o Plano Diretor da Reforma do Estado, conhecido como Plano Bresser Pereira. (KAUCHAKJE, 2007).

ao trabalho passa a ser imprescindível em uma sociedade capitalista, afora isto, representa a reconstrução da dignidade, um recomeço e acolhimento.

Distante de fantasiar uma realidade que é atravessada pelos desígnios do capital, sabe-se que as políticas, especialmente, são também instrumento desse capital e, com isso, a sua operacionalização precisa ir além do que é esperado. Assim, essa transversalidade fica comprometida, principalmente, porque o papel que o sistema espera da política de assistência social é ser aquela que vai dar conta dos excluídos do mercado de trabalho.

As profissionais D e E também destacam a importância da transversalidade das políticas para ultrapassar as dificuldades desse processo do deslocamento forçado na busca pelo atendimento às suas necessidades básicas.

Em que pese a realidade do capital posta ao cotidiano profissional, o desvelamento das expressões da questão social presentes no deslocamento forçado dos venezuelanos é realmente difícil de decifrar, já que, de fato, essa é a real intenção desse modelo. Lidar com uma realidade nebulosa, de estruturas globais, com um *show* midiático orientado para falsear as intenções do capitalismo, vai camuflando as expressões da questão social e as transformando em apelo por ajuda humanitária.

Nessa estreita relação entre senso comum, que transforma a crise vivida na Venezuela em um “mero socialismo fracassado”, e o jogo capitalista de acumulação, está o assistente social, que precisa apreender os movimentos globais do capital, pois os rebatimentos são sentidos em todo lugar, visto que seu projeto ético-político dá suporte e sustentação para tal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se imprescindível compreender que o assistente social tem seu cotidiano atravessado pelos ditames e consequências do capitalismo. Mesmo sob esse imperativo, não basta replicar procedimentos de maneira estanque, não existe a possibilidade de realizar uma intervenção que afiance direitos, respeite a liberdade do usuário e fomente seu protagonismo (individual, coletivo e político) sem decifrar a realidade. Construir esse tipo de resposta permite superar práticas esvaziadas da concepção de direitos, tanto no interior da profissão, como nas ações e

direcionamentos da política de assistência social.

Mas, os motivos pelos quais o Serviço Social foi privilegiado nesse estudo se dá por sua capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa no deslindar da totalidade que envolve o seu objeto de trabalho, além de fortalecer as ações da política de assistência social e traçar, enquanto categoria, direcionamentos voltados para contrapor tendências conservadoras que ferem o projeto ético-político da profissão e que ainda pairam sobre a referida política.

A mobilidade internacional, hoje, está sendo amplamente debatida, no entanto, no que tange ao deslocamento forçado dos venezuelanos para o Brasil, é preciso imergir em um contexto que vá além das demarcações fronteiriças e midiáticas. Essa “diáspora” tem raízes profundas e, por isso, se torna tão importante acolher e atender perante a concepção dos direitos fundamentais, tendo como pano de fundo as perspectivas histórico-crítica e dialética. O desafio para o profissional de Serviço Social não é somente viabilizar bens e serviços, mas de forma ampliada criar metodologias para que essa demanda seja atendida e percebida em suas particularidades. Afora isso, a luta é pela consolidação e fortalecimento de ações que primam pela liberdade, respeito e dignidade de todos os usuários da política de assistência social, quiçá transcender essa política e alcançar as demais.

Todavia, não se pode colocar esse tipo de meta como inatingível, haja vista que o Código de Ética do Assistente Social em seu artigo 8º elenca deveres dos profissionais quanto à relação com as instituições, e tais deveres prezam pela excelência no atendimento em um patamar distinto da gestão burocrática (gerencialista) e produtivista posta pelo capital. Longe, também, da postura messiânica no agir profissional, uma vez que se sabe que o Assistente Social sozinho não pode dar resolutividade às demandas dos usuários da política de assistência social.

Considera-se que o Assistente Social, assim como qualquer outro profissional que vende a sua força de trabalho, é atingido pelas determinações do capital. A precarização cada vez mais sufocante, porém paradoxalmente tida como liberdade, vai delineando não só as oportunidades, mas também o subjetivo dos profissionais

A temática apresentada trouxe inquietações consideravelmente relevantes para se pensar o trabalho do Assistente Social, haja vista que se prender ao imediato gera uma distorção na maneira de enxergar o sujeito e, conseqüentemente, no modo de organizar a intervenção pro-

fissional. Responder esse imediato sana momentaneamente uma necessidade do usuário. Por isso, adensar no cotidiano de trabalho, na política de assistência social, o debate sobre o deslocamento forçado dos venezuelanos, a acumulação capitalista e o projeto profissional, é urgente e necessário.

Os profissionais se confrontam atualmente com (contra)reformas nos direitos sociais, violência estrutural, negação da ciência, conservadorismo e ataques às determinações sócio-históricas da profissão, que visam resgatar a visão incriminadora da questão social. Assim, conhecer as múltiplas faces da questão social requer do profissional um mergulho na teoria social crítica, com o intuito de defender os interesses da coletividade, seja ela formada por brasileiros ou estrangeiros, para repensar ações que, de alguma forma, subalternizam e estigmatizam o usuário.

Afora isto, mediante ao que foi exposto, afirma-se que as implicações sofridas pelo desmonte dos direitos e as determinações do mercado de trabalho afetam diretamente o serviço social e, consequentemente, o usuário da política. Operar a gestão da pobreza para manter o *status quo é fácil*, logo o desafio é, além de resistir (acredita-se que essa seja a palavra mais propícia na conjuntura atual), empregar uma direção social no seu fazer profissional que dialogue com a classe trabalhadora e busque a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Brasil reconhece mais 7,7 mil venezuelanos como refugiados**. 2020. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2020/08/28/brasil-reconhece-mais-77-milvenezuelanos-como-refugiados>>. Acesso em: 21 nov. 2020.

ALCANTARA, Gisele O; LEITE, Janete Luzia. **As expressões da “questão social” na era do capitalismo financeiro**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. In: Anais [...]. São Luís: UFMA, 2011.

ALVES, Cleber Francisco. **Considerações críticas sobre o humanismo marxista na perspectiva da antropologia cristã**. Revista Synesis, Petrópolis, v. 4, n. 2, p. 13-27, ago/dez., 2012.

BRASIL. Lei n.º 13.684, de 21 de junho de 2018. **Dispõe sobre medidas de assistência**

emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 de junho de 2018. Acesso em: 2 jun. 2020.

BRASIL. Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de Migração.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de maio de 2017. Acesso em: 25 maio 2019.

BRASIL. Lei n.º 9.474, de 22 de julho de 1997. **Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de julho de 1997. Acesso em: 9 maio 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O papel da assistência social no atendimento aos migrantes.** Brasília: MDS, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: MDS, 2004.

CASTELO, Rodrigo. **A questão social nas obras de Marx e Engels.** Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 85-94, jan./jun. 2010.

CFESS MANIFESTA. **Serviço Social e o trabalho com refugiados/as.** Brasília, 2019.

CISCATI, Rafael. **Por que a sigla LGBTQIA+ mudou ao longo dos anos.** Disponível em: <<https://www.brasildedireitos.org.br/noticias/500-por-que-a-sigla-lgbtqia-mudou-ao-longo-dos-anos>>. 2019. Acesso em: 20 set. 2020.

COHEN, Dan; BLUMENTHAL, Max. **A invenção de Guaidó: como os EUA criaram o líder do golpe de Estado na Venezuela.** Brasil de Fato. São Paulo, 4 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/04/a-invencao-de-guaido-como-os-eua-criaram-o-lider-do-golpe-de-estado-na-venezuela>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. especial, p. 83-91, 2013.

FIGUEIRA, Rickson R. **Razões da Xenofobia: ensaio sobre os fatores contribuintes da violência xenófoba contra imigrantes e refugiados**

venezuelanos em Roraima. In: ZUBEN, CatarinaV.; PARISE, Paolo; PEREIRA, José Carlos. (Orgs.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018.

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil: debates e desafios**. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Org.). **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. p. 57-86. Brasília, 2009.

LEITE, Leonardo de M. **Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 2 (51), p. 507-534, 2014.

LÊNIN, Vladimir Ilitch Ulianov. **O imperialismo fase superior do capitalismo: ensaio popular**. Brasília, 2007.

LOPES, Mariana de O. **Imperialismo, petróleo e Revolução Bolivariana: impasses político-ideológicos do governo Chávez na Venezuela**. 2018.

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão Pública de Serviços Sociais**. Curitiba: Ibpex, 2007.

MAGALHÃES, Luís Felipe A. **Migração internacional e remessas de migrantes: elementos para uma análise Marxista**. Paraná, 2011.

MOREIRA, Júlio da S. **Legalidade e legitimidade: a busca do direito justo**. 2008. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-55/legalidade-e-legitimidade-a-busca-do-direito-justo>>. Acesso em: 21 set. 2020.

MOTA, Ana Elizabete. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista**. In: CFESS. **Serviço social direitos e competências profissionais**. Brasília, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. **Participação popular e assistência social: contraditória dimensão de um especial direito**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 250-259, jul./dez., 2010.

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez., 2010.

RIBEIRO, Vicente N. da S. **Petróleo e processo bolivariano**: uma análise da disputa pelo controle do petróleo na Venezuela entre 2001 e 2003. Porto Alegre, 2009.

SACHS, Jeffrey; WEISBROT, Mark. **Sanções Econômicas como Punição Coletiva**: o caso da Venezuela. 2019.

SANTOS, Gilney C. **O que é lugar de fala?** Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 43, (spe 8), p. 360-362, 2019.

WANDERLEY, Mariangela B.; SANT'ANA, Raquel S.; MARTINELLI, Maria Lúcia. **Os desafios do atual contexto: um diálogo a partir da seguridade**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 135, p. 207-212, 2019.

SEÇÃO II

ESTADO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

ESTADO E DESENVOLVIMENTO EM TEMPOS INCERTOS¹

*Vera Maria Ribeiro Nogueira
Maria Lúcia Teixeira Garcia*

*“Que sei eu do que serei,
eu que não sei o que sou?”*

(Fernando Pessoa)

Este capítulo tem por objetivo trazer inquietações e interrogações sobre o nosso campo de estudos: demandas estruturais, desigualdades, revisão do papel do Estado e suas políticas públicas. Para isso, vamos dar início a esta discussão com as seguintes palavras de Gramsci “[...] o desafio da modernidade é viver sem ilusões e sem desiludir-se”. Esse tênue fio entre ilusões e desilusões nos atravessa e nos impulsiona a nos revoltar contra a realidade em que vivemos e a sonhar com uma outra sociabilidade.

Este capítulo, perseguindo esta frase de Gramsci, lança luz sobre o tempo presente. O tempo presente nos desafia a pensar um intrincado processo que envolve entender, de início, que o “Estado capitalista não é uma instituição separada da sociedade, mas sim a forma social por meio da qual se expressam politicamente os interesses gerais das classes sociais” (NAKATANI; BORGIO, 2020, p. 17).

Vivemos em um momento de crise, de incertezas e intranquilidade. Em fins de agosto de 2021 (quando finalizamos este capítulo), o Brasil contabilizava mais de 577 mil mortes² por Covid-19. Mortes preveníveis com vacinação. A vacina, expressão dos avanços alcançados pela Ciência no mundo, encontra-se sob constante ataque. Vemos as consequências no presente da ausência de uma política de vacinação de um lado e, de outro, os grupos antivacinas e a

1 O título deste capítulo é similar ao da palestra proferida por Vera Nogueira em agosto de 2021, em lançamento do livro “Desenvolvimento e Políticas Públicas em perspectiva – alguns ensaios sobre seus dilemas e suas possibilidades” (2021). Neste capítulo, o texto avança e amplia aspectos enunciados na palestra, em uma parceria entre as duas autoras.

2 Dados disponíveis no site do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), no link: <<https://www.conass.org.br/painelconasscovid19>>.

proliferação de falsas informações. Mas estes fatos não são tão simples e não podem ser simplificados. Fazem parte de um intrincado projeto que inclui o avanço de contrarreformas e a desilusão com a política. Como apontado por Mounk (2019, p. 16):

A desilusão do cidadão com a política é coisa antiga; hoje em dia, ele está cada vez mais inquieto, raivoso, até desdenhoso [...]. Não é de hoje que os eleitores repudiam esse ou aquele partido, político ou governo; agora, muitos deles parecem estar fartos da democracia liberal em si.

E isso se expressa em fatos recentes em torno do 7 de setembro. Iasi (2021, não paginado), em seu artigo “Um golpe em marcha”, afirma que um

[...] jogo de forças produziu um pacto protagonizado pelos militares, o Judiciário e o Legislativo, que manteve até agora o miliciano. O descontrole da pandemia, os desvios e desmandos na vacinação e a Comissão Parlamentar de Inquérito jogaram água no moinho daqueles que querem o afastamento do presidente, ou desgastá-lo para buscar uma alternativa em 2022. O problema é que quanto mais o cerco se fecha, mais o presidente ameaça uma ruptura.

Neste jogo entre forças, o autor nos lembra que “[...] resta a posição dos interesses econômicos dominantes [...]. O capital não tem princípios, tem interesses” (IASI, 2021, não paginado).

Se até poucos anos atrás, para alguns analistas, a preocupação em relação às políticas públicas implementadas pelo governo de plantão passava pela discussão sobre os rumos do desenvolvimento social e econômico do país, no enfrentamento da onda neoliberal, hoje no Brasil o quadro é muitíssimo mais grave.

No plano econômico, os ajustes indicados pelos organismos internacionais, e encampados pelos governos locais com estreita articulação com o grande capital, têm como foco a austeridade financeira, supostamente considerada necessária para a reestruturação do Estado. Este foco impõe fortíssimo corte de gastos públicos, via sucessivos movimentos de redução orçamentária – cortes em setores essenciais e estratégicos, redução salarial e desqualificação de parcelas dos servidores públicos, privatizações de setores estratégicos com imensas perdas patrimoniais.

Sob o discurso da austeridade – cortes, perdas, retrocessos –, é preciso destacar que o

[...] estágio atual do modo de produção capitalista, caracterizado pela presença do capital no plano mundial e pela dominância cada vez maior do capital a juros, particularmente na sua forma fictícia, não tem mais nada a oferecer à humanidade, nem mesmo emprego e renda. (MARQUES; BERWIG, 2021, p. 6).

Ou seja, o tempo presente no atual estágio de produção capitalista, além de não ter mais nada a oferecer, destrói a natureza e coloca em risco a própria existência de homens e mulheres de todo o mundo em uma crise sistêmica (ACOSTA, 2017).

A esse respeito, Nakatani nos adverte que vivemos

[...] uma crise civilizatória na forma de organização capitalista das sociedades [...] que se manifesta em vários domínios (em particular, econômico, social, político e ambiental). No domínio econômico, a crise não é uma crise da pandemia [...] (ela) só trouxe à tona uma série de questões que já estavam colocadas dentro das sociedades capitalistas, desde a crise estrutural que teve início 2007-2008 [...]. Estamos num momento do desenvolvimento do capital, no qual um grupo muito pequeno de grandes corporações internacionais comanda entre 70-80% de toda a produção. Um grupo muito pequeno de capitalistas [que chamamos de elite da classe dominante] é proprietária da maior parte da riqueza acumulada. (NAKATANI, 2020)³

A crise socioeconômica que o Coronavírus intensificou não pode ser dissociada dos efeitos cumulativos da aplicação das políticas neoliberais, juntamente com os impactos da crise financeira de 2007/2008, ainda não superados. Faz parte, portanto, de uma crise capitalista estrutural (MÉSZÁROS, 2009) que atinge o país desde 2015. Os efeitos combinados da crise e suas múltiplas manifestações concretas – incluindo a atual crise de saúde – agravaram as precárias condições de vida dos trabalhadores brasileiros, particularmente os mais pobres, subempregados e desempregados (GARCIA et al., 2021).

O conjunto de reformas incrementais, implementadas de forma autoritária, não tem levado em conta a preocupação com a sobrevivência, a qualidade de vida da população e o futuro das novas gerações. Marques e Nakatani (2019) nos lembram que a Emenda Constitucional 95 (que introduziu o teto para o gasto público) não é novidade no capitalismo. Entretanto, as determinações da EC 95 não têm paralelo no resto do mundo (BOVA et al., 2015).

3 Palestra realizada por Paulo Nakatani e disponível no YouTube: <<https://youtu.be/ABuWnYD3AQE>>. Transcrição feita pelas autoras.

E isso faz mal à saúde e mata. Stuckler e Basu (2013), no livro *Economics Body: austerity kills*, refletem sobre os efeitos devastadores das políticas de austeridade sobre a saúde das populações. Essa constatação nunca fez tanto sentido no tempo presente.

Uma análise de 104 indicadores, realizada pela Folha de S.Paulo no primeiro ano do governo Bolsonaro, evidenciou que 58 indicadores apresentaram resultados piores do que em 2018. Entre os principais problemas está a área social. A pandemia aprofundou a desigualdade social, aumentando o número de pessoas em situação de extrema pobreza, segundo dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Se em março de 2020, início da pandemia no Brasil, havia cerca de 13,5 milhões de pessoas em extrema pobreza, em março deste ano esse número havia aumentado em 784 mil pessoas – um crescimento de 5,8% (DIEESE, 2021). Esse número de pessoas na extrema pobreza já havia aumentado entre 2019 e 2020, portanto, antes da pandemia, em 3,0%. Isto é, entre o início de 2019 e o início de 2021 quase 1,2 milhão de pessoas ingressaram na extrema pobreza no Brasil, o que corresponde a um aumento de 9,0% (DIEESE, 2021).

Os indicadores sociais e econômicos expressam uma forte retração em qualquer dos setores consultados. O que está acontecendo no país e no mundo? “Décadas de políticas neoliberais têm levado ao enfraquecimento e/ou desmantelamento das políticas sociais, especialmente no campo da saúde” (MARQUES, 2020, não paginado).

No plano político, predomina um discurso que se distancia de procedimentos democráticos e de respeito aos valores fundamentais do Estado de Direito. Valores que permitam uma possível alternância de poder entre posições de esquerda, centro e direita, com várias nuances visíveis nas propostas programáticas partidárias, dentro do regramento constitucional.

O mais assustador é o reconhecimento de que não se trata de uma crise entre posições de esquerda e direita dentro de um quadro democrático, mas sim de uma crise da própria democracia, anunciada por Dardot e Laval (2016) e reconhecida e analisada por Adam Przeworski (2020). Aponta este autor que a crise do século XXI apresenta particularidades distintas de outras anteriores, pelo fato de ocorrer dentro das instituições tradicionais, justamente, as responsáveis pelas garantias constitucionais.

Nesse comportamento institucional, acertadamente denominado por Przeworski (2000) de “autoritarismo furtivo”, ganham espaços

as reformas incrementais pouco visíveis e menos ainda reconhecidas e aprovadas pela população em geral. Przeworski (1988) já prenunciava a encruzilhada do capitalismo pós-queda do Muro de Berlin – ou o capitalismo cumpriria suas promessas originais de igualdade ou seria capturado por crises constantes e incontornáveis. Até o momento, as crises vêm sendo frequentes, embora controláveis, a partir da concentração exponencial da renda e sob pena de expansão das desigualdades sociais e das ameaças ambientais e geopolíticas. O que os autores não previram foi a ameaça que surgiria exatamente dentro de forças políticas alheias ao *mainstream* dos países ocidentais democráticos e capitalistas. São os líderes populistas, eleitos com uma narrativa supostamente anties-tado, autoritários e intolerantes, modelando um futuro incerto para as nações. O discurso político é permeado por uma ética que, centrada na necropolítica, distorce a realidade, construindo uma narrativa favorável à naturalização da violência, ao armamento da população, à aceitação e naturalização das desigualdades de todas as espécies, à possibilidade enganosa de todo brasileiro ser um *self made man*, em uma economia estagnada e totalmente incapaz de absorver os quase 15 milhões de desempregados.

Vem ocorrendo, desde o golpe de 2016, o que cientistas políticos catalogam como

[...] um processo acelerado de desconstitucionalização, no qual o pacto que originou a carta de 1988 foi rompido por decisão unilateral das elites. O que nela está escrito vale ou não vale, de acordo com as circunstâncias e com o alvo da decisão. Os poderes vivem numa permanente queda de braço para ver quem manda, já que as regras perderam eficácia”. (MIGUEL, 2021, não paginado).

Essa construção narrativa se escora no apelo ao senso comum, no sentido apontado por Gramsci, como destaca Simionatto (2011), prescindindo das mediações teóricas necessárias para as análises conceituais sobre o real. Constrói-se uma narrativa que leva ao descrédito do pensamento racional, da lógica argumentativa analítica. Essa forma discursiva valoriza o que é denominado de “cidadãos do bem”, um grupo agressivo em suas manifestações, armado fortemente, dada à facilidade de aquisição de armas pesadas, que ignoram os regramentos civilizatórios básicos. Integram esse grupo parte das forças militares e policiais, além de milicianos, os quais têm em comum o pensamento

autoritário, conservador, competitivo, meritocrático e individualista ao extremo.

Esse posicionamento ideológico é uma das razões a cercear o pensamento científico, a interdição à crítica. Assistimos, no mês de agosto de 2021, um exemplo paradigmático desse pensamento, com o Projeto de Lei n.º 4673/2021, de autoria do Deputado ANDERSON MORAES, que dispõe sobre a extinção da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e a transferência da oferta de vagas do ensino superior para as instituições privadas. Na exposição de motivos, explicitamente cita a contribuição à iniciativa privada e ressalta que outro ponto a favor da extinção

[...] é o nítido aparelhamento ideológico de viés socialista na Universidade, com clara censura ao pensamento acadêmico de outras linhas de visão de mundo, inclusive mediante agressão física e verbal contra estudantes ou professores que pensam de forma contrária a tal ideologia, cujo aspecto histórico deixa claro seu cunho autoritário, opressivo e criminoso. (RIO DE JANEIRO, 2021).

Esse processo inscrito no interior desse projeto de lei é um ataque às universidades, o qual pode ser expresso em números: segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o orçamento do MEC para o ensino superior em 2010 seria hoje o equivalente a R\$ 7,1 bilhões (em valores atualizados). Em 2021, é de R\$ 4,5 bilhões. Houve queda também em relação a 2020, quando foi de R\$ 5,5 bilhões (ANDIFES, 2021). As Universidades públicas vêm sofrendo um processo de asfixia que se arrasta e compromete ano a ano o cumprimento de sua missão.

Neste cenário, e com a pandemia em curso, entendemos que nosso dever de ofício, sendo docentes pesquisadores, reside em interrogarmos constantemente os termos que circunscrevem os domínios da política pública em sua relação com a vida cotidiana.

Do lado do Estado, parece importante fazer uma releitura de suas funções centrais – legitimação e acumulação do capital, na conhecida acepção de James O'Connor. Aprender como estas funções centrais vêm sendo mediadas no campo econômico e social através das agendas públicas, que é o meio como a ação do Estado se materializa, via políticas públicas. Não sem fundamento, Geraldo Di Giovanni e Marco Aurélio Nogueira (2015), no *Dicionário de Políticas Públicas*,

consideram as políticas públicas uma das novas formas de exercício do poder estatal. Alysson Mascaro afirma ser na junção entre Direito e Estado a legitimação dessa afirmativa, sendo o Direito Administrativo um “[...] plexo relevante dos poderes e da dominação social contemporânea” (MASCARO, 2021, não paginado). E as políticas públicas, enquanto ordenadas pelos preceitos jurídicos administrativos são, assim, naturalizadas. Unicamente, quando observadas em uma perspectiva crítica, expõem a judicialização em favor do capital, expressando a ameaça ao pacto civilizatório ou mesmo a barbárie.

Sempre é bom recordar a aparência de autonomia do Estado diante de interesses diversos e contraditórios presentes na realidade, aparência esta que é corroborada pela sua relação com o Direito e necessária para o poder público aparecer como o organizador social isento, atendendo aos “interesses nacionais”, pois, do contrário, não teria a legitimação necessária para que “[...] seja soberano e sirva de salvaguarda à propriedade privada, aos contratos, à ordem. A soberania estatal é uma conta que não fecha e, ao mesmo tempo, é sempre mantida sob cálculo nas sociedades capitalistas” (MASCARO, 2021, não paginado).

Em face dessas observações, pode-se retomar a questão da sociedade, não de forma genérica e abstrata, mas no mesmo diapasão crítico: qual sociedade? A sociedade desigual, com interesses diversos, multifacetados, contraditórios. E como se posicionam os subsistemas, comunidades e redes como *locus* de interação entre diferentes atores, instituições e ideias no processo de formulação de políticas públicas ante um Estado “neutro”, considerando as assimetrias de poder político, econômico, e agora também religioso, dos distintos sujeitos políticos.

A partir desse foco, gostaríamos de compartilhar, brevemente, alguns pontos de análise com os leitores. O primeiro decorre, inegavelmente, das crises do momento atual, devido ao agravamento das várias faces das desigualdades, da questão migratória, da violência rural e urbana, pois, como já afirmavam Dardot e Laval (2016, p. 8), “[...] o acúmulo de tensões e problemas não resolvidos, o reforço de tendências desigualitárias e desequilíbrios especulativos preparam dias cada vez mais difíceis para as populações”.

Repõe-se habilmente, no discurso hegemônico, uma leitura das desigualdades e respostas do setor público, frontalmente isoladas dos conflitos, das condições precárias de vida de grande parte da população. Ganham relevância os textos acadêmicos tecnicamente elaborados, mas

assépticos e acríticos, seguindo a lógica da racionalidade instrumental sem qualquer conteúdo relacionado a uma ética inclusiva. Textos que desnudam as desigualdades e opressões são censurados e as ações de resistência à reversão dos serviços públicos como direito perdem sua força instituinte e mobilizadora.

No debate sobre a recuperação econômica após a possível saída da crise pós-pandemia, a perspectiva é desanimadora, como apontam alguns estudiosos. Os economistas mais pessimistas sinalizam para uma recuperação que, metaforicamente, pode ser comparada à letra K, com a parte inferior significando uma lenta recuperação para os segmentos empobrecidos e a superior, uma rápida e ampliada recomposição da situação financeira pré-pandemia para os segmentos da elite empresarial e, principalmente, financeira (NOGUEIRA, 2020).

Outra parte dos estudiosos, um tanto otimistas, acenam com a volta do Estado – como Laura Carvalho (2020), em seu livro *Curto-circuito: O vírus e a volta do Estado* –, devido à crise pandêmica e ao desarranjo orçamentário que provocou nos países capitalistas.

Mais moderado, o professor Eleutério Prado (2021) relativiza essa posição otimista no texto **Do neoliberalismo “keynesiano”**, título esse que, aparentemente, é paradoxal.

Ao justificar sua articulação, Prado aponta como a lógica neoliberal, “[...] ao invés de ter sido posta por meio de uma dominação explícita, impôs-se porque foi capaz de dar destino às pulsões desejantes, conformando, assim, o modo de ser dos sujeitos sociais” (PRADO, 2021, não paginado). Considera, ainda, que a razão normativa neoliberal afirma que a ação humana deve ser conduzida pela maximização de resultados em todas as esferas da vida. Para tanto, os seres humanos devem se comportar como as empresas mercantis, devem se encarar como capitais humanos. Assim conformam-se “[...] de modo amplo – senão total – os comportamentos dos atores sociais em geral, governantes e governados, capitalistas e trabalhadores, sejam estes últimos assalariados ou por conta própria” (PRADO, 2021, não paginado). Esta conformação ocorre devido a uma reabilitação da crença na eficiência e na eficácia dos mercados, abalada após a Segunda Guerra – “[...] só que agora, não mais como atributos de uma ordem natural, mas como predicados de uma ordem moral”.

Foi essa matriz ideológica que favoreceu a rápida aceitação do neoliberalismo e que, agora, parece estar novamente em uma encruzi-

lhada, pois a crise financeira de 2007-08 primeiro, e depois a crise de 2020-21, produzida pela nova pandemia do Coronavírus, vieram mostrar que as políticas neoliberais eram insuficientes, ou mesmo inadequadas, para dar suporte ao capitalismo. (PRADO, 2021, não paginado).

O autor argumenta ainda que

[...] passou-se a aceitar as políticas tipicamente keynesianas como forma de garantir o nível da atividade econômica, a saber, expansão fiscal para criar demanda efetiva e políticas monetárias acomodatórias. Ora, isso parece implicar que está em curso uma transformação na relação entre mercado e Estado nos países centrais do ocidente capitalista. (PRADO, 2021, não paginado).

Por outro lado, considera como os impasses reticentes com a globalização, o retorno de rivalidades econômicas entre países, as demandas anteriormente não presentes (migração, crise climática e a preocupação com as energias renováveis) exigiram uma intervenção estatal, como altos investimentos em novas fontes de energia, tecnologias digitais e investimentos em planos estatais de desenvolvimento – a exemplo do que ora propõe Joe Biden, entre outros. Apresentado à sociedade americana em 2019 e encampado como uma proposta programática da campanha presidencial, o **Acordo Green New Deal** prevê enfrentar o que vem sendo chamado de tripla crise: financeira, energética e climática. E implica uma regulação financeira e tributária, um programa de redução no uso de combustíveis fósseis e combate ao desemprego e ao declínio da demanda, causados pela crise de crédito.

Poderíamos aqui citar a frase de David Suzuki: “estamos em um carro gigante, acelerando na direção de uma parede de tijolos e todo mundo fica discutindo sobre onde cada um vai sentar.” Esta frase sintetiza aspectos destacados por Mastini, Kallis e Hickel (2021), no artigo intitulado “**A Green New Deal without growth?**”. Segundo esses autores, não podemos lidar com a crise climática, muito menos com a emergência ecológica global do planeta, de maneira eficaz, enquanto estivermos em conformidade com a lógica de uma economia capitalista globalizada. E, em longo prazo, temos que ter uma revolução social, transcendendo as relações de produção capitalistas existentes. Mas temos também que implementar ações urgentes em curto prazo.

Se olharmos a realidade brasileira, a World Wide Fund For Nature (WWF-Brasil, 2021) indica que a perda da cobertura florestal con-

tinua acelerada e, na região amazônica, provavelmente 10% a 12% da floresta em todos os países dessa região já tenham desaparecido. O desmatamento é só uma parte do problema: grilagem de terras, expansão de fronteiras agropecuárias, mineração e exploração econômica descontrolada, entre outros fatores, são consideradas as principais atividades responsáveis pela perda de floresta.

Isso serve como exemplo da barbárie do tempo presente, que parte de uma visão reducionista de proteção do indivíduo, não colocando o ser humano como protagonista do desenvolvimento social para expandir suas potencialidades. Ou seja, entender o desenvolvimento das políticas sociais no contexto da acumulação capitalista e da luta de classes, com seus limites e possibilidades.

Wolfgang Streeck, economista político alemão, em seu livro *How will capitalism end?: Essays on a failing system* (2016), destaca que, após a Primeira Guerra, a restauração de uma economia liberal-capitalista não conseguiu produzir uma ordem social viável e teve que dar lugar, em grandes partes do mundo industrial, ao comunismo ou ao fascismo, enquanto nos países centrais, no que viria a se tornar “o Ocidente”, o capitalismo liberal foi gradualmente sucedido, no rescaldo da Grande Depressão, pelo capitalismo Keynesiano administrado pelo Estado. Disso emergiu o capitalismo democrático do Estado de bem-estar das três décadas do pós-guerra, o único período, se olhado retrospectivamente, no qual o crescimento econômico e a estabilidade social e política, alcançada pela democracia, coexistiram sob o capitalismo de diferentes formas no mundo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde este veio a ser premiado com o epíteto de “avançado”. Na década de 1970, porém, o que veio a ser chamado de “acordo pós-guerra” do capitalismo social-democrático começou a desintegrar, gradualmente e imperceptivelmente a princípio, mas cada vez mais pontuado por crises sucessivas e cada vez mais severas, tanto na economia capitalista quanto nas instituições sociais e políticas.

A passagem da economia política capitalista, do keynesianismo do pós-guerra para o hayekianismo neoliberal, transcorreu sem dificuldades: a fórmula política para o crescimento econômico por meio da redistribuição de cima para baixo foi substituída por outra, que espera promover o crescimento por meio da redistribuição de baixo para cima. A democracia igualitária, antes considerada economicamente produtiva, passou a ser vista como um empecilho à eficiên-

cia. Ou seja, o capitalismo tem evoluído permanentemente [...]. O que não mudou foi sua natureza fundamental: uma economia política guiada por uma compulsão intrínseca pela acumulação sem fim de capital privado capaz de gerar mais capital privado. (STREECK, 2014, não paginado).

Não podemos nos esquecer de que “[...] o Estado capitalista constitui-se no principal bastião de defesa do capital, não só em termos econômicos como também jurídicos, políticos, ideológicos e morais” (NAKATANI; BORGIO, 2020, p. 37).

O contexto neoliberal – livre comércio, autorregulação dos mercados e abstenção do Estado na economia –, ao ser tensionado pelas consequências econômicas e sociais provocadas pela atual pandemia da Covid-19, colocou em xeque a viabilidade das medidas econômicas liberais para conter as crises econômicas e permitir a preservação do próprio sistema capitalista. Guasque e Guasque (2020, p. 262) argumentam que,

[...] em tempos sombrios de pandemia e desespero nos mercados, a imprestabilidade do arsenal econômico liberal forçou governos no mundo inteiro a protagonizarem uma guinada keynesiana, incorporando um papel mais ativo na economia, como o único caminho possível a ser percorrido.

Assiste-se, assim, nos países capitalistas centrais, um retorno às facetas da proposição keynesiana, no entanto, “[...] sem qualquer preocupação com a justiça social e com a proteção pública aos trabalhadores (PRADO, 2021, não paginado)”. Isso é possível porque as condições de acumulação do capital não favorecem ou estimulam uma recuperação econômica nos moldes do pós-guerra. Jared Bernstein (economista e ex-assessor de Joe Biden e pesquisador do Centro de Orçamento e Prioridades Políticas dos Estados Unidos) afirma: “Não há mão invisível”, e recomenda o caminho keynesiano, em sua entrevista ao Washington Post⁴, concedida em junho de 2020.

Com um sistema em permanente crise, conforme nos ensina Marx, nos perguntamos: o que irá acontecer aos países capitalistas periféricos? Essa é uma pergunta sem resposta. Entendemos que exemplos históricos podem ser recuperados. Mas a advertência do filósofo George Santayana é essencial aqui: “aqueles que não conseguem se lembrar do passado estão condenados a repeti-lo”. Um futuro que espelhe o

4 Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/people/jared-bernstein/>>.

passado não é possível nem desejável. Assim, num presente incerto e gerador de medo e sofrimento para a maioria da população, assombrada por um contexto de pandemia, a história nos ajuda a atravessar esses incertos caminhos. Como já nos alertava Marx, no livro *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*,

[...] os homens que são responsáveis pela produção da sua própria história não a fazem segundo a sua livre vontade, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diariamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX, 2011, p. 14).

E, em tempos de pandemia, o mundo perdeu mais de 4.495.000 vidas (dados da OMS de 29 de agosto de 2021).

No Brasil, a opção nas últimas décadas parece um retorno ao passado – desmonte do parque industrial e centralidade em exportação de bens primários, concentradores de renda, poupadores de mão de obra com uso intensivo de maquinário agrícola. Os 15 milhões de desempregados e o empobrecimento violento da população permanecem como a espada de Dâmoques sobre o poder público. O auxílio emergencial ameniza a fome de muito poucos e tem fôlego curto. E depois? É tarefa para se pensar.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros povos. 2ª reimpressão. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

ANDIFES. **Quem quer parar as universidades federais?** 2021. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/?p=87418>>.

BOVA, Elva; KINDA, Tidiane; MUTHOORA, Priscilla; TOSCANI, Frederik. **Fiscal Rules at a Glance Toscani**. International Monetary Fund, 2015. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/datamapper/FiscalRules/Fiscal%20Rules%20at%20a%20Glance%20-%20Background%20Paper.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <<https://www.conass.org.br/painelconasscovid19>>. Acesso em: 31 ago. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE. **Desigualdades sociais e econômicas se aprofundam**. Boletim de Conjuntura, n. 29, jun./jul., 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura29.html>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de Políticas Públicas**. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 2015.

GARCIA, Maria Lúcia T. et al. **The COVID-19 pandemic, emergency aid and social work in Brazil**. Qualitative Social Work, v. 20, n. 1-2, p. 356-365, 2021. Disponível em: <<http://doi:10.1177/1473325020981753>>.

GUASQUE, Bárbara; GUASQUE, Adriane. **A pandemia e o necessário e tempestivo retorno aos matizes keynesianos**. Opinión Jurídica, v. 19, n. 40, edición especial, p. 259-276, 2020.

IASI, Mauro. **Um golpe em marcha**. Blog da Boitempo, 2021. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2021/08/25/um-golpe-em-marcha>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MARQUES, Rosa Maria, NAKATANI, Paulo. **Brasil**: as alterações institucionais no período recente e o novo governo. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 18, n. 2, e36288, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1677-9509.2019.2.36288>>.

MARQUES, Rosa Maria. **Crise sanitária e crise econômica**: o mundo em convulsão. Observatório da Democracia, 9 abr. 2020. Disponível em: <<https://observatoriodademocracia.org.br/2020/04/09/%EF%B%BFcrise-sanitaria-e-crise-economica-o-mundo-em-convulsa>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

MARQUES, Rosa Maria; BERWIG, Solange Emilene. **As políticas sociais no pós-pandemia**: há algo de novo no front? Argumentum, Vitória, v. 13, n. 1, p. 6-18. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47456/argumentum.v13i1.35362>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASTINI, Riccardo; KALLIS, Giorgos; HICKEL, Jason. **A Green New Deal without growth?** Ecological Economics, v. 179, 2021.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. **Qual pode ser o caminho de um novo Lula no Brasil pós-Bolsonaro?** A Terra é Redonda, 16 ago., 2021. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/a-esquerda-depois-de-jair-bolsonaro>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NAKATANI, Paulo. [Conferência proferida]. In: LANÇAMENTO “Contrarreformas ou revolução – respostas ao capitalismo em crise”. 19 set., 2020. 1 vídeo (101 min). Disponível em: <<https://youtu.be/ABuWnYD3AQE>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

NAKATANI, Paulo; BOGO, Ademar. **Estado capitalista e Políticas Públicas**: o Estado em ação. In: NOGUEIRA; Vera Maria R. et al. (Org.). **Estado, Políticas Públicas e a Ação Profissional de Assistentes Sociais**. 1. ed., v. 1, p. 17-38. Cascavel: Edunioeste, 2020.

NOGUEIRA, Vera Maria R. **Questões e tendências contemporâneas do capitalismo**: desdobramentos para as políticas sociais e o serviço social. Prefácio. LIRA, Isabel Cristina D.; BARROS, Janaina C.; SILVA, Ruteléia C. de S. (Orgs.). 1. ed., v. 1, p. 1-3. São Carlos: Diagrama Editora, 2020.

PIRES, Luis Manuel F. **Estados de exceção**: a usurpação da soberania popular. Prefácio Alysson Leandro Mascaro. E-book não paginado. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

PRADO, Eleutério. **Do neoliberalismo “keynesiano”**. A Terra é Redonda, 6 ago. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/tag/eleuterio-prado/?doing_wp_cron=1630180165.5306589603424072265625>. Acesso em: 22 ago. 2021.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PRZEWORSKI, Adam. **O capitalismo democrático na encruzilhada**. In: **Novos Estudos** (CEBRAP). v. 22. São Paulo, 1988.

RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei n.º 4673/2021. set. 2020. **Dispõe sobre a extinção da universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e a transferência da oferta de vagas de ensino superior às instituições**

privadas, na forma que menciona. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/d696f936970ddb1032586e0000572bf?>>. Open Document. Acesso em: 30 ago. 2021.

SANTAYANA, George. **The Life of Reason.** Wentworth Press, 2016.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social.** São Paulo: Cortez, 2011.

STREECK, Wolfgang. **How Will Capitalism End?: Essays on a Failing System.** Nova Iorque: Verso Books, 2016.

STUCKLER, David; BASU, Sanjay. **The Body Economic: Why Austerity Kills.** Nova Iorque: Basic Books, 2013.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE BRASIL. **Desmatamento.** Disponível em: <https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia/ameacas_riscos_amazonia/desmatamento_na_amazonia>. Acesso em: ago. 2021.

FAMÍLIAS: a travessia de concepções sociais e jurídicas na sociedade brasileira

Cristiane Bonfim Fernandez

1. INTRODUÇÃO

O tema família está na pauta das discussões contemporâneas, sobretudo no contexto pandêmico, em que as pessoas, durante algum tempo, por força das circunstâncias, viram-se obrigadas a permanecer em casa, espaço familiar privado de convivência em comum que, embora visto de forma geral como um espaço de proteção, cuidado, segurança, amor e socialização, conforme preconizam legislações brasileiras vigentes, é vivenciado por muitos como lugar de desafeto, insegurança e desproteção. Nesse sentido, faz-se pertinente, de início, discorrer sobre o que se compreende por família e qual o seu o papel na sociedade.

Há uma pluralidade de entendimentos construídos historicamente sobre a família e o reconhecimento de suas transformações quanto a seus formatos (MIOTO, 2018; SALLES, 1992). Trata-se de um conceito polissêmico “que mais sofreu alterações nos últimos anos, fruto do influxo de diferentes perspectivas [...] no período que vai do último quarto do século XX ao início do século XXI” (LIMA, 2018). Em outras palavras, há uma travessia de concepções sociais e jurídicas da família ao longo da história, o que nos leva ao reconhecimento de distintas visões que disputam a proeminência na sociedade, podendo ou não serem traduzidas em legislações da época, as quais expressam o pensamento jurídico hegemônico sobre família em determinado momento histórico. É importante lembrar, no entanto, que a dimensão jurídica no trato da família não se separa das dimensões social, ética, econômica e cultural.

Considerando o exposto, desenvolvem-se, neste ensaio, reflexões sobre a noção de família na sociedade brasileira contemporânea, expressas, sobretudo, em normativas jurídicas pós-Constituição de 1988. O debate prioriza, portanto, as concepções de família no direito positivado, reconhecendo suas limitações – se entendemos que devem acompanhar as transformações sociais – e seus impactos nas configurações familiares. Acrescente-se a isso o fato de que existem herme-

nêuticas diferenciadas de família, quando se consideram as legislações associadas ao tema.

Por fim, é importante destacar que este trabalho não busca contemplar todas as modalidades de família brasileira hodierna, mas reconhece suas diversas expressões que disputam espaços na sociedade. Seu objetivo é, particularmente, responder à seguinte questão: *Que conceitos de família permeiam os principais marcos legais contemporâneos da sociedade brasileira pós-1988 e como são interpretados?* Não há respostas fáceis, pois, quando há um sujeito (pesquisador, docente ou cientista) envolvido, é possível afirmar que este, ao interpretar a realidade com seus óculos ideológicos, sua cosmovisão, ao mesmo tempo que amplia o olhar sobre a realidade, também a distorce/reduz, posto comportar o conhecimento uma “interpretação, o que introduz o risco do erro na subjetividade do conhecedor, de sua visão de mundo e de seus princípios de conhecimento” (MORIN, 2000, p. 20).

Com o fito de cumprir seu objetivo, o texto apresenta dois momentos: no primeiro, a fim de responder à pergunta *o que é família?*, realiza-se um diálogo entre autores que abordam questões de família em determinados momentos históricos; no segundo, para revelar *a travessia de concepções de família na legislação brasileira pós-1988*, abordam-se as concepções presentes em marcos legais brasileiros.

2. O QUE É FAMÍLIA?

A família, ao longo da história, tem passado por constantes transformações associadas às suas configurações, não sendo, consoante Silva (2015), nem estática nem homogênea. Biroli (2014) e Miotto (2018) referem-na como uma construção social, o que significa não só reconhecer a pluralidade de estruturas familiares na sociedade, mas também perceber que, caso se pense em apenas um tipo de família, mesmo que seja a predominante socialmente, não será possível contemplar a heterogeneidade encontrada na realidade.

Assim sendo, é mister considerar as expressões heterogêneas de famílias na sociedade contemporânea, as quais vêm disputando espaços no campo social e político, principalmente quando uma configuração vem perdendo sua hegemonia, como é o caso de família nuclear: “[...] o modelo familiar nuclear, embora continue detendo a hegemonia, ditando a norma, vem alterando-se, dando espaço a outros arranjos fami-

liares, que se diferenciam do padrão tradicional” (FONSECA, 2007, p. 122). Acerca disso, também se traz o pensamento de Bruschini (2015, p. 65-66), a seguir.

Na sociedade ocidental moderna, o modelo predominante de família é um grupo composto de marido, mulher e filhos. A relação conjugal é o elo mais forte, mais importante do que outros laços consanguíneos como os fraternos; predomina o parentesco bilateral; o papel do pai, via de regra, identifica-se com o de pai biológico [...]. A realidade, porém, distancia-se bastante deste modelo nuclear ou conjugal predominante em nossa sociedade.

No mesmo sentido, Oliveira (2009, p. 66) pontua que “existem diversificados e inovados arranjos familiares, novas formas de constituir-se família dentro da sociedade, mas percebemos que permanece ainda a forma de organização nuclear da família, ou seja, o casamento monogâmico ainda é o que predomina atualmente”.

Considerando essas transformações, e para melhor situar do ponto de vista de tempo e espaço a abordagem nessa perspectiva de mudança, será trazida neste texto a visão de família na sociedade brasileira, sobretudo a partir de final do século XX e início do século XXI, ou seja, após a Constituição de 1988, uma vez que, ainda segundo Oliveira (2009, p. 67), “as transformações sociais, construídas na segunda metade do século XX e reconstruídas nesse início do século XXI, redefiniram também os laços familiares”. Em vista disso, o conceito de família é perpassado por um debate sobre a diversidade de configurações familiares que acompanham as transformações sociais.

Na primeira metade do século XX do Brasil Republicano, o tema família, segundo Neder (2005, p. 34), recebeu “um tratamento religioso católico, com fortes conotações europeizadas, calcadas na ideia de família-padrão, higienizada e patriarcal [...]”. Nesse modelo padrão de família, é importante ressaltar as relações de gênero, em que se definia o papel da mulher associado à maternidade e à educação dos filhos, enquanto ao homem cabia o trabalho fora de casa.

Como referido, as mudanças nas configurações familiares no Brasil estão associadas às transformações sociais, que, sem dúvida, abalaram tanto os muros da família entendida como instituição natural quanto a ideologia que associava família à ideia de natureza, como afirma Sarti (2007, p. 21): “a partir da década de 1960 [...], difundiu-se a pílula anticoncepcional, que separou a sexualidade da reprodução e

interferiu decisivamente na sexualidade feminina”. Isso significa dizer que ser mãe (maternidade) e ser mulher não caminhavam necessariamente juntos.

Acrescente-se que, além da pílula, a entrada da mulher no mercado de trabalho também abalou as estruturas familiares vigentes. Quando a mulher reduz suas atividades no espaço doméstico (esfera privada do lar) e se insere no mercado de trabalho, ela vai conquistando espaço na esfera pública e as barreiras da divisão sexual do trabalho vão se redefinindo, deixando de ser tão rígidas. “No entanto, apesar da valorização da independência da mulher, em nenhum momento os novos tempos caminham no sentido de uma alteração profunda nos papéis de gênero na estrutural tradicional da família” (BRUSCHINI, 2015, p. 72-73).

Outra mudança significativa a merecer destaque neste debate refere-se às tecnologias reprodutivas, ou seja, a mulher que não conseguisse ter filhos por meios naturais poderia fazer uso da reprodução assistida, mediante, por exemplo, a inseminação artificial e a fertilização *in vitro*, introduzindo, como afirma Sarti (2007), a noção de “escolha” para gerar filhos. Essas colocações nos permitem apreender que famílias são constituídas e reconstituídas segundo as inflexões do contexto sócio-histórico e as marcas ideológicas das intervenções tecnológicas, da igreja (religião) ou de forças políticas da época. Família, portanto, está associada a mudanças globais e nacionais que trazem profundos impactos nas configurações familiares, como bem explica Maluf (2010, p. 11): “o conceito de família sofreu grandes alterações intrínsecas oriundas do desenvolvimento das ciências, da tecnologia e dos costumes [...] que traduzem o novo perfil que a família tem assumido atualmente, evidenciando a primazia do indivíduo nas relações familiares”.

Houve uma revolução cultural que impactou a relação entre os sexos. A mulher, que no passado¹ não podia se divorciar, tinha agora o divórcio como um direito². Houve também um aumento de famílias monoparentais (com apenas um dos pais) e de uniões consensuais em que os laços afetivos predominavam em detrimento da união formalizada (FONSECA, 2007). Atualmente, são múltiplos os tipos de organização familiar: casal sem filhos, famílias chefiadas por mulheres,

1 No Código Civil de 1916, não se permitia o divórcio. Família limitava-se ao grupo originário do casamento e não podia se dissolver (DRESCH, 2016)

2 O divórcio foi instituído pela Lei n.º 6515/1977 (DRESCH, 2016).

famílias mais extensas, famílias formadas a partir de segundas uniões³, reconhecimento de casais formados por pessoas do mesmo sexo e famílias em que os homens se declaram como único chefe (FREITAS; BRAGA; BARROS, 2013). Há também a moderna concepção de família unipessoal⁴ e anaparental⁵, que demandam a qualificação de família em busca de sua respectiva proteção jurídica (LIMA, 2018). Nesta diversidade de concepções, há, ainda, a família pluriparental – mosaico –, que envolve, além da relação parental com os pais, relações similares à de pai, mantidas com o padrasto.

As legislações não conseguem acompanhar a evolução e a complexidade das diferentes novas configurações que se apresentam como entidades familiares (HIRONAKA, 2013), posto que a família real sofre mudanças constantes que não comportam uma única definição. Na sociedade brasileira contemporânea, quando se conceitua família, a ênfase recai sobre o sujeito, ou seja, o conceito de família na pós-modernidade está associado à subjetividade do sujeito, que define o que é família. Neste sentido, “não se pode dar a todas as configurações familiares um aspecto legal, pois para cada grupo ou indivíduo, o que venha a ser família, tem um significado distinto” (SILVA, 2015, p. 105). Se, por um lado, as legislações não contemplam as mudanças da realidade, por outro, são fundamentais como expressão das concepções hegemônicas da sociedade no debate sobre família.

Portanto, é necessário considerar o tratamento dispensado à família nas legislações ao longo dos anos, pois esse tratamento expressa o modo como a sociedade a concebe e como ela se relaciona com o Estado, constituindo-se a lei uma ferramenta importante para assegurar direitos, conforme assinalam as autoras a seguir.

[...] embora a lei, de forma mágica, não mude a realidade, ela é um instrumento que reflete o estágio de desenvolvimento de um povo, enuncia direitos, confere legitimidade ativa e passiva para

3 É chamada, por alguns estudiosos, de “família pluriparental, reconstituída ou mosaico, é aquela que envolve além da relação parental com os pais, uma ou mais similares a de pai, como mantidas pelas com padrastos ou madrastas” (OLIVEIRA, 2020, p. 12)

4 “A jurisprudência tem admitido a família unipessoal como família, conferindo-lhe direitos” (LIMA, 2018, p. 9).

5 “Neste tipo de entidade familiar, as pessoas sem laço de parentesco convivem em caráter permanente, com ajuda mútua e afetividade, porém, não há entre seus membros finalidade econômica nem sexual” (LIMA, 2018:8). Há também um entendimento que relaciona a família anaparental aos irmãos.” Trata-se de um grupo familiar composto apenas por irmãos ou mesmo outros parentes em linha colateral, sem a presença de nenhum dos ascendentes” (MENEZES, 2008, p. 127).

estar em juízo e permite o acesso ao Poder Judiciário sempre que as garantias legais forem ameaçadas ou violadas. (AZAMBUJA, 2011, p. 53).

Ainda assim, embora o avanço constitucionalmente registrado, muitos outros arranjos não foram recepcionados no bojo constitucional, o que leva a crer, *a priori*, que não pudessem existir – ou que apenas existissem à margem da lei e da proteção legal – outros tipos, outras uniões que também pudessem ser consideradas entidades familiares se, assim, contar com a visibilidade e com a devida tutela legal”. (HIRONAKA, 2013, p. 199)

O que se apreende dos pensamentos de Azambuja (2011) e Hironaka (2013) são olhares distintos sobre a legislação. Enquanto a primeira autora enfatiza os direitos assegurados na lei e o acesso a eles, a segunda destaca as omissões da lei em relação às modalidades familiares não contempladas na Constituição, seja por ausência de consensos, seja por reconhecer sua existência, mas sem lhe conceder a proteção legal.

Ao final, fica o questionamento: quais as interpretações/os entendimentos sobre família na legislação brasileira contemporânea? É o que buscará responder a seguir.

3. A TRAVESSIA DE CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

As legislações se modificam ao longo da história de um país. Elas trazem inovações e configuram-se como parâmetro para entender o modo de pensar, a cultura e os valores hegemônicos de uma determinada época na sociedade. No caso da família, significa reconhecer as mudanças de valores e de mentalidades ocorridas. Uma das mudanças mais importantes oriundas das transformações sociais veio com a Constituição de 1988 (BRASIL, 2016), que, em seu artigo 227, explicita o dever da família de assegurar com absoluta prioridade, em relação à criança e ao adolescente,

o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2016).

Com base no olhar jurídico, compreende-se família como espaço de proteção social, de garantia de direitos, os quais, no Estado Democrá-

tico de Direito são enunciados, reconhecidos e positivados na Lei, o que assegura ao cidadão – sujeito de direitos – a possibilidade de acionar a Justiça para garanti-los. E o que traz de novo a Carta Magna brasileira de 1988 sobre família em relação às legislações que a precederam? Segundo Dresch (2016), no texto constitucional de 1988, o conceito de família apresentou uma expressiva ampliação, trazendo inovações quanto ao “antiquado” texto do Código Civil de 1916.

3.1 Famílias na Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988

Em seu artigo 226, a Constituição de 1988 explicita que a família, “base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. Mas como se concebe essa família? Sob que configurações ela é reconhecida nessa Constituição para receber a proteção do Estado? A resposta encontra-se também no artigo 226, sendo reconhecidas as seguintes concepções familiares: o *casamento* (§ 1º e § 2º); a *união estável* (§ 2º) – “Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”; e a *família monoparental* (§ 4º) – “Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”.

O texto constitucional de 1988 reconhece, portanto, três formas de entidade familiar: (1) o casamento (família matrimonial), (2) a união estável e (3) a família monoparental. Destaca-se, dentre as configurações familiares, o casamento civil, celebrado gratuitamente, isto é, todos que quiserem e estiverem aptos têm acesso a ele. Também é reconhecido o casamento religioso com efeito civil, o que demonstra a parceria entre Estado e Religião no trato da família. Quanto à união estável, sua conversão em casamento é facilitada por lei.

É perceptível, assim, que o legislador, em 1988, aponta o casamento como paradigma principal de constituição de família, ou seja, a Carta Magna de 1988, ao conceber a família como base⁶ da sociedade, ou seja, como condição para a existência da sociedade – e por isso chamada célula *mater*, aquela que garante a reprodução da espécie humana de geração em geração –, coloca o casamento como expressão familiar predominante. Entretanto, apesar dessa escolha explícita de

6 “A família continua sendo a base da sociedade, porém com uma roupagem nova, atendendo a evolução de sua sociedade cada vez mais pensante e liberal” (BORGES, 2007, p. 10).

entidade familiar associada ao casamento, é importante ressaltar que, legalmente, o *status* de família não está restrito à comunidade oriunda do casamento, uma vez que as demais configurações recebem do Estado uma proteção especial, havendo, nesse sentido, um reconhecimento dos padrões familiares por ele protegidos.

A proteção deferida à família pelo Estado se funda na importância que este grupo social desenvolve na formação psicossocial do indivíduo. É na família que a pessoa recebe as primeiras orientações para a vida coletiva e é neste organismo que os atos de solidariedade e ajuda **mútua** acontecem mais recorrentemente. (MENEZES, 2008, p. 120)

Faz-se importante pontuar que, enquanto o casamento e a união estável têm suas características firmadas pela Constituição, o que mostra certa preferência do legislador, “a família originária do concubinato⁷ não tem guarida na lei, em função do princípio da monogamia que não permite a tutela de uniões paralelas” (MENEZES, 2008, p. 127). Por outro lado, também é preciso mencionar a liberdade do casal quanto à sua permanência ou não juntos como comunidade com parentesco civil. Se outrora a “sacralidade “do casamento não permitia sua extinção, a partir da Constituição de 1988 isso é possível. A indissociabilidade do casamento não mais se sustenta nesse texto constitucional.

A relação homem e mulher também sofreu alterações, destacando-se a igualdade entre eles quanto a direitos e deveres na relação conjugal. Além disso, segundo Dresch (2016), o artigo 227, (§6º), da Constituição de 1988 revolucionou o Direito da Família ao proibir qualquer tipo de discriminação quanto aos filhos – oriundos ou não da constância do casamento; adotivos ou não –, igualando assim seus direitos ao não fazer distinção pela consanguinidade: “a Constituição proibiu que se fizesse distinção entre filhos legítimos, naturais e adotivos para efeitos civis” (BORGES, 2017, p. 6).

Além disso, essa Constituição expandiu a família para além do matrimônio. (MENEZES, 2008). As famílias monoparentais devem garantir o direito da criança ao convívio familiar, mesmo na ausência de um dos pais – art. 19 do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (LIMA, 2018; BRASIL, 2017). O Estatuto reiterou o fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos. A criança, mediante o exame de DNA que comprova a paternidade, pode ter seus direitos de filiação,

⁷ Art. 127, CC/2002 (BRASIL, 2002).

por parte da mãe e do pai, garantidos, independentemente se é oriunda de casamento legal ou de união consensual (SARTI, 2007). Além disso, o ECA reconhece a existência de três espécies de família: a natural, a extensa e a substituta.

A **família natural** é entendida como a comunidade formada pelos pais ou por qualquer deles e seus descendentes – art. 25, *caput*, ECA (BRASIL, 2017). Segundo Oliveira (2020, p. 4), é necessário ampliar o “conceito de família natural para alcançar também os casos em que a filiação tenha decorrido de reprodução assistida heteróloga (fruto da fecundação com gametas de terceiros)”. A **família extensa** é aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou o adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade – art. 25, parágrafo único, ECA BRASIL, 2017). Este tipo de família “diz respeito aos parentes paternos ou maternos que tenham vínculo de afinidade e afetividade com o mirim” (OLIVEIRA, 2020, p. 6). Por último, a **família substituta**, para a qual o menor de idade deve ser encaminhado de maneira excepcional, por meio de qualquer das três seguintes modalidades possíveis – guarda, tutela e adoção.

O Estatuto da Criança e do Adolescente destaca a igualdade de condições entre os cônjuges no exercício do poder familiar, como se verifica em seu artigo 21. “O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência”. Se por um lado, é garantida a igualdade dos cônjuges no exercício do poder familiar, por outro, assegura-se primazia ao filho por meio de dispositivos orientados para o melhor interesse da criança, e não dos pais.

Mais recentemente, em 2002, foi aprovado o novo Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002). Vejamos a seguir, as mudanças em termos de direito da família presentes nesta legislação.

3.2 Famílias à Luz do Código Civil Brasileiro e do Supremo Tribunal Federal

O Código Civil de 1916 vigorou durante muito tempo e, nele, estava inscrito/registrado o modo como a sociedade, e particularmente

o Estado Brasileiro, compreendia família à época. Aos olhos contemporâneos do século XXI, esse Código é considerado retrógrado pela forma limitante de compreender a família. Segundo Dresch (2015, p. 4), ele foi “[...] editado numa época com estreita visão da entidade família, limitando-se ao grupo originário do casamento, impedindo sua dissolução, distinguindo seus membros e apondo qualificações desabonadoras às pessoas unidas sem casamento e aos filhos havidos fora desta relação”. Além disso, defendia o patriarcalismo – domínio masculino, sendo a mulher considerada relativamente incapaz e, como tal, apenas colaboradora nas tarefas domésticas. Noutras palavras, o poder estava concentrado nas mãos do pai, prevalecendo a autocracia do chefe de família. Contudo, em sua dinâmica, a sociedade vivenciou mudanças, e a realidade contemporânea expressa a necessidade de atualização das legislações quanto às relações familiares.

Nesse contexto, fruto de disputas políticas, surge o Código Civil de 2002, que, considerado expressão de pensamento e de valores hegemônicos da sociedade brasileira da época, “acompanha” o conceito da Constituição de 1988 ao discutir família, casamento e união estável. O antigo Código de 1916, segundo Borges (2017), possuía muitos artigos que contrariavam os princípios norteadores do novo Estado Democrático de Direito. Sendo assim, a nova legislação surge com suas inovações para, de alguma forma, atualizar o regramento jurídico quanto às transformações sociais, às conquistas e às demandas de segmentos da sociedade por proteção do Estado.

A Constituição brasileira de 1988 inovou no trato da família, fazendo com que princípios e normas constitucionais fossem incorporados nas demais legislações – as infraconstitucionais. Portanto, o novo Código Civil Brasileiro acompanhou o texto constitucional.

Em termos de Código Civil de 2002, o direito da família foi reforçado a partir dos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade jurídica entre os cônjuges, da igualdade jurídica entre todos os filhos. Além do pluralismo familiar, da liberdade de construir uma comunhão de vida familiar, da consagração do poder familiar, do superior interesse da criança e do adolescente, da afetividade e da solidariedade familiar. (DRESCH, 2016, p. 8).

A compreensão de família que permeia a Constituição de 1988, embora garanta o pluralismo dessa instituição, destaca sua configuração associada ao casamento e ao incentivo à transição da união estável para

o casamento, com igualdade de direitos entre os cônjuges. O Código Civil de 2002 também destaca o casamento, ressaltando finalidade, deveres e responsabilidades de cônjuges e companheiros – homem e mulher –, além de assegurar-lhes igualdade jurídica: “desaparece o poder marital, e a autocracia do chefe da família é substituída por um sistema em que as decisões devem ser tomadas de comum acordo entre conviventes ou entre marido e mulher” (DRESCH, 2016, p. 7), conforme se observa nos artigos seguintes.

Art. 1.511. O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges.

Art. 1.514. O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados.

Art. 1.565. Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.

Art. 1.567. A direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos.

Quanto à união estável, o artigo 1.723 do Código Civil de 2002 a reconhece “como entidade familiar [...] entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”.

Conforme pode se verificar pelo exposto, a igualdade de direitos entre homem e mulher, e entre filhos biológicos e adotados, assim como a ampliação do conceito de família, perpassam a compreensão de família nesses dois ordenamentos jurídicos brasileiros: a *Constituição e o Código Civil*. A formação de família parte de elementos naturais (consanguíneos) e estende-se ou une-se aos vínculos socioafetivos. Filhos são os biológicos e os adotados, não bastando isso, entretanto, para a compreensão de vínculo familiar, uma vez que este é perpassado pela afetividade, pela proteção e pelo cuidado. Se assim não for, tem-se o abandono afetivo de filhos órfãos vivendo com seus pais no mesmo teto: “o afeto e a consanguinidade podem coexistir, mas não são a regra essencial para que um determinado grupo de pessoas se intitule familiares” (BORGES, 2017, p. 4).

É importante pontuar que o ordenamento jurídico compreende a família como instituição natural e social. A concepção natural pode ser vista na família monoparental – mulher e filhos, sendo explicitada

essa base natural pela Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, pelo Pacto de Direitos Econômicos Sociais e Culturais, de 1966, e pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 1991. Há, neste sentido, um reconhecimento da família como organismo natural, mas também como instituição sociocultural, posto que o homem e a mulher são seres sociais e, nesse sentido, tudo o que fazem é social. Ambos se relacionam com o seu semelhante (outro ser humano) na mediação da cultura e do contexto sócio-histórico, o qual os afeta, ao mesmo tempo em que é afetado por eles.

Ainda sobre a compreensão da família como instituição natural, destaca-se que, ao longo de toda a história, a família assume diferentes configurações em torno de uma atividade biológica, permanecendo a relação de parentesco (consanguíneo) mínimo, ou seja, de mãe e filho, e este vínculo biológico só é possível porque a mulher se relacionou com um homem gerando esse filho, situação que mudou com o advento da reprodução assistida. Assim, pode-se levantar uma objeção na sociedade contemporânea, pois homem e mulher não precisam necessariamente se relacionar sexualmente para gerar filhos, posto que existem as chamadas tecnologias reprodutivas, como as inseminações artificiais e as fertilizações *in vitro*, as quais, segundo Sarti (2007), introduzem, além de certa tensão no universo natural atribuído à família, o rompimento da identificação dessa natureza. Não obstante, tais tecnologias dependem das origens biológicas da vida, ou seja, é imprescindível a união de um espermatozoide com um óvulo para ocorrer a fecundação por meio da reprodução assistida. Acerca desse aspecto, discorrem, a seguir, Sarti (2007) e Oliveira (2009).

A família constitui-se em um terreno ambíguo. Ainda que as tecnologias de anticoncepção e de reprodução assistida tenham, de fato, aberto espaço para novas experiências no plano da sexualidade e da reprodução humana, ao deflagarem os processos de mudanças objetivas e subjetivas, que estão atualmente em curso, não lograram dissociar a noção de família da “natureza biológica do ser humano.” (SARTI, 2007, p. 23).

Não é fácil dissociar essa noção quando a família está em meio a um aparato de definições instauradas por meio das concepções existentes na sociedade – jurídicas, psicológica, religiosas, pedagógicas, dentre outras. Essas concepções trazem determinados modelos do que é e de como deve ser família, especialmente alicerçados em uma visão que, na maioria das vezes, a considera como unidade biológica. (OLIVEIRA, 2009, p. 31).

O debate sobre família está em curso. Cada vez mais tensões ocorrem entre os que disputam concepções e espaços na sociedade, mediados inclusive pela ciência e pela tecnologia. Há uma guerra ideológica por concepções de família mais convincentes, democráticas e, sobretudo, objetivas ou subjetivas, no campo da política, da sexualidade e da religião. Isso posto, vejamos, a seguir, as proposições oriundas do Supremo Tribunal Federal que expressam também uma interpretação sobre família.

O Supremo Tribunal Federal é responsável pela equiparação da união estável entre pessoas do mesmo sexo (homossexuais) às uniões entre pessoas de sexos diferentes (heterossexuais), trazendo assim uma nova interpretação ao texto constitucional.

No Julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 132/RJ) e na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI-4277/DF) foi reinterpretado o art. 1.723 do Código Civil de 2001, atribuindo a pessoas do mesmo sexo o reconhecimento de *união estável entre Homem e Mulher como entidade familiar*: “é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”.

No texto, a opção do legislador afirma que a união estável é reconhecida entre o homem e a mulher – o uso do artigo “o” e do artigo “a” associado, respectivamente, ao sexo masculino e ao feminino define quem são os sujeitos dessa relação. Trata-se de uma decisão explícita e categórica, que foi matéria de profícua discussão dos legisladores da época. Ao se equiparar a união homossexual à heterossexual, foram geradas novas interpretações quanto ao sentido de masculino e de feminino, buscando-se ressignificar o conceito de família no texto constitucional para legitimar práticas que, apesar de existentes na sociedade, ainda enfrentam resistências por diferentes segmentos, principalmente dos mais conservadores.

Após o reconhecimento da legalidade da união homoafetiva, isto é, da família homoafetiva como modelo a ser protegido pelo Estado, o Supremo Tribunal de Justiça, para além do reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo, reconhece também o casamento entre elas. O Presidente do STF e do Conselho Nacional da Justiça, ministro Joaquim Barbosa, propôs a Resolução 175/2013, aprovada pela maioria dos conselheiros, determinando que os cartórios de todo o país

convertam a união estável homoafetiva em casamento civil (RODAS, 2018).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade vivida, pensada e discutida quando se trata de família, principalmente na contemporaneidade, acolhe uma pluralidade de interpretações e configurações familiares no tempo e no espaço. Isso aponta a disputa política, ideológica e jurídica presente em diferentes legislações do país e na sociedade como um todo. Como visto, há pontos de convergência e de divergência. O casamento e a união estável entre homem e mulher estão garantidos na Constituição, enquanto uniões homoafetivas foram reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal, mas não estão presentes nem na Lei Maior nem no Código Civil Brasileiro de 2002. Neste sentido, no que se refere ao reconhecimento jurídico, diversas configurações familiares estão num processo de travessia entre o social e o jurídico. Além disso, predomina nos debates acadêmicos a concepção de família como instituto sociocultural, mas também se reconhece, como visto no Estatuto da Criança e do Adolescente, a família natural, entre outras configurações familiares. Nesta linha tênue entre uma realidade objetiva e outra subjetiva no trato da questão familiar, consolida-se um intenso debate sobre concepções de família no campo social, político e jurídico.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Maria Regina F. de. **Inquirição da criança vítima de violência sexual: proteção ou violação de direitos?** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

BIROLI, Flávia. **Família: novos conceitos.** Coleção O que saber. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

BORGES, Gabriella C. **Histórico do Direito de Família.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/56158/historico-do-direito-de-familia-no-ordenamento-juridico-brasileiro>>. Acesso: 02 set. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a

6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 09 set. 2021.

BRASIL. Lei n.º **8.069**, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_led.pdf?sequence>. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm>. Acesso em: 9 set. 2021.

BRUSCHINI, Cristina. **Teoria Crítica da Família**. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane. **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. p. 51-82. São Paulo: Cortez, 2015.

DRESCH, Márcia. **União homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro: uma nova instituição familiar?** 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/51798/uniao-homoafetiva-no-ordenamento-juridico-brasileiro-uma-nova-instituicao-familiar>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FONSECA, Claudia. **Família – instabilidade e solidariedade**. In: FAVERO, Eunice Teresinha **Questão social e perda do poder familiar**. São Paulo: Veras, 2007.

FREITAS, Rita de Cássia S.; BRAGA, Cenira D.; BARROS, Nívia V. **Famílias e Serviço Social: algumas reflexões para o Debate**. In: DUARTE, Marco José de O.; ALENCAR, Mônica Maria T. de. **Família Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

HIRONAKA, Giselda Maria F. N. **Famílias Paralelas**. Revista da Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo (USP), v. 108, p. 199-219, jan./dez., 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67983>>. Acesso em: 28 set. 2021.

LIMA, Erika C. de A. dos S. **Entidades familiares: uma análise da evolução do conceito de família no Brasil na doutrina e na jurisprudên-**

cia. Revista Âmbito Jurídico, n. 171, ano 21, abr., 2018.

MALUF, Adriana C. do R. F. D. **Novas modalidades de família na pós-modernidade**. São Paulo. Tese (Doutorado em Direito), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MENEZES, Joyceane B. de. **A família na Constituição Federal de 1988 – uma instituição plural e atenta aos direitos de personalidade**. Novos Estudos Jurídicos, v. 13, n. 1, p.119-129, 2008. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2722.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2021.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

MIOTO, Regina Célia T. **Família e proteção social: intervenções profissionais contemporâneas?** In: TEIXEIRA, Solange Maria. **Trabalho com Família. No âmbito das políticas públicas**. Campinas: Papel Social, 2018.

NEDER, Gizlene. **Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil**. In: KALOUSTIAN, Silvio M. **Família brasileira, a base de tudo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de. **Princípio da prioridade relativa da família natural: diretrizes para a solução de conflitos e para o legislador**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, out./2020 (Série Textos para Discussão, n. 287). Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/580628>>. Acesso em: 05 out. 2020.

OLIVEIRA, Nayara H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RODAS, Sérgio. **Efeito Bolsonaro. Proibir casamento gay afrontaria decisão do STF, avaliam especialistas**. Consultor Jurídico, 28 nov., 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-nov-28/proibir-casamento-gay-afrontaria-decisao-stf-dizem-especialistas2>>. Acesso em: 15 set. 2021.

SALLES, V. **Quando falamos de família, de que família estamos falando?** Caderno CRH, Salvador, n.17, p.106-140, jul./dez., 1992.

SARTI, Cynthia. **Famílias enredadas**. In: ACOSTA, Ana R.; VITALE, Maria Amalia F. **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo:

Cortez, 2007.

SILVA, Amanda Daniele. **Família**: a subjetividade na construção do conceito. In: **Mãe/mulher atrás das grades**: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina. p. 101-152. São Paulo: Editora Unesp; Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/vjtsp/pdf/silva-9788579837036-05.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2021.

SUICÍDIO COMO QUESTÃO SOCIAL DE GÊNERO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA: contribuições ao Serviço Social

*Lidiany de Lima Cavalcante
Ariadna Nunes Aguiar Batalha*

1. INTRODUÇÃO

A pandemia evidenciada pela COVID-19 transformou a visão sobre os significados da vida e descortinou a face mais atroz do capitalismo excludente e selvagem (CARVALHO, 2020). O mundo encontra-se diante de um desafio constante e silencioso que atinge milhões de pessoas todos os anos, segundo a Organização Mundial de Saúde (2014), as quais são vitimadas pela força da autoviolência e automutilação, que envolvem não apenas os corpos, mas também identidades, formas de vida, gênero e condições humanas. A contemporaneidade, que assevera o avanço da ciência em vários aspectos, revela o mutismo que se esconde atrás dos casos relacionados aos riscos e ideações suicidas.

Longe de ser uma problemática apenas de cunho subjetivo, muitas vezes tratada no viés psicologizante, os processos que envolvem a autoviolência que podem desencadear em suicídios envolvem características multifatoriais (WHO, 2014), as quais podem relacionar-se, sobretudo, com o cotidiano vivenciado nos aportes da sociabilidade capitalista.

Questões relacionadas aos estudos sobre suicídio, aliadas às questões de gênero, foram discutidas por Marx (2006), que apontou a existência de mecanismos de opressão e discriminação associados à desigualdade com raízes no patriarcalismo milenar, os quais asseguram o lugar e o não lugar da mulher em uma construção social, histórica e cultural alicerçada na secundarização violenta que conduziu o gênero feminino aos porões do ostracismo, no que se refere ao reconhecimento das identidades e protagonismos sociais. Tais contextos apontam a relevância da análise, que consiste em refletir sobre o suicídio como

questão social de gênero no bojo da sociabilidade capitalista contemporânea.

Por meio de uma reflexão teórica, ancorada nas plataformas da Teoria Social de Marx, o presente capítulo propõe ponderar a referida expressão da Questão Social, não apenas como algo latente e embrionário na sociedade, no que se refere ao reconhecimento da discussão no âmbito do Serviço Social, mas necessário de expor, visto que os reflexos da agudização da barbárie atingem a vida social nos aspectos econômicos, de condições de vida, segurança, assistencial e mental.

Ainda no século XIX, Marx (2006) ressalta que os suicídios são sintomas de uma organização considerada deficiente em nossa sociedade e assumiram um caráter epidêmico. Ora, se os recortes balizados no materialismo histórico-dialético, que contam com mais de um século e meio, já trouxeram reflexões importantes acerca da temática em tempos hodiernos, o suicídio continua sendo apontado com alta prioridade na agenda global de saúde pública, de abordagem multissetorial (WHO, 2014), o que torna imperativo para o Serviço Social debruçar-se sobre o tema que ainda se encontra cercado de mutismos e tabus, afinal, não se trata de abordar a questão pelo viés da tanatologia, mas como a sociabilidade capitalista contribui para a autoviolência que ceifa vidas em todas as suas expressões.

2. O SUICÍDIO COMO QUESTÃO SOCIAL: A PIPOCA QUE AINDA NÃO ESTOUROU

A questão social é o objeto de trabalho do Assistente Social, como já dizia Yamamoto (2013), por se configurar como o conjunto de expressões advindas do acirramento das desigualdades construídas pelo sistema capitalista maduro em seu processo de exclusão, opressão e expropriação, asseveradas pela contradição balizada entre o trabalho coletivo e a apropriação dos frutos que se detém na esfera privada. Para Ianni (1992), a problemática social é tão complexa que há várias perspectivas de construção no âmbito da teoria social, assim como explicações e contradições, entretanto é relevante apontar que contextos relacionados à pobreza, desigualdade, desemprego, exército de reserva e violência, entre outras problemáticas, não emergem de forma solitária, mas em conformidade com a edificação de um sistema

capitalista fomentado em exclusões, opressões e, sobretudo, “naturalização” das expressões da questão social.

Estamos em uma sociedade que não apenas banaliza, mas naturaliza a violência contra crianças e adolescentes, fecha os olhos para o genocídio de povos indígenas, não destaca os crimes oriundos de LGBTfobia e olvida os dados de feminicídio que colocaram o Brasil em quinto lugar no *ranking* mundial, segundo os dados do Mapa da Violência (FLACSO, 2015).

Tal contexto desconstrói as idealizações concedidas historicamente ao povo brasileiro como hospitaleiro, inclusivo, solidário e não violento, assunto debatido de forma instigante por Chauí (2000). Diante dessa naturalização, as expressões da questão social relacionadas à violência podem ser invisibilizadas, desconsideradas ou até romanceadas no bojo do sistema capitalista, a depender do prisma de análise, além de que, por vezes seus enfrentamentos reduzem-se às ações de assistência social ou justificadas pelas faces da violência, conforme Ianni (1992). Entretanto, trata-se de uma perspectiva reducionista que não permite alcançar a complexidade que se espalha nas teias de um sistema desigual, atroz e selvagem.

(...) é nesta tensão existente entre a produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2013 p. 28).

O terreno movido por interesses distintos coloca o profissional entre as expressões da questão social, seu objeto de trabalho e as necessidades de enfrentamento frente às demandas da sociabilidade capitalista. Ainda de acordo com a autora, considera-se como “*Questão Social* o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura [...]”, “desigualdade que remonta o processo de formação sócio-histórica do país, onde o moderno se constrói por meio do arcaico” (IAMAMOTO, 2013, p. 37) e onde coexistem o velho com o novo, radicalizando ambos. Nesse sentido, urge identificar as expressões da *questão social* em sua particularidade no país e os processos que as reproduzem” (IAMAMOTO, 2013).

Netto (2009, p. 157) destaca que:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” -diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se a segunda.

Nesse sentido, a questão social “[...] tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2009, p. 158), tem a ver com a contradição das forças produtivas e de suas relações de produção-apropriação do excedente e da decisão privada de sua destinação (NETTO, 2009).

Dito isso, tem-se apresentado nesta sociabilidade burguesa, erguida sob os auspícios do capital, um fenômeno social - o suicídio, considerado um problema de saúde mental bastante complexo, multifatorial, assim como um grave problema de saúde pública que vem exigindo de todos, sociedade, Estado e poder público, atenções voltadas ao fenômeno ora apresentado. Ressalta-se que Marx não apresenta um conceito de sociabilidade capitalista, mas estabelece que seu fundamento se espalha nas várias formas de exploração do homem no contexto capitalista (MARX, 2013).

O suicídio se caracteriza por formas de lesões autoprovocadas, cuja intenção seja a morte (VIEIRA et al., 2017). Ressalta-se que as intenções são ambivalentes, já que pessoas em risco de suicídio oscilam entre o querer viver e morrer. Trata-se de um problema de saúde pública, reconhecido mundialmente pelos dados que se apresentam em todos os continentes do globo.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2019), mais de uma em cada três mortes (1,3) foi ocasionada por suicídio no respectivo ano. Os números contabilizam mais de oitocentos mil por ano, o que expressa que a cada quarenta segundos alguém consegue consumir um caso no mundo, o que totaliza mais de três mil ocorrências diárias que alimentam o mapa mundial. Trata-se de uma pandemia silenciosa, que atinge pessoas de todas as idades. Segundo os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), no ano de 2020 foram registrados 12.895 casos de suicídio no Brasil, com variação de 0,4% em relação ao ano anterior que apontou 12.745. Já os Estados com maior número de casos contemplam São Paulo, Minas Gerais e Porto Alegre.

Diante dos dados publicizados, há outra expressão não reverberada, a qual ainda de acordo com a OMS (2019) os homens conseguem consumir mais os atos suicidas, entretanto, as mulheres apresentam as maiores ocorrências relacionadas às tentativas, contudo, estão baseadas em modalidades menos letais. Segundo o Sistema de Informações de Agravos de Notificações – SINAN, em 2018 a faixa de jovens que compreende a faixa etária de 15 a 29 anos foi a mais afetada, pois constituíram 47,32% das vítimas de violência autoprovocada. Ainda nesse contexto, 39% referiram-se às tentativas de suicídio, as quais tiveram as mulheres como maioria no referido processo.

A atual conjuntura está permeada de regressões de direitos, aumento da violência e intensificação da opressão, a que está submetida a classe trabalhadora e que também incide sobre a mulher. Nesse sentido, as manifestações da “questão social”, sendo desigualdade (IAMAMOTO, 2013) atravessam a Saúde Mental, na medida em que a sua ausência vem provocando um fenômeno social conhecido como suicídio, que configura como o desaparecimento desse completo bem-estar físico, social e mental, e, apesar de sua incidência ser maior em homens, as tentativas de suicídio são mais presentes em mulheres, conforme a OPAS/OMS e os boletins epidemiológicos acima mostrados.

Vale destacar que segundo a OPAS/OMS (2020), os determinantes da saúde mental e transtornos mentais incluem não apenas atributos de cunho individual, como administrar os pensamentos, as emoções, os comportamentos e as interações com outras pessoas, mas também os fatores sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais, como as políticas nacionais, a proteção social, padrões de vida, as condições de trabalho e o apoio comunitário.

Nesse sentido, Marx (2006) nos mostra a relevância ao abordar o problema social acerca do suicídio a partir dos processos de opressão das mulheres nas sociedades modernas e Löwy (2006, p. 17), em texto na apresentação da obra de Marx, enfatiza que: “[...] um protesto contra o patriarcado, a sujeição das mulheres-incluídas as burguesas e a natureza opressiva da família burguesa”:

Ao mencionar os males econômicos do capitalismo, que explicam muitos dos suicídios – os baixos salários, o desemprego, a miséria – Peuchet¹ ressalta as manifestações de injustiça social que

¹ Jacques Peuchet (1758-1830), espécie de “coautor” deste livro, era um ex-arquivista policial. Além dos arquivos da Polícia, exerceu outros cargos públicos e foi membro do partido monarquista. Sua experiência nos departamentos de Administração e de Polícia

não são diretamente econômicas, mas dizem respeito à vida privada de indivíduos não proletários. (LÖWY, 2006, p. 17).

Alinhado a esse pensamento, Álvaro (2013) afirma que a teoria marxista possibilita uma análise crítica sobre gênero, e nos permite analisar em sua totalidade as relações sociais, sem, para isso, fragmentar a realidade, buscando apreendê-la para além da aparência, numa busca constante de aproximação da essência dos fenômenos sociais e de suas determinações.

E, para isso, faz-se necessário compreender o processo de dominação-exploração no qual estão inseridas as mulheres, que historicamente foi discutido por Marx (2006), Saffioti (2015), Souza (2014), Araújo (2000) e Álvaro (2013), que analisaram a partir da dimensão materialista o processo de subordinação da mulher como primeira propriedade privada, suas condições de opressão, secundarização e as faces das violências que fazem parte do cotidiano de condição de vida feminino.

Diz-se que o suicídio como questão social é a pipoca que ainda não estourou, visto que a temática ainda é considerada culturalmente como debate apenas para a Psicologia, Psiquiatria e áreas aproximadas. Apesar da construção histórica, trata-se de um problema de saúde pública, que envolve uma diversidade de configurações sociais que, pautadas no âmbito do sistema capitalista, tornam-se mais atroz ao relacionar a condição das mulheres e a milenar desigualdade.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A MULHER NO SISTEMA CAPITALISTA: ENTRE OPRESSÕES E VULNERABILIDADES

As abordagens relacionadas aos conceitos e significados históricos, sociais e culturais da terminologia gênero remonta épocas. Dentre os desafios, em sua análise pondera-se a ideia de tratar-se de uma concepção rasamente pautada em divisões binárias balizadas pelos sexos masculino e feminino. Álvaro (2013) assevera que a tratativa no âmbito do sexo é limitada por ser biologizante, contudo critica o uso do gênero

despertou interesse nos inúmeros casos de suicídio, levando-o a analisar, mesmo que brevemente, as relações e comportamentos humanos degradantes enraizados na sociedade da época (extraídos da apresentação do livro *Sobre o Suicídio*, de autoria de Ivana Jinkings).

por considerar mais fluído e apartado das relações sociais, sobretudo às opressões relacionadas à classe e raça, marcadores do processo de sociabilidade capitalista.

Sobre isso, Piscitelli (2002, p. 07) ressalta que a categoria mulher “passou a ser execrada por uma geração para a qual o binômio feminismo/mulher parece ter se tornado símbolos de enfoques ultrapassados.”

Entre críticas e assertivas acerca do uso do termo, é relevante ponderar que, apesar de certa demonização da categoria gênero, trata-se de uma categoria pautada em construções históricas e que, ao depender da linha de análise, pode trazer apontamentos que vão além do sexo na sua conjuntura biológica, pois envolvem concepções identitárias que vão além da discussão do binarismo relacionado ao masculino e o feminino, mas não deixam de estar nas teias do processo de sociabilidade capitalista.

Para Souza (2014, p. 02), “gênero é uma categoria em disputa fundamentalmente teórica e crítica,” ou seja, ponderá-lo a partir de uma desconstrução reducionista, como se a referida análise estivesse fadada e reduzida a uma concepção pós-moderna fora dos limites do capitalismo, não faz sentido e seria desmerecer todo o processo histórico de lutas sociais. Ainda de acordo com a autora, os estudos de gênero emergiram pela necessidade de compreender como o processo de subordinação feminina é produzido e reproduzido, assim como as relações de poder que envolvem as relações sociais, da mesma forma que busca refletir sobre como o processo de dominação masculina se constitui e sustenta paradigmas sociais, históricos e culturais até os tempos hodiernos.

Para Cisne (2005), a subordinação da mulher é iniciada com a propriedade privada, segundo a teoria marxista, e tem na família o seu “germe”, em que a mulher e as crianças são tidas como escravas do homem; nesse sentido é que a escravidão é tida como a primeira propriedade, mesmo que latente e muito rudimentar na família.

Apesar de Engels (1984) trazer uma possível discussão sobre uma sociedade que em tempos remotos pode ter sido matriarcal, para Souza e Veloso (2015) tal contexto não existiu, mas tão somente construções de poder na perspectiva matrilinear. Destarte, a mulher ser considerada como a primeira propriedade privada, de acordo com Cisne (2005) e Engels (1984), o que assegurou relações de poder atroz e desiguais, que constituíram um processo de secundarização feminina em todos os âmbitos da sociabilidade capitalista, além das expressões

da questão social que vão da pobreza às faces da violência, as quais incluem riscos e ideações suicidas, realidade que envolve as mulheres independentemente de classe, raça ou qualquer outra condição social.

Os riscos e ideações suicidas em mulheres não envolvem apenas problemáticas de natureza subjetiva do campo psíquico, mas também social, ao considerar os dados já expostos, como o processo de construção social desigual entre os gêneros, os quais se fundamentam na subalternidade historicamente engendrada e alimentam-se pela cultura de profundas raízes patriarcais. Vale ressaltar que mesmo diante de avanços legislativos e de políticas públicas no âmbito brasileiro, ainda não há acompanhamentos que atendam às especificidades das mulheres quanto aos processos de violência autoprovocada.

De acordo com Minayo (2005), o suicídio é um fenômeno complexo, universal e pode atingir todas as sociedades independentemente da cultura. Trata-se de uma catástrofe silenciosa que apresenta tabus e mitos em sua constituição social. Historicamente, foi visualizado como ato de fraqueza ou coragem, olvidando os atributos sociais que envolvem opressões, vulnerabilidades e relações de poder, sobretudo, quando trata-se da realidade de mulheres no âmbito de uma sociabilidade capitalista excludente.

Para Marx (2008):

Na produção social da nossa existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentemente de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política, à qual correspondem formas determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. (p. 47).

As ponderações de Marx reverberam que o homem no sentido humano-genérico vive em condições socialmente determinadas e não escreve a própria história conforme almeja. Se a vida determina a consciência, as pontuações relacionadas às opressões, discriminações e o ostracismo sócio-histórico fomentam os desafios cotidianos no âmbito social, asseverados pelo sistema atroz que, no contexto contemporâneo, assiste às faces da agudização da barbárie, como diria Boschetti (2017).

Diante desse contexto, faz-se relevante compreender a contribuição da temática para o Serviço Social, já que o trabalho profissional se aporta nas agruras relacionadas às expressões da Questão Social como objeto de atuação.

4. CONTRIBUIÇÕES AO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social, inscrito na divisão sociotécnica do trabalho conforme evidenciou Yamamoto (2013), é uma profissão que apresenta passos decisivos frente ao processo de enfrentamento da hegemonia do grande capital financeiro, tais como: o meio da atuação frente às políticas sociais, as lutas contra as faces da contrarreforma do Estado, a defesa dos direitos sociais e a opção de classe.

Na contemporaneidade, os/as assistentes sociais lutam pela materialização dos projetos profissionais. Sobre isso, Netto (2008 p. 144) enfatiza que:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

As bases que constituem os projetos profissionais são diversas, visto que o corpo profissional não é homogêneo, ao contrário, apresenta tensões, lutas e confronto de ideias, que caracterizam a sua pluralidade. Apesar disso, envolve eixos importantes que balizam a construção do projeto ético-político profissional, tais como: as diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS direcionadas ao processo de formação profissional, a Lei n.º 8.662/1993 que se constitui na lei de Regulamentação da Profissão, a Resolução 273/1993 - Código de Ética Profissional e as demais resoluções do Conselho Federal de Serviço Social.

O alicerce profissional permite em seus princípios éticos a defesa intransigente dos direitos humanos, a recusa do arbítrio e do autoritarismo, assim como o posicionamento em favor da equidade e justiça social

nos âmbitos necessários ao debate e intervenções, advindas inclusive de projetos societários, os quais de acordo com Netto (2008) apresentam estruturas flexíveis e dinâmicas, conforme as diretrizes e conjunturas de natureza política e histórica.

Apesar de todos esses arcabouços, trabalhos científicos e de intervenções realizadas por décadas, inclusive no enfrentamento às questões relacionadas às violências, ainda há mutismos no âmbito profissional quando o assunto envolve as plataformas de violência autoprovocada, riscos e ideações suicidas.

O assunto já discutido pelo Marx do século XIX, envolvendo sobretudo as mulheres, convoca a categoria de Assistentes Sociais, no bojo da tradição marxista em suas bases de formação, a ponderar os desafios de abordar o suicídio como questão social, não apenas de viés contemporâneo, mas no contexto histórico, principalmente a partir do advento da sociabilidade capitalista.

No Brasil, as iniciativas de intervenção e sensibilização no campo da saúde mental ainda são tímidas e marcadas por determinações temporais e voltadas culturalmente para profissões tradicionais que atuam diretamente no cuidado humano mais subjetivo. A Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio é recente e foi sancionada por meio da Lei n.º 13.819/2019, mas ainda enfrenta a cultura do silêncio diante de temática tão desafiadora.

Como trata-se de uma expressão da questão social de alcance mundial, tem-se um terreno de possibilidades interventivas relevantes ainda não descobertas no âmbito do Serviço Social, tanto na abordagem teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Em pesquisa realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2021) encontraram-se duas mil e noventa e três produções científicas que enfatizam a temática do suicídio no Brasil nos últimos dez anos (2011-2020). Entretanto, apenas cinquenta e uma apresentam ênfase às questões de gênero, questão social e suicídio. Apesar do dado, nenhuma produção foi realizada na área de Serviço Social. Os resultados do repositório da CAPES apontam a lacuna histórica da profissão no debate acerca do suicídio como Questão Social. Sobre os desafios impostos pela sociabilidade capitalista, é importante ponderar:

[...] “o embrutecimento das condições de vida e a destruição dos direitos conquistados revelam os processos de expropriação, ao qual a classe trabalhadora vem sendo subjugada, e que apontam os árduos

desafios postos aos assistentes sociais que lidam cotidianamente com as mais variadas e agudas manifestações da questão social. (BOSCHETTI, 2017, p. 55-56).

Entre as agudas manifestações da questão social, encontra-se o suicídio que, envolto em tabus, mitos e mutismos, ainda se trata de uma temática com pouca inserção em debates no Serviço Social. É importante transpor barreiras, fomentar discussões, intervenções e reconhecer a importância da temática no bojo dos desafios cotidianos da profissão. É preciso ousar, para que não fiquemos à margem de nós mesmos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões em torno do suicídio, a partir das concepções de Marx, revelam um autor insólito que mergulhou de forma cirúrgica na análise das opressões com raízes patriarcais que revelaram o cariz da sociabilidade capitalista em relação à condição das mulheres no século XIX. As reflexões evidenciam-se ainda na contemporaneidade com motivos semelhantes ao passado e dados cada vez mais elevados, daquela que se tornou a pandemia silenciosa reconhecida como suicídio.

De assunto sombrio à expressão da questão social, a violência autoprovocada é reconhecida mundialmente como problema de saúde pública, mas carece de discussões no bojo do Serviço Social brasileiro. A ausência de produções revela o mutismo, mesmo diante de quase um milhão de casos de suicídios consumados todos os anos.

A materialização do projeto ético-político tensiona posturas plúrais na profissão, mas urge o reconhecimento da problemática como demanda advinda da sociabilidade capitalista, para a ampliação da discussão, da produção científica e de intervenções que se pautem nos referenciais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão. O caminho é longo e a discussão pode ainda ser embrionária, contudo, é na materialidade que se evidenciam as possibilidades de luta por uma nova ordem societária, pois como já dizia Thiago de Mello (1965): “faz escuro, mas eu canto porque a manhã vai chegar.”

REFERÊNCIAS

ALVARO, M. C. **Feminismo, Luta de Classe e Consciência Militante Feminista no Brasil**. [Tese de Doutorado] - Universidade do Estado do

Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo, 2021.

ARAÚJO, Clara. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero**. Dossiê, Crítica Marxista, n.11, p. 62-70, 2000.

BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES. Disponível em <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>>. Acesso em: ago./ 2021.

BOSCHETTI, Ivanete. **Agudização da Barbárie**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr., 2017.

CARVALHO, Maria Irene. **O Serviço Social na Saúde em Portugal e os Desafios da COVID-19**. Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social. REFACS (on-line), v. 8, supl. 3, out./dez., 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CISNE, Mirla. **Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminina**. In: Colóquio Marx e Engels, v. 4. Campinas: Unicamp, 2005.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FLACSO. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Disponível em: <<https://flacso.org.br/?p=13485>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IANNI, Octávio. A Questão Social. Revista USP, n. 3, 1989. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25490>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

IASI, Mauro. **O Dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Viramundo, 2002.

LÖWY, Michael. **Apresentação**. In: MARX, Karl, 1818-1883. **Sobre o Suicídio**. Tradução Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte: a revolução antes**

da revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, KARL (1818-1883). **Sobre o Suicídio**. Tradução Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Suicídio: violência auto-infligida**. In: **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: MOTA, Ana Elizabete (et al.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Determinantes Sociais e Riscos para a Saúde, Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Saúde Mental. Uma pessoa morre por suicídio a cada 40 segundos, afirma OMS**. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6017:suicidio-uma-pessoa-morre-a-cada-40-segundos-afirma-oms&Itemid=839>. Acesso em: 03 ago. 2021.

PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a (categoria) mulher?** In: ALGRANTI, Leila. **A Prática Feminista e o Conceito de Gênero**. Textos Didáticos. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação. **Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes**. Ministério da Saúde. Disponível em <<http://portalsinan.saude.gov.br/violencia-interpessoal-auto-provocada>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SOUZA, Vanessa B. de; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica**. São Paulo: Saraiva, 2015.

SOUZA, Vanessa B. de. **Gênero, Marxismo e Serviço Social**. Revista Temporalis, Brasília, ano 14, n. 27, p. 13-31, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7429>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

VIEIRA, Rayssa Gabriele; ALMEIDA, Cristiane F. R. de; RODRIGUES, Gabriela; GONÇALVES, Samara dos S.; FRANÇA, Adriele

dos S.; OLIVEIRA, Matheus B. **Prevalência e risco de suicídio no Brasil e na cidade de Barra do Garças (MT):** revisão de literatura. Revista Debate Psiquiátrico, v. 19, n. 3, p. 445-453, 2017.

WORLD, HEALTH ORGANIZATION. **Preventing Suicide:** a global imperative. Geneva: WHO, 2014.

GESTÃO DO TRABALHO NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE: considerações e desa- fios em unidades de saúde do Distrito Leste de Manaus

*Jéssica Marinho Martins Sakuta
Josiara Reis Pereira
Yoshiko Sasaki*

1. INTRODUÇÃO

A Gestão do Trabalho no Sistema Único de Saúde-SUS é estratégica para a defesa da universalização, da integralidade, da regionalização e da participação social nesta política. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, a Lei n.º 8.080 de 1990 e a Norma Operacional de Recursos Humanos - NOB-RH-SUS de 2005 são alguns dos instrumentos jurídico-legais que regulamentam as diretrizes da gestão do trabalho no SUS.

Acerca dos princípios e diretrizes da gestão do trabalho, a NOB-RH-SUS de 2005 referencia 4 eixos: 1) princípios e diretrizes para a gestão do trabalho no SUS; 2) princípios e diretrizes para desenvolvimento do trabalhador no SUS; 3) princípios e diretrizes da política de saúde ocupacional para o trabalhador do SUS e 4) princípios e diretrizes para o controle da gestão do trabalho no SUS.

Não abordaremos todos os eixos em sua totalidade, porém sinalizaremos alguns desafios levando em consideração a especificidade da região amazônica, com suas particularidades, território e lutas, o que torna desafiador efetivar no cotidiano das unidades de saúde a NOB-RH-SUS 2005.

Tratando-se de estudos sobre o SUS, consideramos a política de saúde como uma política social. Ressaltamos, no entanto, que há estudos e concepções teóricas diversas acerca da temática. Estes debates não são unânimes.

Corroboramos aqui com Pereira (2011) que, se considerarmos o público como coisa pública e não restrito ao Estado, podemos suscitar a importância do controle democrático, ou seja, devendo ser ampliada

para o cidadão as decisões, para tanto é preciso entender que há embates nesse processo.

Nos últimos anos, vive-se um contexto de privatizações, de descentralizações e de focalização, conforme aponta Draibe (1993), com os traços neoliberais intensificados nas políticas sociais, ainda com impactos da reformas trabalhistas, com cortes de orçamentos e acrescenta-se a isso o desafio de enfrentamento de uma pandemia que até o presente momento, mais do que nunca, urge-se debater estratégias de valorização do trabalho em saúde¹ e, com isso, na defesa dos princípios e diretrizes do SUS defendendo seu caráter universal.

Diante deste contexto, é importante considerar que os serviços de saúde são arena de disputa e no contexto da micropolítica voltada às unidades, nas quais esse serviço é executado, há processos que perpassam intencionalidades dos atores e das formas em que são organizados o cotidiano e o território em saúde (FEURWEKER, 2014).

Levamos ainda em consideração a multiplicidade de ações e de desafios nesse território, tendo em vista a construção do agir em saúde de modo equânime, participativo, de vínculos e melhoria da qualidade de condições de trabalho, bem como da defesa da qualidade dos serviços prestados, em destaque à população idosa.

Neste contexto, este artigo objetiva analisar a gestão do trabalho em saúde na atenção básica voltada à pessoa idosa em algumas unidades básicas do Distrito Sanitário Leste de Manaus e a relação com a formação profissional voltada para a atuação na saúde².

1 Levamos em consideração o que Merhy (2007) analisa, ou seja, que a atenção básica é estratégica para a defesa do SUS na perspectiva de alternativas e constructos de novos cuidados e ações em saúde.

2 Na dissertação intitulada “A Gestão do Trabalho em Saúde: implicações no cuidado da pessoa idosa do Distrito Sanitário Leste de Manaus” houve amostra intencional dos sujeitos da pesquisa, 03 unidades, segundo critério de ter serviços voltados às pessoas idosas e que tenha conselho gestor local: duas unidades básicas (Unidade Básica de Saúde Dr. José Amazonas Palhano, localizada no bairro São José; e Unidade Básica João Nogueira da Matta, localizada no bairro Zumbi) e uma unidade básica de saúde convertida em NASF (Unidade Básica de Saúde enfermeira Ivone Lima dos Santos, localizada no bairro Coroado III), configuraram em informantes centrais das 03 unidades: 03 médicos, 03 assistentes sociais, 03 enfermeiros, 03 técnicos de enfermagem, sendo um profissional de cada unidade, totalizando 15 profissionais. Sobre os gerentes das unidades, tivemos 02 profissionais de gestão de unidade, pois 01 estava com situação de critério de exclusão da pesquisa. Das pessoas idosas, 30 idosos, sendo 10 de cada unidade, totalizando 30. Sobre os critérios de Inclusão: - Pessoas Idosas: terem frequentado a unidade por, pelo menos, uma vez no último semestre, fazendo uso de algum serviço de saúde da unidade básica selecionada; - Profissionais das unidades básicas selecionadas: Profissionais da área Médica, Enfermagem e Serviço Social que atuem nas Unidades

De modo que, primeiramente, situada a gestão do trabalho em saúde e, em seguida, analisada a política de saúde na atenção básica, traçando considerações sobre o território e os serviços em algumas unidades de saúde do Distrito Sanitário Leste e sobre gestão do trabalho sobre a demanda de saúde, especialmente das pessoas idosas atendidas nas mesmas.

2. GESTÃO DO TRABALHO EM SAÚDE: fundamentos e desafios

Neste tópico, serão feitas considerações sobre os fundamentos da gestão social, da gestão do trabalho em saúde e discutidos alguns desafios apontados em pesquisas de Mestrado realizadas pelas autoras.

Carvalho (1999) aponta que a gestão social é voltada à gestão dos processos e das ações sociais públicas, pelas quais há demandas e necessidades dos cidadãos, e, por conseguinte, pautadas nas lutas e nos movimentos que constroem e perpassam a agenda do Estado, em arena política dos atores que nela são envolvidos. Sobre suas tendências, apresenta-se um produto da tensão de intencionalidades e arranjos, processos de gestão compartilhada, pelas quais há disputas na gestão das políticas sociais com ênfase em gestão de redes e flexibilização dos

básicas selecionadas; - Gerentes (diretores): profissional que esteja ligado à gestão do Distrito Sanitário de Saúde Leste atuando como gerente das unidades selecionadas. Sobre os critérios de Exclusão: - Pessoas Idosas: não residentes na zona leste e não estarem em condições de autonomia para responder por algum motivo de saúde, ou serem deficientes auditivos (não possuírem tradutores em libras) impossibilitando o registro das informações, se assim o for o seu estado de saúde; - Profissionais das unidades básicas selecionadas: estar a menos de 2 anos no exercício de suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde e a menos de 1 ano na unidade selecionada. - Gerentes (diretores): estar a menos de 1 ano na unidade selecionada como gerente da unidade selecionada, estar a menos de 2 anos empregado no exercício de suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde e não ter participado de nenhuma reunião com o Distrito Sanitário de Saúde Leste. Na dissertação intitulada “A Prática Profissional do Assistente Social no Cuidado à Saúde do Usuário na Atenção Básica do Disa Leste de Manaus” houve amostra intencional dos sujeitos da pesquisa de 8 profissionais do Serviço Social no Distrito Sanitário Leste nas seguintes Unidades: NASF Enf. Ivone Lima dos Santos, UBS Gebes de Medeiros Filho, UBS João Nogueira da Mata, UBS Maria Leonor Brilhante, UBS Mauazinho, UBS Alfredo Campos, NASF Enf. Josephina de Mello e UBS Dr. José Amazonas Palhano. Critérios de inclusão: formação em Serviço Social, tanto públicas ou privadas; estar exercendo a função de assistente social há pelo menos um ano na atenção básica do Distrito de Saúde Leste e não se tratar de profissional em desvio de função. Critérios de exclusão: não atuar diretamente com os usuários dos serviços de saúde da atenção básica, neste critério encontramos profissionais que se encontravam em licença maternidade, férias, licença para outros órgãos do serviço público e, ainda, os que não aceitaram participar da pesquisa.

programas e serviços. Ou seja, “a gestão social com seus novos arranjos e especificidades próprias na condução de políticas públicas” (CARVALHO, 2014, p. 7).

Destaca-se, contudo, que as “novas formas” de gestão social também perpassam pelos fundamentos neoliberais no sentido de tendências de complementaridades de ações do Estado, da sociedade civil e do mercado na seguridade social (SILVA, 2010).

Neste contexto, a gestão compartilhada também apresenta impactos na gestão do trabalho em saúde, que sente os processos de reestruturação do trabalho, das tensões entre os interesses dos atores e dos setores que envolvem a política de saúde, entre outros.

A NOB-RH-SUS de 2005 contextualiza os objetos da gestão do trabalho, bem como aponta eixos: 1. princípios e diretrizes para a gestão do trabalho no SUS (que perpassam desde o diagnóstico situacional da gestão do trabalho, a implementação de plano de cargos e carreiras, a condições dignas de trabalho entre outros); 2. princípios e diretrizes para desenvolvimento do trabalhador do SUS (que abarca a formulação e execução da política de formação dos trabalhadores do SUS; educação permanente entre outros); 3. princípios e diretrizes da política de saúde ocupacional para o trabalhador do SUS (que perpassam sobre custeio; fiscalização das normas de saúde e segurança dos trabalhadores, recursos para pesquisa em saúde ocupacional do trabalhador do SUS, entre outros) e 4. princípios e diretrizes para o controle da gestão de trabalho no SUS (que abarca a defesa da gestão participativa e com controle social; os fóruns de deliberações, destacando as Conferências e os Conselhos de Saúde; os impactos na qualidade dos serviços, entre outros).

A gestão do trabalho é desafiadora, tendo em vista tanto aos processos e barganhas de interesses inerentes a gestão social quanto à necessidade de analisar: a correlação do micro ao macro espaço (e vice-versa) com intencionalidades distintas entre pares e não pares; os diferentes projetos de saúde; as múltiplas problemáticas; as faces do cotidiano e das condições de trabalho e de gestão, dentre outras.

Segundo Merhy (2007, p. 91), “mexer em processos de trabalho é mexer com cabeças e interesses”. Não é uma tarefa fácil pautar a gestão do trabalho em conformidade com o que se preconiza a NOB-RH-SUS de 2005, especialmente quando pensamos em um SUS que atenda a defesa de seus princípios, e ao voltarmos-nos ao Serviço Social,

enquanto categoria profissional, na defesa da dimensão ético-política de construção de uma sociedade mais equânime para a garantia da saúde da população e de condições de vida dignas.

Pensar e repensar a gestão do trabalho com o compromisso e com a defesa de suas condições efetivas para: a) desenvolvimento do trabalhador do SUS; b) saúde ocupacional para o trabalhador do SUS e c) controle social, são pontos vitais para a defesa da saúde, enquanto direito universal, descentralizado, integral e participativo.

Manaus possui uma área territorial de 11.401.092 km², população estimada em 2019 de 2.182.763 pessoas (IBGE-Cidades, acesso em 2020) e, conforme o último censo oficial de 2010, 1.802.014 pessoas com, aproximadamente, 108.081 pessoas idosas.

O Distrito Leste é composto pelos bairros: Armando Mendes, Colônia Antônio Aleixo, Coroado, Distrito Industrial, Gilberto Mestrinho, Jorge Teixeira, Mauzinho, Puraquequara, São José do Operário, Tancredo Neves e Zumbi dos Palmares. E em termos demográficos, dados do IBGE (2010) apontam que na zona leste vivem cerca de 447.946 habitantes.

Em 2015, os mapas das unidades de saúde da SEMSA apontavam 58 unidades de saúde na zona leste: 1 centro de especialidades odontológicas, 1 centro de atenção psicossocial infanto-juvenil; 1 laboratório distrital, 15 unidades básicas de saúde tradicionais, 1 unidade básica de saúde convertida, 3 unidades básicas de saúde da família ampliadas, 23 unidades básicas de saúde da família 32mm; 2 unidades básicas de saúde da família 32mm inseridas; 10 Unidades básicas de saúde da família 132mm.

Sakuta (2017) analisa alguns desafios para efetivar e assegurar os princípios da gestão do trabalho, aos quais destacamos, a) de fortalecimento e de cogestão com elementos de articulação, b) de transversalidade; c) de acolhimento e vínculos; d) de ampliação do quadro de trabalhadores; e) de ampliação dos equipamentos e da cobertura; f) de constante investimento em educação permanente para os trabalhadores; g) de valorização do trabalhador de saúde em seu sentido pleno; f) de investimento em saúde do trabalhador; g) de fortalecimento da dimensão de controle social e dos Conselhos Gestores Locais nas unidades, dentre outros desafios.

A pesquisa ainda analisa que é importante ampliar a cobertura e as condições de trabalho das unidades existentes. Para tanto, é necessário: 1) realizar concurso público; 2) ampliar a infraestrutura e o

investimento em insumos de saúde de modo geral, inclusive, na saúde do trabalhador do SUS; 3) assegurar condições de efetiva participação no controle social e democrático; 4) aproximar os processos de gestão em perspectiva democrática e com relações de cogestão e de vínculos na promoção de ambiente que, de fato, possibilitem atendimento das demandas e das necessidades dos atores que constroem e efetivam o cotidiano da política de saúde.

No que se referem aos desafios apontados pelas gestoras de unidade, destacamos os seguintes: 1) entraves na gestão do trabalho (insuficiência de recursos humanos, seja por estratégias de motivação, seja por questões correlatas à saúde do trabalhador), 2) precarização/ morosidade da manutenção de unidade e 3) questão de falta de segurança pública.

Destacamos as duas falas das gestoras, as quais sinalizamos como gestora X e gestora Y, sem identificar as unidades. As gestoras salientaram questões como acesso e integralidade como desafios voltados à população idosa.

Acerca do controle social, a gestora X informou acionar os Conselhos para resolutividade de entraves e a gestora Y demonstrou acreditar na competência de sua unidade e do SUS, pois, inclusive, utiliza os seus serviços.

Há perfis de gestão com planejamento estratégico que perpassam pela dimensão da Política Nacional de Humanização do SUS, incluindo o trabalhador em processos decisivos e demonstrando que exercem processos de cogestão.

Segundo Queiroz (2009), há perfis normativos em que se assinalam características que são de “passividade” em relação a instituições/comunidades, nas quais os gestores/ planejadores são centralizadores e definem as metas do planejamento.

Neste sentido, percebemos ainda fragmentações por meio de uma das falas de uma gestora, com este perfil normativo, em expressões como a gestão é a “cabeça” e os trabalhadores “corpos”, ou seja, o planejamento é definido pela gestora enquanto “cabeça”, centralizadamente.

Em outra pesquisa, também realizada no Disa Leste de Manaus e voltada para o trabalho do assistente social na atenção básica em saúde, Pereira (2017) identificou a necessidade de articulação dos assistentes sociais com os conselhos de saúde e de promoção de ações que mobilizassem a participação destes usuários nos espaços de controle social.

Acerca da relação do assistente social na gestão e planejamento dos serviços ofertados pela unidade de saúde, Pereira (2017) identificou que há pouca realização de estudos sobre o perfil socioeconômico no mapeamento do perfil dos determinantes sociais dos usuários, assim como a presença in loco da realidade dos usuários, que foi analisada pela baixa frequência de visitas domiciliares ou comunitárias/institucionais.

Quanto ao planejamento de ações profissionais e institucionais, é perceptível a presença dos assistentes sociais nesse processo de construção dos serviços, porém, ainda se nota nas falas expostas uma presença secundária ou não participativa integralmente.

Da unidade, não. Do Serviço Social, sim. Por exemplo, a gestora quer fazer um banner do que oferecemos. Aí ela coloca em que o profissional atua, o que o profissional está envolvido. Mas nos envolvemos, sim, de alguma maneira. No relatório de gestão aparece muito o que fazemos. Gestão é para mostrar o que um técnico de nível superior faz. Nós ajudamos com foto, com relatório. (Assistente Social E).

Contudo, os assistentes sociais também realizam ações profissionais que tiveram destaque neste estudo, como: 1) realização de criação de rotina facilitando o acesso dos usuários, 2) garantia dos direitos sociais (orientações, acolhida, encaminhamento) e 3) fortalecimento dos vínculos familiares nos agravamentos e cuidados em saúde.

Neste aspecto, é importante fazer um recorte na formação dos profissionais da saúde. Pensar uma ação formativa para atuar em seus determinantes sociais requer avançar além das habilidades e competências técnicas em campos profissionais específicos.

Pereira (2005) afirma que a educação dos trabalhadores da saúde se estabelece em relações contraditórias e conflitantes, e a existência de um projeto hegemônico, ao qual os trabalhadores se adaptam ao existente dentro das relações de produção e reprodução do capitalismo e um projeto contra-hegemônico dentro da formação dos trabalhadores, visando entender historicamente essas relações e a sinalização de superação dessa sociedade.

Sakuta (2017) e Pereira (2017), em suas pesquisas, destacam competências intrínsecas e conexas e que demandam o exercício contínuo de ação-reflexão-ação, de autoavaliação, de pesquisas e de fortalecimento de condições de trabalho e de diálogos permanentes entre os atores, considerando ainda sua diversidade de intencionalidades.

Os serviços de saúde, então, são uma arena em que diversos atores, que se produzem micropoliticamente e têm intencionalidades em suas ações, disputam o sentido geral do trabalho. Atuam fazendo uma mistura, nem sempre evidente, entre seus territórios privados de ação e o processo público de trabalho. O cotidiano, portanto, tem múltiplas faces e está em permanente produção. (FEUERWERKER, 2014, p. 67).

O cotidiano do microespaço em saúde é eivado de arenas que perpassam interesses e intencionalidade, mas destacamos que há, conforme BRAVO (2009), projetos em disputa pelo SUS e que precisamos defender ações e práticas que assegurem os fundamentos do projeto da Reforma Sanitária, o que não vem sendo fácil tendo em vista as fortes ofensivas neoliberais que vêm ocorrendo e que afetam diretamente o microespaço, por meio das privatizações e precarização de condições de trabalho e impactos na saúde do trabalhador.

Outrossim, faz-se necessária a revisão das posturas e formas de canais de participação decisórios. Corroboramos com Gomez e Lacaz (2005), ao analisarem que as deficiências na efetivação dos canais de controle social constituem-se em um nó-crítico e que precisamos rever os fundamentos políticos, conceituais e sociais das instâncias de controle social, em meio à defesa da efetivação de seus fundamentos na plenitude.

3. POLÍTICA DE SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA: considerações acerca do território e dos serviços em unidades de saúde do Disa Leste

O território amazônico é perpassado pelas singularidades e pelas dinâmicas locais que abarcam necessidades em contextualizar os desafios geográficos, culturais, políticos, dentre outros, para apontar estratégias de gestão que dialoguem com as necessidades em saúde da população em perspectiva de saúde ampliada e do território vivo, ao qual se experiencia no cotidiano desafios e avanços para compreensão das dinâmicas deste território (SCHWEICKARDT et al. , 2015).

A dinamicidade urbana da Amazônia é significativa para compreender a complexidade do processo saúde-doença e dos fluxos, das práticas em saúde, das redes e das necessidades em saúde no território amazônico (OLIVEIRA e SCHOR, 2013).

Gondim et al. (2008, p. 238) mencionam que “o espaço-território, muito além de um simples recorte político-operacional do sistema de saúde, é o *locus* onde se verifica a interação população-serviços no nível local.”

Neste sentido, compreender os processos que perpassam pelo território em saúde é essencial para efetividade dos processos de gestão e da avaliação das políticas públicas, no sentido de haver maior atenção às necessidades em saúde dos usuários e às estratégias de organização dos fluxos de gestão do trabalho com vistas a assegurar e defender os princípios do SUS no cotidiano de saúde.

Diante de um território único, estamos ainda tratando de uma metrópole com indicadores, aos quais sinalizamos breves considerações a seguir para dialogarmos frente a esses desafios, em especial da saúde da pessoa idosa.

O último Censo do IBGE (2010) menciona, aproximadamente, 1.802.014 pessoas, sendo que na tabela de distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade, ao somarmos a faixa etária de 60 ou mais, veremos que há, aproximadamente, uma população residente de 61.201 mulheres e de 46.880 homens, totalizando um total aproximado de 108.081 pessoas idosas, numa proporção de 2,6% de idosas e 2,1% de idosos, totalizando 4,7%, bem abaixo da nacional de 11%.

Sakuta (2017) ressaltou que em Manaus, não há uma divisão do município em subprefeituras, o que dificulta a descentralização dos serviços e a gestão do distrito como espaço desse território. É necessário ampliar a cobertura em geral, destacando que mesmo no Distrito Leste a cobertura de rede é concentrada em poucos bairros e com a interiorização do território, precisando ampliar infraestrutura, recursos humanos, insumos, dentre outros.

Desde 2015, ao analisarmos dados oficiais em Relatórios Anuais de Gestão, tanto ao nível municipal, quanto estadual, as pessoas idosas vêm sendo um dos grupos etários mais presentes no que se refere à mortalidade por doenças não transmissíveis, bem como vêm sendo um dos grupos com maiores indicadores na morbidade.

Conforme tópico anterior, realizamos pesquisa em uma das zonas mais populosas de Manaus, o IBGE (2010) aponta que na zona leste vivem cerca de 447.946 habitantes, com muitos desafios para atender a população e as condições de trabalho e gestão dos microespaços.

Sakuta (2017) relata as necessidades apontadas nas unidades estudadas, pois é no cotidiano delas que perpassam muitos desafios,

destacando como um deles o desafio da integralidade do Sistema Único de Saúde.

Situar este debate é necessário, ressaltando que é importante o desenvolvimento de mais pesquisas, estudos e avaliações de experiências que estão circunscritas no âmbito da integralidade, uma vez que, conforme Mattos (2004, p. 1.412):

[...] Dentre os princípios e diretrizes do SUS, talvez o da integralidade seja o que é menos visível na trajetória do sistema e de suas práticas. [...] no que diz respeito à integralidade, as mudanças não têm sido tão evidentes.

Os desafios são muitos para a construção de um SUS que preconize a integralidade, sendo que endossamos o que Mattos (2004, p. 1411) diz sobre a integralidade: “(...) expressa uma das bandeiras de luta do chamado movimento sanitário”. Logo, se formos pautar a saúde como direito nesta discussão teremos que resguardar este princípio no cotidiano dos usuários do SUS.

Mattos (2004) menciona que uma primeira dimensão da integralidade é feita mediante a capacidade dos profissionais articularem os serviços assistenciais com procedimentos preventivos e, com isso, requer a criação de dispositivos que, além de atenderem as demandas, possam também estar direcionados a ações preventivas, o que também requer a dimensão de escuta das necessidades de saúde dos usuários de modo a adequar os serviços à situação em que se encontra o usuário e trabalhadores da saúde.

Outros desafios analisados por Sakuta (2017) nas falas dos trabalhadores são: 1) entraves burocráticos de acesso aos demais níveis (média e alta complexidade) de atenção à saúde; 2) dificuldades de atendimento por profissional da área médica em uma das unidades; 3) dificuldades com o planejamento estratégico para reforma de uma das unidades, o que acarretou um “duplo” funcionamento de duas unidades em uma única unidade, intensificando a demanda de operacionalização desse processo na rede.

De modo geral, nas pesquisas desenvolvidas pelas autoras verificamos que é necessário fortalecer a dimensão do acesso, da integralidade, da vinculação e da aproximação junto aos usuários, para que possamos lutar pela efetivação de uma política de saúde que seja equânime e integral.

Outro destaque é a necessidade em considerar as demandas dos trabalhadores, para que o agir em saúde seja inovador no que se refere à saúde da pessoa idosa. Sakuta (2017) analisa as dificuldades existentes, tanto para trabalho individual quanto em equipe, nas unidades selecionadas. A pesquisa destaca, ainda: 1) existência de maneiras diferentes de perfis profissionais e de melhoria de parceria e de interação de equipe; 2) necessidade de estruturas/condições melhores de trabalho; 3) entraves no Sistema de Regulação e/ou falta de insumos; 4) necessidade de promoção de educação permanente em saúde para melhor atuação com segmentos específicos, no caso a população idosa.

Atender às necessidades em saúde da pessoa idosa e assegurar o direito à memória da nossa população é importante: “[...] A velhice é o passado, a memória - é preciso respeitar, cuidar” (TURA et al., 2014, p. 31).

Neste sentido, para melhoria da parceria e interação da equipe, Sakuta (2017) analisa algumas falas dos trabalhadores que assim se posicionaram:

Dificuldades, claro! Se você trabalha sozinho, individualmente, você tem uma abordagem e uma visão sobre determinada realidade social, sobre a situação do usuário. Então, isso tem, pode te limitar no teu trabalho, com certeza! Mas quanto às dificuldades, por outro lado, o trabalho em equipe, o trabalho com outras pessoas, ele também tem dificuldades. [...] Por exemplo, (citou sua profissão) já tem a sua natureza de formação interdisciplinar. É um profissional que está aberto para esse diálogo em equipe. Não só está aberto, como o seu trabalho só é possível assim, efetivamente, mas essa não é a forma como muitos profissionais de outras áreas trabalham. Então, assim, as dificuldades de trabalho em equipe são muitas. (Citou sua profissão) tem todas as dificuldades quando se trata de um trabalho individual, porque nós não somos profissionais que vamos começar e terminar o serviço que nós vamos prestar, ou aquilo que é nosso trabalho privativo, ele requer o envolvimento com outros profissionais. [...] Mas, assim, é claro que a abordagem do profissional teria que compreender essa realidade social que essa família está vivendo [...]. (P-E).

A dificuldade maior é a gente, realmente, conseguir essa parceria de imediato. Porque, como eu te falei, cada profissional tem sua agenda. E aí, essa dificuldade para trabalhar junto é a gente poder coincidir essa agenda para o dia do atendimento ao idoso, no dia do grupo. Sendo que os idosos são atendidos normalmente por eles na agenda normal. A outra dificuldade é, realmente, a participação dessa população idosa efetiva no grupo. Porque elas, geralmente,

frequentam um período e depois elas somem. E aí, qual é a estratégia que a gente usa? Liga para saber o que aconteceu [...] e aí eles retomam de novo. A gente percebe que no grupo alguns idosos procuram o grupo por causa da facilidade do agendamento clínico. Não, eu tenho uma grande facilidade de trabalhar junto com outros profissionais, né. E, sozinha, eu não faço trabalho. Eu sempre preciso que (citou outros profissionais) acompanhem também. E eles estão sempre à disposição. (P-F).

Conforme se depreende das falas das profissionais acima, há várias dificuldades que no seu cotidiano buscam solucionar, mas carecem de um planejamento de gestão, de reunião da equipe, ou de diálogo voltado à população idosa para a participação e para o acompanhamento sistemático dos respectivos profissionais afins.

Sakuta (2017) analisa falas dos trabalhadores no que se refere a dificuldades em estruturas/condições melhores de trabalho e entraves no Sistema de Regulação e/ou falta de insumos:

Olha, aqui o que a gente tinha de dificuldade é espaço. Porque é assim, como a gente só tem uma sala, às vezes, para um colega atender uma pessoa a gente tem que sair. Às vezes, para atender, as meninas têm que sair. Então, é um negócio meio ruim, até o paciente, às vezes, fica meio assim, fica constrangido [...]. Aí, ontem mesmo eu conversei com a diretora. Mas a gente vai resolver. Mas o que atrapalha é isso. Fora isso, eu não tenho nenhum tipo de problema não. (P-C).

Dificuldade de relacionamento não. Às vezes, nos faltam equipamentos adequados, uma sala adequada. É isso. (P-G).

Eu encontro uma certa dificuldade. Primeiro, quanto ao espaço para atendimento. Como existe uma equipe multiprofissional na unidade, às vezes, nos falta consultório para atendimento. Também uma certa dificuldade quanto à marcação das consultas por parte dessas idosas pelo sistema SISREG. Não, com trabalho em equipe nós temos um trabalho bem coordenado, onde conversamos com os colegas quando precisamos. Não há nenhuma coisa que impeça o trabalho com dificuldade, não. (P-I).

Não, as dificuldades que a gente tem são relacionadas à falta de material e medicamento, né. Então, a gente não consegue fazer tudo porque a gente não tem tudo que a gente realmente necessitaria. Há carência de alguns medicamentos. (P-K).

Nesta pesquisa, frente às várias dificuldades de infraestrutura e de condições de trabalho, alguns trabalhadores citam a falta de espaço e de medicamentos. Alguns também apontam as dificuldades que as pes-

soas idosas têm de marcar consultas via Sistema de Regulação – SIS-REG do SUS, cujo sistema necessita que elas tenham Internet, celular ou notebook para acessar, mas nem todos têm. Essas dificuldades são somadas à nossa região que, muitas vezes, deixa *off line*, mesmo os que pagam Internet.

Sakuta (2017) aponta, ainda, que há dificuldades em educação permanente em saúde para melhor atuação com segmentos específicos para, de fato, a promoção da atuação multiprofissional. Entretanto, na pesquisa, alguns destes profissionais relataram que não encontraram dificuldades para atuar com as pessoas idosas, mas duas assim se posicionaram:

Eu acho que ainda tem uma certa dificuldade na questão de lidar com o idoso, né? Uma falta de capacitação, eu falo técnica mesmo, às vezes, no cuidado do idoso, isso atrapalha um pouquinho o processo. Mas, no geral, eu não tenho tanta dificuldade com os componentes da equipe, né? [...] A maioria deles está trabalhando há muito tempo mesmo, então, eles também acabam tendo essa facilidade de lidar com idosos. Eles identificam na área quem são eles. Algum me levam até lá ou trazem eles aqui, né? E em conjunto com tudo isso entram todos os profissionais, uma equipe multiprofissional. Assim, dificuldade, acho que a partir do momento que a gente teve a ampliação dessa equipe e qualificou, melhorou bastante a questão do idoso. Chega um momento que o (citou sua profissão) é eliminado, né? Porque a gente não consegue, a gente precisa dessa equipe. Tendo essa equipe ajudou muito, sim”. (P-D).

Não, assim... dificuldade, eu não diria que seria uma coisa que não pudesse ser superada. As pessoas têm maneiras diferentes de ser, mas num conjunto total a gente consegue desempenhar um bom trabalho. Eu falo isso em relação à minha equipe, a equipe que eu atuo, né? Não é nada que impeça o desempenho do trabalho. Não, quando você trabalha com várias pessoas, cada um tem um perfil diferente. Seria mais isso. Mas que não interfere no comprometimento que eles têm com o trabalho. (P-A).

Nesta pesquisa, alguns profissionais apontam que superaram as dificuldades iniciais e a ampliação de equipe de saúde, mas que há perfis de profissionais diferentes, o que exige maior integração com as diferentes formações e posicionamentos na individualidade e na coletividade.

A pesquisa ainda identificou a necessidade de investimento em educação permanente do trabalhador, incluindo formações que possam

fortalecer a gestão do trabalho, a saúde coletiva e outros.

Mais do que nunca, repensar em estratégias de gestão do trabalho vem sendo urgente. Corroboramos que “toda atividade humana é um ato produtivo, modifica alguma coisa e produz algo novo” (MERHY; FRANCO, 2009, p. 278).

Neste sentido, para valorização do trabalho em saúde, Sakuta (2017) discorre sobre a importância do investimento em gestão do trabalho para fortalecer a defesa do SUS. É fundamental a promoção da educação permanente em saúde, também, para a avaliação das condições de saúde do trabalhador e da gestão do trabalho neste contexto.

4. CONCLUSÃO

A gestão do trabalho em conformidade com a NOB-RH-2005 vem sendo desafiadora. Há entraves que iniciam desde as concepções e projetos de saúde em disputa e que perpassam pelas dimensões ético-políticas que nem sempre são convergentes entre os diversos atores.

Neste contexto de interesses distintos dos atores da política de saúde, ressaltamos no que se refere ao assistente social, que a profissão tem um Código de Ética e um Projeto Ético-Político que vai ao encontro das lutas de uma sociedade mais justa e equânime e que, para tanto, defender o SUS no projeto da Reforma Sanitária é condição *sine qua non* de mobilização e de defesa de uma política de saúde que assegure condições de gestão do trabalho, conforme a NOB-RH-2005.

Nas pesquisas realizadas no Distrito Sanitário Leste, na pesquisa acerca da Gestão do Trabalho, destaca-se que o território apresenta peculiaridades e problemáticas, entre as quais destacam-se: 1) entraves burocráticos de acesso aos demais níveis de atenção à saúde; 2) necessidade de ampliar vinculação e cogestão como estratégicos, inclusive nas dimensões pedagógicas e de educação permanente do trabalhador, o que exigirá esforços na coletividade para enfrentamento das dificuldades de trabalho que engendram o cotidiano das unidades.

Nas duas pesquisas, em especial na de trabalho profissional, destaca-se a importância de evidenciar as relações profissionais do assistente social nas equipes de saúde do SUS e de modo especial na atenção básica, sendo este espaço multiprofissional, ainda possui limitações no aspecto metodológico para se construir linhas de cuidado que extrapolem os contatos profissionais pontuais e se tornem espaços planejados e de decisão interprofissional.

Destacamos que tanto na execução quanto na gestão dos serviços de saúde, o Assistente Social deve lutar pelo SUS, mas não podemos esquecer de reconhecer os desafios e as contradições deste processo para a promoção de estratégias de atuação crítico-propositivas. Isto é desafiador e vai na contramão dos processos econômicos vivenciados no país. Ainda é intensificado porque não deixamos de ser trabalhadores e precisarmos de condições dignas de trabalho e de saúde, mas que sem o fortalecimento de estudos e de compromisso com a pesquisa, este processo fica enfraquecido.

De modo geral, o GEPPSAM vem desenvolvendo pesquisas sobre a saúde em contexto amazônico, em especial, ainda sobre a saúde da pessoa idosa. Temos ainda o desafio de aproximar estudos da saúde coletiva com a categoria para fortalecer este espaço sócio-ocupacional e, ainda, a potencialidade do espaço de gestão social na defesa dos direitos e do SUS equânime, universal, integral e regionalizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988:** promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Princípios e diretrizes para a gestão do trabalho no SUS (NOB-RH-SUS).** 3 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Lei n.º 8.080 de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.**

BRAVO, Maria Inês S. **Política de Saúde no Brasil.** In: MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional.** OPAS, OMS, Ministério da Saúde, Brasília, 4 ed. São Paulo: Cortez: 2009.

CARVALHO, Maria do C. B. **Gestão Social:** alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth de M. e RAICHELIS, Raquel. **Gestão Social: uma questão em debate.** São Paulo: EDUC, IEE, 1999.

CARVALHO, Maria do C. B. **Gestão Social e Trabalho Social:** desafios e percursos metodológicos. São Paulo: Cortez, 2014.

DRAIBE, Sônia Miriam. **As políticas sociais e o neoliberalismo**. Revista da USP, São Paulo, n. 17, 1993.

FEUERWERKER, Laura C. M. **Micropolítica e saúde**: produção do cuidado, gestão e formação. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

GONDIN, Grácia Maria de M. et al. **O território da saúde**: a organização do sistema de saúde e a territorialização. In: MIRANDA, Ary C. de et al. **Território, Ambiente e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

GOMEZ, Carlos M.; LACAZ, Francisco Antonio de C. **Saúde do trabalhador: novas-velhas questões**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, out./dez., 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=13>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades: Brasil/Amazonas/Manaus**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MATTOS, Rubens A. **A integralidade na prática** (ou sobre a prática de integralidade). Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, 2004.

MERHY, Emerson Elias. **Em busca do tempo perdido**: a micropolítica do trabalho vivo em saúde. In: MERHY, Emerson Elias e ONOKO, Rosana. **A rede básica como uma construção da saúde pública e seus dilemas. Agir em Saúde**: um desafio para o público. São Paulo: Hucitec, 2007.

MERHY, Emerson Elias; FRANCO, Tulio B. **Verbete**: Trabalho em Saúde. In: **Dicionário Educação da Profissional em Saúde**. Organizado pela Escola Politécnica Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro: Mangueirão, FIOCRUZ, 2009. Disponível em: <http://www.hlog.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Trabalho_em_Saude_ts.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

OLIVEIRA, José Aldemir; SCHOR, Tatiana. **Saúde na Floresta, nos rios e nas cidades da Amazônia Brasileira**. In: OLIVEIRA, José Aldemir. **Espaço, saúde e ambiente na Amazônia**: ensaios de geografia da saúde. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

PEREIRA, Isabel B. **Políticas de Saúde e Formação do Trabalhador**. In: Joaquim V. **Textos de apoio em Política de Saúde**. Escola Politécnica de Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

PEREIRA, Josiara R. **A Prática Profissional do Assistente Social no Cuidado à Saúde do Usuário na Atenção Básica do Disa Leste de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/PPGSS), Universidade Federal do Amazonas/UFAM, 2017.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas & questões**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAKUTA, Jéssica M. M. **A Gestão do Trabalho em Saúde: implicações no cuidado da pessoa idosa do Distrito Sanitário Leste de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/PPGSS), Universidade Federal do Amazonas/UFAM, 2017.

QUEIROZ, Roosevelt B. (Org.). **Formação e gestão de políticas públicas**. In: **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: Ibpx, 2009.

SCHWEICKARDT, Júlio César et al. (Orgs.). **Educação permanente em gestão regionalizada da saúde: saberes e fazeres do território do Amazonas**. Porto Alegre: Rede Unida, 2015.

SILVA, Ademir Alves. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TURA, Luís Fernando R. et al. **Envelhecimento, práticas sociais e políticas públicas**. In: LOPES, Manuel José et al. **Envelhecimento: estudos e perspectivas**. São Paulo: Martinari, 2014.

QUANDO A VIOLÊNCIA RESULTA EM FEMINICÍDIO: os impasses institucionais da política pública de proteção à mulher em situação de violência doméstica

*Rayane de Oliveira Viana
Iraíldes Caldas Torres*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho assume o propósito de discutir o feminicídio enquanto um termo que expõe as fraturas das relações de gênero que recaem sobre a mulher, abrindo a sangria de assassinatos de mulheres pelo fato da vítima ser mulher. Estar-se-á diante de crimes de ódio, menosprezo e misoginia, assentados nas desigualdades de gênero sob os auspícios do patriarcado.

A violência contra a mulher assume contorno naturalizado na sociedade capitalista que constrói as grandes desigualdades, sob o manto das relações de poder que exacerbam as distensões entre os gêneros masculino e feminino. É neste cenário que a violência contra a mulher, em suas múltiplas formas, se manifesta como uma expressão da questão social demandando, assim, ações do Estado por meio de políticas públicas.

O século XX representa o marco da luta das mulheres no mundo inteiro, incluindo o Brasil, que se tornou signatário da Organização das Nações Unidas (ONU), instigado pelo clamor das minorias sociais, incluindo o movimento sufragista das mulheres brasileiras. É, pois, no seio da organização política das mulheres que se obteve uma das maiores conquistas em termos de políticas públicas para as mulheres, consignada na Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Esta lei estabeleceu mecanismos de proteção socioassistencial às mulheres em situação de violência e punição aos seus agressores. Outra conquista significativa nesta ordem ocorreu com a sanção da Lei n.º 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), que alterou o artigo n.º 121 do Código Penal, sendo reconhecida como uma qualificadora do crime de homicídio, sob as condicionantes de crime cometido em contexto de

violência doméstica e familiar ou pelo fato da vítima ser mulher. Há, todavia, alguns impasses na Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) de proteção às mulheres, que incide diretamente sobre os casos de feminicídios gerados.

Este texto encontra-se seccionado em dois itens, em que o primeiro traz o tema do feminicídio, expondo indicadores de uma pesquisa realizada na cidade de Manaus. O segundo item discute a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), seu valor e importância, apontando os seus impasses e fragilidades. A metodologia segue as orientações das abordagens qualitativas, sem exclusão dos aspectos quantitativos. Dentre os procedimentos metodológicos adotados, consta o levantamento de dados estatísticos oficiais no site da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas (SSP/AM) sobre os feminicídios registrados no ano de 2019 na cidade de Manaus, bem como a realização de pesquisa hemerográfica sobre esses casos. Trata-se de uma investigação realizada por meio de fonte de informações de jornais, com relatos coletados de entrevistas de 01 representante do Fórum Permanente de Mulheres de Manaus, 01 delegada de uma Delegacia de Crimes contra a Mulher e 01 delegada do Núcleo de Combate ao Feminicídio.

É assim que este trabalho assume fundamental importância, na medida em que não só contribuirá para enriquecer a temática das relações de gênero na academia, mas também porque poderá contribuir para fundamentar estratégias de reivindicação de políticas públicas às mulheres, no que diz respeito à prevenção e enfrentamento da violência doméstica.

2. FEMINICÍDIO: QUANDO A VIOLÊNCIA RESULTA EM MORTE

Em, praticamente, todas as sociedades ocidentais a violência contra a mulher configura-se de forma estrutural, fundamentada no sistema de dominação patriarcal, que se alimenta de crenças religiosas, especialmente a judaico-cristã, que encontra substrato no mito fundador da humanidade. Na década de 1970, emergiram as discussões no contexto internacional sobre o termo *femicide*, estabelecido pela socióloga e feminista Diana Russel, que definiu o termo como “assassinato de mulheres realizadas por homens motivados por ódio, desprezo, prazer ou um sentido de propriedade sobre as mulheres” (CAPUTI, RUSSEL,

1992, p. 34). Este conceito é empregado para designar assassinato de mulheres em razão do gênero, pautado na desigualdade entre homens e mulheres e nas relações de poder que inferiorizam o feminino.

O termo se consolidou enquanto categoria analítica no campo das Ciências Sociais e nos estudos feministas, permitindo a identificação de características e fatores discriminatórios presentes nesses assassinatos¹. Conceitualmente, emergiu-se de forma ampla, abarcando as mais diversas maneiras de violência que remetem para a restrição do desenvolvimento livre e saudável de mulheres, que em casos extremos concluem-se na morte.

Historicamente, as formas de interatividade nas relações entre homens e mulheres afirmaram-se em desigualdades de gênero, estando presentes nas “concepções dominantes de feminilidade e masculinidade, que vão se configurando a partir de disputas simbólicas e materiais” (ALMEIDA, 2007, p. 27). O gênero situa sujeitos sociais na realidade de maneira desigual. A categoria é uma construção social e desconstrução daquilo que é historicamente considerado natural e está além das relações entre homens e mulheres².

O gênero não é sinônimo de mulher, mas sim, a forma como as diferenças biológicas são socialmente construídas e como se relacionam. Em Torres (2005, p. 14), “o gênero é um meio de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”. A categoria permite identificar como são estabelecidas as representações de poder nessas relações que se reproduzem e se legitimam em diversas formas de violência contra a mulher.

O conceito de feminicídio engendra um aspecto político bem delineado, deixando para trás a expressão homicídio, que nada dizia sobre o significado de as mulheres serem mortas, pois expõe a ferida sexista. Russel e Caputi (1992) consideram que as formas de violência que resultam na morte de mulheres constituem-se como crime de ódio, menosprezo e discriminação contra elas, baseado em papéis socialmente construídos pelo patriarcado.

1 Ambos os termos, femicídio e feminicídio, são conceituados e traduzidos de formas variadas dependendo do país e de acordo com as abordagens discutidas nos diversos campos científicos, todavia, significam assassinatos de mulheres e, por isso, se distinguem do termo homicídio

2 Os conceitos são dinâmicos à medida que ocorrem as mudanças sociais no curso da história. Em princípio, a categoria utilizada para designar as diferenças entre homens e mulheres era o sexo. Nas discussões atuais, a ciência consagrou o conceito gênero para explicar cientificamente as relações que se estabelecem na sociedade de maneira ampla e geral. Ressalve-se que conceito de gênero não é uniforme dentro das várias perspectivas teóricas. As discussões da cate

Para Russel e Radford (2000, p. 20), a “dominação patriarcal é o pano de fundo para explicar a situação estrutural de desigualdade que inferioriza e subordina as mulheres aos homens”. Um poder dominador que aguça os sentimentos de controle e posse sobre o corpo feminino, ao mesmo tempo em que evidencia o sentimento de menosprezo pelo ser mulher transvertido de misoginia por parte de quem comete tal ato. O conceito revela que tais mortes de mulheres são crimes de caráter sexista, pois mulheres são assassinadas por serem mulheres³.

No contexto latino-americano, o termo foi traduzido para o espanhol como “femicídio” pelas estudiosas Ana Carcedo e Montserrat Sagot (2000; 2010). A mesma palavra foi usada na tradução em português no Brasil, feita por Suely Almeida (2007). Marcela Lagarde (2006), ao traduzir os textos de Russel e Radford (2006), apresentou a expressão “feminicídio” por entender ser mais coerente na compreensão do contexto no qual as mulheres eram assassinadas. Ou seja, para a autora, o termo femicídio não expressava a complexidade das mortes das mulheres em razão da condição de gênero, enquanto o termo feminicídio abarcaria tais aspectos, incluindo a misoginia e a omissão do Estado em resposta a esses crimes.

Torna-se pertinente a discussão e elucidação do conceito de feminicídio, posto que nem todos os assassinatos de mulheres se enquadram neste conceito. É o que explica a delegada na narrativa a seguir:

“Nem toda morte de mulher é realmente um feminicídio, tem muita mulher morrendo [...] A secretaria fazia isso, olhando os B.O’s e via que a mulher que estava morrendo, ela colocava como feminicídio, e não é, hoje em dia eu controlo [...] A gente verifica se aquilo foi um homicídio, se foi uma lesão corporal seguida de morte, feminicídio ou não”. (Margarida, Delegada do Núcleo de Combate ao Feminicídio de Manaus, 2020)⁴.

Para Gomes (2015, p. 6), “nem todo homicídio de mulheres é um feminicídio, todavia, a maioria deles é”, isso porque mulheres são assassinadas nos mais diversos contextos, realidades e com autoria de diferentes agentes. Para Carcedo (2010), os assassinatos de mulheres cometidos em contextos de violência urbana, como latrocínios (roubo

3 Esses assassinatos representam uma etapa final de um continuum de terror, que envolvem diversas formas de violência e privações, sejam estas, estupro, tortura, mutilação, escravidão sexual, entre outras

4 Disponível em: <<http://www.ssp.am.gov.br/pc-conta-com-nucleo-de-combate-ao-feminicidio>>. Acesso em: 02 jul. 2021. Utilizamos nome de flor para salvaguardar a integridade da profissional.

seguido de morte) ou demais contextos em que as mulheres morrem, acabam por estabelecer variância nesta concepção. Os crimes que não possuem matriz pautada na discriminação baseada no gênero feminino não se enquadram como feminicídio, por se tratar apenas do assassinato de uma mulher por motivação qualquer, sendo, pois, apenas um feminicídio.

Há uma origem comum dos crimes baseados no gênero feminino, mas que não devem ser tratados sob uma categoria de forma homogênea, sem desconsiderar o seu caráter estrutural. Carcedo e Sagot (2010) apontam que os cenários de feminicídios abrangem os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, situados nas relações de poder e desigualdades entre homens e mulheres, que se dinamizam em controle e violência.

Segundo Waiselfisz (2015), no contexto mundial, a América Latina é o lugar com números mais expressivos de feminicídios, considerando 14 dos 25 países com maiores taxas do crime no mundo, sendo o Brasil o quinto país com maior índice de crimes nessa configuração. De acordo com Gomes (2015, p. 35), “não dá para desvincular o feminicídio do contexto latino-americano de sofrimento, empobrecimento, desigualdade e de lacuna de políticas públicas”. Os países da América Latina são marcados por uma profunda desigualdade de gênero, pois são caracterizados pela extrema pobreza, historicamente explorados e que ainda sofrem com políticas de exploração por outros países.

Lagarde (2006, p. 56) define o feminicídio como um crime que expressa não somente a violência cometida às mulheres, mas a supremacia social, econômica, política dos homens em relação a elas, “mulheres em condições de desigualdade, de subordinação, de exploração ou de opressão”. Expressa também impunidade, a precariedade de políticas públicas no cumprimento de dispositivos legais voltados para os direitos das mulheres.

Nas sociedades capitalistas, os meios de produção estão sob controle de uma classe dominante que expropria as classes subalternas, submetendo-as à exploração. Nesta situação, encontram-se as mulheres que são afetadas em dupla dimensão, no espaço privado e também no espaço público. As desigualdades se exacerbaram à medida que as relações de gênero sofreram transformações no âmbito das relações interpessoais, incidindo sobre as relações de trabalho remunerado.

As distintas situações e modos de vida, nos quais as mulheres vivem, tornam heterogênea e complexa essa variedade de mortes. De

acordo com Carcedo e Pasinato (2011, p. 27), há três configurações de feminicídios: “o por conexão, o íntimo e o não íntimo”. O feminicídio por conexão é quando uma mulher tenta impedir um femicídio e acaba sendo morta. O feminicídio não íntimo são os crimes cometidos por homens que, embora não tenham relacionamento íntimo com a mulher, possuem relações de confiança e/ou hierarquia, podendo ser, por exemplo, chefes ou amigos⁵.

Femicídios cometidos por aqueles com quem a mulher teve algum vínculo de afeto podem ser configurados como feminicídios íntimos, expressão que em 1976 já era reconhecida pelo Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres e na década de 1990 foi, aos poucos, ganhando notoriedade com estudos⁶, que apresentaram que esses homicídios não ocorriam de forma acidental, mas que eram característicos de feminicídio pelo caráter de apropriação dos corpos das mulheres que assassinavam.

O feminicídio íntimo é “aquele crime cometido por homens com os quais a vítima tem ou teve uma relação íntima, familiar, de convivência ou afins” (PASINATO, 2011, p. 236). O crime pode ser cometido por uma pessoa com quem a mulher possuía uma relação interpessoal, tais como maridos, companheiros, namorados ou mesmo alguém com que fosse parceiro sexual⁷. No ano de 2019, foram cometidos 09 (nove) feminicídios na cidade de Manaus (SSP/AM, 2020)⁸, cujos autores possuíam relação íntima com a vítima, seja afetivo/sexual ou familiar, como podemos ver no gráfico a seguir:

5 De acordo com as Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (2016), encontram-se algumas das classificações atualmente empregadas pela literatura para tratar das modalidades reconhecidas como femicídios/feminicídios. Algumas dessas categorias revelam modalidades de violência que nem sempre estão criminalizadas ou apresentam de forma evidente as especificidades de gênero – como o tráfico e o contrabando de pessoas, o lesbocídio, o transfeminicídio, entre outras. São categorias de análise que, aplicadas à realidade social, ajudam a compreender a diversidade de contexto em que essas mortes ocorrem e como se entrecruzam com a violação de outros direitos humanos que contribuem para potencializar as situações de vulnerabilidade e risco a que as mulheres se encontram expostas.

6 Com destaque aos estudos de Rita Segato, Heleieth Saffioti e Suely Almeida.

7 Ferreira (2019) ressalta que a vítima do feminicídio só pode ser mulher, mesmo que o autor em sua maioria seja homem, isso não impede que uma mulher seja autora ou participante do crime, o que não descarta a ideia de que possa ser sujeito ativo da qualificadora do feminicídio, desde que atue em uma relação desigual de gênero contra a vitimada.

8 Disponível em: <<http://www.ssp.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Feminicidio-Manaus-2019.pdf>>.

Gráfico 01: Relação dos autores com as vítimas de feminicídios registrados em 2019.



Fonte: Elaborado por Rayane Viana, com base nos dados e informações levantados através da pesquisa hemerográfica sobre os casos de feminicídios registrados no ano de 2019.

Observe-se que, apesar da amplitude de situações e contextos que esses crimes são cometidos, o feminicídio associado à violência em relações de intimidade, seja ele cometido por um familiar, ex ou atual parceiro afetivo ou sexual, é o mais expressivo e representa o maior risco (PASINATO, 2011). No contexto brasileiro, Suely Almeida (1998) e Heleith Saffioti (2014) ressaltam que esses assassinatos possuem expressividade no âmbito das conjugalidades, principalmente nas localidades onde a violência interpessoal é elevada, tendo em vista que a maioria dos feminicídios são decorrentes das relações íntimas com autores do sexo masculino, com quem mantiveram alguma relação afetiva e/ou sexual e, em muitas vezes, a vítima tentou romper com a situação de violência⁹.

Cumpre-nos reconhecer que esses estudos contribuíram para que a violência contra a mulher fosse enquadrada como problema social, o que permitiu que fosse inserida na agenda pública na criação de políticas, dispositivos legais e jurídicos na sua prevenção e enfrentamento. A gravidade do problema fez com que a maioria dos países da América Latina instituisse o feminicídio no quadro de crimes contra a vida humana, inclusive o Brasil, que em 2015 instituiu sua legislação com a Lei n.º 13.104/2015, mais conhecida como a Lei do Feminicídio.

Gomes (2010, p. 22) considera que “a violência é uma constante nos casos de feminicídio”. A condição de submissão e opressão dirigida às mulheres é histórica e ainda incide sobre elas no contexto atual. De acordo com o Atlas da Violência (CERQUEIRA, 2019, p. 69),

homens são mais assassinados do que mulheres, mas em sua maioria os crimes são cometidos por pessoas estranhas e associadas à questão de segurança pública, enquanto as mulheres são mortas

⁹ Ver Almeida (1998) e Gomes (2010).

majoritariamente “por quem amam”, ou seja, por companheiros, parceiros íntimos, familiares, evidenciando que o lugar mais perigoso para as mulheres é a sua própria casa.

De acordo com Brito Filho (2017, p. 191), o feminicídio íntimo apresenta-se como “expressão máxima da violência contra a mulher”, uma morte que poderia ter sido evitada. No âmbito doméstico e familiar, a violência apresenta-se de forma complexa, pois o autor do crime possui uma relação de intimidade com a vítima, na qual se faz presente a dominação pautada no controle, na subordinação e opressão do corpo e da vida das mulheres. Os índices de feminicídios são inferiores ao número de registro de violência, isso se configura em razão de muitas mulheres, violentadas em sua maioria por parceiros afetivos, não conseguirem romper com o ciclo de violência¹⁰, mas também por dependência emocional ou financeira, em virtude da família ou filhos, questão religiosa, medo, constrangimento, entre outros.

Bourdieu (2014) adverte que, através dessa dominação, assentam-se as ideias de propriedade, de poder e exploração dos corpos, sobre a sexualidade e as condutas sexuais dos gêneros femininos, sobre os territórios públicos no mercado de trabalho e nos postos de decisão, direção e na política. A dominação tem sido exercida e tem se mostrado universal, construída e reproduzida historicamente pelas instituições sociais, sejam a família, o Estado ou a Igreja. Encontra-se “inserida nas estruturas sociais, nas atividades produtivas e reprodutivas, baseadas na divisão sexual do trabalho, na reprodução biológica e na reprodução social” (SILVA, 2020, p. 29). É uma expressão da relação desigual de poder existente, em que a mulher é discriminada e, assim, se constitui a violência. Trata-se de um poder de complexos mecanismos de controle social que oprimem e marginalizam as mulheres marcadas pela violência.

Para Foucault (2014), o poder situa-se em todas as esferas das relações sociais e pode ser exercido por homens e mulheres nas entranças do tecido social. Ou seja, nas relações interpessoais e coletivas elas podem sofrer ações deste poder, nas quais “os indivíduos nunca

¹⁰ Essa definição foi criada por Lenore Walker (2001), que realizou um estudo com 1.500 mulheres que sofreram abuso psicológico e físico, em ambiente conjugal, em 1979. Identificou padrões abusivos na relação afetiva, caracterizados por um ciclo de violência, em que são cometidas agressões no contexto de relação íntima e afetiva, principalmente em contexto conjugal. Trata-se de uma situação que ocorre de forma constante e repetitiva e este ciclo é composto por três fases, a saber: aumento de tensão, ataque violento e calma ou “lua de mel”.

são os alvos inertes ou consentidos do poder, são sempre centros de transmissão” (FOUCAULT, 2014, p. 202). Observe-se que os dispositivos de poder também estão situados no âmbito privado, como a casa e a família, assim como apresentam-se em diversas formas de violência praticadas nesses ambientes, marcados pela tensão entre o exercício de poderes e resistências.

O ambiente doméstico e familiar é historicamente caracterizado como espaço onde se vivencia a intimidade, mas é, pois, neste espaço privado que é tido como adequado e seguro que os crimes contra a mulher são praticados. O lugar de privacidade dos sujeitos que se relacionam nos afetos e nos amores é o mais arriscado para elas. Esta representação, com efeito, passa a ser questionada no tempo contemporâneo e mesmo em tempos passados de forma contraditória, na medida em que a casa serviu para ocultar os atos de violência contra a mulher.

3. O FEMINICÍDIO NA SUA DIMENSÃO POLÍTICA: OS IMPASSES DA POLÍTICA DE AMPARO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, EM MANAUS

A violência é algo marcado na história das mulheres. Independentemente do país, de seus regimes econômicos e políticos, ela se manifesta em seus diversos níveis de acordo com a prevalência da cultura masculina que incide nas sociedades. Durante séculos a violência doméstica foi invisibilizada e as mulheres ocultavam seus sofrimentos em aparências “felizes”. No entanto, foi através do engajamento dos movimentos feministas, na luta em defesa de seus direitos frente às condições de insegurança, que se deu a visibilidade da violência contra a mulher e a luta por políticas públicas direcionadas para estes casos.

A política pública emerge da relação entre o Estado e a sociedade civil, pois “um tem implicações no outro e se influenciam mutuamente” (PEREIRA, 2008, p. 135). Na perspectiva de Estado Ampliado propugnado por Gramsci (1991), a sociedade civil interfere na construção da sociedade política, ou seja, não há uma cisão entre ambas, mas sim um vínculo orgânico e contraditório entre elas. Não há uma relação de primazia nem uma relação unilateral de uma esfera sobre a outra, mas sim, uma relação de interdependência, “um vínculo orgânico e dialético, cujas determinações só podem ser apreendidas no conjunto das relações desenvolvidas em determinado processo histórico” (VASCONCELOS, 2012, p. 85). É, pois, uma condensação de relações de forças.

É uma instância política revestida de hegemonia que realiza suas ações, tanto em favor da classe dominante quanto da classe subalternizada, conforme a dinâmica das correlações de força. Reconhecemos que nesse processo de formação e desenvolvimento das políticas públicas, se insere a luta social das mulheres, sujeitos protagônicos na conquista de direitos.

De acordo com Santos (2003), para se alcançar o processo emancipatório, é necessário que o Estado esteja em diálogo com a sociedade civil. A participação política possui um papel fundamental neste processo de redescoberta das práticas societárias. Segundo o autor, é através da organização da sociedade civil que novas práticas democráticas se desenvolveram, principalmente as formas de participação direta nos processos de articulação, deliberação e definição de estratégias de ação.

O Estado de direito opera com a condição de lei comum mediante uma Constituição, em que um órgão representativo popular expressa a vontade coletiva, enquanto a sociedade democrática possui a real participação nos mecanismos de controle das decisões. Para Torres (2012, p. 104), “a política pública é, em última análise, a produção da própria vida social. Pensar política pública é pensar em arena política, é pensar mudança e transformação social”. Se não houvesse as lutas feministas não existiriam políticas, direitos, normas protetoras, trabalho para as mulheres. É o que expõe uma representante do Fórum Permanente de Mulheres de Manaus, a dizer que

todas as lutas das mulheres são históricas, primeiramente as mulheres vão lutar pelo direito ao voto, depois elas vão lutar pela redução da carga de jornada de trabalho, a luta das mulheres vem se reorganizando e se fortalecendo ao longo dos anos e tem sido primordial para alguns avanços. (Gloriosa, 44 anos, entrevista 2020)¹¹.

As mulheres passaram a ocupar mais o espaço público no Brasil a partir de meados do século XIX, com a emergência do capitalismo no processo de industrialização e urbanização. Essa conquista permitiu mudanças sociais e com ela vieram outros questionamentos das mulheres sobre a sua posição desigual nas relações sociais de gênero. Nesse período, uma mulher que atuava fora do ambiente privado, seja por trabalho ou estudo, causava desagregação da família aos olhos da so-

¹¹ Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/por-que-as-mulheres-param-no-8-de-marco>> Acesso em: 22 jul. 2021. Utilizamos nome de flor para salvaguardar a integridade da representante do movimento social.

cidade, fato evidenciado no Código Civil de 1916, que previa que a mulher deveria ter autorização do marido para poder trabalhar, sendo, pois, uma estratégia do Estado para “proteger a família”¹².

De acordo com Pereira (2008, p. 37), “as mulheres, especialmente nas sociedades capitalistas desenvolvidas, tiveram de empreender a sua luta tanto no plano político quanto teórico”. Nessa luta, o seu principal objeto de problematização foi a sua tradicional posição desigual nos espaços público, privado, mas também no âmbito da proteção social do Estado. O século XX é marcado pela luta das mulheres que se posicionaram politicamente ao longo da história mundial e nacional. Uma luta pela equidade de gêneros, tendo, na organização política das mulheres a sua estética.

Mesmo com os avanços legislativos na equiparação legal entre homens e mulheres, as conquistas no mercado de trabalho, nas esferas política, pública e privada, o sistema estrutural-ideológico do patriarcado e sua base material se sustentam até os dias atuais (SAFFIOTI, 2004). A inserção da mulher nesses espaços ainda se expressa de forma precarizada e desigual em relação aos homens, pois a maioria das atividades exercidas por estas tem caráter complementar, ou seja, somado ao fato de que a sua remuneração é menor do que a dos homens, mesmo em situação de paridade profissional.

A política econômica neoliberal contribui para que as mulheres tenham suas condições de vida fragilizadas e vulneráveis socialmente. Situação aprofundada pela precarização que acentua mais a discriminação e a opressão que sofrem. É nesse cenário que a violência contra a mulher em suas múltiplas formas se manifesta como uma expressão da questão social, exigindo ações do Estado por meio de políticas sociais públicas.

Lagarde (2006) cunhou o termo feminicídio nos estudos sobre os assassinatos de mulheres em razão do gênero, mas incluindo a questão da impunidade, bem como a ausência ou ineficiência das políticas públicas existentes, que culminam em riscos a elas, pautados na insegurança e exposição a crimes por sua condição de ser mulher. De acordo com esta autora, os homens estão situados em “uma posição de supremacia social, sexual, jurídica, econômica, política, ideológica e de todo tipo, sobre mulheres em condições de desigualdade, de subordinação, de exploração ou de opressão” (LAGARDE, 2006, p. 221).

12 Ver Del Priore (1997).

O feminicídio aparece aqui em uma dimensão política, responsabilizando o Estado pela continuidade dessas mortes, principalmente por sua omissão na investigação, identificação e responsabilização dos criminosos, destacando a impunidade penal como característica dessas mortes. Para a autora, “há feminicídio quando o Estado não dá garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de trabalho e de lazer” (LAGARDE, 2006, p. 6). Mais ainda quando as autoridades não realizam com eficiência suas funções. Por isso, o feminicídio é um crime de Estado.

Para Biroli (2018, p. 209), “a ausência de regulação e de investimentos e os padrões assumidos pelas políticas públicas incidem diretamente nas possibilidades de organização da vida, além de tomarem formas de incentivo ou barreiras à autonomia individual e coletiva”. A ausência de políticas e recursos que visem superar a vulnerabilidade das mulheres é definida num espaço em que predominam homens de determinados segmentos da sociedade, num contexto baseado na racionalidade política e econômica do neoliberalismo, que desfaz os laços de solidariedade e precariza a vida.

Ressalve-se, que, há mulheres em situação de violência que decidem romper o ciclo de agressão ao buscar registrar ocorrência, mas que, muitas vezes são tentativas frustradas ou não bem-sucedidas nas instituições que recorrem. A falta de acesso às Delegacias para utilizar serviços de advogados e outros profissionais, torna falha a atuação do Estado nesses casos.

Dos 09 (nove) crimes de feminicídio registrados no ano de 2019, somente uma vítima do crime continha um histórico de registro de denúncia de violência doméstica, que foi o caso de Verônica¹³, que foi morta aos 26 anos e o autor do crime foi seu então companheiro, pai de seus dois filhos. A vítima apresentou 04 (quatro) registros de ocorrência de violência doméstica e com Medidas Protetivas em vigência, e seu crime inicialmente foi registrado como homicídio e, por reivindicação de amigos e familiares, foi tipificado como feminicídio, evidenciando certa resistência para ser apurado, uma vez que inúmeros entraves são postos por parte da delegacia.

A relação entre os movimentos sociais e o Estado é travejada por dilemas de ordem machista, pois as próprias instituições se encarregam de disseminar a discriminação e desvalorização da mulher. Conforme Ferreira (2019, p. 35):

13 Utilizamos nome de flor para salvaguardar a identidade da vítima.

A forma como o Estado tem tratado esses casos, a pouca celeridade da justiça e as medidas protetivas que não têm surtido efeito esperado ou, em alguns casos, demoram a ser assinadas pelos juízes, aliadas à falta de educação de gênero nas escolas e nas universidades, são as principais razões para a permanência da situação de violência [...]. A impunidade cria na sociedade e, em especial, no imaginário das mulheres uma sensação de vergonha, de medo, de abandono e de insegurança.

O aumento crescente de crimes contra as mulheres é decorrente da impunidade que, por sua vez, reflete a ausência do Estado de Direito na vida das mulheres, sendo, pois, um atentado à dignidade humana desses sujeitos. A omissão do Estado assentada na impunidade causa insegurança à mulher, enquanto o agressor se vê amparado pela não punição, o que leva a naturalizar a violência doméstica. O Estado, portanto, é responsável pela manutenção desta situação violadora.

A Lei n.º 11.340 (BRASIL, 2006), mais conhecida como Lei Maria da Penha, instituiu mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispondo da criação de Delegacias Especializadas, Juizados de Violência Doméstica e Familiar, dentre outros, estabelecendo medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência. Toda pessoa do gênero feminino, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, pode usufruir dos benefícios desta lei e, ainda assim, o Estado e a sociedade não têm controle sobre a violência doméstica. Se observarmos os primeiros passos para o atendimento emergencial à mulher em situação de violência, vamos identificar algumas ações e limites, como expõe uma Delegada de uma delegacia de crimes contra a mulher em Manaus:

Hoje, nós estamos cada dia mais precários pela lei. A equipe é limitada para a grande demanda, não há como acompanhar, a colaboração da vítima é superimportante [...]. Faltam políticas públicas federais que deem maior amparo às nossas mulheres, em todos os sentidos [...] agora, aqui nós temos 750 inquéritos por mês, não dá para a gente acompanhar um a um. (Damiana, Delegada de uma Delegacia de Crimes contra a Mulher, entrevista 2021)¹⁴.

Veja que na fala da delegada transparece um teor de denúncia do próprio Estado brasileiro que não supre com eficiência as institui-

14 Disponível em: <<https://d.emtempo.com.br/politica-amazonas/295104/faltam-politicas-publicas-de-amparo-as-mulheres-diz-debora-mafra>>. Acesso em: 22 jul. 2021. Utilizamos nome de flor para salvaguardar o nome da profissional

ções, dando-lhes aparato necessário para a implementação plena da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Isso dificulta manter a qualidade e a celeridade das ações dos processos de violência doméstica contra a mulher.

Observe-se que há alguns limites na implementação de políticas para as mulheres em situação de violência nas esferas estatal e municipal. Há um baixo orçamento aferido às ações de proteção à mulher que se expressam na precarização dos recursos humanos e materiais para efetivar essas políticas na garantia dos direitos das vítimas e punir os autores de violência. Necessita haver profissionais capacitados e uma infraestrutura adequada nas instituições da rede para atender a enorme demanda.

Behring (2012) concebe as políticas sociais como parte das políticas públicas, são constituídas na sociedade capitalista, no seu produzir e reproduzir-se, apresentando-se contraditoriamente, à medida que estabelecem serviços sociais básicos à população. Também são instrumentos que garantem a reprodução do capital através da venda da força de trabalho, sendo, pois, mecanismos de resposta do Estado para a classe trabalhadora.

Desde a década de 1989, as políticas públicas brasileiras têm sido atingidas com os impactos da ofensiva neoliberal, consignada no Estado mínimo, na desarticulação de direitos, privatizações, flexibilização, aumento do desemprego e corte de recursos e financiamento no orçamento público para políticas, atingindo diretamente as mulheres.

Identifica-se a ascensão de perspectivas conservadoras que, fortemente organizadas, confrontam os avanços que já eram escassos. De acordo com Santos (2010), o sistema do capital se beneficia da opressão das mulheres, tanto do ponto de vista ideológico, por meio da reprodução do papel conservador da família e da mulher, como na perspectiva da inserção precária e subalterna no mundo do trabalho.

As políticas públicas são materializadas na contemporaneidade de forma focalizada, aspecto peculiar das políticas dos países da América Latina (MOTA, 2012). É nesse contexto que se agudizam as desigualdades sociais, incidindo fortemente na vida das mulheres, principalmente das mulheres pobres, que têm sido apontadas como um dos grupos mais vulneráveis. Para Pereira (2008), ocorre a feminização da pobreza na América Latina, verificada também no Brasil, onde os dados demonstram que as mulheres mais afetadas pela violência ainda são as pobres e negras, envolvendo a condição étnico-racial e de classe social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminicídio expressa a forma mais extrema de violência de gênero, que resulta na morte de uma mulher em razão de ser uma mulher, sendo, pois, um crime marcado pela misoginia e discriminação ao gênero feminino. Trata-se de um crime que advém do mar de violência que vive a mulher em diversas situações, contextos e realidades. Os cenários de feminicídios abrangem os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, situados nas relações de poder e desigualdades que assinalam as desvantagens da mulher em relação ao homem.

A violência contra a mulher é o mal-estar que atinge a vida de mulheres em todos os tempos e lugares, com agravos profundos nos dias atuais. A banalização dessas agressões, que não raro chegam ao desfecho com o feminicídio, compõe a vala comum de naturalização do mal. Em sua ampla expressividade, a violência contra a mulher é cometida no doméstico, o qual deveria ser seguro e de proteção e acolhida, no entanto, é um espaço comum onde a violência acontece, cometida em sua maioria por companheiros, parceiros afetivos/sexuais e familiares.

Embora a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio representem grandes conquistas das mulheres no enfrentamento da violência doméstica, os índices destas agressões têm aumentado nos dias atuais. Aumenta também o índice de feminicídio, como revela esta pesquisa, aprofundando o mal-estar às mulheres.

Esta pesquisa mostra que há impasses na implementação da Lei Maria da Penha, com poucos recursos para o aparato institucional desta política pública de maior expressividade para as mulheres, no amparo de suas vidas e seus direitos. É neste contexto que o feminicídio assume seu caráter político, quando o Estado é também responsável pela continuidade dessas mortes, quando não efetiva as políticas públicas e sociais, estabelecidas em lei, além de se omitir na investigação, identificação e condenação justa dos criminosos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely S de. (Org.). **Violência de gênero e políticas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

BEHRING, Elaine. **Rotação do capital e crise**: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, Evi-

lácio et al. **Financeirização fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BRASIL. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. Lei n.º 13.104, de 9 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRITO FILHO, Cleudemir Malheiros. **Violência de gênero – Femicídio**. Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 17, n. 32, p. 179-195, jan.-jun., 2017.

CAPUTI, Jane; RUSSEL, Diana E. H. (Orgs.) **Femicide: sexist terrorism against women**. In: **Femicídio: la política de matar mujeres**. Nueva York: Twayne, 1992. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/51/202/ril_v51_n202_p59.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.

CARCEDO, Ana; SAGOT, Montserrat. **Femicídio en Costa Rica: 1990-1999**. Colección Teórica, 2010.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2019**. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997.

ESCRITÓRIO REGIONAL DA ONU MULHERES / ESCRITÓRIO REGIONAL DO ALTO COMISSIONADO DE DIREITOS HUMANOS (2014). **Diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (femicídios)**. 2014. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf>. Acesso em: 13

jun. 2021.

FERREIRA, Maria Mary. **Violência contra a mulher e feminicídio no Maranhão: uma realidade a ser superada**. EDUFMA. Fórum Maranhense de Mulheres. São Luís, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2014.

GOMES, Izabel S. **Femicídio: a (mal) anunciada morte de mulheres**. Revista Políticas Públicas, v. 14, n. 1, p. 17-27. São Luís, jan./jun., 2015.

LAGARDE, Marcella y de Los Ríos. **Pela vida e liberdade das mulheres**. Fin al femicídio. El Dia, V., fev./2006.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana; PERUZZO, Juliane Feix. **O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina**. In: MOTA, Ana Elizabete. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução de desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

PASINATO, Wânia. **“Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil**. Dossiê: Violência: outros olhares. Cadernos Pagu (37), dez./2011.

PEREIRA, Potyara A. **Política Social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

RUSSELL, Diana. E. H.; RADFORD, Jill. **Femicídio: a política de matar mulheres**. p. 253-266. New York: Twayne Publishers, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. reimpressão. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Boaventura de S. **Democratizar a democracia - Os caminhos da democracia participativa**. Porto: Afrontamento, 2003.

SILVA, Carla da. **Do “monstro” ao homem: motivos de violência contra a mulher**. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

TORRES, Iraildes C. **As Novas Amazônidas**. p. 13-39. Manaus: EDUA, 2005.

TORRES, Iraildes C.; OLIVEIRA, Márcia Maria. **Tráfico de Mulheres na Amazônia**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2012.

VASCONCELOS, Kathleen E. L.; SILVA, Mauricella C. da S. **(Re) visitando Gramsci**: considerações sobre o Estado e o poder. Revista Katálisys, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 82-90, jan/jun., 2012.

WAISELFISZ, Julio J. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: Flacso, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>.

SEÇÃO III

**SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA EM
DEBATE**

LÓGICA DO CAPITAL E (IN) SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA¹

Nádia Socorro Fialho Nascimento
Joaquina Barata Teixeira
Maria Elvira Rocha de Sá
Thaís Sousa Silva

Para Débora Rodrigues (*in memoriam*)

1. INTRODUÇÃO

Não apenas pela relação intrínseca com o tema desta Seção – Sustentabilidade – e, conseqüentemente, com a própria região onde se situa grande parte das/os autoras/es desta coletânea, mas, fundamentalmente, pela centralidade do tempo presente, é impossível deixar de destacar a ameaça que se vivencia hoje diante da pandemia da Covid-19. No futuro, quando estas páginas forem visitadas, talvez a dimensão do que se passa hoje seja apenas uma memória ruim, registrada nas redes sociais, nos jornais e na grande mídia, embora, por outro lado, corramos o risco desse momento presente ainda estar ecoando na vida do planeta.

Houve um tempo em que as grandes ameaças que pairavam sobre a humanidade eram os arsenais de guerra, com suas armas letais que serviam também para assegurar uma tênue paz entre as grandes potências. Paralelamente – e necessariamente – a esse contexto, o capitalismo adensou suas formas de exploração sobre a natureza, o que fez emergir, particularmente a partir da década de 1950, um conjunto de agressões ao meio ambiente que logrou fazer surgir o movimento ambientalista em nível internacional. Sobre o que se convencionou chamar de “questão ambiental”, Foladori (2001) já destacara que ela “tem a particularidade de ser tão ampla e de seus elementos estarem tão interconectados que sua delimitação não é tarefa fácil” (p. 102). Neste texto, a exemplo do que Netto (2001) justificou em relação ao uso da

¹ Para a elaboração deste capítulo, foram reunidas reflexões, produções acadêmicas e questões teóricas resultantes da prática docente das autoras no ensino, na pesquisa e na extensão – inéditos ou não -, elaborados nas últimas décadas e, em particular, as experiências junto aos movimentos sociais.

expressão “questão social” - entre aspas, o que reproduzimos -, utiliza-se do mesmo recurso com relação às expressões “questão ambiental” e, por extensão, “sustentabilidade”. Entende-se que os termos, a exemplo de “questão social”, foram ideologicamente apropriados, no caso do primeiro pelo ideário burguês, no caso dos demais até mesmo pelo pensamento progressista e em todos os casos operando-se uma mistificação, o que resulta, a exemplo do caso modelo, numa naturalização dos processos e numa conseqüente proposição de soluções satélites à questão de fundo: a manutenção do atual modo de produção.

Já no início da década de 1960, o debate ambientalista em nível mundial ganhou destaque muito especialmente a partir do lançamento, ainda em 1962, da obra intitulada “Primavera Silenciosa”, da escritora e bióloga marinha estadunidense Rachel Carson (1907-1964). Na obra, considerada a grande impulsionadora do movimento ambientalista mundial, a autora aborda o uso intensivo de inseticidas e problematiza a relação do próprio homem com a natureza. Naquela conjuntura, Rachel Carson já destacava o alto preço que seria pago a partir do uso de inseticidas que, naquele momento, a autora indicava como responsáveis pelo “desequilíbrio dos processos metabólicos e mutações” (CARSON, 1962 *apud* MOURA, 2008-2009, p. 44).

Se considerarmos o avanço, em nível global, dos desequilíbrios e das possíveis mutações daí derivadas sobre a fauna e a flora, o alerta da obra “Primavera Silenciosa” na década de 1960 se tornou uma realidade e o preço, altíssimo, que está sendo pago agora, representado pelas mais de 4,5 milhões de mortes em todo mundo, sendo que destas mais de 580 mil foram registradas somente no Brasil neste mês de agosto de 2021. A pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2) representa a materialização daqueles desequilíbrios mencionados há cinco décadas antes e não se sabe ao certo quantos mais estão em incubação nesse momento. Conforme destacado por Mészáros (2002), a propensão do capital à acumulação - leia-se utilização desmedida e conseqüente destruição da natureza e do próprio homem, considerados apenas como fatores produtivos -, conduz à irremediável destruição das condições sociometabólicas da relação homem/natureza.

Podemos, e devemos, pensar a “sustentabilidade” não como aquela retórica aludida e menos ainda com uma ingenuidade que pode turvar as possibilidades de resistência à destruição da vida, humana e não-humana. Esta outra “sustentabilidade” esteve presente desde os pri-

mórdios da vida no planeta, quando sequer havia ameaças postas pelo gênero humano, é aquela que exprime a própria relação humana com a natureza no contexto daquelas sociedades chamadas primitivas, das quais Marx (1986) admirava “os valores sociais positivos incorporados” (p. 50).

A partir destas colocações introdutórias, objetiva-se contribuir com as reflexões sobre a “sustentabilidade” na Amazônia, pensada como base para uma formação e intervenção profissional, particularmente na Política Nacional de Assistência Social/PNAS, em consonância com os princípios do projeto **ético**-político da categoria. A Amazônia, sua natureza e seus povos, dialeticamente imbricados, têm direito a sobreviver e nós, que aqui estamos, temos o dever de contribuir na luta pela garantia desses direitos!

2. SUSTENTABILIDADE EM DEBATE: aportes teóricos e conceituais

A sustentabilidade, enquanto conceito, ganhou destaque na sociedade ocidental a partir da realização da Conferência de Estocolmo em 1972, seguida da publicação do Relatório “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1987. Advém daquele Relatório, que ficou conhecido pelo nome da presidente da Comissão - G. H. Brundtland -, a conceituação do que se chamou de “desenvolvimento sustentável”, que seria aquele que atenderia às necessidades do presente sem comprometer a garantia do atendimento às (das) necessidades das gerações futuras.

Compreende-se, assim, que o termo sustentabilidade, tomado em seu sentido genérico, é a capacidade de se sustentar ou de se manter algo, de forma que não se esgote, isto é, a capacidade de exploração de um bem natural no presente sem esgotá-lo ao ponto de prejudicar as gerações futuras. Este é o sentido que ganhou o mundo, sendo sua utilização ampliada para uma variedade, quase infinita, de atividades sendo, por isso mesmo, abordada numa perspectiva transdisciplinar. Para Acselrad (2009), podem ser encontradas 05 (cinco) matrizes discursivas associadas ao termo sustentabilidade: eficiência, escala, equidade, autossuficiência e ética. Ainda de acordo com o autor, não se pode negar que a matriz discursiva de maior impacto, e que dá centralidade

ao conceito de sustentabilidade na contemporaneidade, destaca a racionalidade econômica como capaz de reduzir os desperdícios, isto, é, a que foca na eficiência. Para Acselrad (2009), no entanto, outros propagam a equidade como o princípio maior da sustentabilidade, uma vez que esta articula os princípios de justiça social e ecologia embora, nesse caso, desconsiderem que, como enfatizado pelo autor, as desigualdades sociais, assim como a degradação ambiental, têm raízes comuns.

Pela importância que tem, para a sociedade do capital, a manutenção do padrão de acumulação comandado por sua lógica, o debate sobre “sustentabilidade” ganhou destaque justamente pela perspectiva de finitude dos recursos naturais. Embora o debate sobre a questão ambiental tenha sido iniciado ainda na década de 1950, ele se faria mais forte a partir do final dos chamados anos gloriosos do capitalismo – iniciados a partir do pós-segundo grande conflito armado ocidental –, quando a utilização de matérias-primas para os objetivos da produção capitalista alcançara sua máxima expressão. Nas décadas que se seguiram a ele, os países capitalistas avançaram sobre as áreas do planeta, onde pudessem explorar recursos naturais necessários, em particular, aos esforços de manutenção do poderio armamentista em função da chamada “guerra fria”. Surgem nesse período as empresas multinacionais, instrumentos privilegiados do saque aos recursos naturais dos países periféricos, operando em meio à dupla necessidade do capital: ampliar a produção capitalista e, *pari passu*, conter a tendência decrescente da taxa de lucro pela utilização das chamadas forças compensatórias. Oser e Blanchfield (1983) informam que Marx observou certas forças compensatórias que retardam, nunca eliminam, aquela tendência e consistiriam numa “maior exploração da força de trabalho; - redução de salários; - barateamento do capital constante; - superpopulação crescente e comércio exterior” (p. 174).

Enquanto no período do capitalismo concorrencial, o comércio exterior serviu àquela contenção da queda da taxa de lucro – quando as nações colonizadoras retiravam matérias-primas que devolviam sob a forma de produtos manufaturados –, no capitalismo dos monopólios aquela tendência é retardada, nunca eliminada, pela possibilidade irrestrita dos monopólios terem “acesso exclusivo a matérias-primas escassas” (SWEEZY, 1985, p. 230). O barateamento daqueles recursos – explorados pelas chamadas multinacionais – contribuiu para compensar aquela tendência à queda da taxa de lucro indicada por Marx.

Como para a superação de suas crises o capital necessita avançar para novos territórios (HARVEY, 2004), isso se dá em direção a regiões/nações ricas em recursos naturais e onde se encontram, em paralelo, baixos salários e abundante força de trabalho, além de um baixo nível de industrialização (SWEEZY, 1985, p. 230).

Observa-se, assim, que a utilização predatória dos recursos da natureza, e da própria força de trabalho, constitui-se numa tendência inexorável do processo de acumulação de capital e, como disse Mészáros (2002), a propensão do capital à acumulação conduz à irremediável destruição das condições sociometabólicas da relação homem/natureza. Se as riquezas naturais – água, solo, minerais, petróleo etc. - são finitas, como garantir “sustentabilidade” num sistema que requer o uso contínuo, e crescente, dessas riquezas?

Sob o peso das políticas ultraneoliberais, a noção de sustentabilidade torna-se uma mercadoria, pois, como destacado por Mészáros (2002), as concepções usuais de “sustentabilidade” escondem uma proposta que atende às necessidades do sociometabolismo do capital. A perspectiva que, supostamente crítica, aceita a escassez de recursos e cria mecanismos para seu gerenciamento, como o fazem os defensores acríticos da “sustentabilidade”, não é suficiente. Silva (2010) já destacou como ela se presta a operar como gestão de recursos escassos, o que significaria pensar numa contabilidade de custos e benefícios, em favor do capital.

As mais complexas estratégias não são capazes de conter o esgotamento dos recursos finitos, pois a cada novo produto gerado se consomem recursos disponíveis no planeta. O mito criado em torno das possibilidades dadas pelas inovações tecnológicas é falso, uma vez que, dentre outras razões, elas também se valem de recursos da natureza para sua própria expansão ou, dito de outro modo, a existência da inovação não implica em “sustentabilidade”. Como asseverou Mészáros (2002), é ilusório esperar do progresso técnico uma solução adequada, posto que a “ciência e a tecnologia existentes estão profundamente incrustadas nas determinações que hoje prevalecem na produção” (p. 256).

Entretanto, para este autor, o cerne da questão está em que não se discutem as relações presentes no interior do processo produtivo (capitalista), o qual possui um conteúdo – que é a relação técnica, na qual o que importa é o conhecimento do processo de trabalho – e uma forma. Esta é a maneira como os diferentes indivíduos se relacionam entre

si para produzir. Inclui as relações de produção e/ou apropriação dos meios de produção e da natureza externa e determina notavelmente o processo de produção (FOLADORI, 2001, p. 102). A seguir, o autor destaca o que, a nosso ver, é fundamental:

Não discutir a forma social de produção no momento em que a crise ambiental atinge escala mundial e traz impactos de longo alcance temporal sobre a biosfera e a espécie humana é uma atitude totalmente classista, porque implica, ainda que por omissão, supor que a forma capitalista é a única possível, contra o que assinala a história da humanidade. Nesse caso, está-se defendendo uma determinada maneira de distribuição dos meios de produção e, com isso, de acesso diferenciado à natureza. Como resultado, busca-se corrigir os efeitos da produção capitalista pela via técnica, isto é, pondo filtros aqui e ali, estabelecendo cotas ou impostos em outros casos etc. Sem discutir neste momento a eficiência de tais medidas técnicas, é evidente que nenhuma delas afeta a forma social capitalista de produção. (FOLADORI, 2001, p. 106).

Esta argumentação coaduna-se com o que foi apresentado por Mézáros (2002) em sua obra seminal onde, ao abordar o processo produtivo no atendimento das necessidades sociais historicamente criadas, o autor informa que os custos são proibitivos em muitos aspectos, dentre eles aqueles relacionados aos efeitos ambientais. Segundo o autor, a “solução governamental proposta, como sempre, é apenas alterar um pouco esses efeitos, deixando intocadas as causas – que emanam dos interesses capitalistas dominantes” (p. 262).

3. QUESTÃO SOCIAL E (IN)SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Para a Amazônia, uma das regiões de maior diversidade animal, vegetal e mineral, dotada de riquezas incomensuráveis – ferro, ouro, bauxita, caulim, manganês, níquel, nióbio, lítio etc. –, convergem, historicamente, os olhares das nações ricas do planeta, ávidas por transformar aquelas riquezas em mercadorias de alto valor no mercado mundial capitalista. A essa transformação correspondem, inequivocamente, conflitos socioambientais de diferentes matizes e intensidades dadas pela busca de apropriação privada daquelas riquezas naturais, particularmente nos países periféricos. Acselrad (2004) conceitua conflitos socioambientais como aqueles que, envolvendo grupos sociais que se

apropriam de modo diferente do território, “têm por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades, cujo *acordo simbiótico* é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes” (p. 16).

Na perspectiva do autor, e na contramão das abordagens enraizadas na leitura fragmentada da realidade social – independentemente de serem das ciências sociais ou das ciências naturais –, os conflitos socioambientais resultam da interação entre distintos grupos sociais que se confrontam em função de contraditórios interesses de uso e de significados que atribuem aos territórios. Refletindo sobre a crítica da “ecologia política”² na análise dos fenômenos, Little (2006) argumenta que estes podem ter tanto causas sociais como biofísicas (naturais), o que requer um diálogo entre as ciências, no sentido de uma “simetria epistemológica”. Esta perspectiva fundamenta a atribuição do termo conflitos “socioambientais” aos fenômenos surgidos dos diferentes interesses dos grupos pelos recursos naturais e põe em questão - justamente por conta da dimensão política - a profundidade da análise da realidade social.

Tomando por base esses princípios, refletimos sobre os processos em curso na Amazônia – brasileira ou PanAmazônia –, em função da sua diversidade natural e humana e do interesse que a primeira exerce sobre a sociedade comandada pela lógica do capital. Como resultado da presença nela de empreendimentos do grande capital – e de grande capital –, associado ou não ao Estado, tem-se conflitos socioambientais que estão na raiz da “questão social” na região. Concorda-se com Silva (2013), para quem a “questão social” tem sido interpretada em diferentes perspectivas, que vão do mundo do trabalho, passando por questões de gênero, etnia e minorias sociais, até um “conjunto de problemas econômicos, políticos, sociais e culturais próprias da sociedade capitalista” (p. 273).

Partindo dessa reflexão, argumentamos que, particularmente na Amazônia, a “questão social” precisa ser apreendida nas suas particularidades, inclusive, porque na região se condensam e se dilatam suas

2 Segundo Little (2006), a “ecologia política” é um novo campo de pesquisa surgida nas últimas décadas. Ela “combina o foco da ecologia humana nas inter-relações que sociedades humanas mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos com conceitos da economia política que analisam as relações estruturais de poder entre essas sociedades” (p. 86).

múltiplas expressões. Tomando sua origem no sistema capitalista de produção e a produção de desigualdades sociais que lhe é inerente, argumentamos que o modelo de desenvolvimento implantado na Amazônia, centrado na exploração de suas riquezas naturais, particularmente no estado do Pará, tem (re)produzido novas e adensado velhas expressões da “questão social” na região (FIALHO NASCIMENTO e HAZEU, 2015).

Teixeira (2008) afirma que a “questão social” na Amazônia se origina a partir dos processos de separação dos amazônidas – particularmente, embora não unicamente, os povos e comunidades tradicionais³ -, da sua relação direta com a natureza do que decorre, como um dos resultados, a transformação da população local em força de trabalho “livre”. A autora chama a atenção para o fato de que a expansão sem limite do capital na região intensifica as demandas postas ao Serviço Social, que se manifestam através da “escassez (onde antes havia fartura), poluição das águas (rios, igarapés, lagos, praias), devastação da floresta (último reduto da maior biodiversidade ainda existente)” (p. 141). A escassez, em meio à abundância, provoca o agravamento da pobreza e das desigualdades sociais aumentando, assim, a demanda por políticas públicas – particularmente de assistência social e saúde –, que se encontram deficientes e/ou ausentes junto às comunidades e povos tradicionais.

A exemplo dos processos históricos ocorridos quando da constituição do próprio capitalismo, dá-se a formação de uma massa pauperizada, que não encontra lugar no mercado de trabalho assalariado e, em paralelo, fica à margem das políticas públicas. Dados da Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2020) destacam ainda que, enquanto a informalidade no Brasil, em 2019, alcançou 41,6% dos/as trabalhadores/as, na Região Norte esse percentual foi 61,6%. A precarização das condições de trabalho na Região Norte do Brasil é histórica, remonta à presença das nações coloniais na Amazônia, quando as relações capitalistas foram inseridas no espaço amazônico, em especial a partir da economia gomífera⁴ na região. Nesse período, formou-se de um lado uma

3 De modo geral, tomamos neste texto o conceito de povos e comunidades tradicionais como os “que provêm formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica” (BRASIL, 2007)

4 Ao final do século XIX, o extrativismo gomífero inseriu a Amazônia à economia mundial capitalista e o contrabando inglês das sementes da seringueira para as colônias britânicas produziu a crise dessa economia nas primeiras décadas do século XX. No contexto

sub-burguesia regional, dependente do capital nacional/internacional e, de outro, uma classe trabalhadora destituída dos meios de subsistência, que Leal (2010) descreve como:

“verdadeiramente deserdados: um contingente de seringueiros, de origem nordestina, transplantados para a Amazônia dos altos rios, que lá ficaram, amarrados à miséria que os reproduziu como massa pauperizada da floresta vivendo ao nível da pobreza absoluta; e os de etnia e cultura de origem nativa, agora já representados não mais pelo índio, que já estava, na prática, exterminado como raça aos fins do século XIX, mas pelo cabôco⁵, seu filho mestiço, que passa a ser o elemento social nativo característico a partir desse período. Esses filhos nativos da Região passaram a compor a enorme massa de deserdados sobre cujo trabalho a classe dominante regional conseguiu se manter: na floresta e nos rios, remadores, pescadores, castanheiros, balateiros, caçadores, canoeiros; no espaço urbano, a massa de braçais, trabalhadores domésticos, prostitutas, que compunham a fonte e refletiam o resultado do sobretrabalho extraído, na Amazônia, por essa classe dominante. (p. 33).

Como destacado por Marx (2018, p. 84), a natureza é o sustentáculo da própria vida, ela “é seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental está interconectada com a natureza e não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza”. Partindo desse princípio, Leal (2010) destaca que, na Amazônia, a expropriação do nativo, a partir dos processos de ocupação do território pelo grande capital, retirou aquilo que lhe permite a reprodução das suas condições materiais de existência – a terra e os espaços da natureza. Na realidade amazônica, natureza e homem são partes integrantes de uma mesma realidade, onde a apropriação da terra

da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), a extração da borracha foi retomada para suprir as demandas pelo produto no conflito armado. Referindo-se aos resultados do chamado *boom* da borracha (1850-1910), quando as exportações do produto chegaram a 40% da exportação nacional, Fialho Nascimento (2006) destaca que ele “trouxe, como uma de suas consequências, uma modernidade aparente que, associada à ideia de progresso, se expressou na ação urbanizadora e embelezadora sobre as cidades de Belém e Manaus, subordinada não às necessidades coletivas de suas populações, mas objetivando as necessidades do capital” (p. 101).

5 O professor e pesquisador da UFPA Aluizio Lins Leal, com base no “Dicionário da Terra e da Gente do Brasil”, de B. J. de Souza (1961), informa que a palavra cabôco provém do nheengatu caá-bôc, que significa “tirado do mato”, sendo este o termo apropriado para definir o descendente étnico e/ou cultural do índio. O termo usual “caboclo” seria, portanto, um duplo erro: por não haver o “l” no seu radical fonético, uma vez também que não existe o “l” no nheengatu, o que faz de “caboclo” uma corruptela imprecisa e completamente equivocada (LEAL, 1982).

é condição preliminar do trabalho sobre ela e onde o homem, quando se apossa da terra, “[...] produz nela, preferencialmente, valor de uso, embora [...], também produza valor de troca, integrado que está em um sistema que lhe exige a produção de um excedente compulsório.” (LEAL, 2010, p. 14). De acordo com Fialho Nascimento (2006):

[...] essas relações se diferem fundamentalmente daquelas dominantes no sistema capitalista, que se assenta na lógica da expropriação do homem de seus meios de produção, transformando em capital os meios sociais de subsistência e de produção e convertendo em assalariados os produtores diretos. (p. 92).

Harvey (2004) destaca que no processo de acumulação do capital se estabelecem relações de um lado, entre o capitalismo e o/a trabalhador/a assalariado/a e, de outro lado, entre o capitalismo e os modos de produção não capitalistas. Luxemburgo (1985) destacara, ainda nas primeiras décadas do século XX, como a acumulação capitalista, para prosseguir, precisa estabelecer relações com sociedades não capitalistas, as quais a autora denomina de “sociedades de economia natural”. Estas, por serem donas dos seus meios de produção e utilizarem tanto a terra como a sua força de trabalho para a sua sobrevivência, são consideradas pelos capitalistas como obstáculos para a acumulação, razão pela qual, nas regiões onde predominam as relações de economia natural, o grande capital vai destruindo os meios de sobrevivência e as formas do homem se relacionar com a natureza. Ainda para aquela autora, o capital buscava penetrar nas sociedades de economia natural de modo a destruir sua autossuficiência e, assim, fazer surgir em seu lugar uma economia de mercado. Em relação à Amazônia, Chaves (2001) destaca como as sociedades não capitalistas realizam uma integração ao mercado, mesmo que parcial, e Rodrigues (2009) destaca, de modo geral, a estreita relação destas populações com o ambiente, o que faz com que elas não apenas sobrevivam das riquezas naturais disponíveis, mas que desenvolvam todo um complexo de relações que inclui estratégias de manejo, conservação dos recursos naturais e de subsistência de uma forma particular.

4. DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Nos governos militares, especialmente a partir da década de 1970, o discurso do planejamento do desenvolvimento para a Região Norte norteou-se pelo chamado “fator amazônico”. O significado atribuído naquele momento ignorava todos os ativos regionais — a diversidade da riqueza florestal e animal (com sua fonte de alimentos, medicamentos, perfumes, insumos e óleos), a vasta concentração de água potável, a pluralidade cultural das etnias, a vastidão territorial etc. —, ressaltando apenas os chamados aspectos negativos. Estes últimos, a exemplo do que fora disseminado desde a colonização portuguesa, diziam respeito às longas distâncias para acesso à região, ao clima quente e úmido, às chuvas constantes e torrenciais, à proliferação de insetos e doenças e, impossível não rememorar, até mesmo à percepção dos seus habitantes como “selvagens”. Para supostamente enfrentar esse “fator amazônico”, foi imposta à região uma modernização primeiro conservadora e, depois, destrutiva, que resultou no verdadeiro saque aos recursos naturais com a consequente devastação da floresta, poluição dos rios, intrusão das áreas indígenas e a economia de enclave⁶.

A particularidade regional, onde se manifesta a generalidade das expressões da “questão social” do país, com a singularidade própria deste vasto território, requer a compreensão dessa totalidade que é a Amazônia, o que impõe desafios ao Serviço Social, tanto na esfera do planejamento como da intervenção profissional. Particularmente no âmbito da proteção social estabelecida em lei, temos um Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que prima pelos princípios da territorialidade, que não devem ser confundidos com aquela noção de “fator amazônico”, desafiando as/os profissionais de Serviço Social a uma intervenção altamente qualificada.

Para uma intervenção qualificada do Serviço Social nas políticas públicas, tomando como *locus* a particularidade amazônica, devem ser apreendidos um conjunto de componentes que afetam o trabalho junto ao SUAS. Em particular, nos referimos ao território amazônico em razão das distâncias intermunicipais que comprometem a gestão, inclusive, pela insuficiência de recursos para cobrir os deslocamentos

6 Para os enclaves da Amazônia se aplicam as observações de Castel (1998), quando diz que a empresa era uma máquina de integrar, agora é uma máquina de vulnerabilizar e de excluir, mesmo em suas formas modernizadoras e aparentemente democráticas.

das equipes de trabalho. É preciso refletir - daí o diferencial de um planejamento e intervenção qualificados sob uma perspectiva crítica -, que as longas distâncias não são o problema, elas apenas expressam a singularidade do território amazônico. Cabe ao Estado assumir os custos de viabilização das políticas públicas, especialmente as de corte social, para a manutenção das ações na vastidão do território. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) Itinerantes, previstos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e braços volantes dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) precisam estar articulados em âmbito regional, para dar conta das demandas sociais que são estruturais. Ao abordar a Proteção Social Básica num município paraense, Almeida (2021) destaca, em relação à presença dos CRAS no Estado do Pará que, a exemplo do Estado do Amazonas, possui um território extenso, que, “Dos 258 CRAS existentes no Estado do Pará, apenas 24 estão localizados em áreas rurais e, destes, apenas quatro CRAS apresentam denominação de CRAS Ribeirinho ou Quilombola” (p. 205). Em que pese os desafios com os quais se confrontam as/os profissionais de Serviço Social que atuam nos CRAS Ribeirinhos, a mesma autora ressalta, como um dos resultados a que sua pesquisa chegou num município paraense, o fato de que os sujeitos entrevistados/as não tinham um entendimento sobre a importância da participação, “desconhecendo a existência do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), comumente confundido, por eles, com o Conselho Tutelar” (ALMEIDA, 2021, p. 208).

Assim, como cabe à gestão das políticas públicas na região pensar nas diferentes formas de viabilização dos deslocamentos, na diversidade dos povos e comunidades tradicionais e na presença mesma da floresta amazônica, cabe também promover aquela articulação dos CRAS e CREAS em cada unidade da região, que pouco poderão fazer se não se constituírem como um conjunto de unidades que se apoiam mutuamente. É preciso estar atento às múltiplas faces da particularidade regional onde vivem, trabalham e demandam os/as usuários/as que necessitam das políticas, serviços e benefícios do SUAS. A própria noção de rede socioassistencial não deve se limitar à relação esfera pública x entidades da sociedade civil, mas deve abranger todo o conjunto da logística de atendimento no interior da própria esfera pública. É a esfera pública que promove a direção social, intelectual e ética do Sistema, quer no campo dos seus referenciais ético-políticos, quer no campo de

sua política de educação permanente. A noção de rede, pois, pode e deve evoluir para o campo da integração e apoio mútuo nos espaços regionais de equipamentos e infraestrutura, sem o que a Amazônia continuará enfrentando sérios problemas na esfera da proteção de direitos.

Para além de uma perspectiva geográfica, é no território que se materializam todas as relações e produções sociais advindas de múltiplas intencionalidades dos sujeitos e onde não deve haver lugar para a visão restrita às divisões administrativas. Santos (1999) nos lembra que o território, como algo em processo, contém as dimensões global, nacional e local. Isso requer uma compreensão da generalidade da sociedade do capital e da própria intervenção profissional, aliada aos processos que se dão na particularidade regional e à singularidade das demandas que, na Amazônia, dizem respeito a uma multiplicidade de sujeitos sociais, com destaque para os chamados povos e comunidades tradicionais. É imperioso, também, não perder de vista, numa análise de totalidade, que o território é marcado por relações de poder, explícitas ou simbólicas, exercidas por atores diversos, numa arena de lutas em que confrontam suas visões de mundo.

Outro desafio latente para a gestão das políticas públicas na Amazônia é a necessidade, imperiosa, de uma rede de comunicações que garanta a troca, o acesso às informações, a prontidão nos encaminhamentos e todo um conjunto de ações próprias do sistema de proteção social, mas que, na Amazônia, encontra-se em condições de atraso em relação ao restante do país. A vantagem das estratégias logísticas é essencial ao processo de gestão e ao trabalho protetivo na região.

Como destacado por Acselrad (2009), a “sustentabilidade” proposta não deve também restringir-se à preservação e construção das condições de autossuficiência econômica de comunidades de produtores, mas combinar, também, a percepção das condições de acentuada desigualdade jurídica, econômica e política de acesso ao espaço ambiental pelos distintos agentes sociais (ACSELRAD, 2009). As matrizes do conceito de “sustentabilidade”, como apontadas pelo autor, precisam estar em relação dialética e, em especial, destacamos a equidade e a ética, como aquelas matrizes que demarcam uma proposta o mais próximo possível de ser emancipadora.

Assim como no campo da Saúde, onde o princípio da equidade requer tratar de forma diferenciada os grupos em situação de desvantagem, também na Assistência Social ela deve constituir-se numa impor-

tante estratégia de planejamento, particularmente numa região como a Amazônia, onde as desigualdades sociais são expressivas. Refletindo sobre a utilização do princípio da equidade nas políticas de saúde, Viana et al. (2003) destacam que, a nossos ver, é essencial a sua utilização “na alocação dos recursos financeiros” (p. 61). No caso da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), esta não deveria tratar como iguais as condições de norte a sul do Brasil, pois como na Amazônia a complexidade do meio natural e humano são marcas indeléveis do real.

Para além das questões técnicas informadas pelas demais matrizes, tomamos a ética como a matriz essencial à compreensão das possibilidades postas pela sustentabilidade, uma vez que esta diz respeito à apropriação social do mundo material (ACSELRAD, 2009).

5. CONCLUSÃO

A resistência histórica dos povos da floresta, que vêm enfrentando neste momento um dos maiores ataques⁷ à sua sobrevivência, faz deles verdadeiros guerreiros e não apenas em defesa de causa própria, mas em defesa da própria floresta, sem a qual a vida no planeta estará irremediavelmente ameaçada. Uma intervenção profissional qualificada não deve se ater apenas à garantia de direitos dos grupos sociais etnicamente diferenciados, mas do resgate da diversidade étnica dos povos que habitam a Amazônia, dos quais somos herdeiros(as) e beneficiários(as) e que nos ajudam a sedimentar, sem estranheza, nossas convicções éticas e estéticas da possibilidade de um mundo capaz de socializar sim, meios de produção, o que os povos indígenas já faziam há milênios. A intervenção do Serviço Social deve tomar as etnias e agrupamentos culturais como coletivos sujeitos de direitos e suas culturas, como protagonistas da história de resistência na Amazônia e não como grupos de segunda classe. No caso dos indígenas, eles têm um

7 Enquanto este texto estava sendo elaborado desenrolavam-se, em Brasília, manifestações dos povos indígenas enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) votava o Projeto de Lei/PL 490/2007. Este PL propõe que as demarcações de terras indígenas devem seguir a tese do “marco temporal”, defendida especialmente por ruralistas, segundo o qual os indígenas só teriam direito à terra se estivessem sob sua posse no ano de 1988, data da promulgação da Constituição Federal. Ao ignorar as históricas violações que esses povos sofreram ao longo dos anos, o PL permite atividades em terras indígenas, a exemplo da mineração, contribuindo tanto para a degradação ambiental como, particularmente, para colocar em risco a própria sobrevivência desses povos pelo contato com não-indígenas. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/23/pl-490-brasilia-df-indigenas.htm?cmpid=>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

protagonismo que vai muito além, diz respeito à sua ação, como destacado por Malheiro et al. (2021)⁸, na própria conformação da região que, ao contrário do pensamento corrente, tem mais de 13 mil anos de presença humana.

Diante do avanço, não só das forças produtivas do capital como também da sociabilidade que se ergue sobre elas, hoje já nos deparamos com grupos indígenas que aprenderam o avesso do seu modo de vida. São proprietários individuais de fazendas, já reclamam a divisão de seus lotes nas reservas, já absorveram a cultura individualista e, em muitas realidades, já se encontram em processo de aculturação, além de sujeitos das mais dolorosas manifestações da “questão social”. Na verdade, à destruição do meio natural já se constata, de longo tempo, uma destruição do meio social que afeta povos indígenas e não indígenas, nativos ou não da Amazônia, como foi definido nas palavras de Leal (1982). O que pode parecer exagero nas palavras do autor é indicador das condições de barbárie, às quais os grupos humanos na Amazônia foram submetidos desde que as primeiras botas do colonizador pisaram nesta região do planeta.

No contexto de um ultra-neoliberalismo que se materializa, por exemplo, como na Emenda Constitucional n.º 95/2016, tem-se uma drástica redução dos investimentos na esfera social, com desdobramentos que agravam a já insuficiente oferta dos serviços/benefícios prestados no âmbito da Assistência Social. Na Amazônia, este quadro tem cores dramáticas, dadas por uma série de fatores históricos, culturais, políticos e sociais que são adensados pela homogeneização própria das políticas públicas.

Ainda ecoam as análises de Mészáros (2002) sobre a ruptura do metabolismo homem/natureza, onde a competitividade e a concorrência intercapitalista ocasiona a destruição numa escala sem precedentes do meio ambiente e da força de trabalho. As forças políticas que constroem as desigualdades são as mesmas que proclamam a “sustentabilidade”, o que, por si só, já indica a necessidade de, no mínimo, uma reavaliação dos usos do conceito. Assim como no passado recente os discursos estatais do “desenvolvimento” e da “integração” foram fun-

⁸ Para um mergulho na riqueza humana na Amazônia, em sua interação com o meio natural, ver a inquestionável contribuição da obra “Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo”, de autoria de Malheiros *et al.* (2021), constante nas referências e resenhada por uma das autoras deste capítulo para a Revista *Germinal*, da Universidade Federal da Bahia.

cionais à invasão da Amazônia pelas forças do grande capital, o discurso da sustentabilidade, tomado de forma acrítica, tende a revelar-se ainda mais sedutor e letal.

Aquela primavera silenciosa temida por Rachel Carson - uma primavera sem pássaros, afetados em sua reprodução pelos efeitos dos inseticidas, razão de ser do título da aludida obra -, não é um acidente de percurso, mas o próprio fundamento da sociedade do capital. Sem a crítica desta e ações coletivas voltadas para a sua superação, haveremos de vivenciar não apenas uma primavera, mas toda uma floresta silenciosa, e não só do canto dos pássaros!

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. do A.; BEZERRA, Gustavo das N. **O Que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALMEIDA, Pamela Z. de. **Proteção Social Básica da Política Nacional de Assistência Social na Amazônia paraense: um estudo nas comunidades ribeirinhas Arumanduba e Urubueua-Cabeceira no município de Abaetetuba (PA)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

BRASIL. Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá**. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica (Interdisciplinar)), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica**

do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro; HAZEU, Marcel Theodoor. **Grandes empreendimentos e contradições sociais na Amazônia:** a degradação da vida no município de Barcarena, Pará. Argumentum, Vitória, v. 7, n. 2, p. 288-301. jul./dez. 2015.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. **Amazônia e Desenvolvimento Capitalista:** elementos para uma compreensão da “Questão Social” na região. 195f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do Desenvolvimento Sustentável.** Tradução Marise Manoel. São Paulo: Editora UNICAMP, Imprensa Oficial, 2001.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo.** Tradução Adail Sobre. São Paulo: Loyola, 2004.

IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais 2016. **Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 jul. 2021.

IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais 2020. **Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 jul. 2021.

LEAL, Aluísio Lins. **Uma Sinopse Histórica da Amazônia.** TRINDADE, José R. e MARQUES, Gilberto (Orgs.). Revista de Estudos Paraenses, Belém, Edição Especial, 2010.

LEAL, Aluísio L. **Os primeiros impactos sociais de um polo metalúrgico na Amazônia:** o caso Albrás/Alunorte. Revista Ciências da Terra, n. 5, jul./ago. 1982.

LITTLE, Paul Elliot. **Ecologia política como etnografia:** Um guia teórico e metodológico. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun., 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Apresentação de Paul Singer. Tradução Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MALHEIRO, Bruno; MICHELOTTI, Fernando; PORTO-GONÇAL-

VES, Carlos Walter. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular: 2021.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. Tradução Eric Hobsbawn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Editora da UNICAMP/BOITEMPO, 2002.

MOURA, Romero M. de. **Rachel Carson e os agrotóxicos 45 anos após Primavera Silenciosa**. Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica, Recife, v. 5 e 6, p. 44-52, 2008-2009.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, v. 2, n. 3, jan./jul., 2001.

OSER, Jacob; BLANCHFIELD, Willian C. **História do pensamento econômico**. Tradução Carmem Terezinha Santoro dos Santos. São Paulo: Atlas, 1983.

RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. **Estudo para identificação de mecanismos de proteção aos conhecimentos das populações tradicionais: estudo de caso das comunidades Ebenézer e Mucajá em Maués/AM**. Tese (Doutorado em Biotecnologia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

SANTOS, Milton. **O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise**. Cadernos IPPUR/UFRJ. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano 23, n. 2. Rio de Janeiro, ago./dez.,1999.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do desenvolvimento capitalista - Princípios de economia política marxista**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

SILVA, Maria das Graças. e. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Ivone Maria F. da. **Questão Social e Serviço Social na formação sócio-histórica brasileira**. Revista Temporalis, Brasília, ano 13, n. 25, p. 261-278. jan./jun., 2013.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social**. Revista Em Pauta, n. 21, p. 141-152, 2008.

VIANA, Ana Luiza A.; FAUSTO, Márcia Cristina R.; LIMA, Luciana D. de. **Política de Saúde e Equidade**. v. 17. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2003.

POLÍTICAS PÚBLICAS & SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA: pauta de desafios e potencialidades para o Serviço Social

*Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves
Gizelly Caroline França Guimarães
Camila Fernanda Pinheiro do Nascimento
Thamirys Souza e Silva*

1. INTRODUÇÃO

O trabalho em pauta discute a natureza das políticas públicas, a partir dos parâmetros de sustentabilidade no cenário da Amazônia e dos direcionamentos e desafios para a constituição de estudos orientados pelo projeto ético-político do Serviço Social realizados pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia – Grupo Inter-Ação. Para abordar as problemáticas específicas na cena da Amazônia, a exposição inicia com o debate sobre a dinâmica da expansão das relações capitalistas de produção na região e as investidas progressivas que se abatem sobre as formas de organização sociocultural, política e de manejo dos recursos naturais locais.

O ritmo crescente e frenético da ofensiva da 4ª Revolução¹ que ordena um novo paradigma técnico econômico avança aprofundando o abismo (*gap*) vigente das desigualdades sociais entre capital e trabalho, entre as classes sociais, como resultado das contradições inerentes ao modo de produção e consumo na sociedade ordenada sob a égide do sistema capitalista. Sob os vínculos da nova ordem é possível identi-

¹ Movimento de reestruturação produtiva do capital, com instituição de um novo ciclo econômico, que abrange indústrias criativas, empresas inovadoras, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), Internet das Coisas, cidades inteligentes e outras tendências tecnológicas formando a indústria 4.0. Este conjunto de inovações aumenta, em nível global, a capacidade e eficiência do setor produtivo, amplia o fluxo das redes de comunicação, circulação de pessoas, informação, capital e mercadorias e afetam radicalmente a produção de bens e serviços, as formas de organização/gestão do trabalho, as condições e relações de trabalho, o conteúdo do próprio trabalho, elevando a composição técnica e de valor do capital.

ficar o fenômeno de superexploração dos trabalhadores, fruto de uma interconexão orgânica entre diferentes processos e fluxos societários e produtivos.

Para Santos (2020, p. 54), esses fenômenos são resultado de três processos interdependentes nas esferas: *produtiva* pela constituição de novos mecanismos de exploração da força de trabalho que afetam diretamente as relações e condições de trabalho; *pública* pela ação do Estado no ordenamento de seu perfil na viabilização de políticas, tais como: (des)regulamentação do trabalho, supressão de direitos sociais e os processos de privatização/mercantilização do patrimônio público; *sociocultural*, que abrange a dinâmica da vida da classe trabalhadora pelas mudanças infligidas às organizações culturais, ideológicas e na sociabilidade no modo de ser e viver. A dinâmica e interação entre os processos fazem emergir uma profunda crise civilizatória que afeta todo o planeta, cujas contradições delimitam os contornos da relação sociedade-natureza, pelo uso indiscriminado e predatório dos recursos naturais, enquanto o caráter expropriador desencadeia uma cascata de conflitos fundiários e socioambientais que, por sua gravidade, redundam no agravamento da pauperização, dos riscos e das vulnerabilidades sociais e ambientais.

Ao lançar um olhar para o terreno contemporâneo da formação social histórica do Brasil, Mattik (1976 *apud* CHESNAIS, 2013, p. 26) considera que “(...) cada crise concreta se compreende na relação que ela mantém com o desenvolvimento da sociedade global”. Assim, o Brasil, no 1º trimestre de 2021, passa por (re)ajustes da contrarreforma trabalhista que fazem fluir uma volumosa cascata de riscos e vulnerabilidades sociais que, além de limitar as formas de proteção social daqueles que integram as forças produtivas, faz avançar o desemprego que alcançou 14,805 milhões de pessoas e empurrou 38,2 milhões de trabalhadores para a fornalha do trabalho informal, formando uma multiplicidade de cidadãos que obtêm o sustento de seus grupos familiares pela via da autoexploração e da ausência de direitos de cidadania (IBGE, 2021). O padrão da contrarreforma faz dilatar o grau de pauperização e exclusão social nas diferentes regiões do país, deixando alijados do mercado de trabalho 76,483 milhões de pessoas e 6,0 milhões de pessoas desalentadas (IBGE, 2021).

Constata-se que em menos de uma década as elites conservadoras e reacionárias brasileiras granjearam amplitude e profundidade,

ganhando terreno ao minar as formas de enfrentamento das forças políticas de vanguarda representadas pelos governos democráticos que estiveram à frente do Estado (entre as décadas de 1990 e 2016). O golpe encetado em 2016 no governo da presidente Dilma Rousseff, pela direita conservadora, criou as condições favoráveis para o avanço do reacionarismo com a radicalização da truculência, disseminação do ódio étnico-racial, acirramento de todas as formas de violência, repressão e criminalização das lutas sociais, cuja expressão máxima foi o estelionato eleitoral com o governo Bolsonaro (eleito para 2019-2022), que associado aos ditames de fortalecimento do movimento do capital global aportou trazendo toda a pujança das consequências da crise de empregabilidade.

Na Amazônia, os rebatimentos desta crise e os determinantes da lógica que ordena o sistema capitalista, bem como os limites impostos para o acesso às políticas públicas, alcançam e afetam de modo imperativo os povos originários (etnias indígenas), cujas formas de organização sociocultural e tradicionais guardam formas singulares de produção e gestão do manejo dos recursos naturais locais. O conjunto das mudanças no campo societário, além de incidirem diretamente nas relações sociais, comprometem, sobretudo, as condições laborais de acesso ao emprego pelos trabalhadores, afetando o campo dos direitos trabalhistas e sociais. Estas, no caso dos Assistentes Sociais, solapam tanto as condições de empregabilidade e de trabalho, quanto urdem pressões socioinstitucionais e políticas que ameaçam o projeto ético político do Serviço Social.

2. SERVIÇO SOCIAL E O COMPROMISSO ÉTICO POLÍTICO: dilemas impostos pelo contexto pandêmico

A emergência sócio-histórica do Serviço Social guarda vínculo estreito com o desenvolvimento do sistema capitalista. Viana et al. (2015) afaixa que em seus primórdios o trabalho dos assistentes sociais foi caracterizado pela subalternidade, como meros executores de políticas sociais e mantenedores da ordem e controle social, sob ditames de ordem da autocracia burguesa. A teoria social de Karl Marx (1818-1883), ao ser adotada na formação de profissionais e na afirmação de seus fundamentos, auxiliou no acúmulo crítico coletivo do Serviço Social fornecendo suporte importante e necessário para avançar nas pesquisas, na intervenção profissional e nos compromissos de luta da clas-

se trabalhadora, em suas diversificadas formas de resistência.

Partindo desse pressuposto, entende-se que a instituição do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social (MRSS), instaurado durante a vigência da ditadura militar (1964-1985), representou um efetivo processo de renovação do Serviço Social. Este Movimento representou um importante marco histórico para o Serviço Social, demarcando a emergência e a consolidação de uma visão crítica em relação ao trabalho profissional, pela percepção da necessidade de consolidação das políticas sociais como direitos, do compromisso com a luta da classe trabalhadora, da afirmação profissional do Serviço Social, em seus pressupostos éticos políticos.

A partir dos direcionamentos do Movimento, a formação e o trabalho profissional passaram a ser norteados pela abordagem analítica crítica da realidade social, visando construir instrumentais teórico-práticos para enfrentar a questão social, numa efetiva busca de superação das práticas tradicionais do Serviço Social (VIANA et al., 2015). Logo, o MRSS serviu como alicerce para adoção da teoria social no processo de formação e no exercício profissional do assistente social, cujo trabalho vigorou mediante as lutas da categoria e do fortalecimento de uma identidade profissional.

Netto (2005 *apud* VIANA, 2015) identifica no processo de renovação do Serviço Social as perspectivas: modernizadora, de reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. A modernizadora² representa a preocupação dos profissionais de Serviço Social com o aperfeiçoamento do instrumental operativo, com os procedimentos metodológicos e técnicos e com padrões de eficiência. A perspectiva nominada como reatualização do conservadorismo manifesta-se na complexa dialética de ruptura e continuidade com o passado profissional, sem prejuízo dos elementos renovadores que apresenta. Enquanto a intenção de ruptura mirava no rompimento com o Serviço Social tradicional, visando dissociar-se do conservadorismo, inerente à tradição positivista, de seus procedimentos metodológicos, ideológicos, teóricos e práticos, adotando o pensamento marxista (NETTO, 2005 *apud* VIANA, 2015).

É importante reconhecer que no cotidiano do trabalho do/a assistente social, sob o fluxo da realidade marcada pelas contradições, a ordem institucional pode vir a demandar de modo impositivo o

² Perspectiva baseada nos documentos dos seminários de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970), organizados pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social).

desempenho de ações que conflitem e/ou sejam antagônicas aos princípios norteadores da profissão, por não corresponderem a uma intervenção pautada na concepção de cidadania defendida pela categoria, como resultado de anos de luta como classe trabalhadora. Barroco (2015, p. 633) afirma que o Serviço Social, no exercício profissional, desempenha “tarefas policiais”, por exemplo, nas desocupações truculentas de áreas de ocupação, em deslocamentos de moradores de rua e usuários de droga, na censura e no controle dos usuários, cumprindo os objetivos de instituições tradicionalmente conservadoras pautadas pela moral e a tradição.

Para assegurar a regulamentação dos princípios defendidos no Movimento de Reconceituação, a categoria é impulsionada pelas entidades organizativas da categoria (CFESS-CRESS, ABEPSS e ENES-SO) que atuam diligentemente para compor instrumentais normativos com bases/fundamentos e diretrizes para o exercício profissional, daí a relevância da consolidação do Código de Ética do/a Assistente Social, de regulamentação da profissão. Sant’ana e Silva (2013, p. 182) nomeiam como processo inspirador para “revisão e o amadurecimento do Código de Ética do Assistente Social, a definição de diretrizes nacionais para a formação [...], a criação de um Projeto Ético-Político Profissional [...] lutas sociais dentro e fora dos espaços de atuação profissional”.

Neste estudo, adota-se o enfoque de que o Serviço Social é uma especialização do trabalho social e que o Assistente Social é um profissional que atua diretamente junto às expressões da questão social. No Brasil, desde a instauração e consolidação do Movimento de Reconceituação, predomina na atuação dos profissionais de Serviço Social, seja no campo da formação e/ou do trabalho profissional, uma intensa e relevante articulação com os movimentos sociais e da classe trabalhadora no enfrentamento das expressões da questão social mediante as políticas sociais (BOSCHETTI, 2017).

Tal *approach* baseia-se na referência fornecida por Yamamoto (2017, p. 27), que afirma que (...) o Serviço Social tem na *questão social* a base de sua fundação como especialização do trabalho, sendo percebida como o *conjunto* das expressões das desigualdades. Para identificar e interpretar analiticamente a questão social na contemporaneidade, nas palavras de Yamamoto (2007, p. 114), faz-se necessário “decifrar os determinantes das múltiplas expressões da questão social”. Partindo desse pressuposto, entende-se que objeto de trabalho cotidiano

do Assistente Social, assim como as políticas sociais, são a forma de acesso aos direitos pelos cidadãos, cujo conjunto das expressões das desigualdades presentes a serem enfrentadas abrangem um amplo domínio de problemáticas relativas ao acesso aos bens e serviços sociais, direitos humanos e sociais que possuem determinações locais e gerais.

Vale reconhecer que, assim como o neoconservadorismo e o ideário neoliberal afetam sobretudo as políticas sociais, eles também fomentam um processo de retorno ao conservadorismo no Serviço Social, sendo preciso criar formas de resistência a este processo, para habilitar os mesmos para enfrentar os maiores desafios impostos ao trabalho dos/as assistentes sociais nesta conjuntura. Nesse sentido, Boschetti (2017, p. 68) afirma que: “são incidências conservadoras que remodelam a atuação do Serviço Social nas políticas sociais e podem fazer retroceder as históricas conquistas alcançadas nos últimos três decênios e que marcaram a ruptura com o Serviço Social acrítico”. De acordo com Sant’ana e Silva (2013, p. 191), os aportes teórico-metodológico e ético-político servem como elementos formadores do fazer profissional e instituem um extenso horizonte de possibilidades para o exercício crítico, pela instauração de um campo de lutas e de construção de alternativas possíveis, “ontologicamente dadas e carentes de potência humana que as ponha em movimento sem recaídas idealistas.”

Na conjuntura de início da terceira década do século XXI, com o (re)surgimento das ofensivas neoconservadoras que promulgam os ideários neoliberais, faz-se notória a prevalência de um significativo retrocesso em relação à viabilização das políticas sociais. Nesse sentido, Barroco (2015, p. 626) afirma que “a ofensiva neoliberal do grande capital diversificou e ampliou a degradação do trabalho e da vida social, atingindo duramente as condições de existência da classe trabalhadora e dos setores marginalizados”. Partindo desse pressuposto, Barroco (2015, p. 630) revela que os ataques às políticas sociais baseadas em ideários neoconservadores, “além de reforçar a moralidade punitiva, revela[se] também uma estratégia presente na ofensiva direitista atual”.

Tal ordenamento, firmado pela necropolítica do governo Bolsonaro (2019-atual), é conduzido de maneira incansável para minar, enfraquecer e desacreditar as forças democráticas do país. Em meio às agressivas contrarreformas, em 2020 a pandemia do novo Coronavírus (SARS-COV-2), agente causador da Covid-19, alastrou-se da China para todos os continentes de maneira veloz. A pandemia adveio oca-

sionando grande risco e agravos para a saúde dos indivíduos, com alta letalidade, principalmente acometendo os segmentos com morbidades, enquanto os sobreviventes arcam com variadas sequelas. As consequências da pandemia ampliam as condições de riscos para os agentes sociais, mas atingem em maior monta os setores empobrecidos da população, acrescendo vulnerabilidades e ampliando as desigualdades sociais. Em janeiro de 2021, a cidade de Manaus serviu como palco para a necropolítica do governo, exibindo sua face mais cruel. As debilidades das políticas públicas foram potencializadas por um conjunto de fatores agravantes da desigualdade social e da prevalência de ações que erodem o Sistema Único de Saúde e amplificam as carências, resultando num quadro devastador de penúria, sofrimento e morte que incidem com maior força nos segmentos sociais da periferia da cidade. A negligência no fornecimento de itens básicos para atendimento dos doentes (oxigênio, remédios e equipamentos de proteção) expôs a população a um dos piores índices de contaminação e óbitos por COVID-19.

Navarro (2015 *apud* PEREIRA & PEREIRA-PEREIRA, 2021, p. 42), ao analisar as políticas sociais no contexto pandêmico, indica que “o exorbitante aumento da desigualdade de renda e riqueza que está por trás, não apenas da invulgar desigualdade social prevalecente”, e o crescimento do chamado *capitalismo cassino* (prática de especulação com capital financeiro), propagado por todo o sistema econômico mundial, jogam um papel central nas consequências geradas pela pandemia que atinge com maior força a classe trabalhadora. Outrossim, a pandemia é, efetivamente, expressão da crise socioambiental planetária que combina a dinâmica de produção e consumo na sociedade contemporânea, que impulsionam as mudanças climáticas, sob o prisma do movimento político conservador, denotando causas, interesses, razões e consequências.

Por outro lado, nesta conjuntura, de modo a arregimentar forças para avançar e não esmorecer *diante das ameaças concretas do vale da sombra e da morte*, vale buscar forças ao contemplar quantas vitórias temos a celebrar, como: o 1º. curso de Serviço Social na América Latina, criado no Chile, em 1925; o 1º. curso de Serviço Social no Brasil (atual PUC-SP) completa 85 anos de criação; duas décadas de vigência das Diretrizes Curriculares do Serviço Social brasileiro, de 1993; 70 anos da *Asociación Latinoamericana de Enseñanza y Investigación en Trabajo Social* (ALAEITS) e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS; meio século do Movimento de

Reconceituação do Serviço Social.

Assim, visto que as políticas sofrem ataques constantes das bases neoconservadoras e legitimação pelos ideários neoliberais, este trabalho segue em busca de desvendar a natureza das *políticas públicas na Amazônia*.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA: configuração política

Nesta parte, discute-se a configuração das políticas públicas na Amazônia. É mister distingui-las das políticas sociais que representam ações de enfrentamento das expressões da questão social. Almeida (2011, p. 63) indica que as políticas sociais: “expressam um conjunto de ações dirigidas para a manutenção, dentro dos limites, que não comprometa a própria lógica da acumulação crescente do capital, [em] patamares mínimos de consumo da classe trabalhadora”, não atingindo, desse modo, o cerne da questão social. Ao mesmo tempo em que o Estado atende a classe que detém o poder, atende também às demandas da classe trabalhadora, como forma de se legitimar perante a sociedade.

As políticas sociais são modeladas como forma de enfrentamento das diversas expressões da questão social que perpassam a realidade social, fruto de um intenso jogo de forças que as tornam eivadas de contradições. O conceito de política social é complexo e de difícil definição (PEREIRA, 2011), Titmuss (1981 *apud* Pereira, 2011) afirma que por trás de cada definição prevalecem *ideologias, valores e perspectivas teóricas* que competem entre si, portanto, não há neutralidade em sua acepção. A perspectiva da autora, na discussão sobre política social, refere-se à sua constituição como repleta de conflitos entre capital e trabalho, entre Estado e sociedade. Porém, as políticas sociais são parte das políticas públicas moldadas para atender a demandas antagônicas, como aquelas oriundas da luta da classe trabalhadora, desde que resguardem a base de continuidade do sistema.

No que tange às políticas públicas, estas são ações estratégicas viabilizadas a partir dos determinantes que envolvem investimento público, sua destinação, repartição e/ou transferência de recursos para a sociedade. Sendo que, nos governos de caráter democrático, a formulação de políticas públicas compreende um espaço no qual os governos explicitam suas finalidades em planos, programas e ações, cuja viabili-

zação, por via de suas instituições, gera resultados ou as transformações necessárias na cena social (SOUZA, 2003, *apud* ROSSINI, 2017).

No contexto amazônico, as políticas públicas de corte social, conforme indicam alguns estudos que fazem um apanhado histórico das últimas três décadas (REFKALEFSKY, 2009; CHAVES, 2001), constata-se a prevalência de um cenário marcadamente desigual e excludente, pois ao lançarem um olhar para a trajetória sócio-histórica da região percebem que, desde os primórdios de sua ocupação, a associação entre colonizadores e as elites políticas e econômicas locais, com patrocínio das políticas públicas, transformaram a Amazônia em fornecedora de matérias-primas para o mercado mundial, acatando os interesses do capital nacional e internacional. Todavia, neste artigo a exposição sobre estes fenômenos será esquemático, com o intuito de ilustrar o perfil das políticas públicas e sociais na região.

Os diversos ciclos econômicos de expansão do capital patrocinaram a ocupação territorial e a conformação das políticas públicas na região. Dentre outros, o que causou maior transformação na cena regional foi o ciclo da borracha que ocorreu no fim do século XIX e início do século XX e durante a II Guerra Mundial, cujo sistema de aviação sujeitava os seringueiros (migrantes nordestinos e ribeirinhos) a condições de vida extremamente precárias. Enquanto os produtos do extrativismo eram exportados gerando riquezas que se concentravam nas mãos dos seringalistas, do comércio (Casas Aviadoras), com apoio do Estado, enquanto a região padecia da falta de infraestrutura e de bens e serviços sociais para atender às necessidades dos trabalhadores (CHAVES, 2001).

Desde os meados do século XX, no período de ditadura dos governos militares (1964-1986), as políticas de desenvolvimento regional implementadas pelo Estado, orientadas sob o signo da integração da região aos circuitos do capital, abriu as fronteiras amazônicas aos grandes projetos, alterando a face da região pela modernização conservadora. Para Barbosa (2009), a questão social na Amazônia evidenciou-se historicamente, por meio do processo de descolonização e mudanças nas relações de produção tradicionais, com a formação de um mercado de trabalho dependente em condições extremamente precárias.

O Estado do Amazonas, cuja capital Manaus foi palco da criação da Zona Franca, serviu como porto aduaneiro, zona de livre comércio, com a montagem de um enclave dos interesses dos segmentos industriais nacio-

nais e estrangeiros (CHAVES, 2001). Segundo Barbosa (2009, p. 72):

A miséria e os conflitos sociais, portanto, começam a aparecer, de um lado, devido à penetração dos grandes projetos agro-exportadores e minero-metalúrgicos assentados sob diferentes formas de expulsão das chamadas populações tradicionais (quilombolas, populações indígenas, populações ribeirinhas etc.) e de outro, pela intervenção do Estado no controle dos conflitos fundiários [...]”.

O advento da Zona Franca, na década de 1960, do século XX, impulsionou o crescimento populacional, no campo e na cidade, levando à precarização das condições de vida da população. Tal modelo de desenvolvimento ampliou as expressões da questão social na região, a partir da “expropriação territorial, da apropriação privada das terras pelo capital, dos conflitos pela posse da terra, do êxodo rural, das condições precárias ou inexistentes de acesso a bens e serviços sociais, da agudização da pobreza e da miséria em contraste com a abundância dos recursos naturais (minerais, hídricos, da floresta e da biodiversidade” (BARBOSA, 2009).

A partir dos anos 80, a Amazônia tornou-se o foco das lutas dos movimentos ambientalistas internacionais e das lutas de resistência dos povos tradicionais locais. Os movimentos sociais rurais amazônicos, conforme Almeida (1994), organizam-se para fazer frente ao Estado e encaminhar suas pautas de reivindicações. Numa explícita denúncia das desigualdades sociais e dos problemas socioambientais que colocam em xeque a sua reprodução social, o direito à terra, à caça, à pesca, à agricultura, o que os leva à organizarem diversas formas de mobilização em favor dos seus direitos de cidadania, “objetivando garantir o efetivo controle de domínios representados como territórios fundamentais a sua identidade e, inclusive, para alguns deles, a sua afirmação étnica” (ALMEIDA, 1994, p. 522).

As lutas encetadas evidenciam fatores étnicos, religiosos, ambientais, de gênero, dinâmicas sociais que aludem à autoconsciência cultural. Para Teixeira (2009), o desafio para geração de igualdade e justiça social, consolidada na apropriação da riqueza e em sua redistribuição:

(...) exige a superação da subalternidade em que a região está submetida às relações econômicas e políticas nacionais e internacionais, exige a superação do latifúndio, a garantia das terras indígenas, do território coletivo dos povos da floresta, exige que seja sustada a devastação do meio ambiente, a poluição de nossos piscosos rios e

o desaparecimento de nossa biodiversidade. A Amazônia tem uma vocação para a abundância, a escassez foi introduzida pelo capital [...]” (p. 32).

Mediante este quadro social, Becker (2009) defendeu a necessidade de formulação de novos paradigmas de desenvolvimento para preservar a rica sociobiodiversidade³, os saberes tradicionais, para gerar renda e favorecer a participação e o protagonismo das populações locais. Nesta perspectiva, as políticas públicas devem encarar um leque de desafios para que os direitos de cidadania das populações tradicionais amazônicas sejam reconhecidos e garantidos, para que assim haja a possibilidade de manterem a reprodução social e cultural de seus grupos.

A crise socioambiental e as problemáticas dela decorrentes, como a degradação ambiental, repercutem na vida social, econômica, política e cultural dos homens e mulheres na contemporaneidade. A questão ambiental é, antes de tudo, uma das expressões da questão social, e seu efetivo enfrentamento demanda a crítica às políticas de caráter ultraneoliberais em suas nefastas formas de negação de direitos sociais, daí a relevância de tratar os modelos das *políticas públicas sob o foco da sustentabilidade*. Pois, em face à vigência da crise socioambiental, sem paralelo na história da humanidade, faz-se imprescindível reconhecer os limites da capacidade de recuperação e manutenção dos recursos naturais na sociedade contemporânea. O grau de acirramento da problemática ambiental, enquanto parte das expressões da questão social, resulta da relação de dominação e exploração inerente à ordem capitalista e vai permeando todas as tramas da vida em sociedade, da relação dos homens entre si em sociedade e da forma como lidam com a natureza. Nos marcos sócio-históricos da sociedade burguesa, a relação homem natureza concretiza-se orientada pela prioridade absoluta de exploração e uso exacerbado dos recursos naturais, formas perdulárias de usufruto (consumo) visando a produção de bens para acumulação de riquezas.

Todavia, os resultados concretos desta ordem econômica predatória são socializados de maneira desigual, enquanto o lucro é privado, os passivos, sequelas, danos e implicações gerados são postos no dorso dos trabalhadores, seja no campo ou na cidade. Haja vista que

3 Termo cunhado pelos movimentos sociais para indicar a diversidade de todas as formas de vida (humana, animal e vegetal).

aqueles que vivem do trabalho também assumem o papel de consumidor, em geral um consumo reprimido e de produtos de qualidade inferior, e são empurrados para áreas com infraestrutura insuficiente, com acesso limitado a bens e serviços sociais essenciais e alto risco social e ambiental.

Alguns autores analisam a crise socioambiental sob o prisma do crescimento da população em relação com a capacidade de suporte do planeta – teoria difundida desde o século XVIII pelo economista inglês Robert Malthus, outros discutem a finitude dos recursos naturais. Para Leff (2002, p. 17), a crise ambiental é a expressão de uma crise maior, a *crise de civilização*, que questiona a racionalidade econômica e tecnológica dominante, assim, os problemas socioambientais “se manifestam como sintoma de uma crise da civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza.”

O conceito de sustentabilidade foi difundido a partir da segunda metade do século XX, a partir da criação do Clube de Roma em 1968. Ferreira (1995 *apud* NOGUEIRA e CHAVES, 2005, p. 132) afirma que foi a partir deste momento que “o desperdício e a poluição deixaram de representar apenas um problema referente às condições de vida e consumo das populações humanas, mas dizem respeito à própria base de reprodução da esfera produtiva”. Para Rampazzo (2002, p. 161), a crise ambiental ganhou visibilidade global e os debates passaram a questionar o “crescimento ilimitado” nos países ocidentais, seu caráter “ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto”.

Em 1970, Ignacy Sachs (2002) formulou os princípios básicos do conceito de *Ecodesenvolvimento* como desenvolvimento endógeno, dependente de suas próprias forças, submetido à lógica das necessidades do conjunto da população, consciente de sua dimensão ecológica e buscando estabelecer uma relação de harmonia entre o homem e a natureza (SACHS, 1993, p. 52). Sachs (2002) defende que o desenvolvimento deve possibilitar que cada indivíduo revele suas capacidades e seus potenciais com autorrealização, mediante esforços individuais e coletivos, para redução da pobreza com a potencialização das habilidades locais e a criação de oportunidades com tecnologias adaptadas às necessidades econômicas e ambientais de cada território. Ele apregoa a busca da autonomia (*self-reliance*) dos países em desenvolvimento frente aos desenvolvidos (relação geopolítica norte-sul), e pela satis-

fação das necessidades básicas das populações. Para Sachs (2002), o processo de desenvolvimento envolve um conjunto de pilares que garantem a sustentabilidade. São eles:

- *Sustentabilidade econômica* – condição *sine qua non* para que ocorram mudanças, ampliação de investimentos públicos e privados na viabilização de políticas sociais e manejo e distribuição eficiente dos recursos naturais;
- *Sustentabilidade política* – instituição de um sistema político descentralizado e participativo, de espaços públicos comunitários, com autonomia e descentralização da gestão dos recursos;
- *Sustentabilidade ambiental* – uso racional dos recursos, otimização/ aproveitamento dos potenciais dos diversos ecossistemas, com menor nível de deterioração;
- *Sustentabilidade territorial* – envolve a relação urbana/rural com elaboração/implementação de políticas públicas que priorizem o combate às disparidades inter-regionais;
- *Sustentabilidade cultural* – valorização dos conhecimentos tradicionais/culturais locais;
- *Sustentabilidade social* – distribuição equitativa de renda, acesso a bens e serviços sociais e ações para redução das desigualdades socioeconômica existente na sociedade.

Estes pilares envolvem *solidariedade sincrônica* – satisfação das necessidades básicas dos seres humanos no presente e *solidariedade diacrônica* – responsabilidade com as gerações futuras; *programas de desenvolvimento* com participação popular; *conservação/preservação dos recursos naturais*; *construção de um sistema social* com garantia de emprego, segurança e social e respeito a outras culturas; *programas educativos* (ANDRADE, 2002 *apud* NOGUEIRA & CHAVES, 2005).

O desenvolvimento para uma melhor qualidade de vida deve ter como base bens e valores que os sujeitos elegem, divisão equitativa da riqueza socialmente produzida, acesso universal aos bens e serviços sociais e respeito às particularidades étnico culturais (GOULET, 2002). O grande desafio da humanidade é criar estratégias para redução dos danos socioambientais, menos desperdício, tecnologias apropriadas acessíveis e políticas públicas condizentes com as particularidades dos territórios: um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo, ambientalmente equilibrado, economicamente produtivo e politicamente democrático

(BECKER, 2012; CHAVES, 2014). Para as políticas públicas operarem um combate: à *comodização* e ao saque de recursos naturais dos ecossistemas do Bioma Amazônico; à expropriação dos povos originários e tradicionais de seus territórios ancestrais; licenciamento/transferência de áreas protegidas para exploração por agentes econômicos.

4. EXPERIÊNCIA DO GRUPO INTER-AÇÃO EM PESQUISA & EXTENSÃO

Nesta parte, far-se-á uma breve exposição da experiência do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia - Grupo Inter-Ação, do Diretório 5.0 CNPq, criado em janeiro/2001, com ações abalizadas pelas atribuições da docência numa Instituição de Ensino Superior, a UFAM, com vínculos entre ensino, pesquisa e extensão, compromisso socioinstitucional de formação em Serviço Social, orientado pelo reconhecimento de que nesta área a investigação científica constitui-se como elemento fundante da formação e do trabalho do/a assistente social. Sob a liderança da Profa. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, o grupo desenvolve estudos sobre a dinâmica socioambiental e organizacional dos povos na Amazônia, oportuniza a produção de conhecimentos técnico-operativo e científicos sobre a realidade das comunidades, urbanas e rurais, visando à criação de subsídios para a formulação de políticas públicas na região.

O trabalho do grupo adota como principal premissa o princípio de *conhecer para atuar*, como contínua construção do agir e da valorização da capacidade criadora e recriadora dos atores sociais envolvidos. Tal abordagem viabiliza-se a partir da metodologia de intervenção e investigação científica, centrada nos princípios da pesquisa-ação, que ocorre de forma transdisciplinar, envolvendo diversas áreas de conhecimento técnico-científico, o que tem propiciado a construção de uma relação entre as diversas formas de apreensão da realidade social. Dessa forma, busca-se desenvolver atividades socioeducativas, tendo como característica marcante o *diálogo instrutivo, democrático e pedagógico*, pela valorização dos saberes e das habilidades dos agentes sociais.

Os estudos sobre as questões sociais apoiam ações relativas à dinâmica das políticas públicas e da organização dos povos tradicionais

(extrativistas, varjeiros⁴, pescadores, ribeirinhos e outros). Sob o foco e o enfoque da Metodologia Inter-Ação, estimula-se o estabelecimento de um processo multicomplexo que envolve atuação em diversos campos (meio ambiente, direito internacional) de direitos (sociais, trabalhistas, humanos). Com ações de Pesquisa, Extensão, Inovação Social e campo de Estágio Curricular para formação de competências dinâmicas.

As ações de Pesquisa, Extensão, Inovação Social do Grupo Inter-Ação abrangem:

- Expedições científicas interdisciplinares às comunidades para identificar as necessidades e potencialidades, com apreensão crítica dos processos socioambientais, políticos econômicos e culturais;
- Sensibilização, mobilização, capacitação dos partícipes e mapeamento da organização para acesso às políticas públicas e sociais;
- Consultoria/assessoria e articulação às entidades e movimentos sociais nas comunidades na elaboração de plano de desenvolvimento sustentável local;
- Organização de espaço de aprendizagem partilhada, valorização do *modus vivendi* tradicional (saber-fazer e práticas de ajuda mútua) potencializando as capacidades e habilidades em práticas sustentáveis;
- Apoio aos grupos de mulheres de defesa de direitos, empoderamento e ações socioeducativas (oficinas de linguagem corporal, dança, iniciação musical, poesia e fantoche) com crianças e adolescentes;
- Manejo sustentável de plantas nativas para conservação das espécies para geração de renda e melhoria da qualidade de vida com aproveitamento dos rejeitos da floresta;
- Parcerias com OGS, ONGS, agências de fomento e outras iniciativas para geração de trabalho, renda via cooperativismo e ações afirmativas de cidadania e protagonismo social;
- Projetos de pesquisa/extensão interdisciplinar em redes de pesquisa locais e internacionais de tecnologias sociais apropriadas às necessidades das comunidades e grupos sociais;
- Geração e fornecimento de subsídios qualificados para as políticas públicas e sociais nas áreas socioambiental, política, cultural e econômica.

Este conjunto de ações cria possibilidades de intervenção do Assistente Social frente à questão socioambiental na Amazônia e cumpre as premissas das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Em 20 anos, o grupo alcançou com suas ações em torno de 1.000 comunidades, 09 (nove) Estados da Região Norte, 45 municípios e 03 (três) países (Bras 4 Pequenos produtores da várzea (área de terra alagável).

sil, Peru e Colômbia). Vale ressaltar, ainda, que a perspectiva de ciência adotada pelo grupo toma como referência a discussão apresentada por Yamamoto (1999, p. 29), ao indicar que o desafio que se apresenta ao Assistente Social é desvendar as múltiplas expressões da questão social, sua gênese e as novas características que assume na contemporaneidade, atribuindo transparência às iniciativas voltadas à sua reversão e/ou enfrentamento imediato. Diante disso, no que concerne à proposição da construção de estratégias de base realista, para superação do modelo atual de desenvolvimento para outros com potencialidades e capacidade para efetivar a conexão entre fatores culturais, socioeconômicos, político-institucionais e ambientais, faz-se imprescindível a aliança entre os conhecimentos tradicionais e os técnico-científicos (CHAVES, 2001).

O processo de formação profissional dos/as assistentes sociais, sob as bases do projeto ético-político do Serviço Social, pautado pela matriz crítica, alcança relevância categórica para atuar na sociedade contemporânea, requerendo conhecimentos qualificados, instrumentalização técnico-científica das competências dinâmicas. Igualmente, é imperativo compromisso social e profissional, tanto para fornecer subsídios para formulação quanto para operacionalizar o trabalho no âmbito de políticas públicas, visando torná-las coerentes e eficazes às demandas dos segmentos sociais da região.

Os desafios pela materialização dos direitos sociais atualizam-se numa luta contínua, que requer uma intervenção profissional direcionada para consolidação da cidadania no campo das políticas públicas e sociais, em que pese as intensas pressões e limites impostos na atual conjuntura a esse modelo de intervenção (BOSCHETTI, 2017). O maior desafio aos pesquisadores consiste na construção de estratégias profissionais, em meio ao arranjo das forças políticas conservadoras e políticas ultraneoliberais prevalecentes. Tendo em vista que os mesmos partem do pressuposto de que o trabalho do Assistente Social, na atual conjuntura da sociedade brasileira, requer, além da sua capacidade investigativa e interventiva pautada na teoria social de Karl Marx (1818-1883), de fazer ciência com (re)afirmação do compromisso ético e político profissional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A histórica dependência econômica e sujeição aos países centrais

e as façanhas entreguistas das elites locais e nacionais geraram grandes e indelévels impactos com rastros nefastos e destrutivos nos povos, ecossistemas e na economia da Amazônia, que sobrevive entre fluxos de prosperidade e crise dos ciclos econômicos do capital. Para manter as lutas em prol do ideário emancipatório, prosseguindo lançando trilhas e caminhos a partir dos preceitos preconizados pelo projeto ético-político, requer exercício de resiliência com manutenção e ampliação das conquistas na arena dos direitos humanos e sociais, na defesa dos princípios democráticos, na ampliação do acesso e controle social das políticas públicas, no fortalecimento dos vínculos com as forças políticas organizativas dos trabalhadores.

Os trabalhos desenvolvidos pelo grupo, mediante à rica e complexa realidade social, política, cultural e econômica da população que vive no contexto urbano e rural da Amazônia, com ações de investigação para produção de conhecimentos, afirmação de cidadania com construção de respostas coletivas no combate às condições de exclusão e atendimento às demandas existentes; estruturação de técnicas, habilidades e mecanismos que gerem alternativas viáveis e apropriadas à realidade local, assim como as contribuições aos debates do tema em fóruns locais, regionais, nacionais e internacionais, em que pese os limites, revelam a disposição e o compromisso ético-político de atuar respeitando os valores e saberes e às identidades étnico raciais dos amazônidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia.** In: D'incão, Maria Angela. **A Amazônia e a crise da modernização.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

ALMEIDA, Ney Luiz T. de. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas.** São Paulo: Saraiva, 2011.

BARBOSA, Maria José de S.; SA, Maria Elvira R. de. **A questão social na Amazônia no capitalismo contemporâneo: o Estado do Pará em foco.** In: SCHERER, Elenise. **Questão Social na Amazônia.** Manaus: EDUA, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 124, p.

623-636, dez./2015.

BOSCHETTI, Ivanete. **Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade [online], n.128, p. 54-71, 2017.

BECKER, Bertha K. **Estado, Nação e Região no final do século XX**. In: D'Incao, Maria Angela; SILVEIRA, Izolda M. da. **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

BRASIL. Lei n.º 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. **Código de Ética do/a Assistente Social**. 10a. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R. **Uma Experiência de Pesquisa-Ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia**: O estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica (interdisciplinar)), Campinas, UNICAMP, 2001.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R. **Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia**: desafios para construção de um novo paradigma técnico-econômico. In: José Eduardo Cassiolato et al. **Sustentabilidade Socioambiental em um contexto de crise**. 1. ed. p. 193-209. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

CHESNAIS, François. **As raízes da crise econômica mundial**. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 21-37, 2013.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD**. 2021.

IAMAMOTO, Marilda V. **80 anos do Serviço Social no Brasil**: a certeza na frente, a história na mão. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: A territorialização da racionalidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2009.

LOUREIRO, Violeta R. **A Amazônia no Século XXI**: Novas Formas de Desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

NOGUEIRA, Gil M.; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro. **Desenvolvimento Sustentável e Ecodesenvolvimento**: uma reflexão sobre as diferenças ideo-políticas conceituais. In: **Somanlu: Revista de Es-**

tudos Amazônicos. PPGSCA/UFAM, ano 1, v. 5, n. 1, p. 129-143. ISSN eletrônico: 15118-4765. Manaus: EDUA/CAPES, jan./jun. 2005.

PEREIRA, Camila Potyara; PEREIRA Potyara A. P. **Cobiça capitalista, pandemia e o futuro da política social.** Argumentum, Vitória, v.13, n. 1, p. 40-52, jan./abr. 2021.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social: temas & questões.** São Paulo: Cortez, 2011.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** Prefácio: M. F. Strong; Tradução Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo (FUNDAP), 1993.

SANTOS, Viviane Medeiros dos. **Transformações Societárias: repercussões no serviço social.** Revista Katálys, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 53-62, jan./abr. 2020.

SANT'ANA, Raquel S.; SILVA, José Fernando S. **O método na teoria social de Marx: e o Serviço Social?** 2013. Temporalis, Brasília, ano 13, n. 25, p. 181-203, jan./jun., 2013.

VIANA Beatriz B.; CARNEIRO, Kássia. C.; GONÇALVES, Claudenora F. **O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade.** Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social/UFSC, Florianópolis, 2015.

ROSSINI, Neusa; ROTTA, Edeimar; BORKOVSKI, Andréia. **Políticas Públicas Sociais e Desenvolvimento: tecendo relações.** VIII Simpósio Iberoamericano. Campus Cerro Largo, 2017.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O desafio da Inclusão social no cenário atual brasileiro e amazônico.** In: SCHERER, Elenise. **Questão Social na Amazônia.** Manaus, EDUA, 2009.

SUSTENTABILIDADE E SAÚDE EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO AMAZONAS

*Evelyn Barroso Pedrosa
Lucilene Ferreira de Melo*

1. INTRODUÇÃO

O século XXI apresenta diversos desafios e conflitos para as diferentes áreas do conhecimento e, diante disso, percebe-se que a sustentabilidade assume posição de destaque nos debates científicos do presente século. Neste sentido, as políticas públicas se apresentam como um importante instrumento de materialização da sustentabilidade no plano teórico-prático, além de propiciar mudanças sociais, culturais, econômicas, territoriais, ambientais e políticas.

O objetivo deste artigo é caracterizar as dimensões da sustentabilidade social e cultural, nas formas de uso das plantas medicinais dentro do debate da saúde em comunidades ribeirinhas do município de Caapiranga/Amazonas.

O presente artigo é resultado da dissertação de Mestrado intitulada “*Sustentabilidade e Saúde no Uso de Plantas Mediciniais na Ótica das Populações Ribeirinhas da Amazônia*”, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Desta forma, entende-se por sustentabilidade, em suas dimensões social e cultural, o acesso a bens e serviços sociais, a busca pela equidade e justiça social, visando qualidade e vida digna para todos os povos, sobretudo, para as populações mais pobres economicamente. A sustentabilidade visa, ainda, promover a preservação e conservação de toda a sociobiodiversidade¹, tanto para a presente geração como para as futuras gerações.

¹ A sociobiodiversidade é entendida a partir do conceito de biodiversidade definido por Diegues (1999, p. 31) “...como a variabilidade entre seres vivos de todas as origens, inter alia, a terrestre, a marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte: isso inclui a diversidade no interior das espécies, entre as espécies e entre espécies e ecossistemas”. Diante disso, Rodrigues (2015) aponta que é preciso pensar a biodiversidade atrelada à dimensão cultural e social, nesse sentido entende-se por sociobiodiversidade o saber e práticas apreendidas das experiências dos povos tradicionais há milhares de anos, os quais passam a domesticar e usufruir das espécies, seja

Segundo Benchimol (2009), as políticas públicas elaboradas e implementadas no viés de sustentabilidade tendem a garantir direitos sociais e atender as necessidades de infraestrutura social, econômica, cultural e tecnológicas das populações amazônicas, devendo respeitar as formas de reprodução das relações sociais advindas dos povos tradicionais, as quais promovem o uso e manejo sustentável dos ecossistemas e de toda a biodiversidade amazônica e brasileira.

Salienta-se que o uso de plantas medicinais na contemporaneidade é uma realidade de muitos povos tradicionais no Brasil e em diferentes países ao redor do mundo. Assim, o uso de plantas medicinais faz parte da prática, da história e da cultura destes sujeitos há séculos, que passam a resguardar traços marcantes de seus saberes repassados de geração a geração.

Os resultados deste artigo pretendem promover o reconhecimento dos povos tradicionais, dos seus conhecimentos, da cultura local, além de pensar políticas públicas adaptadas ao contexto regional. E, assim, possibilitar mudanças nos paradigmas das políticas de saúde no viés da sustentabilidade, pautada na relação homem-natureza.

2. A SUSTENTABILIDADE COMO CATEGORIA INTERPRETATIVA

A crise ambiental evidenciada, sobretudo na década de 1960, refletiu na irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e de consumo, como também marcou os limites do crescimento econômico. Segundo Leff (2011), passaram-se a questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos do crescimento econômico impulsionado e legitimado nesse período.

Assim, as alternativas ao agravamento da “questão ambiental” passaram a ser engendradas, de acordo com Silva (2010), nos anos 70, após uma década de evidentes catástrofes ambientais, ganhando relevância nas agendas públicas, conferindo legitimidade e visibilidade ambientais, interpellando as classes sociais e o Estado.

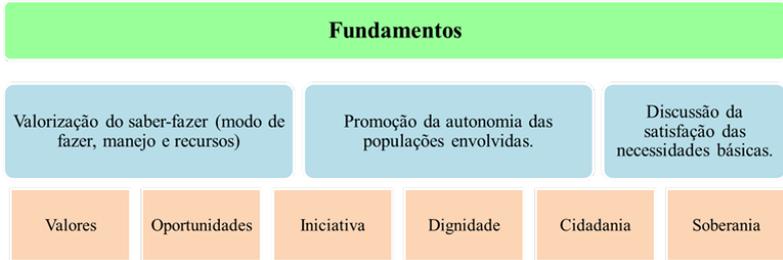
Com o agravamento da “questão ambiental” no mundo, a sustentabilidade passou a caminhar ao lado das discussões da questão social e da questão ambiental. Isso possibilitou pensar a sustentabilidade atrelada a outras dimensões, para além do caminho teórico-prático ou

para o sustento próprio, de seu núcleo familiar ou comunitário.

ideológico, considerando o contexto global, nacional e regional no seu caminhar (SILVA, 2010).

Conforme Chaves² (2019), a sustentabilidade é direcionada por um sistema social que, por sua vez, garante o acesso à população aos bens e serviços como emprego, saúde, segurança, dentre outros. Na Figura 01 é possível verificar as características da sustentabilidade e seus fundamentos pautados no ecodesenvolvimento.

Figura 01: Base da Sustentabilidade.



Fonte: CHAVES³ (2019).

Assim, as bases da sustentabilidade com enfoque no ecodesenvolvimento passam a ser orientadas por dois critérios, o primeiro é direcionado para atender as necessidades básicas da população e o segundo diz respeito ao desenvolvimento e os seus efeitos ambientais. (CHAVES, 2019⁴). Tendo como referência esta ótica de análise, a noção de sustentabilidade implica a relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e desenvolvimento com respeito à capacidade de suporte.

A sustentabilidade, neste contexto, assume caráter de solidariedade em longo prazo abrangente à toda humanidade. Segundo Sachs (1986), é preciso buscar a melhor forma no uso dos recursos específicos de cada ecozona. Levando em consideração a autonomia dos atores nos níveis locais e regionais que utilizem os recursos disponíveis em suas

2 Informação Verbal: aula proferida da disciplina de Sustentabilidade e Serviço Social na Amazônia - PGSES516, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia PPGSS.

3 Informação Verbal: aula proferida da disciplina de Sustentabilidade e Serviço Social na Amazônia - PGSES516, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia PPGSS.

4 Informação Verbal: aula proferida da disciplina de Sustentabilidade e Serviço Social na Amazônia - PGSES516, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia PPGSS.

ecorregiões para o desenvolvimento local, social, econômico, político e cultural, esses critérios devem ser colocados no século XXI como decisão fundamental para assegurar a equidade entre diferentes povos e nações.

Para Sachs (2002), as dimensões da sustentabilidade (social, cultural, econômica, ambiental e geográfica) possibilitam um olhar à frente, juntas essas dimensões contextualizam e impulsionam a sustentabilidade para atender as necessidades sociais da sociedade, promovendo o acesso a bens e serviços e, assim, conservando os recursos naturais e a sociobiodiversidade do planeta para todas as gerações.

Desse modo, a sustentabilidade perpassa o acesso e produção a bens e serviços sociais e, por isso, Sachs ampliou o conceito de sustentabilidade e criou as dimensões de forma que estas sejam trabalhadas de forma interligada.

2.1 As facetas da sustentabilidade social e cultural

Segundo Sachs (2002), a sustentabilidade procura a eficácia das dimensões de forma ampla e equitativa, buscando a conservação das formas de uso e manejo, resguardando as riquezas da natureza para as gerações presentes e futuras, de acordo com a cultura e a trajetória de cada grupo social.

A sustentabilidade social concerne à relação humana em sociedade, além de promover o acesso a bens e serviços sociais, ampliando o acesso de direitos dos cidadãos a serviços básicos. Para Bellen (2006), a maior preocupação da sustentabilidade social é direcionada ao bem-estar humano, à condição humana e aos meios utilizados na qualidade de vida da população.

Refere-se a um processo de desenvolvimento que leve a um crescimento estável com distribuição equitativa de renda, gerando, com isso, a diminuição das atuais diferenças entre os diversos níveis na sociedade e a melhoria das condições de vida das populações. (SACHS, 1997 *apud* BELLEN, 2006, p. 37).

Conforme Guimarães (2001), isso vai muito além do desenvolvimento e para caracterização deste é preciso muito mais do que uma simples acumulação de bens, como prevê a dimensão econômica, aqui é preciso uma mudança qualitativa na qualidade de vida, que envolve dimensão cultural, espiritual, satisfação das necessidades básicas e

materiais, dentre outras, como a inserção dos critérios de igualdade de gênero, político e social, o que envolve o bem-estar do sujeito e da sociedade como um todo.

Enquanto a sustentabilidade cultural assume relevância, por evidenciar as particularidades do modo de vida e cultura dos povos tradicionais e por se fazer presente no objeto de estudo da dissertação, levando em conta a dinâmica política, social e cultural das comunidades ribeirinhas.

Em determinando ambiente físico existe uma grande variedade cultural, onde os homens coexistem em um mesmo espaço, dispõem de diferentes limitações, sejam elas pelo aparato biológico, geográfico ou até mesmo pelo meio ambiente.

Para Sachs (2002), a sustentabilidade cultural deve considerar:

1. Mudança no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação);
2. Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas);
3. Autoconfiança combinada com a abertura para o mundo. (SACHS, 2002, p. 85-86).

Para Guimarães (2001), a sustentabilidade cultural equivale ao conhecimento e direito sobre as formas de relação entre os sujeitos com o uso do patrimônio genético, seja ele intelectual ou natural, pois são tidos como “usuários” e “detentores” de saberes e práticas em torno da sociobiodiversidade, em que compartilham esses saberes uns com os outros, do mesmo modo que se tornam responsáveis pela conservação e preservação de todo o conhecimento adquirido, referente ao uso e manejo dos recursos materiais e imateriais sobre a terra que vivem.

Portanto, a sustentabilidade sugere a produção e difusão do conhecimento, pautado nos princípios ético-políticos inseridos na vida cotidiana e social dos sujeitos históricos dialéticos. Neste sentido, a sustentabilidade implica na luta por uma sociedade mais justa, equitativa e compatível com o sistema natural, com os princípios de cidadania e democracia que levem em consideração o uso sustentável da biodiversidade numa relação homem-natureza. Assim, pensar a sustentabilidade na atual conjuntura político-econômica do presente século XXI demanda a necessidade de criar relações sociais voltadas para um desenvolvimento equitativo e com sustentabilidade.

3. ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DAS PLANTAS MEDICINAIS NA AMAZÔNIA

Como descrito por Benchimol (1997), é preciso conhecer a vida cotidiana, a história e a economia da região amazônica, conhecer os fatores geográficos territoriais, culturais, étnicos e sociais que compõem o pensar e o curso da vida desses diferentes povos que vivem na Amazônia.

Assim, a Amazônia é entendida como um complexo cultural que abarca:

um conjunto tradicional de valores, crenças, atitudes e modos de vida que delinearão a organização social e o sistema de conhecimentos, práticas e usos dos recursos naturais extraídos da floresta, rios, lagos, várzeas e terra firme, responsáveis pelas formas de economia de subsistência e de mercado. Dentro desse contexto, desenvolveram-se o homem e a sociedade, ao longo de um secular processo histórico e institucional. (BENCHIMOL, 2009, p. 17).

É importante salientar que essas características se fazem presentes nos povos tradicionais⁵ presentes na região amazônica, traços que lhe são particulares e estão presentes na cultura e nas dinâmicas do modo de vida desses sujeitos, que se tornaram guardiões do saber tradicional, dos valores, crenças, das práticas desenvolvidas e utilizadas na conservação dos recursos naturais (fauna e flora), bem como na manutenção da sociobiodiversidade amazônica.

Diante disso, aponta-se que muitos traços particulares, como crenças, valores e da cultura dos povos tradicionais e locais da Amazônia, foram se perdendo ao longo dos anos, do mesmo modo que os sujeitos amazônicos passaram a adquirir novos padrões de comportamento a partir da relação estabelecida com as outras culturas. Assim, entende-se a Amazônia como produto desta diversidade cultural, formada por diferentes povos, tradições e costumes e, apesar de tudo, da incorporação de novos valores, técnicas e saberes de outras culturas. Ainda assim, é possível identificar uma identidade própria e presente na vida dos diferentes grupos tradicionais da região.

5 Conforme definido no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 6.040, de 7/2/2007: “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>.

Refletindo sobre isso, torna-se importante mencionar a grandeza do valor, material e imaterial, do uso de plantas medicinais na região amazônica e pelos detentores deste saber e, portanto, que o uso de plantas medicinais continua sendo um dos recursos muito utilizado pelos diversos sujeitos amazônicos no sistema de saúde, na alimentação e em outras dimensões. Ressaltando assim, a necessidade de resguardar esse conhecimento advindo dos povos tradicionais para as presentes e futuras gerações, bem como proteger toda a sociobiodiversidade presente nesta região.

Assim, as plantas medicinais odoríferas⁶, alimentícias, frutíferas, aromáticas, dentre outras:

[...] fazem parte do cotidiano amazônico, independentemente do extrato social, religião ou grupo étnico. Usadas desde tempos imemoriais por índios, foram apropriadas pelos brancos e seus descendentes caboclos e ribeirinhos, urbanos, classe média ou alta, que as utilizam na alimentação, na medicina, na cosmética natural, na perfumaria e nos rituais da aromaterapia amazônica. (BARATA, 2012, p. 32).

Apesar desse processo extrativista realizado na região, os povos tradicionais conseguiram realizar a preservação e conservação de muitas espécies naturais da fauna e flora brasileira, assim como resguardar a cultura e o conhecimento tradicional herdados dos povos indígenas. Assim, é possível identificar na cultura e tradição amazônica o uso de plantas em diferentes dimensões da vida social.

Diante dessa contextualização histórica, é importante ressaltar que o uso de plantas medicinais perpassa por todo processo histórico-cultural da Amazônia e Amazonas, principalmente na vida dos povos tradicionais e locais da região. Contudo, é interessante apontar que os povos tradicionais amazônicos passaram a incorporar saberes e práticas da medicina ocidental, da africana e de outras culturas brasileiras, como os nordestinos.

As populações, acostumadas a enfrentar com seus próprios recursos enfermidades que às vezes desconheciam, criaram novas técnicas de uso, descobrindo novas finalidades para as plantas que já conheciam, a partir dos recém-incluídos no seu dia a dia. Os saberes

6 Conforme Barata (2012), as plantas medicinais são utilizadas para diferentes preparos, dentre as quais encontra-se a aromaterapia, na qual se utiliza plantas para banhos aromáticos, inalações, emboirações e defumações incensadas. Assim, as espécies odoríferas são aquelas que exalam um cheiro agradável na preparação da aromaterapia.

amazônicos, sistematizados em seus diversos matizes – indígenas e caboclos, seringueiros, madeireiros, pescadores, colonos, garimpeiros, balateiros, regatões etc. -, consolidaram-se em suas práticas, destacando-se o uso de ‘remédios do mato’ como um de seus traços culturais mais marcantes. (SANTOS, 2000, p. 926).

Assim, percebe-se que o uso de plantas medicinais é marcado por processos contraditórios, no primeiro momento verifica-se a permanência e encontro intertribais e interétnicos no processo de formação histórico-cultural dos povos tradicionais e locais, e em outro momento uma ruptura entre culturas, bem como o afastamento destes da medicina tradicional (SANTOS, 2000).

Neste contexto, a formação sócio-histórica da Amazônia delinea o modo de vida dos diferentes grupos que compõem a região amazônica, bem como esboça as formas e práticas de uso das plantas na medicina tradicional. Portanto, o uso de plantas medicinais ancora saberes, práticas, técnicas que transcendem a cultura, a vida, a espiritualidade e a concepção simbólica dos povos tradicionais, sendo assim, as plantas medicinais perpassam a cultura, constituem a vida individual e coletiva, traço presente na formação social, cultural e histórica dos povos tradicionais.

4. SABERES E PRÁTICAS PROFISSIONAIS MOBILIZADOS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS ESTUDADAS

Este tópico tem como objetivo apresentar as particularidades da medicina convencional/ocidental e da medicina tradicional presentes nas comunidades ribeirinhas de Santa Luzia e São Lázaro, localizadas no município de Caapiranga no Amazonas.

De acordo com o censo demográfico do IBGE (2010), Caapiranga/AM é um município brasileiro no interior do Estado do Amazonas, situado na sétima sub-região do Rio Negro/Solimões, de acordo com a Constituição do Estado do Amazonas, art. 26. A área do município é de 9.456,58 km², representando 0.602% do Estado, 0.2454% da região e 0.1113% de todo o território brasileiro. A sede está situada no lago de Caapiranga, à margem esquerda do Rio Solimões, e a distância da Capital (Manaus) é de 147 km em linha reta e 272,2 milhas por via fluvial. Caapiranga limita-se com: Manacapuru, Anamá, Codajás e Novo Airão.

Figura 02: Localização geográfica das comunidades de São Lázaro e Santa Luzia.



Fonte: Dados Cartográficos⁷, 2021.

As comunidades foram fundadas em 1980 e encontram-se situadas no Grande Lago de Manacapuru, sob jurisdição do Município de Caapiranga, no Estado do Amazonas.

4.1 Saúde convencional das comunidades ribeirinhas de São Lázaro e Santa Luzia

De acordo com o banco de dados do Grupo Inter-Ação (2020), há 11 anos as comunidades ribeirinhas de São Lázaro e Santa Luzia não recebem atendimento médico e odontológico oferecidos pela Secretaria de Saúde do município de Caapiranga.

Quanto aos medicamentos disponíveis nos postos de saúde das referidas comunidades, estes são considerados em bom estado pelos profissionais de saúde das comunidades, e a Prefeitura de Caapiranga/AM é responsável por enviar os medicamentos para as comunidades ribeirinhas.

No que diz respeito à saúde convencional, a comunidade de Santa Luzia possui um Posto de Saúde, o qual está funcionando há aproximadamente 20 anos, tendo 02 (dois) profissionais, sendo 01 (um) agente de saúde e 01 (um) agente comunitário, este último tem como função realizar visitas domiciliares para a identificação de dados sobre doenças.

⁷ A localização das comunidades ribeirinhas de Caapiranga foi criada por meio do Google Maps/Google Earth. Os responsáveis pelo mapeamento e localização geográfica das referidas comunidades ribeirinhas foi o Projeto Fronteiras. Disponível em: <<http://www.projetofronteiras.com.br/mapas/id/TIRZPQ==/Caapiranga>>.

Em relação aos serviços de saúde oferecidos nesta comunidade, são eles: suturas, aplicação de injeção e a coleta da lâmina de malária, a qual é enviada para o agente de endemias da comunidade de São Lázaro, o qual faz a leitura da lâmina.

Figura 03: Posto de Saúde da comunidade de Santa Luzia – Caapiranga/AM.



Fonte: Banco de Dados do Grupo Inter-Ação, 2015.

No tocante à saúde, a comunidade de São Lázaro possui 01 (um) Posto de Saúde, no qual atuam 04 (quatro) profissionais, entre eles: 01 (um) técnico de enfermagem, 01 (um) agente de endemia (concurado por Caapiranga/AM) e 02 (dois) agentes comunitários de saúde.

Figura 04: Posto de Saúde de São Lázaro em Caapiranga/AM.



Fonte: Grupo Interação, 2017.

Dentre os serviços oferecidos pelos profissionais do Posto de Saúde estão: suturas, aplicação de injeção, coleta e leitura da lâmina de malária.

Em maio de 2019, aconteceu pela primeira vez, de acordo com os comunitários de São Lázaro, o atendimento pela UBS Fluvial do município de Caapiranga/AM na comunidade, em que foram realizadas apenas consultas odontológicas e de clínico geral.

Importante destacar que as comunidades, ao longo dos anos, têm recebido atendimento médico-odontológico a partir do estabelecimento de parcerias com a OSC (Organização da Sociedade Civil) “Asas de Socorro” e comunidades cristãs que fazem atendimento em comunidades ribeirinhas, eventualmente, com profissionais da área da Saúde como voluntários.

Em relação aos casos de urgência das referidas comunidades, é necessário o deslocamento dos comunitários para o município de Caapiranga/AM. Para isso, as comunidades possuem um bote de alumínio com motor de 40 kVA (quilovoltampere), o qual realiza o deslocamento do paciente para o Hospital de Caapiranga Odilon Araújo, que está sob jurisdição da Secretária Municipal de Saúde de Caapiranga/AM (SEMSA). Em casos mais graves ou na falta de leito no hospital, é feito o remanejamento do paciente para o município de Manacapuru/AM.

Reitera-se que o posto de Saúde implica na garantia de cidadania e de inclusão social, por outro lado visualizamos a exclusão e a falta de profissionais como médicos e enfermeiros para atuarem e trabalharem em comunidades tradicionais do Amazonas, esse contraste nos evidencia a falha do Estado em garantir bens e serviços sociais essenciais a esses sujeitos sócio-históricos.

Torna-se importante ressaltar a dificuldade destes comunitários no acesso ao serviço de saúde convencional/ocidental, e o quanto isso implica na dimensão social, econômica e territorial destes sujeitos.

4.2 Saberes e Práticas da Medicina Tradicional das Comunidades Ribeirinhas de Caapiranga

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), 80% da população rural dos países em desenvolvimento dependem e utilizam da medicina tradicional nos cuidados à saúde. Assim, a medicina tradicional é definida como:

[...] a combinação total de conhecimentos e práticas, sejam ou não explicáveis, usados no diagnóstico, prevenção ou eliminação de doenças físicas, mentais ou sociais, e que podem assentar exclusivamente em experiências passadas e na observação transmitida de geração em geração, oralmente ou por escrito. (OMS, 2000, p.1).

Este conceito possibilita entender que os comunitários de São Lázaro e Santa Luzia utilizam do conhecimento da medicina tradicional, apreendido ao longo dos anos no campo da saúde, para tratar, curar, diagnosticar, prevenir e até mesmo eliminar doenças físicas, mentais e espirituais que se apresentam no decorrer de suas vidas cotidianas.

Diante disso, os dados apresentados neste tópico trarão os saberes apreendidos pelos comunitários e identificados nas pesquisas de campo acerca do uso das plantas medicinais nas referidas comunidades ribeirinhas.

Assim, foi possível mapear 88 espécies de plantas medicinais nas comunidades de São Lázaro e Santa Luzia, localizadas no município de Caapiranga/AM. Dentre algumas espécies estão: Abacateiro (*Persea americana*), Alfavaca (*Ocimum basilicum L*), Boldo (*Plectranthus barbatus Andrews*), Caatinga da Mulata (*Tanacetum vulgare L*), Elixir paregórico (*Piper callosum*), Hortelã (*Mentha x villosa*), Jatobá (*Hymenaea courbaril L*), Malvarisco (*Malvaviscus arboreus*), dentre outras.

Ressalta-se que esses dados foram coletados no decorrer da execução do projeto Guarda-Chuva “*Montagem da paisagem do conhecimento: uma estratégia de resgate, valorização e proteção de conhecimentos de ervas e plantas medicinais em comunidades tradicionais na Amazônia*”, desenvolvido de 2016 a 2018, através do Grupo Inter-Ação⁸ em ambas as comunidades estudadas.

Salienta-se que esses conhecimentos são apreendidos a partir das experiências dos comunitários de São Lázaro e Santa Luzia ao longo dos anos, do mesmo modo que esses saberes foram repassados de geração em geração pelos seus antepassados e, assim, seguem sendo repassados às futuras gerações.

Assim, foi possível verificar nos dados obtidos dos formulários semiestruturados do Relatório de Pesquisa CNPq/MCTI (2018) que 70% dos comunitários de São Lázaro e Santa Luzia possuem hortas de plantas medicinais individuais.

8 Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo INTER-AÇÃO) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Tabela 1: O senhor(a) tem horta de plantas medicinais?

| O senhor(a) tem horta de plantas medicinais | | | | | |
|---|-----------|-------------|--------------|-----------|-------------|
| São Lázaro | | | Santa Luzia | | |
| | F.A. | F.R. | | F.A. | F.R. |
| Sim | 7 | 70% | Sim | 7 | 70% |
| Não | 3 | 30% | Não | 3 | 30% |
| Total | 10 | 100% | Total | 10 | 100% |

Fonte: RODRIGUES, 2018 - Relatório de Pesquisa.

Todavia, ressalta-se que os 30% que não possuem hortas de plantas medicinais são aqueles informantes mais novos e que não possuem muito conhecimento acerca da medicina tradicional. Quando estes precisam ou ficam doentes acabam se dirigindo a uma pessoa com mais experiência e que possua maior conhecimento sobre o uso de plantas medicinais.

Destaca-se que os indivíduos mais experientes acerca do saber tradicional sobre medicina tradicional compartilham não somente o conhecimento e a forma de preparo, como também a planta, para que estes possam utilizar na hora do preparo e, também, plantar nos quintais de suas residências.

Como caracteriza Rodrigues (2015), a construção de hortas individuais nos quintais das casas se apresenta como um forte elemento cultural, que atravessa as gerações, além de caracterizar a noção de território e as formas de uso e manejo dos recursos da floresta.

Entre as observações feitas em campo, verifica-se que esta é uma forma dos indivíduos mais experientes e com maiores cargas de conhecimento repassarem o saber aos mais jovens e também fazer com que esses sujeitos possam ter sua própria horta medicinal e, assim, comecem a apreender e a se interessar pelo conhecimento tradicional acerca da medicina tradicional.

Por outro lado, esta também é uma forma de contribuir com a preservação das plantas medicinais nas referidas comunidades, pois se mais pessoas utilizarem as plantas medicinais, essas por sua vez acabam se tornando escassas, sendo que nem todos possuem hortas individuais, assim, as pessoas acabam por compartilhar não somente o saber, como também a planta, por meio da oralidade e da prática.

Diegues (1999) ressalta que os saberes tradicionais contribuíram e continuam contribuindo em muito com a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas, o que permitiu a conservação de muitas espécies

do ambiente natural, dentre as quais é possível destacar as espécies de plantas medicinais. Diante disso, verifica-se a diversidade de espécies de plantas medicinais por toda a Amazônia, como também no *locus* de estudo, o qual apresentou 88 tipos de recursos medicinais.

Diante disso, afirma-se que o uso de plantas medicinais se encontra como uma forma de acesso a bens e serviços sociais e de saúde essencial na vida dos ribeirinhos de Caapiranga. Ressalta-se que esse “saber e saber-fazer” acerca das plantas medicinais encontra-se vinculado também ao valor material e imaterial da cultura, seja nas formas de uso ou manejo dos recursos naturais e na manutenção da sociobiodiversidade.

De acordo com Rodrigues (2015), as comunidades ribeirinhas vivem de acordo com o contexto sociocultural em que estão inseridas, formado por um conjunto de regras, valores, crenças e práticas que constituem o *modus vivendi* que indicam a organização social desses agentes sociais.

Assim, conforme apontado por Diegues (1999), esses povos tradicionais desenvolvem um aprofundado conhecimento acerca do ambiente e do manejo dos recursos naturais do território em que estão inseridos e ocupam.

Neste sentido, o conhecimento tradicional assimilado e incorporado pelos comunitários de São Lázaro e Santa Luzia faz parte deste complexo sociocultural e ambiental, e as práticas advindas desse saber se estabelecem na relação homem-natureza, de respeito, conservação e preservação com os recursos naturais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de plantas medicinais se torna um meio para resguardar os recursos naturais e o conhecimento tradicional acerca da medicina tradicional e ressalta-se que esse “saber e saber-fazer” é um importante instrumento materializado para proteger as riquezas materiais e imateriais da cultura dos povos tradicionais da floresta amazônica.

No cenário atual de constantes crises, é preciso mais do que nunca a obrigatoriedade para resguardar, proteger e conservar, não somente os recursos naturais e a sociobiodiversidade, como também a cultura, a prática e o conhecimento tradicional dos povos tradicionais, pois o saber destes sujeitos representa caminhos seguros e sustentáveis para assegurar a sobrevivência da humanidade e do planeta.

Desta forma, aponta-se que as plantas medicinais são usadas para tratar, curar e prevenir doenças de cunho naturais e não-naturais, estas últimas estão ligadas às manifestações espirituais, simbólicas e religiosas, sendo que esses elementos podem ser identificados em diversos momentos, desde o diagnóstico da doença até o tratamento ou prevenção.

Verificou-se que o conhecimento tradicional é cumulativo, empírico, repleto de valores sociais e culturais implícitos no modo de vidas dos comunitários, assim, o conhecimento tradicional é construído socialmente e historicamente e difundido oralmente aos membros do núcleo familiar e entre outros comunitários. Assim, percebe-se que a tradição oral se faz presente na cultura e na vida destes ribeirinhos.

Importante ressaltar que estes comunitários se tornam guardiões deste “saber e saber-fazer” e dos recursos naturais. Desta maneira, pode-se afirmar que os povos tradicionais desenvolveram e desenvolvem técnicas e instrumentais que estabelecem a sua relação social, de trabalho e parentesco, baseados numa relação homem-natureza e de sustentabilidade. Assim, a experiência desses sujeitos, no que se refere às plantas medicinais, tem os direcionado e permitido que estes atribuam significado cultural e social ao saber tradicional.

REFERÊNCIAS

BARATA, Lauro Euclides S. A economia verde - Amazônia. Bioprospecção/ artigos. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 64, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252012000300011>>.

BELLEN, Hans Michael Van. Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BENCHIMOL. Samuel. Amazônia: Formação social e cultural. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

BENCHIMOL. Samuel. Amazônia: um pouco-antes e além-depois. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1997.

BRASIL. Decreto n.º 6.040, de 7/2/2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: jan./2021.

DIEGUES, Antônio Carlos S. Biodiversidade e Comunidades Tradicio-

nais no Brasil. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. COBIO-Coordenadoria da Biodiversidade. NU-PAUB-Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. Universidade de São Paulo, 1999.

GUIMARÃES, Roberto P. A Ética da Sustentabilidade e a Formulação de Políticas de Desenvolvimento. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística: Caapiranga/Amazônias. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=130083>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Promoção do papel da medicina tradicional nos sistemas de saúde: estratégia para a região africana. Comitê Regional Africano - 09 de março de 2000. Disponível em: <https://www.afro.who.int/sites/default/files/sessions/working_documents/AFRC50.9%20PROMO_0.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

RODRIGUES, Debora Cristina B. Conhecimentos tradicionais e mecanismos de proteção: Estudo de caso nas comunidades de Ebenézer e Mucajá em Maués/AM. 1. ed. Manaus: EDUA, 2015.

RODRIGUES, Débora Cristina B. Montagem da Paisagem do Conhecimento: uma estratégia de resgate, valorização e proteção de conhecimentos de ervas e plantas medicinais em comunidades tradicionais na Amazônia. Chamada CNPq/MCTI, Edital n.º 25/2015. Relatório Final. Manaus, 2018.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Fernando Sergio D. dos. Tradições populares de plantas medicinais na Amazônia. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, v. 6 (suplemento), set./2000.

SILVA, Maria das Graças e. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Ana Carolina Vaz do Santos

Assistente Social, formada pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PPGSS/PUCRS, Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gestão Social e Formação em Serviço Social (FORMASS/PUCRS) e Bolsista CNPq. E-mail: anacarolina.vaz13@gmail.com.

Ana Lúcia Suárez Maciel

Assistente Social, formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Especialista em Administração de Recursos Humanos, Mestre e Doutora em Social pela PUCRS, Professora e pesquisadora do curso de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gestão Social e Formação em Serviço Social (FORMASS/PUCRS). Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq nível 2. E-mail: alsmaciel@gmail.com.

Ariadna Nunes Aguiar Batalha

Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: anunesaguiar@gmail.com.

Camila Fernanda Pinheiro do Nascimento

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Bacharel em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação). E-mail: camilnascimento.seso@gmail.com.

Cristiane Bonfim Fernandez

Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade da Amazônia

(PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: cristiane@ufam.edu.br.

Evelyn Barroso Pedrosa

Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bacharel em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDIHSAM). E-mail: evelyn_barroso_@hotmail.com.

Gizelly Caroline França Guimarães

Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM) e Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia – Grupo Inter-Ação. E-mail: gizellycaroline2013@gmail.com.

Hamida Assunção Pinheiro

Professora do Departamento de Serviço Social da UFAM e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM. Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (2015) pela UFAM, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (2006) pela UFAM, Especialista em Fundamentos Metodológicos da Pesquisa (2004) pela UFAM e graduada em Serviço Social (2003) pela UFAM. É líder do Grupo de Pesquisa “Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia–ESTRADAS”. E-mails: hamida.assuncao@gmail.com; hamida@ufam.edu.br.

Iraildes Caldas Torres

Possui graduação em Licenciatura Plena em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia, Teologia, Pastoral e Ciências Humanas da CNBB (1987); Bacharelado em Teologia pelo Instituto Superior de Filosofia, Teologia Pastoral e Ciências Humanas da CNBB (1989); Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (1991); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazo-

nas (1998) e Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), e Pós-Doutorado na Université Lumière de Lyon 2, na França (2015). Coordenadora do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder (GEPOS). Atualmente, é Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: iraildes.caldas@gmail.com.

Jéssica Marinho Martins Sakuta

Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Vigilância em Saúde e Epidemiologia Aplicada à Saúde Coletiva- Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Bacharela em Serviço Social (UFAM). Foi docente substituta da UFAM. Assistente Social na Secretaria de Estado de Educação e Desporto- SEDUC/AM. E-mail: jmm.jessicamarinho@gmail.com.

Joaquina Barata Teixeira

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará/UFPA. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela UFPA. Docente Aposentada da Faculdade de Serviço Social/FASS/UFPA e integrante do Grupo de Estudos “Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada”. E-mail: joaquina@ufpa.br.

Josiara Reis Pereira

Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Ética e Política - Universidade Católica de Pernambuco. Bacharela em Serviço Social (UFAM). Foi Docente substituta da UFAM. Foi Assistente Social residente do Hospital Universitário Getúlio Vargas. Assistente Social na Prefeitura de Iranduba. E-mail: josiarapereira@gmail.com.

Kelly Borges de Almeida Rocha

Assistente Social. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: kelly.almeid@hotmail.com.

Lidiany de Lima Cavalcante

Assistente Social. Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e

Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero. Membro do Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia/UFAM. E-mail: lidiany@ufam.edu.br.

Luciana Vieira dos Santos

Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2019), Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Instituto de Dados da Amazônia — IDAAM (2013) e graduada em Serviço Social pela Faculdade Salesiana Dom Bosco (2010). E-mail: luciana_tiana@hotmail.com.

Lucilene Ferreira de Melo

Assistente Social. Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Doutorado em Ciências Biológicas (Botânica) pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Atualmente, é Professora do Departamento de Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade da Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: lucilenefmelo@yahoo.com.br.

Márcia Irene Pereira Andrade

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. Doutora em Educação (PPGE/UFAM - 2017). Docente da UFAM/DSS. Membro do Grupo de Estudo em Processos de Trabalho em Serviço Social na Amazônia – GETRA/UFAM. Atualmente, é Diretora Técnico-Científica da FAPEAM. E-mail: marciamavignier01@gmail.com.

Márcia Perales Mendes Silva

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC - São Paulo (1995 e 2000 respectivamente). Docente da UFAM/DSS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Contemporâneas sobre Processos de Trabalho e Serviço Social na Amazônia GETRA/UFAM. Atualmente, é Diretora-Presidente da FAPEAM. E-mail: marcia.perales@gmail.com.

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

Doutorado em Política Científica e Tecnológica (UNICAMP) e Doutorado em Processus d' Inovation Chagements Organization (CI-RED – FRANÇA). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM). Coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação). E-mail: socorro.chaves@outlook.pt.

Maria Elvira Rocha de Sá

Graduação em Serviço Social e Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará/UFPA. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Docente Aposentada da Faculdade de Serviço Social/FASS/UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS/UFPA. Integrante do Grupo de Estudos “Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia globalizada”. E-mail: marel.rdsa@gmail.com.

Maria Lúcia Teixeira Garcia

Graduação em Serviço Social e mestrado e doutorado em Psicologia Social. Professora titular do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES. Pesquisadora do CNPq (Bolsa Pq 2) e da Fapes (Taxa de Pesquisa). E-mail: lucia-garcia@uol.com.br.

Marinez Gil Nogueira Cunha

Graduada em Serviço Social, Mestre em Ciências Sociais e Doutora em Biotecnologia na área de Gestão da Inovação. Professora Doutora, vinculada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM. E-mail: marinezgil@ufam.edu.br.

Michael da Costa Lampert

Assistente Social, formado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGSS-PUCRS), membro do Grupo de Estudos e Pesquisa so-

bre Gestão Social e Formação em Serviço Social (FORMASS/PUCRS) e Bolsista CNPq. E-mail: mclampert@outlook.com.

Nádia Socorro Fialho Nascimento

Graduação e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará/UFPA. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Docente da Faculdade de Serviço Social/FASS/UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS/UFPA. Integrante do Grupo de Estudos “Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada”. E-mail: fialho@ufpa.br.

Rayane de Oliveira Viana

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder (GEPOS), Especialista em Políticas Públicas de Atenção à Família pela Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: rayviana_17@hotmail.com.

Roberta Ferreira Coelho de Andrade

Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professora associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). E-mail: roberta_ufam@yahoo.com.br.

Shyrlen Cristiane de Oliveira Sousa Pinto

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Assistente Social pela Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas e pela Secretaria Municipal de Saúde de Manaus. E-mail: shyrlencris@yahoo.com.br.

Silviane Freitas Campos

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (2013). Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM-2020). Membro do Grupo de Estudo em Processos de Trabalho em Serviço Social na Amazônia – GETRA/UFAM. Atualmente, é Assistente Social na Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas – SES/AM. E-mail: silviane.freitas@hotmail.com.

Thaís Sousa Silva

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará/UFPA. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS/UFPA. Integrante do Grupo de Estudos “Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada”. E-mail: tsilva0514@gmail.com.

Thamirys Souza e Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e Bacharel em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação). E-mail: thamy-associal@gmail.com.

Vanessa Santos Azevedo

Assistente Social, formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Especialista em Saúde da Família e Comunidade pelo Grupo Hospitalar Conceição - GHC, Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUCRS, Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gestão Social e Formação em Serviço Social (FORMASS/PUCRS). Bolsista CAPES. E-mail: vlsazevedo@gmail.com.

Vera Maria Ribeiro Nogueira

Graduação e Mestrado em Serviço Social e Doutorado em Enfermagem. Professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade

Católica de Pelotas e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC. Pesquisadora do CNPq (Pq 1B). Editora da Revista Sociedade em Debate. E-mail: veramrn@gmail.com.

Yoshiko Sasaki

Doutora em Serviço Social - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestra em Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bacharela em Serviço Social - Universidade Federal do Amazonas. Professora Titular aposentada da UFAM e Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Sociais, Seguridade Social no Amazonas GEPSSAM/CNPq. E-mail: ysasaki14@gmail.com.

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que em 2022 completa quinze anos de vida, é um programa que se situa em meio à maior floresta tropical do mundo, na qual habitam povos tradicionais indígenas e não indígenas, com comunidades urbanas e rurais. Mais do que uma biodiversidade, a Amazônia abriga uma sociobiodiversidade. Por isso, o PPGSS já nasce com a identidade amazônica, entrelaçando Serviço Social e Sustentabilidade. Desde sua gênese, assumiu a missão de formar profissionais críticos e propositivos, com competência para investigar, intervir e produzir conhecimentos sobre a realidade amazônica.

Essa quarta coletânea, construída a muitas mãos, com autores/as de várias regiões do país, traz para o centro do debate o Serviço Social, as Políticas Públicas e a Sustentabilidade, com produções que fazem a mediação entre universal e particular, entre investigação e intervenção.

Vida longa ao PPGSS! Boa leitura!

Prof^a. Dr^a. Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Coordenadora do PPGSS/UFAM

ALEXA
CULTURAL



EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



ISBN 978-65-89677-99-4

